

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

CRISTIANO EDUARDO DA ROSA

**VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS: A PEDOFILIZAÇÃO
NA EDUCAÇÃO DAS MASCULINIDADES DISSIDENTES NA INFÂNCIA**

Porto Alegre

2024

CRISTIANO EDUARDO DA ROSA

**VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS: A PEDOFILIZAÇÃO
NA EDUCAÇÃO DAS MASCULINIDADES DISSIDENTES NA INFÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Prof^ª. Dr^ª. Jane Felipe de Souza (Orientadora) – PPGEDU/UFRGS

Prof. Dr. Fernando Seffner – PPGEDU/UFRGS

Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra – UFPR

Prof. Dr. Jackson Ronie Sá da Silva – UEMA

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Rosa, Cristiano Eduardo da
Violência/abuso sexual contra meninos: a
pedofilização na educação das masculinidades
dissidentes na infância / Cristiano Eduardo da Rosa.
-- 2024.
209 f.
Orientador: Jane Felipe.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. violência/abuso sexual. 2. infâncias. 3. scripts
de gênero. 4. masculinidades. 5. pedofilização. I.
Felipe, Jane, orient. II. Título.

*Dedico esta tese aos meninos
violentados desde cedo
para corresponderem aos scripts de masculinidades,
que quando não correspondidos,
a outras violências são submetidos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação, pela oportunidade de ingresso e conclusão do Doutorado na linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero* e no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*, assim como participação no Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e no Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias (GEIN) durante esses últimos anos.

Agradeço à minha orientadora Jane Felipe, pela parceria afetiva e intelectual estabelecida ao longo dessa trajetória e pelo incentivo à pesquisa possibilitando uma formação de excelência e ética em pesquisa que foi para além da construção desta tese, mas em diversos artigos e capítulos de livros publicados e trabalhos apresentados em eventos científicos.

Agradeço às/aos colegas de grupo de pesquisa que de igual maneira colaboraram no pensar desta tese e seus desafios, nos encontros presenciais e *online*, assim como muitas trocas para além de acadêmicas - Jéssica Moraes, Eduardo Zanette, Michele Leguiça, Vanessa Deimling, Daniella Magnus e Evelyn Rosa.

Agradeço à banca pelo aceite na composição examinadora e a leitura com indicações de caminhos que qualificaram a minha pesquisa - Fernando Seffner, Liliane Prestes, Ivan Amaro, Fernando Pocahy, Jackson Sá da Silva e Jamil Sierra.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe (*in memorian*) e ao meu pai, por todo amor e incentivo aos estudos desde minha infância, sempre comemorando comigo e valorizando cada esforço dedicado desde a Educação Básica.

Agradeço também, com muito afeto, ao meu companheiro Jackson Rodrigues pelo apoio contínuo em meu percurso na pós-graduação, acompanhando e celebrando junto a conclusão de cada etapa desta investigação de quase quatro anos de doutoramento.

Por fim, agradeço aos homens participantes da pesquisa, tanto pelo questionário quanto pela entrevista, pois foram fundamentais para produzir informações e compreender mais sobre a realidade da violência/abuso sexual contra os meninos e estabelecer relações com o processo de pedofilização de corpos de meninos.

RESUMO

Nesta pesquisa investiguei de que maneira os *scripts* de gênero, em especial aqueles voltados para uma masculinidade que se pretende hegemônica e cisheteronormativa, promovidos, sobretudo pela família e pela escola, interpelam os meninos considerados afeminados em um movimento de pedofilização destes corpos, tornando-os vulneráveis para a violência/abuso sexual na infância. Para isso, a partir do campo da Educação, utilizei como aporte teórico os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais em uma perspectiva pós-estruturalista de análise. Como metodologia para a produção de informações, elaborei um questionário *online* distribuído por meio da técnica “bola de neve”, realizando também entrevistas semiestruturadas por meio de videochamadas com sete homens abusados sexualmente na infância e que foram crianças que questionavam as expectativas de gênero colocadas sobre elas. Os eixos de análise apontaram para uma subnotificação dos casos e uma dificuldade das famílias e das escolas em abordar temas ligados a corpo, gênero, sexualidade, em especial as questões de prevenção das violências sexuais. Reitera-se a importância do papel da família e da escola na educação, no acolhimento e na proteção de meninos vítimas de violência/abuso sexual, o que implica na necessidade de implementação de uma educação para a sexualidade, tanto na formação docente inicial e continuada, quanto no cotidiano escolar desde a Educação Infantil. Além disso, é importante que ocorra uma maior articulação entre as redes protetivas, do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de que as violências não se tornem invisibilizadas e sejam devidamente denunciadas e punidas, como prevê a lei.

Palavras-chave: violência/abuso sexual; infâncias; *scripts* de gênero; masculinidades; pedofilização; Educação.

ABSTRACT

In this research I investigated how gender scripts, especially those focused on a masculinity that is intended to be hegemonic and cisheteronormative, promoted, especially by family and school, question boys considered effeminate in a movement of pedophilization of these bodies, making them vulnerable to sexual violence/abuse in childhood. For this, from the field of Education, I used Gender Studies and Cultural Studies as a theoretical contribution from a post-structuralist perspective of analysis. As a methodology for producing information, I created an online questionnaire distributed using the “snowball” technique, also carrying out semi-structured interviews through video calls with seven men who were sexually abused in childhood and who were children who questioned the gender expectations placed on them. The axes of analysis pointed to an underreporting of cases and a difficulty for families and schools in addressing topics linked to the body, gender, sexuality, especially issues of preventing sexual violence. The importance of the role of the family and school in the education, reception and protection of boys who are victims of sexual violence/abuse is reiterated, which implies the need to implement sexuality education, both in initial and continuing teacher training, as well as in everyday school life since Early Childhood Education. Furthermore, it is important that there is greater coordination between the protective networks of the Child and Adolescent Rights Guarantee System, so that violence does not become invisible and is duly reported and punished, as provided for by law.

Keywords: sexual violence/abuse; childhoods; gender scripts; masculinities; pedophilization; Education.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)

ANA – Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CETIC – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Ciase – Comissão Independente sobre Abusos na Igreja Católica

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

DSM – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENDICA – Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Faced – Faculdade de Educação

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FCMSCSP – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

GEERGE – Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero

GEIN – Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias

GT – Grupo de Trabalho

HPV – Papiloma Vírus Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IMED – Faculdade Meridional

IP – Internet Protocol (Protocolo da Internet)

Ipam – Instituto Paulista de Magistrados

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPG – Instituto Patrícia Galvão
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
IWF – Internet Watch Foundation
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outros
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
MDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MEC – Ministério da Educação
MPPR – Ministério Público do Paraná
NCPI – Núcleo Ciência pela Infância
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONDH – Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PdH – Instituto Papo de Homem
PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PLANEVCA – Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
PPGEDU – Programa de Pós Graduação em Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura
SAMPS – Sexual Abuse of Males Perceptions Scale
SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria
SBU – Sociedade Brasileira de Urologia
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLD – Top-Level Domain (Domínio de Nível Superior)
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
URL – Uniform Resource Locator (Localizador Uniforme de Recursos)
USP – Universidade de São Paulo
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná
VPI – Violência por Parceiro Íntimo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gênero da vítima por tipo de violação.....	39
Figura 2 - Campanha de sensibilização da Quebrar o Silêncio.	47
Figura 3 - Relatório do segundo ano de atendimentos do grupo Memórias Masculinas.	49
Figura 4 - Livros literários com temática de violência/abuso sexual contra meninos.....	54
Figura 5 - Como a violência afeta o desenvolvimento das crianças.....	61
Figura 6 - Atividades mais desempenhadas pelos meninos.	68
Figura 7 - Imagens de assédio de mulheres contra menino.....	97
Figura 8 - Trecho de diário de um padre abusador.....	103
Figura 9 - Representação gráfica do SGDCA.	107
Figura 10 - A rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de violência sexual contra crianças e adolescentes – Brasil (2011-2021).	34
Gráfico 2 - Você tem medo de ser vítima de agressão sexual?	35
Gráfico 3 - Você diria que as principais vítimas de estupro no Brasil são.....	35
Gráfico 4 - Vítimas de estupro e estupro de vulnerável do gênero masculino, por idade.	39
Gráfico 5 - Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável, por sexo.....	40
Gráfico 6 - Percentual de estupros por faixa etária – por gênero (2017 a 2020).....	42
Gráfico 7 - Percentual de estupros por gênero – por faixa etária (2017 a 2020).....	42
Gráfico 8 - Faixa etária dos participantes.....	116
Gráfico 9 - Escolaridade (em andamento ou concluída) dos participantes.	116
Gráfico 10 - Renda mensal dos participantes.	117
Gráfico 11 - Estados onde nasceram e residiram os participantes.	117
Gráfico 12 - Idade em que ocorreu a primeira violência/abuso sexual.	119
Gráfico 13 - Idade aproximada dos/as agressores/as.....	120
Gráfico 14 - Relato sobre o abuso para alguém.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crianças vítimas de violência sexual notificada no Sinan, Brasil, 2015-2021.....	37
Tabela 2 - Adolescentes vítimas de violência sexual notificada no Sinan, Brasil, 2015-2021.	37
Tabela 3 - Dados do Disque 100 – ano 2021.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demandas e riscos entre o tradicional e as novas referências de masculinidades.	69
Quadro 2 - Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação (ANA).....	84
Quadro 3 - Escala de Percepção de Abuso Sexual de Homens (SAMPS).	104
Quadro 4 - Perfil dos homens entrevistados - parte I.	132
Quadro 5 - Perfil dos homens entrevistados - parte II.....	135
Quadro 6 - Perfil dos homens entrevistados - parte III.....	136
Quadro 7 - Perfil dos homens entrevistados - parte IV.	138

SUMÁRIO

1 QUEM DEFENDE OS DIREITOS DAS INFÂNCIAS DISSIDENTES?	16
2 PANORAMA DA VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS.....	21
2.1 As produções científicas frente à invisibilidade dos casos.....	21
2.2 O que dizem as estatísticas sobre os meninos abusados.....	33
2.3 As redes de acolhimento voluntário a homens vítimas	45
2.4 Representações da violência/abuso sexual contra meninos nas artes.....	50
2.5 Pensando na problemática a partir do campo da Educação.....	56
3 EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA INVESTIDAS AOS CORPOS DOS MENINOS	63
3.1 Masculinidades em delineamento: aprendizados (im)postos em xeque.....	63
3.2 Meninos em dissidências de gênero: a (anti)afeminação em pauta.....	70
3.3 Pedofilização e vulnerabilização dos corpos de meninos.....	90
3.4 Violência/abuso sexual contra os meninos: masculinidades e silenciamentos.....	100
4 DEFININDO PASSOS: DAS ABORDAGENS AOS SUJEITOS E CENÁRIOS.....	110
4.1 O questionário <i>online</i> como ferramenta para (re)conhecer vítimas	110
4.2 A entrevista semiestruturada como produção de informações	112
5 AS HISTÓRIAS IMPORTAM: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	115
5.1 Um primeiro olhar: o perfil geral dos participantes	115
5.2 Evidenciando casos: o perfil dos participantes vítimas	118
5.3 Tornando visível o invisível: questões específicas da violência/abuso sexual.....	119
6 ENTRE MEMÓRIAS E VIOLÊNCIAS: RELATANDO A SI MESMOS	131
6.1 Construção dos instrumentos de pesquisa e o perfil dos entrevistados	131
6.2 “Eu acho que teria me ajudado muito”: famílias que não educam, não protegem e nem acolhem.....	140
6.3 “Isso era como se fosse um assunto impróprio”: carência de uma Educação para a Sexualidade nas escolas.....	149
6.4 “Você é muito afeminado, você não vai jogar bola com eles”: violências investidas contra meninos considerados afeminados	159
6.5 “Tinha um olhar pra mim mais sexualizado”: pedofilização que vulnerabiliza os corpos de meninos.....	166
7 É RARO, MAS ACONTECE MUITO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	182
APÊNDICES	201

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): questionário.....	202
Apêndice B – Questionário <i>online</i>	203
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): entrevista	208
Apêndice D – Roteiro da entrevista semiestruturada	209

1 QUEM DEFENDE OS DIREITOS DAS INFÂNCIAS DISSIDENTES?

Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de mudar de gênero caso deseje? O direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? **Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual?** (Preciado, 2020, p. 69, grifo nosso).

Apresento esta tese de doutorado de acordo com proposta do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), inserido na linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, fazendo parte do eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade* e do projeto intitulado *Ignorar para acobertar ou informar para proteger: scripts de gênero e sexualidade na prevenção das violências contra crianças*, coordenado pela professora Dr^a. Jane Felipe.

A partir desse contexto, com esta investigação problematizo a ocorrência de violência/abuso sexual¹ contra os meninos, debatendo a constituição das masculinidades na infância, refletindo em especial sobre os meninos que são desde cedo considerados afeminados², e discutindo acerca da prática da pedofilização³ desses corpos compreendidos em dissidências.

Desta maneira, mobilizo-me aqui a refletir, admitindo a incerteza e a dúvida: de que modo a violência/abuso sexual contra meninos é subnotificada e interpretada como um ataque à sua masculinidade e sexualidade? Em que medida a educação investida nesses sujeitos desde a mais tenra idade, principalmente na família e na escola, contribui para tal cenário de invisibilidade e vulnerabilidade? Os meninos que apresentam traços

¹ Utilizarei nesta pesquisa a expressão "violência/abuso sexual" conforme sugere Felipe (2006, p. 206): "Usarei sempre a expressão violência/abuso sexual e não simplesmente abuso sexual, posto que a palavra abuso supõe que, em alguma medida, é possível fazer uso de alguma coisa. Como no caso do álcool, que tem seu uso permitido, mas se o sujeito abusa, é porque extrapolou de sua cota, passando dos limites aceitáveis para o convívio social. No caso do termo corrente "abuso sexual", me causa um certo desconforto, pois ele dá a impressão de que algum uso desse corpo infantil é aceitável, permitido. Portanto, utilizarei sempre a expressão violência/abuso sexual para enfatizar o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora. O que está em jogo aqui, fundamentalmente, é a desigualdade de poder entre adultos e crianças".

² Ao longo desta pesquisa operarei com o termo "menino considerado afeminado" tensionando o próprio conceito, no sentido de apontar a presença de traços convencionados de feminilidade no corpo infantil que se espera ser masculino, tomando o cuidado para não remeter a questões referentes à misoginia ou mesmo à sexualidade, mas apenas de expressão de gênero, assim como sem rotular a infância de crianças que apenas brincam e se manifestam de seu modo.

³ Este conceito, que não é sinônimo de pedofilia, foi cunhado pela pesquisadora Dr^a. Jane Felipe em 2002 e será discutido no subcapítulo 3.3 *Pedofilização e a vulnerabilização dos corpos de meninos*.

convencionados de feminilidades poderiam estar mais vulneráveis à ocorrência de violência sexual? Haveria um processo de erotização destes corpos que acaba corroborando para a prática da violência/abuso sexual?

Pesquisando sobre produções da pós-graduação sobre violência/abuso sexual contra meninos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), observei que a maioria dos trabalhos de conclusão de Mestrado e Doutorado é da área de Psicologia e de Serviço Social – talvez por estes/as profissionais serem os principais agentes a atenderem a demanda de vítimas dessas ocorrências. Apenas duas produções encontradas são do campo da Educação, o que reforça a necessidade de ampliarmos as discussões e pesquisas sobre as violências/abusos sexuais contra meninos também nesta área de conhecimento, uma vez que a maneira como eles são educados reflete diretamente na relação que estabelecem consigo e com os outros. Além disso, invisto nesta investigação também no sentido de que se possa pensar na problemática a partir do aspecto de proteção e prevenção – por meio de uma educação para a sexualidade, por exemplo – e não somente de acolhimento, acompanhamento e tratamento.

No caso dos meninos considerados afeminados, quando estes afirmam terem sido abusados, muitas vezes acabam sendo culpabilizados pela própria família ou mesmo por profissionais que os atendem, apontando que se eles não tivessem trejeitos tidos femininos, talvez não ocorresse a violência. Porém, cabe pontuar que a maioria dos sujeitos que comete violência/abuso sexual o faz por existir uma relação de poder entre agressor/a e vítima e, acima de tudo, por se sentirem autorizados/as por uma “cultura do estupro” que existe em nossa sociedade (Baltieri, 2005; Araújo, 2020).

Desta maneira, desenvolvo esta pesquisa no intuito de que possa contribuir produzindo conhecimentos – mesmo que disputados, incompletos, interessados, parciais, provisórios e situados – para pensarmos a educação de meninos em gênero e sexualidade em diversos espaços. Penso nisso a partir da ideia de tensionar o processo que os tornam vulneráveis à violência/abuso sexual, refletindo sobre a função tanto da família quanto da escola, pois ambas as instituições, que possuem o papel de educar e proteger, por vezes ignoram determinadas identidades em formação e negligenciam seus cuidados.

Considero importante refletir que as denúncias e os registros oficiais de casos de violência/abuso sexual se configuram como apenas uma parte das ocorrências reais, ainda mais quando as vítimas são os meninos, pois a subnotificação é sustentada por diversos pensamentos equivocados. Entre eles, a ideia de que garotos não poderiam ser abusados

sexualmente, que seria culpa deles; ou mesmo de que o abuso seria menos prejudicial comparado com o cometido contra as meninas; além disso, por vezes ainda tende a se alimentar o engano de que ser abusado sexualmente os tornaria gays, ou se o abuso for cometido por uma mulher, os meninos seriam apenas "sortudos" pela situação vivida.

Sendo assim, esta tese articula quatro temáticas principais: a violência/abuso sexual contra meninos, a constituição das masculinidades na infância, a expressão de feminilidades nos meninos e a pedofilização como prática social contemporânea. A partir disso, formulo aqui o seguinte problema de pesquisa: *de que maneira os scripts de gênero, em especial os que se referem às masculinidades, promovidos sobretudo pela família e pela escola, interpelam os meninos considerados afeminados em um movimento de pedofilização destes corpos, tornando-os vulneráveis para a violência/abuso sexual?*

Como objetivo geral desta pesquisa, intentei problematizar a pedofilização de meninos considerados afeminados refletindo como essa prática os tornaria vulneráveis para a ocorrência de violência/abuso sexual na infância. Já como objetivos específicos, busquei: (i) compreender como ocorre a constituição das masculinidades – e em alguma medida das feminilidades – nas infâncias de meninos considerados afeminados; (ii) investigar como a prática social contemporânea da pedofilização ocorre nestes corpos; (iii) analisar a vulnerabilização dos meninos considerados afeminados frente aos casos de violência/abuso sexual; e (iv) tensionar como a família e a escola (não) interpelam essas ocorrências.

A fundamentação teórica desta tese se constrói em uma perspectiva pós-estruturalista de análise com aporte teórico nos Estudos de Gênero e nos Estudos Culturais. Para isso, a fim de pensar as questões problematizadas em diálogo com o campo da Educação, trabalhei principalmente com produções de autores/as em um viés pós-crítico. Nesse contexto, tomei como referencial teórico artigos científicos de periódicos, livros e capítulos de livros, além de dissertações e teses que envolvem as temáticas em investigação, assim como dados, estatísticas e notícias acerca da violência/abuso sexual contra meninos.

Parto do conceito de infâncias, no plural, reconhecendo as crianças em suas identidades e diferenças, entendendo-as como sujeitos de direitos e que, desde a mais tenra idade, estão envoltos em pedagogias direcionadas para a construção de feminilidades e masculinidades (Butler, 2017; Louro, 2016a). Nesse sentido, minha análise de gênero e sexualidade nas infâncias se dá por meio de aspectos que se relacionam com a construção cultural, histórica, linguística, política e social dos sujeitos, que estabelecem em parte o que chamamos de projetos de masculinização (Louro, 2016b; Baliscei, 2020).

Outro conceito fundamental para pensar esta pesquisa é o de *scripts* de gênero (Felipe, 2019), tendo em vista as limitações dos termos “estereótipos” e “papéis de gênero” (Louro, 2014; Silva, 1998), estabelecendo relação com as expectativas sobre os sujeitos com base no seu sexo biológico. Tais roteiros são construídos por meio de variados discursos e instituições, e os meninos considerados afeminados “perturbariam” a ordem e ousariam (re)escrever os seus próprios *scripts* de gênero, desafiando as normas das masculinidades já no período da infância (Oliveira, 2017; Silva, 2018; Baydoun, 2020; Nonato, 2020).

O conceito de pedofilização (Felipe, 2006; 2013) é abordado como uma prática social contemporânea relacionada com a erotização de corpos infantis, refletindo em especial sobre os dos meninos. Cabe destacar que quando este corpo é considerado afeminado, torna-se estigmatizado e vulnerabilizado, principalmente à violência/abuso sexual, como se fosse algo provocativo pelo fato de expressar comportamentos convencionados como femininos. Nesse sentido, acredito ser necessário refletir a problemática de maneira a compreender sua complexidade frente à negligência da família e o papel da escola nesse processo (Sanderson, 2008), investigando com profundidade como se dá a dinâmica dessa ocorrência com este recorte de gênero (Pinto Jr, 2005; Pires Filho, 2011; Hohendorff, 2016; Carvalho, 2020).

O percurso metodológico realizado para a produção de material empírico desta investigação envolveu, após estudos teóricos, a aplicação de um questionário *online* com perguntas objetivas e dissertativas a homens brasileiros – que foram convidados por meio da técnica “bola de neve” entre grupos de pesquisas de Instituições de Ensino Superior (IES) e redes sociais. Tal questionário apresentou duas etapas, uma mais geral e outra mais específica, para que fosse possível a identificação de homens que tivessem sofrido violência/abuso sexual na infância e considerados afeminados; estes foram convidados a deixar seu e-mail para contato caso houvesse interesse em prosseguir com a participação.

Após o aceite na nova etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais por meio de chamada de vídeo com sete homens para investigar de que maneira seus corpos na infância foram ou não interpelados pela pedofilização e como essa prática poderia estar relacionada com a ocorrência da violência/abuso sexual.

Acerca da questão ética da pesquisa, penso que ela permeia todas as etapas da investigação, e os participantes têm suas identidades mantidas em sigilo, seja na primeira parte, com o questionário, ou na segunda, com a entrevista, e assinaram os Termos de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) afirmando aceitar as condições de participação. Cabe aqui ainda destacar que os conceitos e as análises do material empírico do estudo são dialogados de maneira interseccional com diversas categorias – como gênero, orientação sexual, classe, religião e raça – refletindo sobre as relações de poder e colocando em xeque as verdades que nos circulam (Meyer, 2014).

Nos próximos capítulos desta tese, apresento um panorama acerca da temática da violência/abuso sexual contra os meninos, pontuando as dissertações e teses que investigaram o mesmo tema, levantando as estatísticas que mostram essa realidade e refletindo sobre algumas redes de acolhimento *online* a meninos e homens vítimas, assim como contextualizo a presença do tópico de pesquisa nas artes, em especial na literatura e no cinema.

Em seguida, após o Estado da Arte, evidencio o referencial teórico, problematizando a educação e a violência investida nos corpos de meninos, pensando sobre a constituição das masculinidades nas infâncias, a existência de dissidências nas identidades dos meninos e a questão da erotização desses corpos por meio da prática social contemporânea da pedofilização, que tomam o menino afeminado como potencial erótico e que podem vulnerabilizá-lo para a violência/abuso sexual.

Em sequência, explico a metodologia que adoto nesta pesquisa, operando com um questionário *online* e entrevistas semiestruturadas. Depois, apresento com detalhes os resultados dos instrumentos de produção de informações e as entrevistas, já desenvolvendo os quatro eixos de análise, focando na família, na escola, na afeminação e na pedofilização. Finalizo com as considerações finais, as referências e os apêndices, que apresentam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes da investigação, o questionário *online* e as perguntas norteadoras da entrevista semiestruturada.

2 PANORAMA DA VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS

É um tema que nem é novo, nem é silencioso, ao mesmo tempo sobre ele recai silêncio, e sobre ele não se pesquisou ainda quase nada do que se deveria, tendo em vista a magnitude e a permanência dessa modalidade de violência (Seffner, 2022).⁴

Neste primeiro capítulo, apresento um panorama da temática central desta pesquisa, articulando algumas produções científicas da pós-graduação brasileira com estatísticas recentes a fim de compreender melhor a dinâmica da violência/abuso sexual contra meninos.⁵ Além disso, escrevo também acerca de uma rede de grupos de acolhimento e apoio a homens vítimas que têm surgido nos últimos anos e da representação do tema em algumas produções artísticas ficcionais e baseadas em fatos reais, como literatura e cinema.

2.1 As produções científicas frente à invisibilidade dos casos

As pesquisas acadêmicas acerca da violência/abuso sexual infantil, em especial das vítimas do gênero masculino, ainda são escassas se comparadas à produção do tema em relação às meninas. A nível internacional, de acordo com Richard Tewksbury (2007, p. 22-23):

A pesquisa abordando a agressão sexual/estupro de homens não apareceu até menos de 30 anos atrás (e, a maior parte da literatura inicial enfoca crianças do sexo masculino em vez de adultos) [...] Embora alguns estudos abordando a agressão sexual em instalações correcionais estivessem disponíveis antes até 1980, só no início da década de 1980 apareceram algumas pesquisas abordando especificamente as consequências do “estupro masculino” na comunidade. (tradução nossa)⁶

Desta maneira, estudos investigando casos de violência/abuso sexual contra meninos são bastante recentes, acompanhando, de certa maneira, as discussões que têm se consolidado nos Estudos de Masculinidades⁷. Nesse sentido, cabe também destacar que foi

⁴ Excerto do parecer do professor Dr. Fernando Seffner (UFRGS) como avaliador da banca de defesa (qualificação) do Projeto de Tese desta pesquisa, ocorrida de maneira *online* em 3 de agosto de 2022.

⁵ Destaco que neste capítulo não é intenção minha propor muitas reflexões sobre as produções e estatísticas levantadas, mas apenas apresentar um cenário acerca da violência/abuso sexual contra os meninos. Tais dados produzidos serão melhores discutidos no capítulo 3, mais especificamente no subcapítulo 3.4.

⁶ Research addressing sexual assault/rape of men did not appear until less than 30 years ago (and, most of the early literature focuses on male children rather than adults [...]) Although a few studies addressing sexual assault in correctional facilities were available prior to 1980, it was not until the early 1980s that any research specifically addressing the consequences of “male rape” in the community appeared.

⁷ Sobre os Estudos de Masculinidades, indico duas obras que focam no cenário do Brasil, a saber: *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil* (Caetano; Silva Junior, 2018) e *Eles por eles: pesquisas sobre masculinidades no Brasil* (Silva Junior; Carvalho, 2022).

somente em 2009, a partir da Lei 12.015, que meninos e homens foram reconhecidos no Código Penal Brasileiro como vítimas de estupro de vulnerável e violência sexual. Até então, estupro era definido no Art. 213 como “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, e depois passou a ser “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.⁸

Saliento também que antes disso, em 1926, foi a partir de um estupro de um menino de 12 anos de idade que se criou a lei da maioridade penal. O caso ocorreu no Rio de Janeiro, onde Waldemiro de Azevedo engraxava sapatos e, por um cliente não pagar seu serviço, atirou tinta no homem, o que resultou em sua prisão pela polícia por 40 dias. Na cadeia, o menino foi abusado sexualmente por 20 homens, situação que virou polêmica nacional na época, sendo debatida no Congresso Nacional, que criou no ano seguinte o Código dos Menores fixando a idade penal – até então, valia o Código Penal de 1890, em que crianças a partir de nove anos já poderiam ser responsabilizadas criminalmente.⁹

Em buscas que realizei com os descritores “violência sexual - meninos”, “abuso sexual - meninos”, “violência sexual - homens”, “abuso sexual - homens” em repositórios digitais – no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na SciELO (Scientific Electronic Library Online) e no Google Acadêmico – encontrei poucos artigos de periódicos, cerca de 40, e algumas dissertações e teses. Acerca de livros inteiros sobre o tema, identifiquei apenas quatro na busca em livrarias *online*, sendo todos baseados em dissertações ou teses dos/as autores/as.¹⁰ Cabe ressaltar que, entre as pesquisas no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado), encontrei 25 produções, sendo 5 teses e 20 dissertações, datadas entre 1996 e 2023. Desse total, 13 são do campo da Psicologia, 4 do Serviço Social, 3 das Ciências, 2 da Educação, 2 da Saúde Coletiva e 1 da Antropologia.¹¹

A pesquisa mais antiga produzida no Brasil que encontrei foi no ano de 1996, sendo uma dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

⁹ Para mais informações, ver: <http://vermelho.org.br/2015/07/08/em-1927-menor-estupro-na-prisao-levou-brasil-a-fixar-idade-penal>. Acesso em: 29 dez. 2021. No texto, o menino é referenciado como Bernardino.

¹⁰ Saliento que opere neste Estado da Arte apenas com artigos, produções de pós-graduação e livros, por se tratarem de produções que passaram por uma banca de examinadores ou editorial, o que talvez possa não acontecer com textos publicados em anais de eventos, por exemplo.

¹¹ Cabe aqui destacar que este exercício da revisão e levantamento de literatura para a elaboração do Estado da Arte desta tese não se configurou como uma prática pontual realizada apenas uma vez em determinado momento da produção do texto, mas sim uma ação contínua que permeou todo o processo de pesquisa e que se aprimorou juntamente com a investigação até a conclusão da pesquisa.

Grande do Sul (UFRGS), intitulada *Abuso sexual em meninos* e escrita por Christian Haag Kristensen. Em seu estudo, que é referenciado por diversas produções sobre a temática nos anos que seguem, o autor analisou o impacto da experiência do abuso sexual por meio de entrevistas com seis meninos vítimas, familiares, conselheiros tutelares e profissionais da Educação. Suas considerações indicaram que:

Inicialmente, os meninos expressam prejuízos vivenciais e relacionais, experienciam o dilema entre revelar e não revelar e, posteriormente, apresentam possibilidades de reações como confusão quanto à orientação sexual, comportamento sexualizado, revitimação e comportamento abusivo (Kristensen, 1996, p. 4).

Além disso, essa pesquisa, já nos anos 90, também evidenciava a necessidade de estudos que se proponham a investigar os casos de violência/abuso sexual contra meninos, a fim de promoverem um maior debate e contraposição a estigmas sobre a temática.¹² A seguir, apresento, em ordem cronológica crescente, essas pesquisas contextualizando suas investigações, apontando objetivos, metodologias e principais resultados.¹³

Quase uma década depois, em sua tese em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) *Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico* (2003), Antonio Augusto Pinto Junior buscou compreender o significado da experiência de vitimização sexual doméstica para os meninos, produzindo uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica, entrevistando três meninos vítimas de violência sexual doméstica. Pinto Junior (2003, p. 193), que publicou a sua tese em formato de livro dois anos depois (2005) pela Editora Vetor, destacou, entre outras observações, o quanto a “experiência de vitimização sexual deixa marcas profundas na existência (até mais do que imaginávamos) e também a necessidade desses meninos em receber a escuta de seus sentimentos, medos e angústias e o apoio na superação dos traumas subjacentes”.

Em seu mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (UnB), Sonia Fortes do Prado produziu a dissertação *Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório* (2006), realizando um estudo de caso que buscou compreender o abuso sexual em meninos frente ao cenário de invisibilidade em comparação às vítimas do gênero feminino. Como metodologia, a autora operou com

¹² Acredito que muitas problematizações sobre violência/abuso sexual contra crianças iniciaram a partir dos anos 90 muito por causa do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, documento que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

¹³ Saliento que não é minha intenção aqui analisar objetivos ou metodologias utilizadas pelas pesquisas já produzidas, mas realizar um levantamento a fim de construir um panorama dessas produções, apresentando-as brevemente e refletindo em que medida elas dialogam com a minha tese.

entrevistas semiestruturadas com três famílias que possuíam em seus lares casos de abuso sexual contra meninos. Em suas conclusões, Prado (2006, p. 9) destaca que “a invisibilidade da violência sexual de meninos encontra no patriarcalismo sua base e sustentação”, indicando o sofrimento e a dor como aspectos que permeiam todos os abusos e que se manifestam com mais intensidade e crueldade quando a relação entre o abusador e a vítima é de proximidade.

Na dissertação também em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) *Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual* (2007), Moacyr Ferreira Pires Filho entrevistou psicólogas clínicas para investigar o impacto do abuso sexual intrafamiliar praticado contra meninos a partir da experiência de profissionais que atendem crianças nessa situação. Pires Filho (2007, p. viii), que publicou sua pesquisa como livro em 2011 pela Editora Juruá, constatou que o sofrimento apresentado pelas crianças e suas famílias as recolocam em situação de estresse, tendo em vista todo o processo da violência sofrida, apontando como consequências psicológicas mais frequentes:

[...] pesadelos, terror noturno, depressão, rebaixamento da auto-estima, autonomia comprometida, medo da homossexualidade, confusão e dúvidas com relação a orientação sexual. Nas relações interpessoais, demonstram apatia, passividade, inconstância de comportamento, com expressões de agressividade e de exacerbação da sexualidade, dificuldade para criar vínculos afetivos e bloqueios na expressão de sentimentos. Na escola há indícios de embotamento na participação com o grupo social, apresentando bloqueio cognitivo, o que compromete o processo de aprendizagem.

Mery Pureza Candido de Oliveira, em sua dissertação *Abuso sexual de meninos: estudo das consequências psicossociais na adolescência* (2010), produzida no curso de Pós-graduação em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), investigou as características psicológicas e sexuais de adolescentes do gênero masculino que foram vítimas de abuso sexual quando crianças. Para isso, a autora realizou um estudo exploratório, retrospectivo e seccional avaliando o desempenho cognitivo quanto às funções de memória, nível de estresse, impulsividade, nível de neuroticismo e estabilidade emocional, além do comportamento sexual de 47 adolescentes de 16 a 18 anos de idade. Oliveira (2010, p. xii) concluiu com o seu estudo, entre outros aspectos relevantes, que a “história de abuso sexual em meninos pode ser um dos fatores de risco para posteriores déficits de acessibilidade da memória e pode estar associado com a repetição e a gravidade

do comportamento sexualmente agressivo na adolescência”.

Uma das dissertações do campo da Educação é a *Narrativas silenciadas* (2011), produzida por Admilson Mário de Assunção no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo objetivo foi descrever, por meio da técnica de pesquisa narrativa realizada com um homem vítima quando criança, os significados do abuso e da violência sexual cometida contra meninos. Assunção (2011, p. 85) observou que o que se revela em cada menino vítima possui um significado singular, dependendo de suas experiências vividas que são únicas e irrepetíveis, destacando a importante questão de que considerar que “todas as crianças e adolescentes do sexo masculino que foram vitimizados pelo abuso ou violência sexual se tornarão agressores ou homossexuais ou homofóbicos ou quaisquer outros adjetivos imperativos não passa, ao nosso olhar, de um engano de interpretação”.

Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual (2012) foi o título da dissertação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) produzida por Jean Von Hohendorff, que objetivou tanto adaptar quanto avaliar um modelo de intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual, originalmente derivado às meninas, sendo aplicado em três garotos com idades entre 8 e 16 anos. Hohendorff (2012, p. 76), que publicou sua pesquisa em livro em 2014 pela Editora Juruá, em parceria com sua orientadora Silvia Helena Koller e sua coorientadora Luísa Fernanda Habigzang, destacou que "mesmo em menor número, os casos notificados de meninos vítimas de violência sexual necessitam de encaminhamento para acompanhamento psicológico diante das consequências que essa experiência repercute."

Carlos Alberto Silvestre Inácio, em sua dissertação em Psicologia *Abuso sexual de meninos: relatos maternos: violência, culpa e rememoração* (2015), produzida no âmbito da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), objetivou caracterizar o impacto da revelação do abuso sexual de meninos vítimas sobre as suas mães. Para isso, coletou cinco relatos maternos por meio de entrevistas, constituindo três categorias principais: violência, culpa e rememoração do próprio abuso sexual. Inácio (2015, p. iii) observou em seus resultados a necessidade de ampliar a atenção dispensada às mães, “disponibilizando psicoterapia especializada, psicoinformação e treino de habilidades sociais, pois o abuso sexual de seus filhos as fragiliza e as impede de se tornarem elemento positivo na recuperação destes”.

Na tese em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) intitulada *Homem não chora: o abuso sexual contra meninos* (2015), Fabiana Aparecida de Carvalho entrevistou três meninos e um homem abusados sexualmente,

assim como duas mães e uma cuidadora, a fim de compreender quais as representações do abuso sexual para o menino, os desdobramentos na convivência familiar e comunitária e sua vida escolar. Carvalho (2015, p. vi), que publicou sua produção de doutorado em livro em 2020 pela Paco Editorial, observou que a trajetória e as vivências de cada sujeito atribuíam diferentes sentidos ao abuso sexual sofrido, enfatizando em seu estudo o desafio ainda atual acerca da rigidez dos gêneros na cultura, “assim como o avanço na compreensão da sexualidade em sua dimensão humana e a autorização para falar sobre ela, sem que para isso tenha que configurar-se outra violência”.

Dando continuidade aos seus estudos do mestrado, Jean Von Hohendorff seguiu no Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e produziu a tese *Dinâmica da violência sexual contra meninos* (2016), tendo a participação em entrevistas de quatro meninos vítimas e quatro psicólogos da rede de atendimento às vítimas de violência sexual. Hohendorff (2016, p. 9) apontou para a necessidade de uma maior compreensão acerca dessa violência a fim de que se implantem estratégias de intervenção adaptadas às necessidades desse público, tendo em vista que sua pesquisa "evidenciou a menor visibilidade das situações de violência sexual contra meninos, a influência de padrões sociais de masculinidade e o despreparo da rede de atendimento para intervenção nesses casos".

Em sua dissertação em Psicologia da Saúde *Personalidade, estilos parentais e cognição em meninos vítimas de abuso sexual* (2016) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Camila Vaz Abeche verificou em meninos com histórico de abuso sexual a presença de traços de personalidade, estilos parentais e desempenho cognitivo por meio de questionários aplicados com 62 crianças e adolescentes. Em seus resultados, Abeche (2016, p. 9) observou índices de depressão e dificuldades nas relações sociais, principalmente com o genitor, sendo o maior abusador estatisticamente, evidenciando a necessidade do "desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento específico do público masculino que sofre abuso, e que o profissional da saúde esteja preparado para ajudar, fortalecendo os aspectos psíquicos e emocionais".

Letícia Silveira Felipe, em sua dissertação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) defendida em 2016, *Violência sexual em meninos: gênero e masculinidade*, realiza uma revisão de literatura acerca da violência sexual contra meninos na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva de gênero. A autora evidenciou o número baixo de estudos que acordam a questão, o que estaria diretamente relacionado com a menor compreensão, com a invisibilização e com o preconceito com essas

ocorrências. A produção ainda destaca aspectos referentes à revelação da vítima frente a uma cultura homofóbica e machista, uma vez que “a cultura, os símbolos, as ideias que demarcam a masculinidade interferem diretamente no modo como os meninos compreendem e significam o episódio violento” (Felippe, 2016, p. 131). Desta maneira, isso estaria diretamente relacionado a uma provável subnotificação de casos, implicando na necessidade de mais estudos que possam corroborar no estabelecimento de indicadores para o enfrentamento da problemática por meio de políticas públicas.

A outra dissertação em Educação, intitulada *Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015* (2017), é de autoria de Samuel da Silva Souza, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que realizou uma pesquisa documental e qualitativa, objetivando analisar as violências sexuais contra meninos com base em Boletins de Ocorrência da Delegacia de Atendimento à Infância, Juventude e Idoso, relacionando-as com o campo da Educação. Souza (2017, p. 104-105) constatou a necessidade de abordar as questões de gênero no intuito de compreender e de enfrentar as violências sexuais contra os meninos, principalmente no campo da Educação, pois, de acordo com os achados em seu material empírico, a educação escolar está muito presente nesses abusos, “ora como o local em que a violência ocorre, ora pela omissão da abordagem do tema, ora pelos preconceitos e ofensas testemunhadas no ambiente escolar, que acabam causando uma violência adicional aos meninos vitimados”.

Da referida dissertação, cabe salientar que em 2021 foi publicado o artigo "A violência sexual contra meninos e as discussões de gênero para o campo da educação escolar", escrito pelo autor da pesquisa em parceria com sua orientadora, Constantina Xavier Filha. Nesse texto, os autores apresentam os principais resultados da investigação, pontuando o seguinte:

por um lado, a inexistência de estudos sobre a violência sexual contra meninos no campo da Educação, segundo levantamento realizado à época, e, por outro, os diversos dados elencados e analisados dos boletins de ocorrência evidenciando a necessidade de emprendermos pesquisas sobre a violência sexual contra meninos, bem como a relevância de trazer tal tema para a área da Educação, sobretudo para momentos de formação docente, seja na formação inicial ou na continuada (Souza; Xavier Filha, 2021, p. 359).

A dissertação em Psicologia de André Assis Breder de Oliveira, intitulada *Meninos traídos: abuso sexual e constituição da masculinidade* (2017), produzida no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), investigou o impacto da traição sobre a identidade masculina nas relações afetivas entre pais e filhos, por meio de revisão de

literatura e análise de fragmentos de uma autobiografia, de relatos clínicos e de depoimentos colhidos de homens abusados sexualmente na infância. Oliveira (2017, p. 234), por meio de sua pesquisa documental, evidenciou o conflito existente entre o abuso sexual e a identidade masculina, uma vez que os meninos vítimas comumente se questionam acerca de que tipo de homem seriam, principalmente envolvendo sua orientação sexual "ao impor uma transitividade que reaviva os fantasmas homossexuais que ameaçam o núcleo identitário e atormentam os meninos traídos com a possibilidade de que, fora do rígido enquadre viril da masculinidade, eles, de fato, não podem ser homens".

Com caráter exploratório e descritivo, a dissertação *Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal* (2017), produzida por Amanda Pinheiro Said no curso de Mestrado em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), objetivou compreender os meninos vitimizados sexualmente e a dinâmica de suas famílias por meio de análise documental das fichas de notificação com vítimas de abuso sexual no Distrito Federal entre os anos de 2013 e 2014 e de prontuários de uma instituição pública de atendimento em saúde. Como resultados, Said (2017, p. 4) verificou que as expectativas construídas sobre as masculinidades, envoltas de estigmas e preconceitos, "interferiram na manutenção dos segredos e silêncios em torno do abuso sexual e também influenciaram a reação e consequências pós-abuso para os familiares das vítimas do sexo masculino".

Em sua dissertação em Serviço Social intitulada *Menino abusado: a compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos* (2018) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Franklin de Lima Silva buscou compreender os efeitos do abuso sexual para meninos e suas famílias, assim como as causas que levam à invisibilidade dessa ocorrência no contexto brasileiro contemporâneo. Para isso, o autor realizou uma pesquisa quali-quantitativa com base em prontuários dos anos de 2009 a 2016 sobre casos de meninos vítimas de abuso sexual participantes de um programa de avaliação psicossocial de violência contra crianças e adolescentes. Silva (2018, p. 193) constatou que "o segredo e o silêncio foram aspectos importantes observados na dinâmica da violência sexual contra meninos, culminado com o medo, a culpa e a vergonha como parte essencial deste complô", observando que:

Até mesmo dentro do corpo de profissionais de instituições que lidam com a temática, a visão do abuso sexual contra meninos era desconhecida e negligenciada, o que desencadeia uma condição generalizada de negligência, que envolve o Estado, Instituições não governamentais, profissionais de diferentes áreas, além de entidades de proteção e até mesmo pesquisadores, que incidem na

baixa valorização da importância dos abusos em meninos.

O autor ainda aponta que a dinâmica da relação do abuso sexual contra meninos acaba envolvendo três principais receios e conceitos: (i) o da homossexualidade como decorrência do abuso sexual e a descrença da virilidade da vítima; (ii) o da repercussão social do abuso sexual e esclarecimentos sobre as diferentes interações sexuais entre meninos; e (iii) o da reprodução da violência praticada pela vítima de abuso sexual como uma relação de aprendizagem social (Silva, 2018).

Ainda em 2018, Sirlene Caramello dos Reis concluiu a sua dissertação em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) intitulada *Estudo sobre o efeito mediador de sintomas de ansiedade e depressão quanto à gravidade do comportamento sexual compulsivo e hipersexual nos homens que referiram história de abuso sexual na infância/adolescência*, em que investigou a prevalência de história de abuso sexual em homens com perda de controle sobre seu comportamento sexual e a associação desta vivência com depressão e ansiedade. O estudo observacional, transversal e analítico com homens com comportamento sexual compulsivo concluiu que há uma presença elevada de história de abuso sexual na infância/adolescência para 57% desses sujeitos, apontando os sintomas de ansiedade e depressão como efeito mediador ao influenciar a gravidade de sintomas de compulsividade sexual e hipersexualidade nos sujeitos da pesquisa.

Já a dissertação em Ciências de Amanda Diogo Pap, intitulada *A relação entre a experiência de abuso sexual na infância e queixas de dor pélvica crônica e disfunção sexual masculina* (2019) pela Universidade de São Paulo (USP), objetivou realizar uma avaliação da relação entre a experiência de abuso sexual de meninos e as queixas de dor pélvica crônica, disfunção erétil e/ou ejaculação precoce na idade adulta. Como método, a autora coletou uma amostra de oitenta homens que eram pacientes da Divisão de Clínica Urológica do Hospital das Clínicas de São Paulo e que apresentavam tais queixas mencionadas. Pap (2019, p. viii) constatou que o estigma do abuso com meninos, somado ao despreparo dos profissionais de saúde e educação em identificar os casos, configura-se como um problema na notificação das ocorrências com o gênero masculino, concluindo que “o antecedente de violência sexual é um fator de risco para o desenvolvimento de problemas de saúde que afetam a sexualidade masculina”.

Adriane Andrade Costa, em sua dissertação em Psicologia *Contato sexual entre meninos: “jogos sexuais” ou violência sexual?* (2019) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), buscou compreender a demanda de atendimentos de casos de contato

sexual entre meninos realizados pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na cidade de Manaus em 2012, realizando uma pesquisa de cunho qualitativo e com caráter exploratório e descritivo, com levantamento bibliográfico, análise de documentos e construção de narrativas ficcionais. Costa (2019, p. vi) evidenciou que em 37,5% dos casos analisados por meio de Prontuários Individuais de Atendimento, os meninos que sofreram contato sexual também realizaram contato sexual com seus pares, indicando assim a importância do investimento nesses espaços de acolhimento e acompanhamento especializado, pois isso significa “possibilitar uma ressignificação da história de vida desses sujeitos e, possibilitar a escrita de uma nova forma de viver e experimentar sua sexualidade e afetividade, que não aquela imposta por meio da violência”.

Em 2019 ainda, Angela de Araujo Barros Bonfante defendeu sua dissertação *Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual frente a revelação*, no âmbito do mestrado em Psicologia da Faculdade Meridional (IMED), com o objetivo de conhecer, frente à revelação de ter sofrido violência sexual, as possíveis reações de mães e pais de meninos vítimas. Por meio de entrevistas com nove mães, a autora observou que, a partir do momento da revelação, as participantes demonstraram confiança em seus filhos, acolhendo-os e buscando ajuda a fim de compreenderem melhor o que aconteceu e também auxiliar na tomada de medidas protetivas no intuito de que houvesse um acompanhamento que monitorasse e garantisse um afastamento dos agressores.

No ano de 2020 foi concluída a dissertação de mestrado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) *“Homem não fala sobre vida sexual!”: Iniciações, violências e outros apontamentos masculinos sobre sexo e sexualidade*, de Thuani Coutinho Gomes de Queiroz. Ao realizar uma pesquisa etnográfica com sete homens do Rio de Janeiro, a autora buscou compreender a visão de diferentes sujeitos acerca do abuso sexual masculino e o processo de invisibilidade sofrido por tal violência, evidenciando que o entendimento de ter sido abusado sexualmente possui conexão direta com um ataque ao ideal de masculinidade em que o homem é a figura ativa da relação, pois para muitos homens se reconhecerem como vítimas significa terem passado por “situações nas quais não tinham controle sobre a experiência sexual vivida, ou seja, não foram propriamente sujeitos, mas objetos das interações” (Queiroz, 2020, p. 105).

E prosseguindo com suas pesquisas do mestrado, Amanda Pinheiro Said produziu a tese *Polivitimização de meninos abusados sexualmente: vítimas, familiares e profissionais* para o doutorado em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), defendida em 2021. Com o objetivo de “compreender o fenômeno da polivitimização

contra crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual do gênero masculino na perspectiva das polivítimas, de seus familiares e de profissionais do SGD” (Said, 2021, p. 42), a autora observou o não reconhecimento da polivitimização – quando se sofre mais de um tipo de violência – nos três grupos de participantes, destacando a importância de que haja, antes mesmo de um planejamento de intervenções às vítimas masculinas, um investimento para que possamos visualizar e nomear as ocorrências de variados tipos de violência que ocorrem concomitantemente ao abuso sexual.

Em 2022, foi concluída a dissertação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) intitulada *Além do Silêncio: uma análise sobre violência sexual com homens a partir dos Boletins de Ocorrência de Santa Catarina*, produzida por Manuela Darosci. Com o objetivo de "analisar as características dos homens que vivenciaram a violência sexual e registraram boletim de ocorrência, de seus perpetradores, bem como as características das violações" (Darosci, 2022, p. 26), a autora aponta que a violência sexual contra homens está diretamente associada a três principais fatores: a desproteção do Estado, a responsabilização das famílias e as relações de gênero. Além disso, ela considera intrigante o fato do assédio sexual ser a principal maneira que essa violência acontece “por demandar uma relação laboral como critério para sua definição – este local em que, muitas das vezes, no repertório interpretativo social é traduzido como campo próprio dos homens e espaço onde exercem o poder/autoridade” (Darosci, 2022, 118-119).

No mesmo ano, Denis Gonçalves Ferreira defendeu a sua tese em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), intitulada *Violência e revitimização sexual contra meninos, homens e HSH brasileiros: prevalência, fatores associados e subnotificação*, em que realizou uma pesquisa *online* com homens a fim de levantar dados que superem a falta de informação que acaba limitando o oferecimento de serviços de apoio, por exemplo, para que homens vítimas possam falar sobre seus traumas. O autor desta pesquisa é o criador do *Memórias Masculinas*, primeiro grupo no Brasil a ofertar apoio *online* a homens que sofreram de violência/abuso sexual.¹⁴

Por fim, no ano seguinte, foi defendida a dissertação *Meninos sexualmente abusados por mulheres: perspectivas de profissionais da Saúde em formação*, no âmbito do Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Camila Bahia Lessa (2023, p. 6) objetivou, por meio de grupos focais com estudantes de Medicina

¹⁴ Discutirei mais a questão de associações de apoio a homens vítimas de violência/abuso sexual no subcapítulo 2.3 *As redes de acolhimento voluntário a homens vítimas*.

e Psicologia, investigar “como as concepções sociais de gênero afetam as perspectivas de futuros profissionais da área da saúde em casos de violência sexual contra meninos quando perpetrado por mulheres”. Como principais resultados, a autora observou diversos desafios que são atravessados por contradições sociais e representações de gênero, apontando que “não só a escassez na abordagem na formação (não o reconhecendo como fenômeno multideterminado e para além do biológico), como também as questões de ordem psíquica dos profissionais (crenças individuais e preconceitos) complexificam a relação com o fenômeno” (Lessa, 2023, p. 71-72).

Tendo apresentado resumidamente cada produção de pós-graduação encontrada que operou com a violência/abuso sexual contra meninos como principal temática, é possível observar que a maioria das pesquisas trabalhou com entrevistas e buscou compreender os impactos dessa ocorrência na vida das vítimas. Observo também um consenso dos/as pesquisadores/as acerca da invisibilidade dos casos, o que, como consequência, acaba dificultando a própria produção de pesquisas sobre a problemática, colaborando para a escassez de trabalhos que visam contribuir com o enfrentamento dessa violência subnotificada.

Nesse sentido, seria interessante refletir sobre esse baixo número de estudos, que também poderia prejudicar profissionais que atuam diretamente com as vítimas, pois dessa maneira estes/as acabariam não se apropriando de conhecimentos teóricos que propiciariam o aperfeiçoamento e a criação de novas estratégias de atendimento e acolhimento aos meninos e homens que foram abusados sexualmente. Ou seja, na medida em que poucos casos são notificados, escassos também são os dados disponíveis para análise e fomento de políticas públicas, entre outros, o que acaba indiretamente comprometendo uma maior e melhor compreensão acerca do tema. Contudo, considero importante salientar também que um alto índice de pesquisas não necessariamente garantirá uma melhor atuação desses profissionais, pois o problema vai para além de números.

Cabe ainda salientar que, em seu Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Raquel Baptista Spaziani (2017) pesquisou acerca de como a perspectiva de gênero se insere em dissertações e teses sobre violência sexual contra crianças, publicadas entre os anos 1987-2015. No levantamento de 415 pesquisas sobre a temática, apenas 31 eram da área da Educação, tendo a perspectiva de gênero problematizada em somente nove dessas investigações, apontando gênero como maneira de significar as relações de poder que envolvem a violência sexual contra crianças.

A partir desse cenário de produções acadêmicas, em pequeno número e a maioria fora do campo da Educação, é que me mobilizei inicialmente a investigar a violência/abuso sexual contra meninos realizando, em julho de 2020, juntamente com a professora Jane Felipe, uma pesquisa *online* para investigar esses casos por meio de depoimentos reais – para além de somente revisões bibliográficas – em que participaram 170 homens brasileiros das cinco regiões do país, revelando que, destes, 74 afirmaram terem sido abusados sexualmente em suas infâncias.

Entre os principais resultados de nossa pesquisa, apontamos que: 53% dos casos ocorreram entre os 5 e 8 anos de idade; os/as principais agressores/as não eram das famílias das vítimas, mas de pessoas próximas; 43% desses/as agressores/as tinham entre 14 e 18 anos de idade; 50% dos abusos ocorreram na casa da vítima; grande parte desses meninos que foram abusados, não entendeu o que aconteceu na época do abuso, relatando sentirem medo, associado à vergonha, tristeza e isolamento; já na idade adulta, a maioria relatou ter dificuldade em se relacionar afetiva e sexualmente com outra pessoa, assim como alegaram ter problemas com a própria sexualidade, além de apresentarem sentimento de culpa e insegurança.

Outro aspecto a ser destacado na referida pesquisa é que o abuso teve índice de repetição para 76% das vítimas; 55% dos homens relataram sobre o abuso sofrido – muitas vezes sendo desacreditados – e, destes, metade contou sobre a violência sofrida apenas em idade adulta. No entanto, quando eles, ainda crianças, tiveram algum tipo de educação para a sexualidade na família ou na escola, sentiram-se encorajados para relatarem o abuso (entre 71% e 80%). A partir destas informações, que foram publicadas em dois artigos – um no periódico *Pesquisa em Foco* (v. 24, n. 2, jul./dez. 2020 – UEMA) e outro no *Debates Insubmissos* (v. 6, n. 20, jan./maio 2023 – UFPE) – percebemos como a violência/abuso sexual contra meninos é subnotificada e urge mais estudos e espaços de discussão sobre a construção das masculinidades e os silenciamentos a que os meninos e os homens são submetidos (Rosa; Felipe, 2020).¹⁵

2.2 O que dizem as estatísticas sobre os meninos abusados

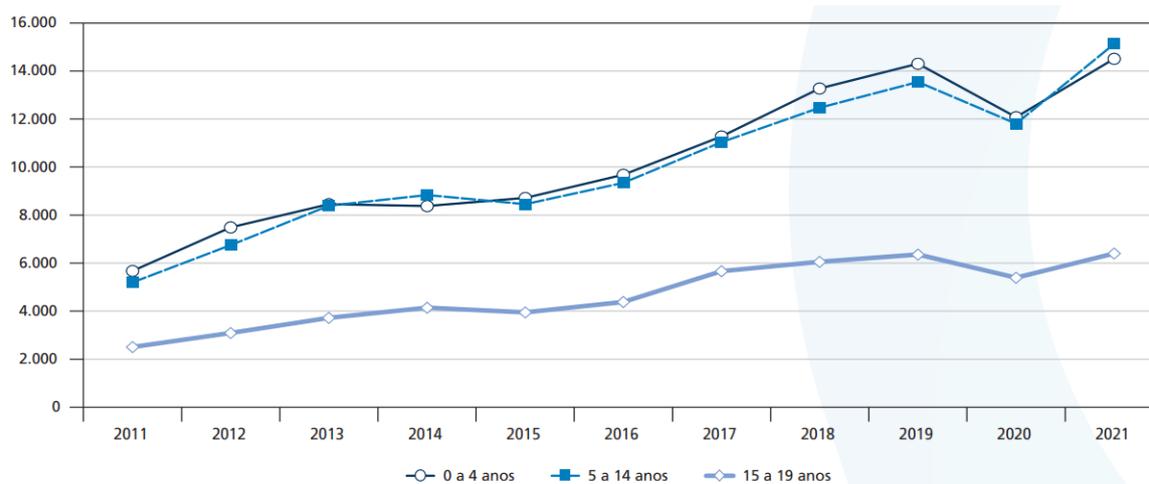
Acredito que um movimento importante que complementa a revisão de literatura realizada nesta pesquisa sobre a violência/abuso sexual contra meninos seria a análise e a reflexão sobre o que as estatísticas nos mostram acerca dessa temática. Sendo assim, nesta

¹⁵ Tal pesquisa será apresentada com mais aprofundamento no capítulo 3 desta tese, sobretudo no subcapítulo 3.4 *Violência/abuso sexual contra os meninos: masculinidades e silenciamentos*.

seção apresento alguns dos principais documentos brasileiros que indicam os dados de notificações registradas na última década.

Para começar, o *Atlas da Violência 2023*¹⁶, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostrou que, de 2011 a 2021, o número de vítimas de estupro de menores teve uma crescente nesse período em todas as faixas etárias - apenas com uma queda em 2020 (primeiro ano da Pandemia da Covid-19), como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Número de violência sexual contra crianças e adolescentes – Brasil (2011-2021).



Fonte: Atlas da Violência (Brasil, 2023, p. 34).

Este documento não realiza o recorte de gênero entre as vítimas, mas aponta como é preocupante o número de violência/abuso sexual contra crianças no Brasil, que supera os índices sobre o número de ocorrências com adolescentes e adultos. Nesse sentido, caberia questionar, principalmente, a percepção de família e escola acerca dessas crianças que, de alguma maneira, deram sinais de que estavam sendo abusadas sexualmente.

Esses altos índices de violência sexual assombram até mesmo a população adulta, como demonstra a pesquisa *A Polícia Precisa Falar Sobre Estupro*¹⁷, lançada em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha. O documento mostrou que 65% desses sujeitos no país têm medo de sofrer violência sexual; quando separada pela categoria de gênero, as estatísticas apontam que 85% das mulheres

¹⁶ Disponível em:

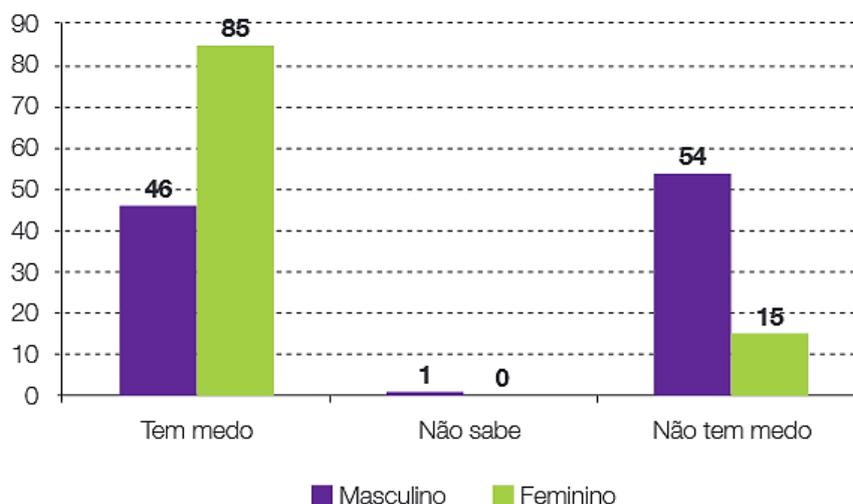
<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

¹⁷ Disponível em:

http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

brasileiras afirmam ter medo e 46% dos homens.

Gráfico 2 - Você tem medo de ser vítima de agressão sexual?



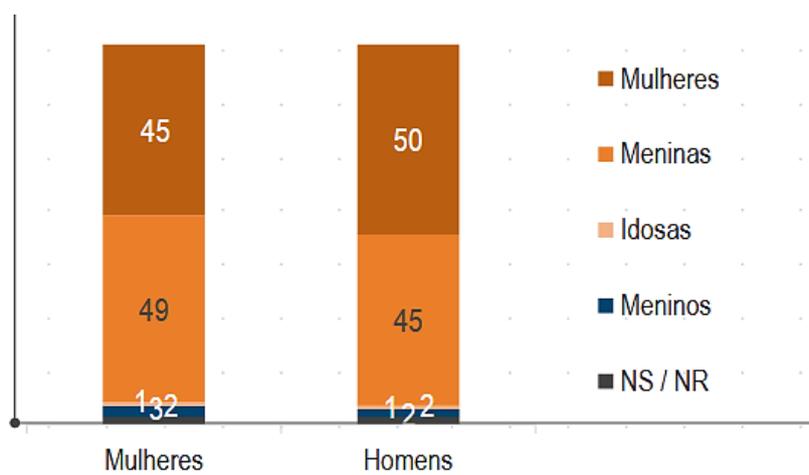
Fonte: A Polícia Precisa Falar Sobre Estupro (FBSP; Datafolha, 2016, p. 6).

Importante refletir que tal medo tende a afetar diretamente na saúde física e psicológica dos sujeitos, vítimas ou não, limitando a liberdade e também o registro das denúncias de casos na polícia. E se de um lado há o medo pela violência, de outro, configurando-se uma problemática igualmente complexa, há a descrença de muitos sujeitos acerca da ocorrência de violência/abuso sexual em meninos. *A Pesquisa Violência Sexual: Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil*¹⁸, desenvolvida em 2016 pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a Locomotiva Pesquisa & Estratégia, apontou que a população entrevistada, tanto as mulheres quanto os homens, acredita que apenas 2% das vítimas de estupro no país são meninos.

Gráfico 3 - Você diria que as principais vítimas de estupro no Brasil são...

¹⁸

Disponível em: http://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2016/12/Pesquisa_ViolenciaSexual_2016.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.



Fonte: Pesquisa Violência Sexual (IPG; Locomotiva, 2016, p. 30).

Tal dado mostra o quanto a violência/abuso sexual contra os meninos é invisibilizada e também negada por grande parte da população, o que só reforça a ideia equivocada de que eles não sofrem com tal prática ou que não há consequências para os meninos abusados.

O *Boletim Epidemiológico 54: Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021*¹⁹, lançado em maio de 2023 (com versão 2 em fevereiro de 2024) e produzido pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, apresenta um estudo descritivo do perfil epidemiológico das violências sexuais notificadas pelos serviços de Saúde, no período de 2015 a 2021, contra crianças e adolescentes, sendo os dados coletados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Este documento indica que, pelas características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual, 76,8% eram do gênero feminino e 23,2% eram do gênero masculino. Desse segundo grupo, 2,6% estavam na faixa etária menor de 1 ano de idade, 37,3% entre 1 e 4 anos e 60,1% entre 5 e 9, sendo 48,3% da raça/cor da pele negra. Para 34,5% dessas crianças, tal violência teve caráter de repetição, sendo os principais locais de ocorrência a residência (65,9%) e a escola (6,1%), e 59% dos casos foram notificados como estupro. Além disso, em 70,5% das situações notificadas, a violência sexual foi cometida por apenas um sujeito e, em 81,9%, o agressor era igualmente do gênero masculino, tendo vínculo de família/amizade/conhecimento para 64,4% das vítimas.

¹⁹ Disponível em:

<http://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Tabela 1 - Crianças vítimas de violência sexual notificada no Sinan, Brasil, 2015-2021.

Características	Meninas (N = 63.991; 76,8%)		Meninos (N = 19.320; 23,2%)		Total (N = 83.311; 100%)	
	N	%	N	%	N	%
Faixa etária (anos)						
<1	2.615	4,1	502	2,6	3.117	3,8
1 a 4	26.967	42,1	7.205	37,3	34.172	41,0
5 a 9	34.409	53,8	11.613	60,1	46.022	55,2

Fonte: Boletim Epidemiológico 54 (Brasil, 2024, p. 4).

Já pelas características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual, 92,7% eram do gênero feminino e 7,3% do masculino, sendo que, desse segundo grupo, 73,4% tinham entre 10 e 14 anos, 53% eram negros e 17,2% possuíam alguma deficiência ou transtorno. A questão da raça explicita aqui a vulnerabilidade que sujeitos negros sofrem ao longo da vida diante da violência desde a infância, não somente sexual, mas também física e que afeta a saúde mental, além de outras.

Sobre o aspecto da violência/abuso sexual em crianças e adolescentes com deficiências, Benedito Rodrigues dos Santos e Rita Ippolito (2009, p. 76) destacam que:

Tanto as meninas quanto os meninos, portadores de deficiência mental, são presas fáceis do autor do abuso sexual. Para mantê-los indefinidamente como objetos de gratificação sexual, o agressor normalmente se aproveita dos laços de confiança que são facilmente criados, da inocência e da falta de educação sexual – habitualmente são tratados pelos pais como assexuados –, da possibilidade do silêncio por meio da credibilidade acentuada às ameaças, além do possível descrédito que uma denúncia vinda dessas crianças ou adolescentes poderia ter.

Acerca das notificações de violência sexual, 41,8% dos casos tiveram caráter de repetição, tendo como principais locais de ocorrência a residência (55,9%) e a via pública (10%), e 59,8% dos eventos foram notificados como estupro. Ademais, entre essas vítimas, em 69,7% dos casos notificados a violência foi perpetrada por um autor, que em 86% das situações eram do gênero masculino e 58,5% tinham vínculo de família/amizade/conhecimento com a vítima.

Tabela 2 - Adolescentes vítimas de violência sexual notificada no Sinan, Brasil, 2015-2021.

Características	Meninas (N = 110.795; 92,7%)		Meninos (N = 8.725; 7,3%)		Total (N = 119.520; 100%)	
	N	%	N	%	N	%
Faixa etária (anos)						
10-14	75.099	67,8	6.404	73,4	81.503	68,2
15-19	35.696	32,2	2.321	26,6	38.017	31,8

Fonte: Boletim Epidemiológico 54 (Brasil, 2024, p. 6).

O *Boletim Epidemiológico 27: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*²⁰, já explicitava que a maior parte das notificações de violência/abuso sexual entre crianças e adolescentes ocorria com vítimas do gênero feminino, no entanto:

Os dados apresentam um volume importante de notificações contra as crianças e adolescentes do sexo masculino, tema que precisa ser melhor visibilizado. Nas violências sexuais, os papéis de gênero hegemônicos operam de forma a identificar os homens como agressores e as mulheres como vítimas, o que pode trazer dificuldades e preconceitos para a identificação de homens como vítimas (Brasil, 2018, p. 11).

Nesse contexto, também é importante referir que não é somente na categoria de violência/abuso sexual que os meninos são vítimas, pois, de acordo com o relatório 2017/2018 do *Projeto Mapear*²¹, organizado pela Polícia Rodoviária Federal em parceria com a Childhood Brasil desde 2003, que realiza um mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras, dos 2.487 pontos registrados com essas ocorrências, em 448 identificaram o gênero das vítimas e 9% deles envolviam os meninos.²²

O *Relatório 2019 do Disque Direitos Humanos – Disque 100*²³, lançado em maio de 2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), destaca dados sobre as denúncias de violações dos direitos de crianças e adolescentes, entre outros. O documento observa que, em relação ao gênero das vítimas, há uma diferença pontual

²⁰ Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

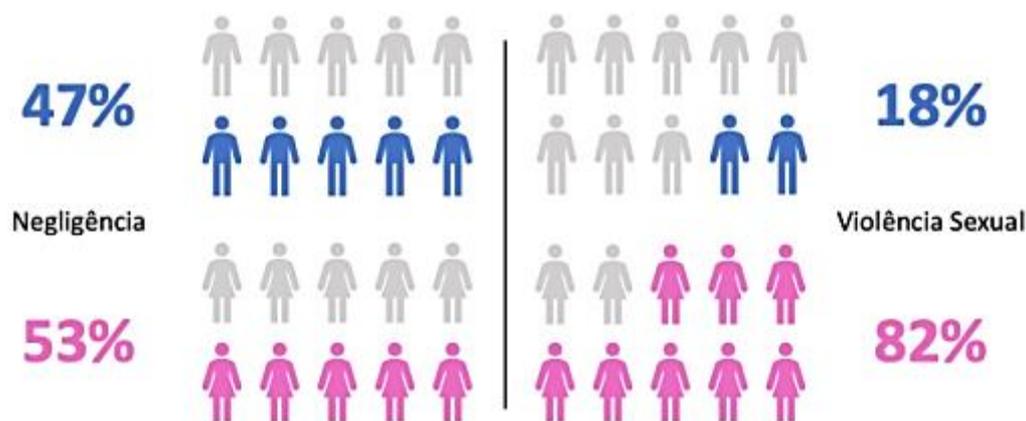
²¹ Disponível em: http://www.namaocerta.org.br/pdf/mapear2017_2018v01.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

²² O relatório 2019/2020 identificou 3.651 pontos vulneráveis, um aumento de 47% sobre o biênio anterior; já no relatório 2021/2022, o aumento para o anterior foi de 167%, indicando 9.745 pontos vulneráveis; porém ambos os documentos mais recentes não dimensionaram as vítimas por gênero. Disponível em: http://www.gov.br/prf/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/projeto-mapear/projetomapear_20192020.pdf e http://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/nacionais/2023/maio/WEB_REVISTAMAPEAR2023_v5.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

²³ Este foi o último relatório disponibilizado pelo governo. Disponível em: http://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mmfdh/disque_100_relatorio_mmfdh2019.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

entre as violações, pois enquanto na categoria Negligência a vítima possui uma distribuição quase igualitária entre meninos (47%) e meninas (53%), para os casos de violência sexual a vítima é majoritariamente do gênero feminino (82%).

Figura 1 - Gênero da vítima por tipo de violação.



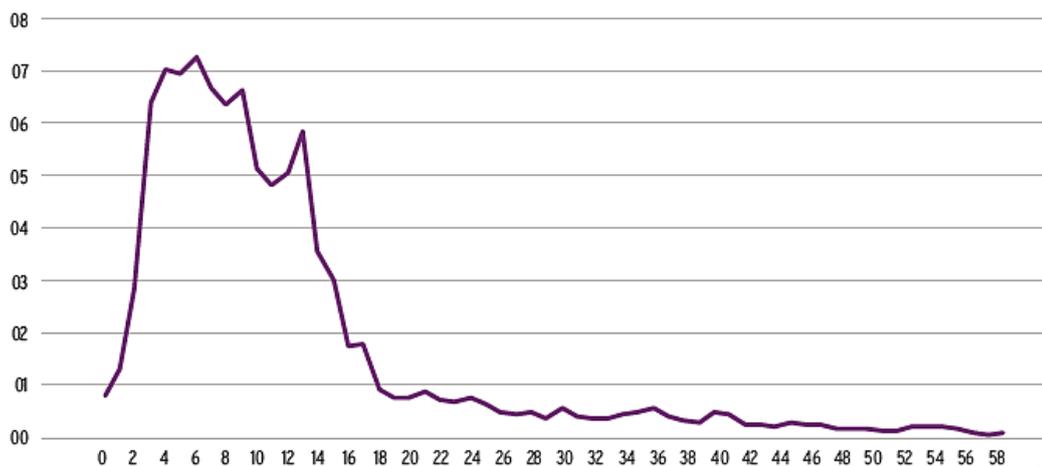
Fonte: Relatório 2019 do Disque Direitos Humanos (Brasil, 2020, p. 58).

Outro documento, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*²⁴, na edição lançada em julho de 2021 e produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta dados sobre estatísticas criminais, segurança pública e privada e, entre outros, acerca das notificações de estupro e estupro de vulnerável registradas ao longo do ano de 2020.

O material aponta que a maioria das vítimas é do gênero feminino (86,9%), contudo destaca que, entre as vítimas do gênero masculino, os casos com mais incidência ocorrem nos primeiros anos de infância. Enquanto entre os registros de violência sexual contra as meninas crescem até atingir o máximo entre meninas de 13 anos, para os meninos a curva da faixa etária se diferencia por possuir uma grande concentração de vítimas até os 9 anos de idade, como encontramos também em nossa pesquisa (Rosa, Felipe, 2020).

Gráfico 4 - Vítimas de estupro e estupro de vulnerável do gênero masculino, por idade.

²⁴ Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.



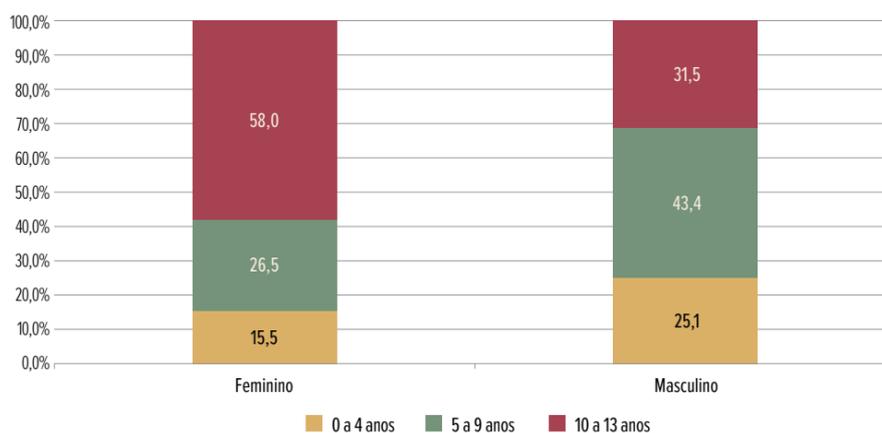
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021, p. 115).

O Anuário (FBSP, 2021, p. 115) ainda pontua que

A subnotificação já característica parece ser um problema ainda maior em relação a meninos, e alguns estudos sugerem que essa característica está ligada aos imaginários de virilidade e iniciação sexual da sociedade em relação aos homens, e não como violência. Entretanto, é interessante nos perguntarmos sobre a possibilidade da subnotificação ser ainda maior em homens adultos, onde as expectativas sociais sobre masculinidades pesam ainda mais.

Já o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023* (FBSP, 2023) apresenta dados em relação a casos de estupro de vulnerável no Brasil em 2022 com o índice de 14% para vítimas meninos, sendo que 43,4% deles tinham entre 5 e 9 anos de idade.

Gráfico 5 - Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável, por sexo.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023, p. 205).

Nesse contexto, concordo com Luciana Temer (2022, p. 250) em suas duas hipóteses:

a primeira é de que, em um país machista como o nosso, os meninos vão sendo mais respeitados conforme crescem e deixam de ser objeto desta violência; a segunda é de que, justamente por sermos um país machista, os meninos, por constrangimento, denunciam ainda menos que as meninas as violências sexuais que sofrem.

Desta maneira, percebo como os documentos que apresentam dados sobre violência/abuso sexual, principalmente contra crianças e adolescentes, já problematizam as notificações de ocorrências com vítimas do gênero masculino, refletindo sobre as expectativas culturais e sociais relacionadas aos homens desde a infância.²⁵

A *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*²⁶, lançada em agosto de 2021 e produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui-se como outro material para relevante análise de dados. Neste documento são apresentados os resultados da quarta edição da pesquisa (PeNSE), realizada em 2019, com indicadores, entre outros, de violência sexual entre estudantes de 13 a 17 anos de idade.

Os resultados indicaram que, entre esses escolares, 14,6% já foram tocados, manipulados, beijados ou passaram por situações de exposição de partes do seu corpo contra a vontade alguma vez na vida. Quem mais reportou esse tipo de violência foram as meninas (20,1%), com percentual pouco maior que o dobro do índice observado para os meninos (9,0%). Outra questão que essa pesquisa levantou foi a relação sexual forçada, que mostrou que 6,3% dos escolares foram obrigados a terem relação contra a sua vontade, sendo que, destes, os meninos apresentaram o percentual de 3,7%, enquanto entre as meninas a prevalência foi de 8,8%.

Já o *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*²⁷, lançado em outubro de 2021 e produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), também demonstra alguns dados para se pensar sobre a temática da violência/abuso sexual contra meninos.

²⁵ Cabe referir que o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021* (FBSP, 2021, p. 115) citou como referência de discussão a pesquisa sobre violência/abuso sexual contra meninos produzida por mim e por Jane Felipe publicada na Revista Pesquisa em Foco (v. 25, n. 2, p. 144-167, jul./dez. 2020).

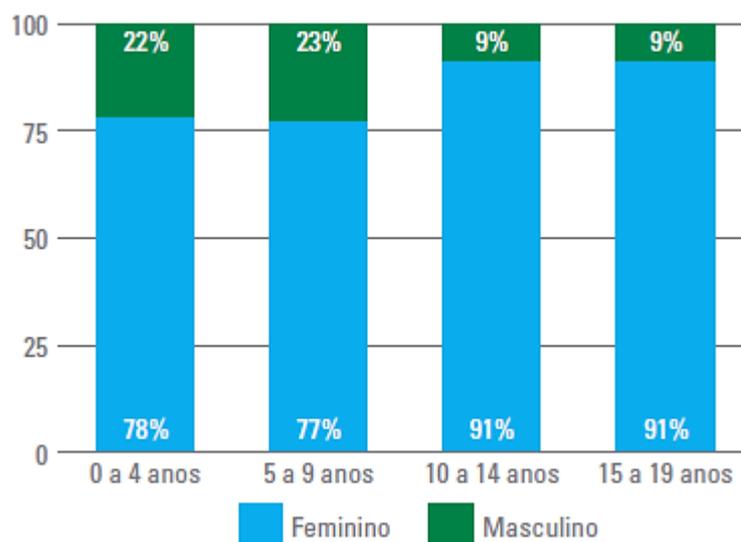
²⁶ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

²⁷ Disponível em:

<http://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Esse documento analisa os registros de violência sexual no período entre 2017 e 2020, apontando que o crime de estupro, em todas as faixas etárias, ocorre em maior parte com vítimas do gênero feminino. Contudo, no recorte etário de vítimas entre 0 a 9 anos, as meninas representam 77% do total e os meninos 23%. Já entre as vítimas entre 10 e 19 anos, o gênero feminino responde por 91% dos registros, e o masculino, por 9%, indicando que quanto mais velha a vítima, maior a chance de ela ser uma menina.

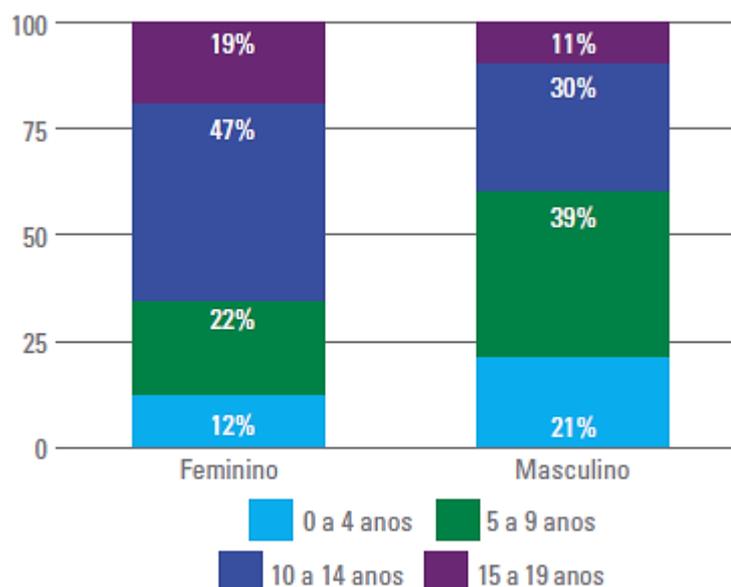
Gráfico 6 - Percentual de estupros por faixa etária – por gênero (2017 a 2020).



Fonte: Panorama da violência letal e sexual (UNICEF; FBSP, 2021, p. 37).

Separando as vítimas por gênero, entre os meninos, 21% tinham entre 0 e 4 anos, 39% entre 5 e 9 anos, 30% entre 10 e 14 anos e 11% entre 15 e 19 anos. Desse modo, percebe-se que a maior concentração de casos envolvendo os meninos ocorre de 0 a 9 anos (69%), diferentemente das meninas, cuja maior incidência ocorre entre os 5 e 14 anos de idade (69%).

Gráfico 7 - Percentual de estupros por gênero – por faixa etária (2017 a 2020).



Fonte: Panorama da violência letal e sexual (UNICEF; FBSP, 2021, p. 38).

A pesquisa ainda salienta que a distribuição dos casos varia conforme o gênero e a faixa etária da vítima:

Os casos de estupro de meninos estão concentrados na primeira infância; os casos de meninas são proporcionalmente mais frequentes entre 10 e 14 anos de idade. Isso não significa que a primeira infância não deva ser fator de preocupação em relação a vítimas do sexo feminino, uma vez que, em números absolutos, elas são mais numerosas do que as vítimas do sexo masculino (UNICEF; FBSP, 2021, p. 38).

De acordo com a *Cartilha Maio Laranja* (referente ao *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, celebrado no dia 18 desse mês) publicada pelo MDH²⁸, no ano de 2021 houve 308.694 denúncias de violações de direitos humanos, sendo 100.947 (33%) cometidas contra crianças e adolescentes, e destes, 18.681 (19%) foram casos de violência/abuso sexual, sendo que os meninos representaram 14% das vítimas.²⁹

Tabela 3 - Dados do Disque 100 – ano 2021.

²⁸ Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/cartilha-maio-laranja-2022.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

²⁹ Cabe destacar que nos anos compreendidos pela presidência entre 2018 e 2022 o MDH tinha ocultado e demorado para divulgar os dados relativos às violações de direitos humanos, incluindo a violência contra crianças e adolescentes. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/mpf-pede-informacoes-a-ministerio-de-damores-sobre-omissao-de-dados-em-relatorio-de-direitos-humanos.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2022.

ANO 2021													
100.974 DENÚNCIAS (*)													
Violência contra Crianças e Adolescentes													
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho								
7.393	6.722	8.022	9.017	9.723	9.169								
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro								
8.879	9.200	9.103	8.811	8.589	6.346								
12.597 DENÚNCIAS – ESTUPRO (*)													
Perfil da Vítima													
SEXO			FAIXA ETÁRIA				RAÇA/COR						
Feminino	Masculino	N/D	> 12 anos	12 a 17 anos	N/D	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	N/D		
79%	12%	9%	43,63%	46,07%	10,30%	0,51%	32,08%	0,31%	31%	8,6%	27,5%		
Perfil do Suspeito da Agressão													
SEXO			FAIXA ETÁRIA				RAÇA/COR						
Feminino	Masculino	N/D	18 a 39 anos	40 a 64 anos	+ 65 anos	>18 anos	N/D	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	N/D
13,32%	79,05%	7,63%	40,33%	34,45%	4,57%	2,56%	18,11%	0,33%	27,02%	0,27%	28,94%	12,34%	31,11%

Fonte: Cartilha Maio Laranja (Brasil, 2022, p. 17).

Os dados apresentados no material ainda mostram que, do total de denúncias de violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes recebidas pelo MDH naquele ano, 12.597 (67%) foram de estupro de vulnerável, sendo os meninos 12% do total de vítimas. Já com base nos primeiros cinco meses de 2022, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) recebeu 7.447 denúncias de estupros, sendo quase 79% destas cometidas contra crianças ou adolescentes – tal dado já representa um aumento de 76% comparado ao mesmo período em 2021.³⁰

Por fim, de acordo com o relatório dos principais resultados da *TIC Kids Online Brasil 2023*, uma pesquisa produzida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em parceria com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), que teve como objetivo compreender de que maneira a população de 9 a 17 anos de idade utiliza a Internet e como lida com os riscos e as oportunidades decorrentes desse uso, 14% dos meninos participantes já se sentiram incomodados após contato com mensagens *online* de conteúdo sexual. Sobre algumas situações vivenciadas ao usar a Internet, 21% dos meninos afirmaram que já receberam mensagens de conteúdo sexual; 15% já viu mensagem de

³⁰ Disponível em:

<http://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/criancas-e-adolescentes-sao-79-das-vitimas-em-denuncias-de-estupro-registradas-no-disque-100>. Acesso em: 08 jul. 2022.

conteúdo sexual postadas para outras pessoas verem; 8% já receberam pedido de foto ou vídeo em que aparecessem pelados; e 5% já receberam pedido para falar sobre sexo na Internet.

Portanto, com base em todas essas estatísticas, percebo como deveria haver uma crescente preocupação com o número de casos subnotificados de violência/abuso sexual contra os meninos que, mesmo em menor número de vítimas, apresentam especificidades culturais, históricas e sociais que dificultam as denúncias e notificações. Desta maneira, emerge a necessidade de que levantamentos como esses continuem a ser produzidos, corroborando assim para a visibilidade da temática e a importância de se repensar a realidade de muitos meninos que têm suas infâncias roubadas e suas vidas traumatizadas para sempre.

2.3 As redes de acolhimento voluntário a homens vítimas

Considero relevante destacar como nos últimos anos têm surgido redes de acolhimento e apoio a homens vítimas de violência/abuso sexual, principalmente na modalidade *online*, oferecendo informações e alguns serviços, como plantões psicológicos e encaminhamentos. Em uma busca virtual sobre esses grupos, encontrei cinco que atuam por meio de seus sites, assim como telefones e também redes sociais.

Como destacado no início deste capítulo, as pesquisas sobre violência/abuso sexual contra meninos começaram a surgir nos anos 80, e nessa mesma década iniciou o *Survivors UK*³¹, um grupo inglês de apoio a meninos – maiores de 13 anos de idade – e homens que foram vítimas dessa ocorrência. Fundado em 1986, o coletivo, que conta em sua página no Facebook @SurvivorsUK cerca de 6,2 mil seguidores, possui uma equipe chamada “Independent Sexual Violence Advisors” (Conselheiros Independentes de Violência Sexual) que, de acordo com o site, são sujeitos “treinados para fornecer apoio emocional e prático a sobreviventes de estupro, abuso sexual e agressão sexual que tenham denunciado a polícia ou que estejam pensando em denunciá-la”.

Em abril de 2019, o *Survivors UK* lançou um documento *online* descrevendo os planos para o quinquênio 2019-2024 para apoiar mais meninos e homens que sofreram com violência/abuso sexual.³² Um aspecto diferencial do grupo é o atendimento a sujeitos não-binários que também foram vítimas.

³¹ Disponível em: <http://www.survivorsuk.org>. Acesso em: 08 jul. 2022.

³² Disponível em:

http://www.survivorsuk.org/wp-content/uploads/2021/10/SurvivorsUK_Strategic-Plan_2019-2024-1.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

Outra instituição que encontrei foi a *lin6*³³ dos Estados Unidos, fundada em 2007 e com site próprio desde 2010; sua página no Facebook, @lin6org, possui pouco mais de 9 mil seguidores. O próprio nome do grupo já indica a estatística mundial de que 1 a cada 6 homens já foi ou será abusado sexualmente em sua vida, seja na infância ou na vida adulta. Na página da internet da associação há informações sobre a violência/abuso sexual contra meninos e homens, estatísticas, perguntas comuns sobre o tema, histórias de vítimas, recomendação de livros e filmes, além de material de apoio para família e amigos e treinamento para profissionais atuarem com sobreviventes.

O site do *lin6* também lista sete principais equívocos que precisam ser desconstruídos, sendo eles: (i) meninos não podem ser abusados sexualmente; (ii) o abuso é sempre culpa do menino; (iii) o abuso sexual é menos prejudicial para os meninos; (iv) somente homens gays são abusadores; (v) ser um homem sobrevivente de abuso sexual significa que ele é gay; (vi) meninos abusados por mulheres são "sortudos"; e (vii) homens sobreviventes irão abusar outros igualmente.

Já o grupo *We Are Survivors*³⁴, da Inglaterra, que inicialmente era chamado de *Survivors Manchester*, iniciou seus trabalhos dois anos depois, em 2009; sua página no Facebook, @SurvivorsMcr, possui 3,3 mil seguidores. Em seu *site*, assim como o *lin6*, eles oferecem uma série de informações acerca da violência/abuso sexual envolvendo vítimas do gênero masculino, oferecendo apoio a homens e familiares, assim como treinamento e consultoria. Além disso, também há um espaço de incentivo à escrita de testemunhos, a fim de funcionar como uma espécie de terapia e, da mesma maneira, encorajar outros homens a procurarem auxílio.

Uma instituição mais recente é a *Quebrar o Silêncio*³⁵, de Portugal, que foi fundada em 2017, cuja página no Facebook, @quebrarosilencio, possui 9,1 mil seguidores. No site do grupo, há um número de telefone para suporte e orientações de apoio para si ou para outra pessoa que tenha sido vítima, assim como informações sobre violência/abuso sexual de crianças e homens, mitos comuns, perguntas frequentes, testemunhos de homens e *download* de um *Guia de Bolso para Homens Sobreviventes de Violência e Abuso Sexual* criado pela associação.

Alguns dos dados presentes nesse *Guia* apontam que: 1 em cada 6 homens é vítima de alguma forma de violência sexual antes dos 18 anos; em média, um homem

³³ Disponível em: <http://lin6.org>. Acesso em: 08 jul. 2022.

³⁴ Disponível em: <http://www.survivorsmanchester.org.uk>. Acesso em: 08 jul. 2022.

³⁵ Disponível em: <http://quebrarosilencio.pt>. Acesso em: 08 jul. 2022.

sobrevivente abusado na infância demora entre 20 a 30 anos até procurar apoio; apenas 16% dos homens sobreviventes considera ter sido vítima de abuso sexual; só 3,9% dos homens sobreviventes de violência sexual denuncia o seu caso. Além disso, o criador dessa instituição, Ângelo Fernandes, lançou em outubro de 2022 um livro sobre a temática, intitulado *De que falamos quando falamos de violência sexual contra crianças: Guia de prevenção com orientações para mães, pais e pessoas cuidadoras*.

Dessas informações, uma das situações mais preocupantes acerca do homem vítima de violência/abuso sexual é a questão do tempo de demora em procurar ajuda - que muitas vezes ocorre pela hesitação em falar sobre o acontecido e perdurando a violência durante muito tempo -, pois além das consequências acarretadas ao longo de sua vida pela experiência do abuso, há uma questão legal acerca de uma possível denúncia em idade adulta. No Brasil, de acordo com a Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, a contagem do prazo de 20 anos para a prescrição dos crimes contra dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes começa a ser contado a partir da data em que a vítima completar 18 anos de idade, salvo se a ação penal tiver já iniciado em data anterior. Ou seja, se o homem vítima demora de 20 a 30 anos para buscar ajuda e talvez notificar o caso de abuso sofrido, este crime já terá prescrito.³⁶

Em relação a essa questão, a organização *Quebrar o Silêncio* lançou uma campanha de sensibilização em novembro de 2022 com o vídeo "Quebrar o Silêncio – mais de 20 anos em silêncio"³⁷, com a descrição "Um homem abusado sexualmente na infância demora, em média, mais de 20 anos a partilhar a sua história. Um em cada seis homens é vítima de alguma forma de violência sexual antes dos 18 anos. Nunca é tarde para procurar apoio." Além do material audiovisual, a campanha também divulgou duas imagens:

Figura 2 - Campanha de sensibilização da Quebrar o Silêncio.

³⁶ Tal lei ficou conhecida como Lei Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora, que denunciou em 2008 seu treinador por perpetrar abuso sexual contra ela quando ainda era criança.

³⁷ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=QHESuJ--I_0. Acesso em: 10 dez. 2022.



Fonte: Quebrar o Silêncio (2022).

Nas imagens é possível observar rostos de meninos em corpos de homens (um branco e um negro), representando a violência/abuso sexual sofrida na infância, mas que é externalizada apenas na vida adulta, destacando as décadas em silêncio e divulgando os contatos do grupo para dar suporte aos sujeitos que querem ajuda. Outra ação relevante de se destacar do *Quebrar o Silêncio* diz respeito ao material produzido e disponibilizado pela associação em março de 2023 – guias para auxiliar profissionais da área da Comunicação Social na escrita de notícias e reportagens acerca da violência sexual, assim como orientações para entrevistar vítimas – que será utilizado posteriormente nesta pesquisa.³⁸

E no início de 2021 iniciaram os trabalhos do *Memórias Masculinas*³⁹ aqui no Brasil, cuja página no Facebook, @memorias.masculinasoficial, possui pouco mais de 187 seguidores, idealizado pelo professor e psicólogo Denis Gonçalves Ferreira, que pesquisou sobre a temática em seu Doutorado em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Ele desenvolveu para sua tese um *Estudo Nacional Sobre Violência Sexual em Homens que Fazem Sexo com Homens e Fatores Associados*, a fim de estimar a prevalência de violência sexual contra homens no Brasil e consequências.

No *site* desse grupo brasileiro, assim como nos estrangeiros, também há textos que informam sobre a violência/abuso sexual contra homens e explicações de como conseguir e oferecer ajuda, incentivando o voluntariado. Além disso, a página ainda apresenta um recorte da realidade de casos no país, com dados em infográficos que visam divulgar

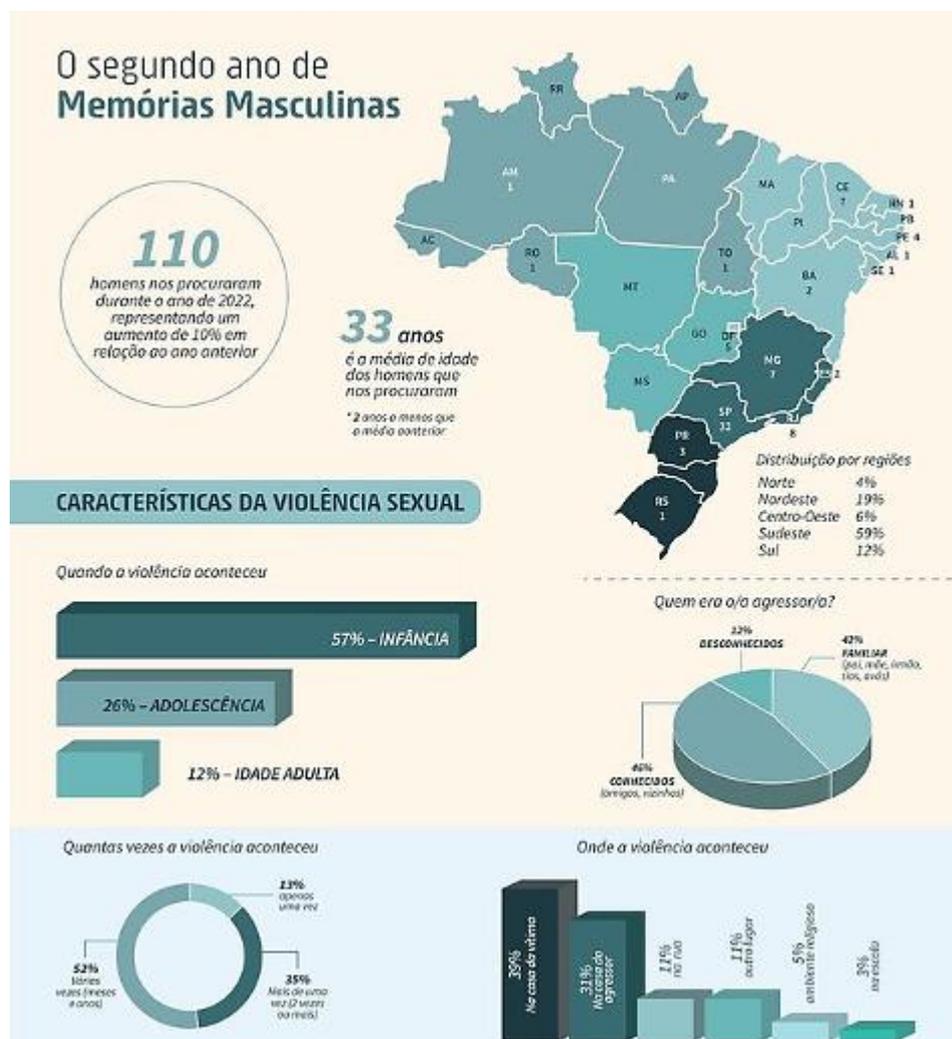
³⁸ Disponível em: <http://guiaocs.com>. Acesso em: 31 mar. 2023.

³⁹ Disponível em: <http://memoriasmasculinas.org/site>. Acesso em: 13 nov. 2021.

alguns números ao mesmo tempo em que chamam a atenção dos internautas sobre a questão.

Em março de 2023, o *Memórias Masculinas* divulgou em suas redes sociais⁴⁰ um relatório de atendimentos de seu segundo ano de existência:

Figura 3 - Relatório do segundo ano de atendimentos do grupo Memórias Masculinas.



Fonte: Rede social do grupo *Memórias Masculinas* (2023).

Em suma, a procura por atendimentos ao grupo aumentou em 10%, sendo a média de idade dos homens de 33 anos - majoritariamente moradores das regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Além disso, mais da metade desses homens atendidos declarou ter sido vítima de violência/abuso sexual na infância, em mais de 80% dos casos os crimes foram cometidos por familiares ou conhecidos e a ocorrência teve um caráter de repetição para também mais de 80% dos homens.

⁴⁰ Disponível em: http://www.instagram.com/p/CqETZEdvjy_. Acesso em: 23 mar. 2023.

Um dos pontos em comum nesses quatro grupos é exatamente a proposta de não possuir fins lucrativos, incentivando o voluntariado das pessoas que atuam na elaboração de materiais informativos e na prestação de serviços a homens vítimas, destacando a necessidade dessas redes de apoio, principalmente por meio de profissionais da área da Psicologia. Entretanto, essas ações ainda são pouco divulgadas e precisam de ampla difusão para que alcancem aqueles que precisam de acolhimento e ajuda a fim de conseguirem superar seus traumas e melhorar sua qualidade de vida.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o voluntariado é um fator importante do trabalho desses grupos, este também ainda é um dos aspectos que tornam um desafio a manutenção das referidas instituições, pois a falta de recursos financeiros, muitas vezes, impede o desenvolvimento do trabalho realizado. Um exemplo disso é o grupo *Hombres Sobrevivientes*⁴¹ da Costa Rica, criado em 2014 e cuja página no Facebook @survivorscr possui pouco mais de 3 mil seguidores, que deixou de fornecer seus serviços terapêuticos em outubro de 2021 alegando a falta de recursos econômicos.

Apesar disso, acredito que essa modalidade *online* de suporte a homens que foram vítimas de violência/abuso sexual, seja na infância ou mesmo na idade adulta, ajuda a motivar a revelação da experiência, principalmente a partir de 2020, com o início da Pandemia de Covid-19, que instaurou distanciamento social em todo o mundo em virtude da doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 que afeta o sistema respiratório. Contudo, a necessidade de mais debates nas mídias sobre a temática é latente, pois é possível observar como muitos homens ainda não se identificam como vítimas dessa violência, ou mesmo são silenciados pela sociedade.

Outra semelhança desses grupos de apoio a homens que foram abusados sexualmente, principalmente os internacionais, é o termo pelo qual estes sujeitos são chamados, com preferência de "sobreviventes" a "vítimas". Os sites das associações alegam que a segunda palavra tem uma conotação que muitos homens podem não se sentir confortáveis com ela. Aqui na tese, utilizo o termo "vítima" por considerar que "sobrevivente" poderia apenas reforçar uma ideia de virilidade e masculinidade que não aceita ser vulnerável.

2.4 Representações da violência/abuso sexual contra meninos nas artes

As artes fazem parte de nossa vida e nos convidam a refletir sobre diversos temas

⁴¹ Disponível em: <http://sobreviviente.org>. Acesso em: 08 jul. 2022.

por vezes sensíveis, instigando em nós um olhar apurado e diferenciado. Nesse contexto, a literatura é uma das grandes aliadas às causas que envolvem os Direitos Humanos e o respeito à diversidade, por exemplo, com obras para todas as idades abordando questões como identidade e diferença. A seguir, apresento um acerto constituído por mim com dez obras literárias brasileiras que abordam a temática da violência/abuso sexual contra vítimas do gênero masculino.⁴²

O primeiro livro é o infanto-juvenil *O menino do capuz vermelho*, escrito e ilustrado pela gaúcha Marília Pirillo e publicado em 2009 pela Editora Prumo. A história, de 48 páginas e narrada em primeira pessoa pelo protagonista Gustavo, de 12 anos de idade, conta o dia em que o menino vai levar o pão que sua mãe assou para a sua avó e, no caminho, é interrompido por alguns meninos mais velhos. Nesse encontro, que lembra muito o conto de fadas de “Chapeuzinho Vermelho”, a criança é surpreendida por um homem misterioso que surge e o acompanha até o apartamento de sua avó. Lá, ele a tranca no banheiro e tenta abusar de Gustavo, até o porteiro tocar a campainha e salvar o menino.

Já a obra *Tia Rafaela*, escrita pelo mineiro Davi Castro e publicada pela Panda Books em 2010 com 176 páginas, apresenta um caso real de um menino – o narrador da história – que é seduzido pela professora de Educação Física de sua escola e acaba se tornando pai aos 13 anos de idade. Rafaela, de 26 anos e que era casada e com um filho, transforma a vida do menino se aproveitando que ele estava passando por muitas mudanças na época, como a separação dos pais, a ausência da mãe e da irmã e morando em uma cidade nova.

Outro livro infanto-juvenil é *Antônio*, do pernambucano Hugo Monteiro Ferreira com ilustrações de Camila Carrossine e publicado pela Editora Escrita Fina em 2012, que apresenta a temática por meio da experiência vivida pelo protagonista de sete anos de idade que estava sendo vítima de violência/abuso sexual quando a família estava longe. Na obra de 56 páginas, o agressor é representado por uma mão (de um homem amigo da família) que assusta e ameaça Antônio, mudando o comportamento do menino e o deixando agressivo e deprimido.

Já a obra *Sem medo de falar: relato de uma vítima de pedofilia*, do mineiro Marcelo Ribeiro e publicado pela Editora Paralela em 2014 com 200 páginas, apresenta o relato autobiográfico do autor que narra experiências de abuso sexual sofridos entre os 12 e 16

⁴² Esses livros foram encontrados por meio de buscas *online* em sites de pesquisas e de livrarias virtuais, com os descritores “abuso sexual”, “meninos” e “literatura”. O levantamento e a leitura dessas obras aconteceram ao longo de toda a elaboração desta tese.

anos de idade cometido por um maestro do coral da igreja e que tenta ser superado na idade adulta com a ajuda da esposa, 30 anos depois. O texto, que intercala nos 22 capítulos o relato do autor com recortes de notícias sobre a temática, possui um tom denunciativo e que questiona se os direitos da criança e do adolescente realmente existem.

De autoria do paulista Alexandre Braoios, *Coisas de menino* foi publicado em 2016 pela Editora Illuminare. Na obra, de 267 páginas e baseada em uma história real, conhecemos Raul, um professor de Educação Física que, já idoso e com uma doença degenerativa, revela à sua enfermeira, como último desejo em vida, que, quando jovem, ele abusou de um menino de 8 anos. O garoto em questão sofria preconceito por sua delicadeza, o que o tornava vulnerável aos meninos mais velhos e alvo fácil de sujeitos que se colocavam à disposição e como compreensíveis para acalantar o sofrimento de uma criança.

Em 2018 foi publicado o livro *O ato do tio*, de Hugo Estanislau pela Editora Pedregulho, em que o autor capixaba narra, ao longo das 188 páginas da obra, a partir da ótica do protagonista Edmar – um professor de Anos Iniciais – sua experiência de ter descoberto que seu aluno João, de sete anos de idade, estava sendo abusado pelo pai e os movimentos para cessar tal violência. Entretanto, toda a situação se complica quando o pai do menino arma contra o professor e o coloca no papel de abusador, sendo apontado em seu local de trabalho e comunidade escolar como um possível pedófilo, gerando polêmicas a respeito da questão de homens na docência com crianças.

Três Porcos, do catarinense Marcelo Labes, publicado pela Caiapontes Edições em 2020 com 192 páginas, é um romance narrado em primeira pessoa que conta alguns abusos sofridos pelo protagonista Rafael durante sua infância e juventude. Por meio de lembranças, ele passa a se compreender como uma vítima de violência sexual, fazendo crescer em si, já em idade adulta, um desejo de vingança. O autor comentou em *lives* de lançamento da obra que a história mistura realidade e ficção, pois ele mesmo teria sido vítima de violência/abuso sexual em sua infância.⁴³

E *O Primeiro Estupro: a Morte de Minha Alma – Fragmentos*, do gaúcho Joaquim Manuel da Silva, publicado pela Chiado Books em 2020, também é narrado em primeira pessoa e conta episódios de abuso sexual vividos por um menino negro entre os 5 e os 13 anos de idade. A obra, de 120 páginas e que se originou a partir de relatos de meninos

⁴³ Em novembro de 2021 o livro *Três Porcos* (Labes, 2020) ganhou o Prêmio Machado de Assis de Melhor Romance pela Fundação Biblioteca Nacional. Já em março de 2023, o autor publicou em suas redes sociais que a mesma obra estava sendo adaptada para o cinema.

ouvidos pelo autor na época em que trabalhou em serviços de Assistência Social, mostra a questão da articulação de gênero e sexualidade com outras categorias analíticas, como classe, raça e religião.

Cabe destacar que estes dois últimos livros foram analisados mais profundamente e o resultado desse estudo foi apresentado no artigo *Representações da violência/abuso sexual contra meninos em obras de literatura: entre a denúncia e a resistência*, escrito por mim e pela professora Jane Felipe e publicado pela *Revista Prâksis* (a. 19, v. 2, jul./dez. 2022 – FEEVALE)⁴⁴. Consideramos que esses dois romances, em especial, rompem com o silenciamento da temática e se apresentam como maneiras de denúncia e resistência, debatendo estigmas das infâncias de homens invisibilizados e tomados por sentimentos de culpa, insegurança, medo, tristeza e vergonha.

Em 2021 ocorreu o lançamento do livro *Silêncio em si maior*, do fluminense Fabrício Pacheco pela Editora Letramento. A narrativa, de 110 páginas, conta a história de um menino de 11 anos, corajoso, criativo e inteligente, que é abusado pelo tio e tenta fazer com que ele seja preso pelo crime. Escrito em formato de diário em primeira pessoa, a obra envolve o leitor e mostra como diversas vezes as crianças dão sinais do que estão passando ou de que querem contar algo, mas são negligenciadas por todos.

Já em 2022, foi publicado *Amargoso*, romance do cearense Francisco Silva Cavalcante Junior pela Editora Radiadora. Com 144 páginas, a obra é narrada em primeira pessoa e conta a história de Arthur, um jovem ator e sonhador que, quando tinha seis anos de idade, foi estuprado pelo marido da vizinha, situação que motivou seu pai a largar a família quando descobriu o ocorrido dois anos depois. O protagonista, que saiu do interior da Bahia para o Rio de Janeiro e depois aos Estados Unidos, sempre rememorou a marca do abuso em sua infância, cometido mais tarde também pelo seu cunhado durante a adolescência e outros homens de onde residia, conseguindo externalizar o trauma somente quase 40 anos depois.⁴⁵

Destaco aqui que a criação desse acervo de dez obras opera no intuito de evidenciar que a arte literária oportuniza não apenas mostrar a existência de casos de violência/abuso sexual contra meninos, mas também apresenta uma maneira de escutar esses homens que

⁴⁴ O trabalho resultante deste estudo foi apresentado em outubro de 2021 no *Seminário de Pós-graduação – Inovamundi* da Universidade FEEVALE, recebendo Prêmio Destaque na área das Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.facebook.com/projetossociaisfeevale/videos/premia%C3%A7%C3%A3o-inovamundi-2021/602077211074414>. Acesso em: 18 abr. 2024.

⁴⁵ Este livro foi republicado pela Editora CRV com o título *Amarás* (Cavalcante Junior, 2023), apresentando novos desfechos ao enredo ao longo de 84 páginas.

passaram pela experiência na infância, tendo em vista que muitos livros são autobiografias e que, se não fossem os autores contarem suas memórias, estas não seriam divulgadas de outra maneira. Nesse sentido, acredito que a ação de lembrar e escrever sobre os abusos vividos também se configura como um ato político que instaura novos tensionamentos sobre a temática e faz ouvir as vozes das vítimas, a fim de que não se caia no esquecimento.⁴⁶

Figura 4 - Livros literários com temática de violência/abuso sexual contra meninos.



Fonte: Imagens capturadas da Internet (2023).

Caberia destacar também que, em alguns desses livros, os protagonistas se apresentam como meninos que são considerados afeminados em suas infâncias, levantando reflexões sobre o quanto tal aspecto tenha, de alguma maneira, influenciado – ou mesmo justificado para alguns olhares – a violência sofrida, relacionando-se diretamente com casos reais que serão discutidos posteriormente nesta tese.

Além da literatura, outra expressão de arte em que podemos encontrar algumas obras que apresentam e debatem a violência/abuso sexual contra os meninos é o cinema, com filmes que retratam casos reais e fictícios. Como exemplos, irei citar a seguir seis produções que trazem a temática de maneira sensível e, ao mesmo tempo, provocativa, pois problematizam a questão expondo a invisibilidade dos casos e o baixo acesso a informações sobre.

⁴⁶ Cabe ainda citar o poder da literatura nesse sentido com o lançamento do livro *La familia grande*, de Camille Kouchner, em 2021 na França, que narra casos de abuso sexual em família e que repercutiu com milhares de leitores declarando nas redes sociais que também foram abusadas na infância. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-20/na-franca-um-novo-me-too-rompe-o-silencio-do-abuso-sexual-em-familia.html>. Acesso em: 3 out. 2023.

Em primeiro, o filme *Má Educação* (Espanha, 2004), com direção e roteiro de Pedro Almodóvar e ambientação em Madri nos anos de 1980. A trama apresenta memórias de um caso de abuso por um pastor e professor de literatura na vida de dois amigos que se reencontram anos depois de suas infâncias. Já *Mistérios da Carne* (Holanda; Estados Unidos, 2004), com direção e roteiro de Gregg Araki, conta a história do menino Brian Lackey, que aos oito anos de idade acordou do lado de fora de sua casa e com o seu nariz sangrando, sem saber o que aconteceu. Dez anos depois, acreditando ter sido abduzido por alienígenas, com ajuda de um amigo ele descobre lembranças que denunciam os abusos sofridos quando mais novo.

Outro filme é *Michael* (Áustria, 2011) dirigido por Kathrin Resetarits e Markus Schleinzer, que apresenta uma narrativa acerca da relação de um criminoso sexual e sua vítima, um garoto de 10 anos de idade. A história é contada pela perspectiva do protagonista, o pai da criança, que tranca o menino em um porão e o abusa, ao mesmo tempo em que segue sua rotina cotidiana normalmente.

O longa *Moonlight – Sob a luz do luar* (Estados Unidos, 2016), com direção e roteiro de Barry Jenkins e Tarell Alvin McCraney, narra três momentos da vida do jovem negro Chiron, morador de uma comunidade pobre de Miami. Na trama, vemos o garoto envolto em situações de *bullying*, crise de identidade, abuso, crime e drogas. Já no filme *Graças a Deus* (França, 2019), com direção e roteiro de François Ozon, conhecemos Alexandre, que decide escrever uma carta para a Igreja Católica e revelar que, em sua infância, foi abusado sexualmente por um padre, que continua atuando junto às crianças. Frente ao descaso recebido, o protagonista publica sua carta, o que motiva o aparecimento de outras denúncias e aumenta a pressão na justiça por providências.

Este último filme se relaciona diretamente com acontecimentos bastante atuais, em que investigações sobre pedofilia na Igreja Católica em todo o mundo têm revelado milhares de vítimas e poucos condenados⁴⁷, como afirma reportagem do *site El País* de outubro de 2021. No texto, notifica-se que a Comissão Independente sobre Abusos na Igreja Católica (Ciase) revelou que pelo menos 216.000 menores foram vítimas de pedofilia no âmbito da Igreja Católica francesa nos últimos 70 anos.⁴⁸

Por fim, mais recentemente, em janeiro de 2024, estreou nos cinemas brasileiros o

⁴⁷ Acerca desta temática, indico a leitura do livro *Pedofilia na Igreja: um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil* (Gusmão; Braga, 2023).

⁴⁸ Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-09/as-macroinvestigacoes-sobre-pedofilia-na-igreja-catolica-no-mundo-milhares-de-vitimas-e-poucos-condenados.html>. Acesso em: 31 out. 2021.

filme *Segredos de um Escândalo* (Estados Unidos, 2023), que retrata o caso real de uma professora de 34 anos que na década de 1990 teve duas filhas com um aluno, começando a se relacionar com o menino quando ele tinha apenas 12 anos de idade. Com direção de Todd Haynes e roteiro de Samy Burch, a produção foi indicada a diversos prêmios importantes do cinema, como *Oscar*, *Globo de Ouro*, *Critics Choice Awards*, *Independent Spirit Awards* e *Festival de Cannes*.

Poderia também ser mencionado aqui o documentário *O Silêncio dos Homens*, produzido pelo site PapodeHomem e lançado em agosto de 2019. O filme, que está disponível na íntegra no YouTube⁴⁹, é resultado de uma pesquisa com mais de 40 mil homens durante meses de gravações, abordando as dores, as qualidades, as omissões e os processos de mudança dos homens na atualidade. Juntamente com o longa, o *site* também publicou o volume 1 do estudo realizado com problematizações a partir das informações apresentadas no filme, como: (i) 7 em cada 10 homens concordam que foram ensinados, durante a infância e adolescência, a não demonstrarem fragilidade; (ii) apenas 2 em cada 10 homens tiveram exemplos práticos e boas conversas frequentes sobre como lidar com suas emoções e expressá-las de maneira saudável, durante a infância e adolescência; (iii) só 2 em cada 10 homens tiveram exemplos práticos e boas conversas sobre como assumir seus medos e pedir ajuda, durante a infância e adolescência.⁵⁰

Desta maneira, considero importante que o debate sobre a violência/abuso sexual contra meninos e homens tenha contato com os mais diversos públicos, principalmente fora do campo acadêmico, pois é preciso visibilizar a vulnerabilidade presente nas masculinidades e criar mais ambientes seguros que acolham esses sujeitos, a fim de que possam falar abertamente sobre gênero, sexualidade e violências que sofreram ou sofrem. Nesse sentido, diversos artefatos culturais para além da literatura e do cinema podem ser acionados, a fim de mobilizar homens e mulheres a refletirem acerca de uma realidade que, por vezes, é velada ou mesmo mascarada.

2.5 Pensando na problemática a partir do campo da Educação

Com base no que foi apresentado até aqui, sou mobilizado a pensar na temática da

⁴⁹ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 30 out. 2021.

⁵⁰ Cabe aqui ainda comentar o projeto *Meninos: sonhando os homens do futuro*, uma pesquisa internacional iniciada em agosto de 2023, que mapeia os medos, dores, desafios e sonhos potências dos meninos de hoje. desenvolvida pelo Papo de Homem em parceria com a Natura e o Pacto Global da ONU no Brasil. Disponível em: <http://papodehomem.com.br/informacoes-gerais-sobre-o-projeto-or-meninos-sonhando-os-homens-do-futuro>. Acesso em: 19 ago. 2023.

violência/abuso sexual contra meninos a partir do campo da Educação - mas sem minimizar ou invalidar as pesquisas de outras áreas, ao contrário, assumo um movimento de valorizar e referenciar os conhecimentos que elas produzem como fonte e propulsora de novos e outros pensares sobre o problema.

Nesse sentido, questiono: como os meninos têm sido educados para as questões de gênero e sexualidade na escola e na família? Docentes estão instrumentalizados para perceberem as diversas linguagens pelas quais as crianças podem se utilizar para relatarem possíveis violências/abusos sofridos? Profissionais da Educação se sentem/estão preparados/as para ouvirem de um menino que foi violentado/abusado sexualmente? Eles/as estão aptos a acolherem esse menino deixando de lado quaisquer *scripts* de masculinidades? De que maneira esses/as profissionais podem ser melhor capacitados para esse tipo de escuta e realização de encaminhamentos? E como o corpo docente das escolas têm trabalhado de modo a encorajar os meninos a reconhecerem possíveis situações de violência/abuso e externalizar essas ocorrências?

Nesse sentido, é fundamental lembrar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

A escola, portanto, faz parte de uma rede protetiva dos direitos de crianças e adolescentes, sendo a violência/abuso sexual uma das principais violações destes (Santos; Felipe, 2016; Zanette, 2018). Desta maneira, penso que docentes e demais profissionais da Educação deveriam ter, em suas formações iniciais ou continuadas, contato com a temática e conhecimentos para desenvolverem a competência de acolhimento e encaminhamento de crianças vítimas dessa violência, além do trabalho em sala de aula com as questões de gênero e sexualidade a fim de romperem com a (re)produção dos *scripts* de gênero e promoverem mais equidade entre meninos e meninas.⁵¹

⁵¹ Acerca do atual cenário brasileiro sobre as questões de gênero e sexualidade na Educação, indico a leitura de: HUMAN RIGHTS WATCH. “Tenho medo, esse era o objetivo deles”: Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. Maio de 2022. Disponível em: http://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/05/brazil_lgbt0522pt_web.pdf. Acesso em: 9 dez. 2023.

Nesse contexto, considero importante referenciar os materiais produzidos pela UNESCO em prol da educação para a sexualidade: *Orientação técnica internacional de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde* (UNESCO, 2010; 2019), *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem* (UNESCO, 2014) e mais recentemente *Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro* (UNESCO, 2023), cujo objetivo é

i) subsidiar a estrutura, a implementação e a avaliação de políticas públicas educacionais; ii) contribuir para a formação de docentes por meio do acesso ao conhecimento sobre as diretrizes e os fundamentos normativos que versam sobre a educação em sexualidade; iii) sistematizar as normas sobre educação em sexualidade e ampliar a segurança jurídica no exercício das atividades relacionadas ao tema (UNESCO, 2023, p. 4).

Tais documentos apresentam temas e objetivos de aprendizagem por faixa etária com base em informações, valores, atitudes, normas sociais, habilidades pessoais e responsabilidades. Como conceitos-chaves, são propostos: educação; relacionamentos; valores, atitudes e habilidades; cultura, sociedade e direitos humanos; desenvolvimento humano; comportamento sexual; e saúde sexual e reprodutiva. Além disso, os tópicos de aprendizagem são divididos em quatro níveis de faixa etária: 5-8 anos; 9-12 anos; 12-15 anos; e 15-18 anos.

Cabe aqui destacar também que recentemente foi sancionada a Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o objetivo de incluir a “proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e o apoio à formação permanente dos profissionais (...) para identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes”. A partir disso, estabelece-se que educadores/as devem estar preparados/as desde a sua formação para o trabalho com essas temáticas.⁵²

Considero relevante aqui abordar também as políticas públicas - ações desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população - voltadas para as crianças e os adolescentes no cenário da violência/abuso sexual. Assim, é importante referir que

⁵² Outro documento importante neste cenário é o livro eletrônico *Maria da Penha vai à escola: abordagem técnica das situações de violência sexual* (Brasil, 2021).

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil teve sua expressão política na década de 90, quando este fenômeno, fruto das desigualdades sociais, de gênero, de raça e etnia, foi incluído na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Brasil, 2002, p. 13).

Para contextualizar, no ano de 2000 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Conanda) apresentou e deliberou o *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil*⁵³, oficializado em 2002 e revisado em 2013, com o nome de *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*⁵⁴ (PLANEVCA). Tal documento apresenta seis eixos para a efetivação do plano:

- **Prevenção:** assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa.
- **Atenção:** garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, religião, cultura, orientação sexual etc.
- **Defesa e Responsabilização:** atualizar o marco normativo sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- **Participação e Protagonismo:** promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção.
- **Comunicação e Mobilização Social:** fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.

⁵³ Disponível em: http://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/plano_nacional.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁵⁴ Disponível em: http://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

- Estudos e Pesquisas: conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, estudos e pesquisas.

Nesse cenário, em 2019 se iniciou a revisão do Plano⁵⁵, mas este foi interrompido pelo Decreto Presidencial 9.759/19⁵⁶, que encerrou as atividades de diversos comitês e comissões. Já em 2021, o governo federal instituiu o *Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes* (Decreto Nº 10.701, de 17 de maio de 2021)⁵⁷, a partir de um caráter intersetorial e buscando formar uma rede protetiva, o programa propõe a realização de ações de prevenção, com formação envolvendo sociedade civil, conselhos tutelares, delegacias e juizados especializados, e campanhas de sensibilização.

Tal movimento só foi realmente efetivado com a criação da *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (Decreto Nº 11.533, de 18 de maio de 2023)⁵⁸, que tem o objetivo de realizar a articulação de ações e políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de elaborar o novo Plano Nacional de Enfrentamento das Violências.

Como aponta o documento *Prevenção de violência contra crianças*⁵⁹ (2023, p. 20), produzido pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) – que atua na produção, tradução e disseminação de conhecimento científico acerca do desenvolvimento na primeira infância – a violência contra crianças pode se caracterizar como um evento de estresse tóxico, principalmente quando ocorre "sem ter o suporte social necessário para o enfrentamento das adversidades".

⁵⁵ Sobre o documento, indico a leitura da *Análise Técnica: Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes* (Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2022), disponível em:

https://www.coalizaobrasileira.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Ana%CC%81lise-Te%CC%81cnica_Plano-Nacional-de-Enfrentamento-da-Viole%CC%82ncia-Contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

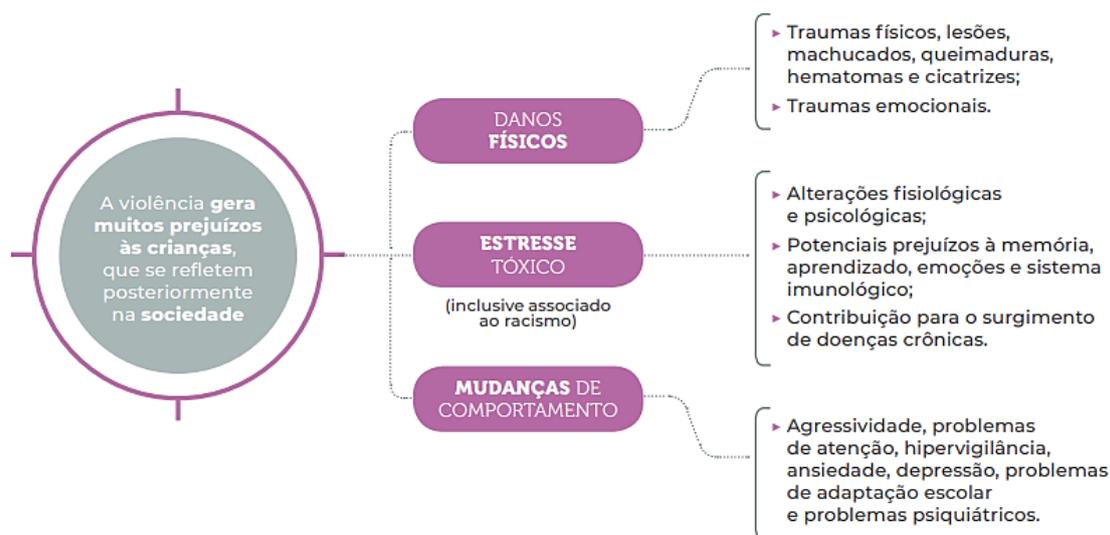
⁵⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁵⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10701impresao.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁵⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11533.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁵⁹ Disponível em: http://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/03/NCPI_WP10_Prevencao-de-violencia-contra-criancas.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

Figura 5 - Como a violência afeta o desenvolvimento das crianças.



Fonte: NCPI (2023, p. 20).

O documento *Atitudes e percepções sobre a infância e violência contra crianças e adolescentes no Brasil* (2023), produzido pela Fundação José Luis Egydio Setubal em parceria com o Instituto Galo da Manhã e a Vital Strategies Brasil, mostrou que 47% da população participante da pesquisa não tomariam nenhuma atitude ao presenciar alguma ação de violência contra crianças, justificando por não saberem o que aconteceu e por acreditarem que cada um deve tomar conta da própria vida. Quando perguntados acerca de possíveis serviços e instituições que poderiam ser procurados nesses casos de violência, cerca de 80% afirmaram conhecer, sendo as instituições mais conhecidas as escolas, as igrejas e os conselhos tutelares. Nesse contexto, a instituição citada com a maior confiança da população é a escola, com 82% de indicação.

Posto isto, esta pesquisa de doutorado foi construída tendo como base todos os aspectos evidenciados nesse Estado da Arte: poucos estudos sobre violência/abuso sexual com esse recorte de gênero; maioria dos trabalhos sobre a temática não são do campo da Educação – não que isso seja um problema ou menos legítimo, pois contribui igualmente para pensarmos na educação dos corpos; produção de informações para análise para além de uma revisão de literatura; entrevista com homens vítimas e não somente interpretação de estatísticas; sem focar na legislação nem muito nos aspectos de saúde mental; com ênfase maior na pedofilização dos corpos de meninos.

Portanto, no próximo capítulo, detenho-me a problematizar como a Educação – seja na escola, na família ou em outros espaços – pode colaborar para a proteção e o

acolhimento de meninos vítimas de violência/abuso sexual, refletindo sobre como estes corpos infantis têm sido educados e o processo de erotização que os envolvem, com foco na pedofilização dos meninos considerados afeminados – pois estes, de acordo com nossa pesquisa, sofreram um maior número de violência/abuso sexual; cabendo aqui destacar que não apenas eles sofrem esse tipo de violência (Rosa; Felipe, 2020). Além disso, destaco a importância de uma educação para a sexualidade desde a mais tenra infância, a fim de informar as crianças para que não se tornem vulneráveis a serem vítimas e para que, quando mais velhas, não naturalizem e também não se tornem potenciais abusadoras reproduzindo as violências/abusos sofridos.

3 EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA INVESTIDAS AOS CORPOS DOS MENINOS

Neste terceiro capítulo, problematizo a educação e a violência investidas sobre os corpos de meninos⁶⁰, promovidas, sobretudo pelas famílias e pela escola, operando com o conceito de *scripts* de gênero (Felipe, 2019) e de projeto de masculinização (Louro, 2016b; Baliscai, 2021a), assim como debato a questão dos meninos considerados afeminados e a relação da pedofilização de seus corpos com casos de violência/abuso sexual.

Para isso, opero com a literatura acadêmica acerca da temática e também algumas notícias e reportagens recentes que me provocaram a refletir sobre esses temas, mobilizando-me a ponderar reflexões e questionamentos pertinentes à minha pesquisa e evidenciando a urgência desse debate.

3.1 Masculinidades em delineamento: aprendizados (im)postos em xeque

Mesmo antes do nascimento do e da bebê, os corpos já são interpelados pelos arranjos sociais de gênero. As biotecnologias ou os saberes populares já desenham os gêneros com base no sexo anatômico e, com essa informação, arquitetam o cenário e planejam a vida do sujeito. Essa situação leva-me a crer que a infância e a adolescência são os ciclos em que se dão os adestramentos fundamentais para continuar o processo de fabricação de corpos sexuais iniciados com a imagem do ultrassom, as simpatias populares e até mesmo a visão do sexo anatômico no momento do nascimento (Caetano, 2016, p. 171-172).

Na intenção de tensionar a constituição das masculinidades na infância, o conceito de *scripts* de gênero⁶¹ se torna fundamental para corroborar na resposta ao problema de pesquisa desta tese, pois, de acordo com Jane Felipe (2019, p. 241), ele serviria para pensarmos criticamente todas essas prescrições que nos são propostas e impostas desde o nascimento, podendo ser entendidos “como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos”.

A autora ainda destaca que

⁶⁰ Opero nesta tese com a expressão “corpos de meninos” para problematizar o que se pretendia como “corpos infantis masculinos”, da mesma maneira que não utilizo o termo “masculinidades infantis”, uma vez que na infância não podemos deliberar noções binárias convencionadas que limitam as identidades das crianças em desenvolvimento, assim como seria temerário atribuir uma masculinidade infantil rígida.

⁶¹ Cabe mencionar que a pesquisadora Jane Felipe, ao pensar no conceito de “*scripts* de gênero”, tomou de empréstimo seu significado a partir do teatro, cinema e TV, revisitando também o conceito de “*scripts* sexuais” dos pesquisadores John Gagnon e William Simon formulado na década de 1970.

Tais expectativas das mais diversas ordens vão sendo tecidas e muito bem tramadas ao longo das nossas vidas por diversos discursos (religioso, médico, psicológico, jurídico, midiático) e instituições (família, escola, igreja, etc.), dizendo-nos como devemos ser e nos comportar pelo fato de termos nascido com determinada genitália (Felipe, 2019, p. 241).

Nesse sentido, seria possível perceber como esses *scripts* de gênero estão em um movimento de serem “construídos, tramados, aceitos, alterados ou rompidos desde a mais tenra infância, uma vez que há sempre a possibilidade de transgredir e reinventar os roteiros, por mais engessados que possam parecer” (Felipe, 2019, p. 241-242). Apesar de poderem ser entendidos como tramas sutis que vão se compondo em nossas identidades, os *scripts* de gênero são formações complexas que vão constituindo, embasando e integrando tanto as identidades de gênero quanto as sexuais desde a infância. Além disso, tais questões são aprendidas, percebidas e (re)produzidas desde cedo pelas crianças que, em algumas possibilidades, ainda as negociam e subvertem (Rosa, 2019).

E além de *scripts* de gênero, opero aqui também com o conceito de “projetos de masculinização”, apresentado inicialmente por Guacira Lopes Louro (2016b) em *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, indicando como algo com o qual o sujeito se compromete a partir da afirmação “é um menino”. João Paulo Baliscai (2020, p. 98) também trabalha com esse mesmo conceito, entendendo-o como um:

conjunto de ações e enunciados lançados sobre os garotos, desde a infância, na expectativa de que eles, ao longo da vida, assumam habilidades, comportamentos, gestos, profissões, espaços e (hetero)sexualidade que a sociedade valoriza como “apropriados” aos sujeitos masculinos.

O autor ainda salienta que esse projeto requer que os meninos neguem “aquilo que não são, não querem e/ou não podem ser: femininos” (Baliscai, 2021a, p. 29), indicando mais o que não fazer e menos o que fazer. Inspirado nos estudos de Elisabeth Badinter, Baliscai (2021, p. 49) destaca também que o projeto de masculinização pressupõe uma tripla negação, que envolve “provar que não é uma mulher, provar que não é um bebê e provar que não é um homossexual”.

Nesse contexto, Badinter (1993, p. 117) pontua em seus estudos que o ato de “Ser homem significa não ser feminino, não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser afeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres”. Assim, ficaria bastante evidente que o processo de ser homem é baseado em uma lista de aspectos que mais dizem o quê e como não fazer do que o contrário, questão que me leva a

pensar acerca das limitações que são impostas aos sujeitos infantis quando a eles são dirigidos discursos como: não brinca com bonecas, não senta de pernas cruzadas, não coloca a mão na cintura, não usa rosa, entre outros.

Em seu livro *XY: sobre a identidade masculina*, Badinter (1993, p. 47) discute a primitiva feminidade do menino, destacando que "impregnado de feminidade durante toda a sua vida intrauterina, identificado depois com a mãe logo que nasce, o pequeno macho só pode se desenvolver tornando-se o contrário do que era em sua origem". Ou seja, a identidade masculina da criança seria desenvolvida a partir de uma oposição com tudo aquilo que o assemelha ou se relaciona com o gênero feminino, tido como o oposto.

Como Badinter (1993, p. 49) ainda destaca:

O comportamento que as sociedades definem como adequadamente masculino é feito de manobras de defesa: temor às mulheres, temor de manifestar qualquer tipo de feminilidade, inclusive sob forma de ternura, passividade ou cuidados dispensados aos outros, e, evidentemente, temor de ser desejado por um homem.

Entendo que esses temores justificariam a constante vigilância sobre os corpos de meninos, como nos mostra Michele Lopes Leguiça (2019, p. 95), que observou como os *scripts* de masculinidades fazem com que os meninos sejam mal-tratados emocionalmente para que os mantenham na norma pretendida hegemônica, potencializando o machismo, o racismo, o sexismo e a LGBTfobia, “afinal, o sujeito masculino vai se constituindo no âmbito da negação e da repulsa às minorias”⁶².

Desta maneira, concordo com João Paulo Balisnei e Susana Rangel Vieira da Cunha (2021, p. 378) ao relativizarem o imperativo "faça como homem", pois

não há uma definição exclusiva sobre a masculinidade e que os significados e implicações que constituem “fazer como homem” são disputados por diferentes grupos que tentam caracterizar as masculinidades de diferentes formas – o que acarreta consequências diretas para o que temos chamado de projeto de masculinização dos meninos. Afinal, meninos são masculinizados a partir de qual referência de masculinidade?

Raewyn W. Connell (1995, p. 190) indica que "a narrativa convencional vê o gênero como um molde social cuja marca é estampada na criança, como se as personalidades masculinas saíssem, como numa fábrica de chocolate, da ponta de uma esteira", ou seja, há um verdadeiro investimento para que os meninos, desde sempre, apresentem traços

⁶² Considero importante tensionar o conceito de “minorias”, tendo em vista que a utilização deste vocábulo tende a inferiorizar ainda mais alguma parcela da população que já não tem os seus direitos garantidos.

convencionados de masculinidades. Cabe inserir no debate aqui o que Daniel Welzer-Lang (2001, p. 462) nomeia como "casa dos homens", sendo este o conjunto de lugares e espaços pelos quais os homens transitam desde a infância com os seus pares mais velhos, sendo iniciados por estes para uma construção viril do masculino:

a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres.

Nesse sentido, tenho percebido também um investimento em livros que pretendem “ensinar” a educar os meninos, a saber: *Educando meninos* (Dobson, 2003), *Como criar meninos felizes e confiantes* (Hatley-Brewer, 2004), *Criando meninos* (Biddulph, 2014) e *Como educar meninos: o poder da conexão para criar grandes homens* (Reichert, 2019). Os quatro livros citados são de autores, na maioria psicólogos, que possuem a proposta de indicar meios para que famílias tenham sucesso na criação e educação dos meninos.

De acordo com a pesquisa de Débora Francez Sostisso (2011, p. 173), que analisou dois desses quatro livros, essas obras operam como manuais educativos sustentados por diversas estratégias, sendo que "o governo da infância generificada, engendrado nos livros, está estreitamente relacionado ao governo das condutas maternas e paternas", ao passo de prescrevem que mães e pais leitoras/es "se identifiquem com determinados estilos de vida, sejam incitados e mobilizados para desejarem estar em certas posições". Além disso, fica muito evidente como esses artefatos culturais desenvolvem "uma pedagogia cultural que, através da naturalização de algumas características apresentadas pelos meninos, acaba por regular a constituição da sexualidade masculina e ensina aos adultos como promovê-la" (Vargas; Carvalho, 2013, p. 605).

Em contrapartida, nos últimos anos já é possível encontrar alguns livros que exploram a questão da criação dos meninos sob o ponto de vista dos Estudos de Gêneros, Estudos Feministas e Estudos das Masculinidades, a saber: *Para educar crianças feministas: um manifesto* (Adichie, 2017), *Os meninos são a cura do machismo: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulharemos* (Queiroz, 2021) e *Educar meninos não é frescura: reflexões sobre gênero para famílias e educadores* (Speranza, 2024).

No entanto, Alexandre Toaldo Bello (2006, p. 100) acredita que existam projetos de

masculinidades diferentes para crianças e adultos.

A arquitetura que se pretende para a masculinidade dos meninos não possui uma rigidez tão grande quanto a que é impressa ao projeto adulto. No adulto podemos pensar que as edificações já estão concluídas, o concreto já secou e está tudo garantido. Ledo engano, mesmo as construções mais sólidas ao longo do tempo precisam ser reparadas, reestilizadas, reformadas para que não desmoronem, para que continuem funcionais. Porém, no caso dos meninos, como recém estamos erguendo as fundações do que pretendemos para eles, não admitimos retoques no projeto. Daremos conta dele a qualquer preço, depois, se necessário, que se façam reformas. Assim fica evidenciado que os meninos vão se constituindo no cotidiano desse canteiro de obras.

Esses *scripts* de gênero lançados sobre as masculinidades desde a infância apontam para atributos que todos os meninos deveriam apresentar para se tornarem homens, entretanto, “poucos homens detém o conjunto completo de atributos prescritos para a masculinidade hegemônica, e talvez se possa dizer que são mesmo poucos aqueles que conseguem reunir uma quantidade razoável daqueles atributos” (Seffner, 2016, p. 195). Sendo assim, reitero um questionamento que me parece bastante pertinente pensar: “Quem tornou masculino o corpo infantil do menino?” (Balisei, 2021b).

Quando esses corpos não apresentam as características investidas como necessárias para os meninos, elas operam na produção da noção de abjeção, uma vez que

A abjeção a esses corpos atua, no território curricular, não apenas como uma prática de poder que convoca meninos a se portar de acordo com o que é considerado culturalmente um jeito masculino, mas, também, como uma estratégia de produção de corpos masculinos considerados inteligíveis. Pois, no corpo do “menino-afeminado” ou da “menina-masculina”, contorna-se o limite do que é permitido, o limite da normalidade (Silva; Paraíso, 2021, p. 10).

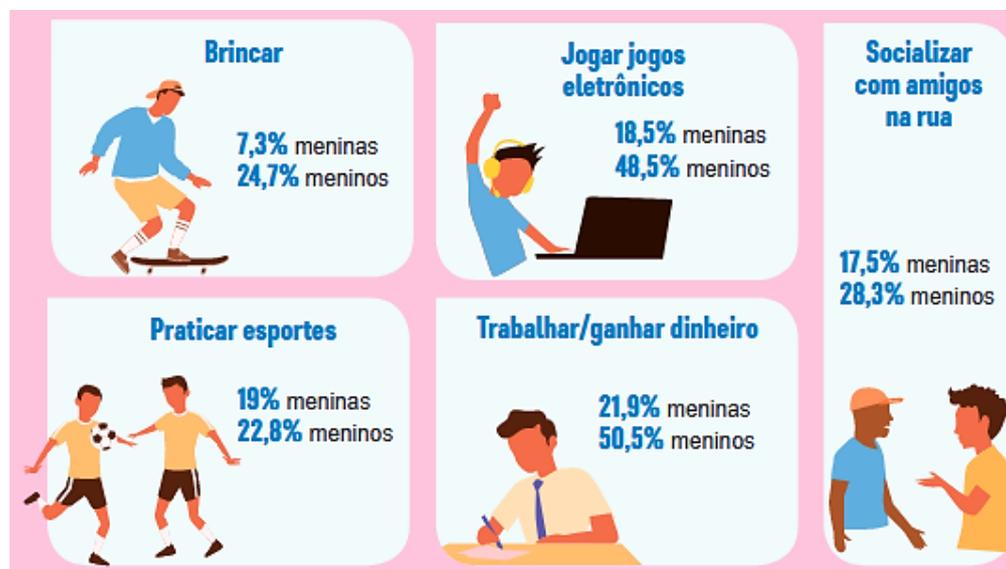
E acerca dessa constituição, de acordo com a segunda edição da pesquisa *Por Ser Menina no Brasil*⁶³, lançada pela Plan International Brasil em novembro de 2021 – o estudo entrevistou 2.589 meninas para compreender como elas vivem e o que esperam do futuro – as atividades realizadas dentro de casa são mais desenvolvidas pelas meninas do que pelos meninos, o que acaba, de alguma maneira, afastando eles das atividades e dos cuidados domésticos desde cedo. As atividades apontadas como mais desempenhadas pelas meninas são: estudar, ler livros, fazer tarefas domésticas e navegar na internet.

Enquanto isso, os meninos desempenham mais atividades em ambientes externos e públicos, sendo essas de lazer, sociabilidade e trabalho. Desta maneira, observo esse

⁶³ Disponível em: <http://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/por-ser-menina-resumo-executivo-final.pdf>. Acesso em 12 dez. 2021.

cenário e reflito acerca da repreensão colocada sobre os meninos quando estes gostam de se dedicar mais aos afazeres da casa do que atividades fora dela.

Figura 6 - Atividades mais desempenhadas pelos meninos.



Fonte: Por Ser Menina no Brasil (Plan International Brasil, 2021, p. 13).

A partir desse contexto, as meninas passam a perceber o impacto das diferenças de gênero ao: (i) compreenderem que homens e mulheres não têm os mesmos direitos garantidos na prática; (ii) revelarem sentirem seus direitos desrespeitados por serem meninas/mulheres; (iii) presenciarem ao menos uma situação de violência com elas ou pessoas próximas; (iv) considerarem que homens/meninos têm mais oportunidades e vantagens que meninas/mulheres; e (v) não se sentirem representadas nos espaços institucionais (política) (Plan International, 2021).

Assim, acredito que os meninos também crescem vivenciando e se acostumando com o outro lado, naturalizando essas desigualdades, aproveitando-se das oportunidades e vantagens e se constituindo como sujeitos que são mais independentes e que possuem seus espaços garantidos por direito.

Uma recente pesquisa em desenvolvimento pelo Instituto Papo de Homem, chamada *Meninos: sonhando os homens do futuro*, apresenta dados qualitativos relevantes para se pensar as masculinidades na infância. Afinal, os meninos ainda crescem em muitas famílias e ambientes ouvindo de outros sujeitos que homem não chora, que é forte, tem que proteger, ser provedor, viril, másculo e querer sexo sempre, formulando o que seria um ideal de homem, o que por muitos já seria algo ultrapassado, mas que ainda faz os meninos

se sentirem pressionados a performarem para serem reconhecidos dentro de uma cisheteronormatividade.

Desta maneira, as expectativas dispostas sobre os meninos os colocam em uma posição delicada, como demonstra o quadro abaixo com base em suas respostas:

Quadro 1 - Demandas e riscos entre o tradicional e as novas referências de masculinidades.

	Demanda	Risco
O que vejo e escuto	tomar iniciativa	ser assediador
	ser forte	ser violento
	ser viril	ser machista
O que sinto e percebo	ser “sensível”	sofrer <i>bullying</i>
	se abrir	ser fraco
	demonstrar medo	ser criança

Fonte: Meninos: sonhando os homens do futuro (PdH, 2023).

Nesse sentido, Marcos Alan Viana e Norma da Luz Ferrarini (2016, p. 13), em sua pesquisa sobre o impacto das novas configurações de masculinidade na subjetividade infantil, indicam que

Os meninos vivem em um contexto social marcado pela carência de modelos concretos de identificação, empobrecimento das representações sociais moralmente positivas de masculinidade, desaparecimento dos códigos de honra e ausência de projetos de vida. Esses indicadores sugerem que há uma lacuna moral na formação dos meninos, caracterizada pela ausência de parâmetros éticos de educação que tornam as crianças mais vulneráveis à influência dos padrões midiáticos dominantes de masculinidade.

Parafrazeando Simone de Beauvoir, Arnaud Baubérot (2013, p. 219) afirma que “Não se nasce viril, torna-se viril”, indicando a virilidade como um processo, uma vez que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico é capaz de definir a forma que assume dentro da sociedade o macho humano” (Baubérot, 2013, p. 189), ou seja, o que se entende por sujeito viril poderia ser interpretado como algo que estaria entre o homem e o super-homem. Diante disso, o autor nos convida a refletir ao propor que

deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril (Baubérot, 2013, p. 189).

Nesse contexto, é importante referir a existência de diversos casos de meninos que são violentados em suas casas, principalmente por pais e padrastos, por apresentarem algum tipo de comportamento que não é considerado viril, mas do âmbito convencionalizado feminino – o que será problematizado na próxima seção deste capítulo.

3.2 Meninos em dissidências de gênero: a (anti)afeminação em pauta

Eu fui uma criança viada. Até hoje guardo parte dela em mim. No início, não lembro de me sentir diferente dos outros. Lembro muito bem de um período da vida, não vou saber dizer exatamente qual, em que eu simplesmente era eu mesmo. Só isso. Não lembro de rótulos, caixas ou definições. Foi uma época mágica, até castrarem a minha liberdade de viver os meus desejos (Pereira, 2022, *online*).⁶⁴

Compreendo meninos considerados afeminados nesta pesquisa como crianças designadas do gênero masculino e que possuem comportamentos e preferências que seriam convencionadas ao gênero feminino; contudo, tal entendimento é operado aqui de maneira crítica e com aporte teórico nos Estudos de Gênero e a partir do conceito de *scripts* de gênero (Felipe, 2016; 2019). Sendo assim, problematizo a educação dos corpos de meninos e a constituição das masculinidades nas infâncias destacando que tais aspectos de identidade desses sujeitos não se relacionam diretamente com suas orientações sexuais, tendo em vista que um menino considerado afeminado poderia se compreender, enquanto adulto, com qualquer identidade de gênero ou sexual.

Neste contexto, pontuo que debater meninos considerados afeminados diria mais respeito à performance de gênero da criança⁶⁵ - entendida aqui como as ações dela expressando seu gênero ao se apresentar ao mundo (Butler, 2017) - do que sobre sua suposta orientação sexual que já estaria (pré)definida nos primeiros anos de sua vida, tendo em vista uma ideia construída cultural e socialmente entre o ser afeminado com o sentir atração sexual por sujeitos do mesmo gênero. Assim, ao mesmo tempo em que uma criança ainda não sente desejo nesse sentido, ela é intensamente provocada a se revelar a todo o momento como um menino que vai ter namoradinhas, que vai “dar trabalho” às meninas e

⁶⁴ Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/silvero-pereira/quem-protege-a-crianca-viada-da-homofobia-1.3246847>. Acesso em: 02 jul. 2022.

⁶⁵ Acerca desse conceito, inclusive para pontuar diferenças entre performance e performatividade, indico a leitura de *Performatividade de Gênero no Olhar das Crianças: uma drag queen como mediadora de leitura literária* (Rosa; Felipe, 2021) e *Scripts de gênero e as performances das crianças que reverberam no contexto da Educação Infantil* (Moraes; Felipe, 2024).

que vai ser um “garanhão”.

Retomando o conceito de *scripts* de gênero, Felipe (2019, p. 241) ainda aponta que:

Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re)escrever seus próprios *scripts*.

Nesse sentido, cabe problematizar que a feminização no corpo dos meninos poderia ser considerada como um rompimento nas expectativas que a ele se estabelecem, ou seja, o menino que é considerado afeminado se propõe a (re)escrever os seus próprios *scripts* de gênero, longe das regulações impostas sobre si por meio de variados discursos e instituições. Para o pesquisador Luiz Felipe Zago (2009, p. 162), ser um homem afeminado “é provocar a ordem da heteronormatividade de modo ostensivo e “indiscreto”. Se as masculinidades têm caráter relacional, os ‘afeminados’ surgem como os correspondentes aos “machos”, que em tudo diferem dos ‘machos’”.

Fábio Fernandes (2018, p. 119) aponta como os "meninos afeminados desafiam o poder da masculinidade hegemônica (...) denunciando sua opressão e o seu caráter de mentira, pois inventada, disfarçada de verdade absoluta e irrefutável". E recuperando o conceito de projeto de masculinização, trago novamente Baliscei e Cunha (2021, p. 380) quando apontam as assertivas mais comuns desse projeto aos meninos:

homens não choram; não falam fino e nem desmedidamente; não sentem (ou ao menos não demonstram) dor, medo e saudade; não põem a mão na cintura, não mexem o quadril, nem consideram outro homem bonito e atraente. Segundo as diretrizes do projeto de masculinização dos meninos, ainda, homens não podem articular muito os ombros, as mãos e muito menos os punhos. Nem dançar os homens podem. Essas e outras convocações à masculinidade reforçam que o “título” de “homem de verdade” é sempre provisório e que é obtido a partir de uma série de negações daquilo que é tido como feminino. Esse título precisa ser constantemente (re)conquistado por meio de rituais que envolvem competição, violência e a negação do cuidado, do afeto e da sensibilidade que, socialmente, são atribuídos à feminilidade.

A questão das características femininas em um homem também acarreta problemas em seus relacionamentos afetivos-sexuais, conforme apresenta pesquisa realizada pela revista britânica *Attitude*. Tal levantamento evidenciou que 71% dos 5 mil homossexuais entrevistados buscam parceiros que fogem da afeminação. O mesmo estudo ainda divulgou que 41% dos homens acreditam que sujeitos afeminados “prejudicam a imagem ou reputação dos gays”, e acrescentaram que não sofrem homofobia. Em contrapartida, 26%

dos entrevistados afeminados relataram sofrer com a discriminação cotidianamente.⁶⁶

Nesse contexto, é possível encontrar algumas pesquisas sobre violência/abuso sexual entre homens que se relacionam com homens, chamada de Violência por Parceiro Íntimo (VPI). Estudos têm apontado que esses casos são influenciados por variados fatores envolvendo a interseccionalidade por meio de diversos marcadores sociais, como, por exemplo, "os estereótipos de masculinidade em relação a hipersexualização e infidelidade, a homofobia como fator direto do estresse minoritário, o racismo que hierarquiza os corpos e invisibiliza o afeto de homens negros, e o estigma de HIV no imaginário social" (Souza, 2023, p. 1).⁶⁷

Entretanto, ao falar em relação afetiva-sexual, cabe aqui problematizar o quanto o afeto e o desejo sexual também não são aspectos da sexualidade que pressupõe uma coerência, tendo em vista que um homem heteroafetivo, por exemplo, pode ter práticas homossexuais, misturando as duas esferas, como é o caso da classificação enquanto "bicurioso" ou mesmo dos termos "broderagem", "gouinage", "g0y", que se configuram como "práticas homossexuais entre sujeitos masculinos que se reconhecem como heteroafetivos, mas fazem sexo com outros sujeitos masculinos sem penetração, afinal, ser penetrado é comumente associado ao sexo gay ou às mulheres" (Saldanha, 2017, p. 143).

O pesquisador Danillo Mota Lima (2017, p. 42) argumenta que, justamente por adotar feminilidades, o corpo considerado afeminado sempre foi rechaçado e ridicularizado, resgatando alguns possíveis locais de sobrevivência desses corpos, construindo uma linha do tempo com três momentos da história, iniciando na Grécia Antiga, passando pelo Renascimento e culminando no Movimento de Stonewall (1969, Nova York, Estados Unidos).

Para Valeska Zanello e Tatiana Gomes (2010, p. 265), os xingamentos podem ser considerados "como sintomas de nossa cultura e, como tal, podem ser reveladores de importantes valores em geral e, em específico, das relações de gênero". Acreditando que não se xinga de qualquer maneira ou mesmo com qualquer palavra, assim como há termos que são considerados mais ofensivos do que outros dependendo do gênero do sujeito a ser xingado, as autoras realizaram uma pesquisa com 375 pessoas com o objetivo de investigar

⁶⁶ Disponível em:

<http://attitude.co.uk/article/attitudes-masculinity-survey-reveals-almost-75-of-gay-men-are-turned-off-by-effeminate-guys/16267>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁶⁷ Nesse contexto, com o objetivo em auxiliar homens que fazem sexo com homens (HSH) na identificação de situações de violência/abuso sexual e facilitar na procura de apoio, a associação Quebrar o Silêncio criou o guia *Terá sido abuso? Guia para homens que têm sexo com homens*. Disponível em: <http://www.quebrarosilencio.pt/hsh>. Acesso em: 10 abr. 2024.

quais os piores elogios e xingamentos atribuídos a um homem e a uma mulher e em que situações.

Dentre os xingamentos atribuídos aos homens, as pesquisadoras categorizaram que, em primeiro lugar, eles são relacionados com o comportamento sexual passivo, seguido de pessoalidade, atributos intelectuais, atributos físicos e traços de caráter. Dentre os piores xingamentos, encontram-se: bichinha, boiola e veado (46,6%). Desta maneira, entendo que quando se quer xingar um homem, sua sexualidade é o primeiro aspecto a ser “atacado”, tendo em vista que a todo momento ele tem que se mostrar em uma posição ativa na sociedade e, quando é colocado em posição passiva, isso seria uma vergonha à sua identidade.

O mesmo estudo foi realizado com um recorte de entrevistados entre homens homossexuais, sendo o resultado bastante semelhante, pois os piores xingamentos na opinião desses sujeitos eram os mesmos. Nesse segundo estudo, Felipe de Baére, Valeska Zanello e Ana Carolina Romero (2014, p. 631) verificaram "pouca distinção no emprego dos xingamentos nos grupos analisados, o que sugere a perpetuação dos princípios machistas e dos valores de gênero em nossa sociedade". Sendo assim, percebo que, para homossexuais, também seria um problema se assemelhar com uma mulher.

Para Mahmoud Baydoun (2020, p. 74-75), a presença de traços de feminilidade em homens

denuncia o fracasso do binarismo e do alinhamento socialmente impostos entre expressão de gênero e sexualidade e constitui prova da plasticidade das relações de gênero e sexualidade. A figura do “homem afeminado” constitui, portanto, uma ameaça ao patriarcado, pois em uma era em que a masculinidade se encontra em crise, a figura de um homem que renuncia aos privilégios exclusivos dos titulares da masculinidade hegemônica é considerada desconcertante.

Tal reflexão proposta pelo autor vai ao encontro do que está acontecendo nos últimos anos na China, quando o governo propõe um programa educacional para tornar os meninos mais viris, tendo em vista a crença de que os jovens do país se tornaram muito "femininos". A *Proposta de Prevenção da Feminização de Homens e Adolescentes* apresenta que as escolas reformulem suas aulas de Educação Física com um "desenvolvimento vigoroso" de determinados esportes a fim de "cultivar a masculinidade dos alunos". Um delegado do principal órgão consultivo do governo afirmou que o ambiente doméstico era um dos principais culpados pela afeminação dos jovens – já que a maioria das crianças chinesas é criada por suas mães e avós – e que tal questão colocaria

em risco a sobrevivência e o desenvolvimento da nação, configurando-se como uma ameaça à segurança do país. Ainda em 2021, a agência reguladora de emissoras de rádio e TV da China declarou que iria banir a estética "afeminada" em seus programas de entretenimento, argumentando que "influências vulgares" devem ser evitadas no país.⁶⁸

Tal iniciativa da China lembra um acontecido na Malásia em 2011, quando o governo do país, que proíbe relações entre pessoas do mesmo gênero, organizou uma espécie de acampamento que reunia 66 adolescentes indicados por suas escolas por serem afeminados a fim de passarem por uma "reeducação", tendo em vista que a nação não tolera a homossexualidade. No local, os estudantes teriam aulas de Educação Física e Ensino Religioso, no objetivo de adequarem os "sintomas" de comportamentos inadequados que apresentam e limitarem o número de pessoas trans e travestis.⁶⁹

Nesse sentido, refletindo acerca do que tem se estabelecido por muitos sujeitos como “natural” ou “normal” para os gêneros, Fernando Seffner (2015, p. 205) nos indica que “a homofobia, o machismo e o sexismo são manifestações a nos lembrar do quanto é perigoso entrar em confronto com a norma e o quanto ajustar-se a ela pode trazer benefícios e acesso a padrões de reconhecimento e aceitação”. Sendo assim, arrisco-me a ponderar que os meninos considerados afeminados tendem a afrontar e negar seus privilégios, assumindo e vivendo suas próprias maneiras de se relacionarem consigo mesmos e com os outros, firmando, assim, masculinidades dissidentes.

Seffner (2016, p. 179) ainda aponta que

A definição de um padrão de masculinidade hegemônica – caracterizado, entre outros, por atributos como violência, força física para exercer a dominação, modos intempestivos de lidar com diversas situações – passa pela definição daquilo que não é masculino, sendo então tachado de feminino ou afeminado. O feminino na mulher é valorizado, embora colocado em situação hierárquica inferior ao masculino do homem. O afeminado no homem é desprestigiado, objeto de desprezo, colocado em patamar inferior ao feminino da mulher. A existência de um homem afeminado termina por reforçar a masculinidade hegemônica, uma vez que fornece o exemplo do que não se deve fazer, do que não se pode ser, daquela fronteira da qual devemos nos afastar.

Os resultados do *Dossiê Brandlab: A Nova Masculinidade e os Homens Brasileiros*⁷⁰, lançado pelo Google BrandLab São Paulo em julho de 2018, mostram que,

⁶⁸ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-56082393>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/alunos-afeminados-da-malasia-serao-enviados-a-acampamento-diz-jornal.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁷⁰ Disponível em:

entre outros dados, mais da metade dos homens já foi chamada de gay ou afeminado apenas por ter expressado seus sentimentos. Ou seja, quando esses sujeitos assumem e externalizam o que sentem, são interpretados como se estivessem contrariando uma masculinidade que lhe é esperada, o que acaba por ainda mais oprimir homens que façam isso.

Meninos considerados afeminados comumente ouvem frases como “Vira homem!” quando apresentam algum comportamento convencional típico do feminino, como algo inapropriado ou mesmo ruim – o que poderia ser considerado misoginia, pois está sendo pontuado que tudo o que é feminino não é bom ou está inferior ao que é masculino. Rogério Diniz Junqueira (2015, p. 229) destaca ainda que

Não existe em contextos sexistas um correspondente do “Vire homem, moleque!” para as meninas. Neles, “virar mulher” tende a ser percebido como um desfecho fadado de uma feminilidade naturalmente incrustada nos corpos das meninas ou, ainda, a se revestir de significados negativos nas situações em que “mulher” se contrapõe à ideia de “virgem”.

Em vista disso, Murillo Nonato (2020) pontua como o corpo e os comportamentos do homem afeminado passaram a ser considerados, por meio do *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), sintomas de desordem mental pelo código da Disforia de Gênero⁷¹ – em especial no item 302.6 (F64.2) acerca da Disforia de Gênero em Crianças, que tende a patologizar e estigmatizar os meninos considerados afeminados, configurando esse corpo como algo a ser corrigido e normalizado, cujo tratamento garantiria o seu apagamento da sociedade.

De acordo com o DSM-5 (APA, 2014, p. 452), para ser diagnosticada com disforia de gênero, a criança deve manifestar pelo menos seis “sintomas”:

1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado).
2. Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas.
3. Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias.

<http://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/tendencias-de-comportamento/dossie-brandlab-nova-masculinidade-e-os-homens-brasileiros>. Acesso em: 12 dez. 2021.

⁷¹ Disforia de gênero: “Desconforto ou sofrimento relacionado a uma incongruência entre a identidade de gênero de um indivíduo e o sexo atribuído ao nascimento”. Disponível em: <http://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiQUI%3%A1tricos/sexualidade-disforia-de-g%3%AAnero-e-parafilias/disforia-de-g%3%AAnero>. Acesso em: 02 jul. 2022.

4. Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero.
5. Forte preferência por brincar com pares do outro gênero.
6. Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas.
7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual.
8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.

Acerca da disforia, Paul B. Preciado (2023, p. 22) critica o uso desse conceito como uma disciplina e técnica de governo, questionando “E se a ‘disforia de gênero’ não fosse um transtorno mental, mas uma inadequação política e estética de nossas formas de subjetivação em relação ao regime normativo da diferença sexual e de gênero?”. Desse modo, o filósofo propõe a essa noção um deslocamento e uma ressignificação a fim de que possamos compreender o mundo contemporâneo em seu conjunto, afastando-se das condições de patologias psiquiátricas e se aproximando de uma maneira de vida dentro de um novo regime de saber e ordem político-visual, a qual ele chama de *dysphoria mundi*.

Além disso, o código de Disforia de Gênero em Crianças (APA, 2014, p. 453-454) ainda apresenta como características diagnósticas que:

Meninos pré-puberais com disforia de gênero podem expressar o desejo ou afirmar que são meninas ou que serão meninas quando crescerem. Preferem usar trajes de meninas ou de mulheres ou podem improvisar roupas com qualquer material disponível (p. ex., usar toalhas, aventais e xales como cabelos longos ou como saias). Essas crianças podem desempenhar papéis femininos em brincadeiras (p. ex., brincar de “mãe”) e com frequência se interessam intensamente por bonecas. Na maioria das vezes, preferem atividades, jogos estereotípicos e passatempos tradicionalmente femininos (p. ex., “brincar de casinha”, desenhar quadros femininos, assistir a programas de televisão ou vídeos com personagens femininos favoritos). Bonecas estereotípicas femininas (p. ex., Barbie) geralmente são os brinquedos favoritos, e as meninas são as companheiras de brincadeira preferidas. Eles evitam brincadeiras agressivas e os esportes competitivos e demonstram pouco interesse por brinquedos estereotipicamente masculinos (p. ex., carrinhos, caminhões). Alguns fingem que não têm pênis e insistem em urinar sentados. Mais raramente, podem dizer que sentem repulsa pelo pênis ou pelos testículos, que gostariam que eles fossem removidos ou que têm, ou gostariam de ter, uma vagina.

Diante disso, caberia refletir sobre como as crianças entendem as brincadeiras em que se envolvem e o modo como são interpretadas pelos sujeitos adultos, uma vez que, para elas, são apenas atividades lúdicas e experiências de contato com objetos e outras pessoas, no sentido de descobertas; enquanto que para muitas pessoas, atitudes ou preferências das crianças durante esses momentos de lazer já indicariam traços relacionados diretamente com suas identidades de gênero ou sexual.

Nessa perspectiva, Nonato (2020, p. 61) argumenta que por existir um código de Disforia de Gênero na Infância, tal fato acaba por evidenciar que “o corpo afeminado encontra-se fora dos discursos da normatividade e se apresenta como forma de resistência”. Sendo assim, mecanismos que objetivam essa marginalização são acionados por essas identidades infantis escancararem a não naturalidade dos gêneros e incomodarem as tentativas de conformação, servindo como maneiras de resistência, uma vez que a figura do menino considerado afeminado acaba por centralizar o debate acerca da própria suposta patologização da homossexualidade (Sedgwick, 2007).

Como aponta Guacira Lopes Louro (2016b, p. 84), as descontinuidades, transgressões e subversões da relação entre sexo, gênero e sexualidade são empurradas para o campo do incompreensível e do patológico:

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos - continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam o atravessam esses limites ficam marcados como corpos - e sujeitos - ilegítimos, e imorais ou patológicos.

E pensando a partir do campo da Educação, como Anamaria Ladeira Pereira, Camila Santos Pereira e Fernando Pocahy (2021, p. 131) salientam:

Se pudessem, algumas escolas para crianças disponibilizariam cadernos de caligrafia específicos não apenas para arredondar as letras, mas para lapidar os comportamentos e adestrar os corpos dissidentes. Será que já não o fazem ao dividir o “futebol para os meninos e o vôlei para as meninas” (isso quando reservem a elas algum esporte)? Será que já não o fazem ao perguntar à aluna de qual menino ela gosta? E exigir que se sente “com modos”, ao mesmo tempo em que recriminam os meninos que choram?

Desta maneira, observo que não é somente da área médica que surge a ideia de uma patologização dos corpos dissidentes, mas até mesmo de outras que poderiam subsidiar debates acerca das questões relativas à identidade e diferença, como é o caso da Educação, que por vezes tem corroborado com a hostilização e o preconceito contra sujeitos que rompem com os *scripts* de gênero e desafiam as normas estabelecidas sobre o ser menino ou menina. João Paulo de Lorena Silva (2018, p. 22), analisando as infâncias *queer* no currículo escolar, observa que elas "são atravessadas e constituídas por três diferentes linhas: a da precariedade (infância abjeta), a da estética (infância que assusta e fascina) e a

da política (infância que luta e resiste)". Sendo assim, os meninos considerados afeminados estariam em um constante fluxo que envolveria processos de normalização, controle e resistência, que acabam constituindo modos de vida que demandam visibilidade e bagunçam os *scripts* de gênero.

Nos últimos anos tem sido possível observar uma crescente de estudos acadêmicos com enfoque na questão dos sujeitos homens afeminados, seja discutindo a constituição de suas infâncias e suas vivências no espaço escolar, seja debatendo esse aspecto da identidade masculina em contextos da vida adulta nos relacionamentos e no trabalho. Em relação às infâncias, os meninos considerados afeminados têm sido chamados por diversas nomenclaturas que os adjetivam: como crianças ou infâncias dissidentes, *queer*, viadas, desviadas, etc.⁷²

Independente dessas recentes tentativas de definições, acredito que tal movimento tem sido possível grande parte pelas problematizações levantadas pelos Estudos de Gênero e, sobretudo, pelos Estudos Queer, emergente a partir da década de 90. Contudo, nesse contexto, considero importante pontuar que “o termo *queer* não designa identidade, mas aliança, e é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e previsíveis na luta por justiça social, política e econômica” (Butler, 2018, p. 79).

Interessante pontuar que o livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade* de Judith Butler (2017), uma das principais referências teóricas dos Estudos de Gênero na compreensão do conceito de modo universal, foi pensado a partir de uma inquietação da filósofa a partir do seu conhecimento sobre um caso ocorrido nos Estados Unidos de um jovem que estava andando "rebolando" e seus colegas o jogaram de uma sacada, causando a ele graves ferimentos – tal informação é narrada por Butler no documentário “Filósofa em todo gênero” (França, 2006).

Acerca da produção científica sobre as infâncias dissidentes, destaco aqui dois dossiês de periódicos que se dedicaram a reunir artigos a respeito do tema: a *Revista Periódicus*, que publicou o dossiê chamado *Crianças desviadas, sexualidades monstruosas, educação pervertida: paisagens alteritárias das infâncias*, organizado por Alexandro Rodrigues, Jésio Zamboni, Leonardo Lemos de Souza, Marcelo Santana Ferreira e Raquel Gonçalves Salgado, em seu volume 1 e número 9 de 2018.⁷³

E a *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura* (REBEH), que em seu volume 3

⁷² Acerca da temática, indico o livro *Crianças em Dissidências: narrativas desobedientes da infância* (Rodrigues, 2018).

⁷³ Disponível em: <http://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/issue/view/1651>. Acesso em 4 out. 2021.

e número 9 de 2020, publicou o dossiê *Tornar-nos crianças: auto/etnografias, cuidados e reparações* organizado por Adriana Azevedo, Diego Paleólogo e Vinícios Ribeiro. Para a capa, foram utilizadas imagens da série de pinturas *Born to Ahazar* de Bia Leite – que teve entrevista publicada neste mesmo número do periódico.⁷⁴

Nesse cenário, ainda destaco dois livros resultados de Trabalhos de Conclusão do Curso de Jornalismo, que abordam a questão das dissidências de gênero nas infâncias. O primeiro, chamado *Criança Viada*, de Ícaro Machado Ribeiro (2018), foi publicado como livro pela Editora Viseu em 2021. Nas 134 páginas da obra, conhecemos as histórias de dez homens homossexuais que rememoram suas épocas de crianças e nos revelam, principalmente, o desamparo familiar, psicológico e social de ser um menino afeminado.

A obra é organizada por meio de um prefácio, escrito pelo orientador do trabalho, uma introdução, que explica a proposta jornalística-literária, e 40 crônicas narradas em primeira pessoa, ilustradas com recortes de fotografias dos homens entrevistados. Nesses textos, que conversam entre si com muita facilidade, observamos referências aos anos 80 e às vivências familiares e escolares dos participantes, que trazem ao debate questões religiosas, de vestuário, roupas e apelidos, descobertas e fantasias infantis, tentativas de se encaixar, primeiras experiências sexuais, aprendizagem com meninos mais velhos e incompreensão acerca de situações vivenciadas, entre outras questões.

Já o segundo livro, nomeado *Gay demais para ser levado a sério*, de Isaque Sousa (2020), foi publicado de maneira independente pelo autor em formato de e-book, disponibilizado no site da Editora Casa Flutuante, que edita e publica livros-reportagem e acadêmicos. Nas 90 páginas da obra, as histórias de nove homens são apresentadas por meio de suas trajetórias marcadas pelo preconceito por serem quem são e suas jornadas pelo autoconhecimento e aceitação, tanto externa quanto interna.

A obra, que é organizada por meio de agradecimentos, prefácio, introdução, nove capítulos, posfácio, referências e glossário, apresenta textos que são narrados com alternância entre narrador onisciente e discurso direto em primeira pessoa dos homens participantes, que são de diferentes estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Tocantins, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Contudo, saliento que em ambos os livros pude perceber como as narrativas autobiográficas dos homens participantes das pesquisas apontam para uma negligência por parte das famílias e também da escola frente às diferenças de comportamento e

⁷⁴ Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/issue/view/626>. Acesso em 4 out. 2021.

preferências de meninos considerados afeminados. Os relatos presentes nas obras citadas também apresentam casos de violência/abuso sexual vividos pelos homens participantes, mostrando ocorrências que aconteciam em casas de vizinhos, outras que se repetiram por anos, além da vergonha de compartilhar a experiência e o medo de sofrer preconceito ainda maior.

Apresento aqui três casos de violências contra meninos acontecidos no Brasil nos últimos dez anos. A primeira notícia, publicada pelo jornal Estadão em 5 de março de 2014, tem a manchete *Menino de 8 anos é espancado até a morte pelo pai para 'andar como homem'*, noticiando o caso de um pai que espancou o filho de 8 anos motivado pela postura do filho no Rio de Janeiro. O homem alegou que o filho era desobediente e afeminado, tendo agredido com tanta força que perfurou o fígado da criança, que também apresentava sinais de desnutrição.⁷⁵

A segunda notícia, publicada pelo portal de notícias Petrópolis em 9 de abril de 2019, leva a manchete *Pai espanca filho de 3 anos que usou batom: "Não quero viado em casa"*. O texto aponta o caso de um pai que espancou o filho de 3 anos após o menino se sujar com batom enquanto estava na casa do homem em Uberaba, Minas Gerais. Após o envio de uma foto pela irmã mais velha das costas do menino bastante machucadas, a mãe, que era separada do pai, buscou os filhos e acionou a Polícia Militar. O homem confessou o crime e que teria feito uso de bebida alcoólica.⁷⁶

E a terceira notícia foi publicada pelo portal de notícias IG com a manchete *Pai arranca couro cabeludo do filho com faca por achar o corte "homossexual"*, em 13 de março de 2021. O caso relatado foi de um pai que cortou o couro cabeludo do filho de 6 anos por causa do corte de cabelo do menino que considerou inadequado em Planaltina, Goiás. Após chegar bêbado em casa, o homem cometeu o crime contra a criança, que passou por cirurgia e recebeu 15 pontos na cabeça, e ainda ameaçou a esposa.⁷⁷

Tais casos de violência contra meninos considerados afeminados foram explicitamente motivados pelo preconceito contra os aspectos convencionados femininos apresentados pelos meninos; contudo, fico a refletir sobre outros diversos casos de

⁷⁵ Disponível em:

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,menino-de-8-anos-e-espancado-ate-a-morte-pelo-pai-para-andar-como-homem,1137536>. Acesso em: 13 dez. 2021.

⁷⁶ Disponível em:

<http://www.metropoles.com/brasil/pai-espanca-filho-de-3-anos-que-usou-batom-nao-queria-viado-em-casa>. Acesso em: 13 dez. 2021.

⁷⁷ Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-03-12/pai-arranca-couro-cabeludo-do-filho-com-faca-por-achar-o-corte-homossexual.html>. Acesso em: 13 dez. 2021.

agressão ou mesmo assassinato de meninos que também poderiam ter sido suscitados por essa questão e que ficou na repercussão midiática de maneira implícita, velada ou mesmo desconhecida. Em seu texto *A guerra declarada contra o menino afeminado*, o sociólogo peruano Giancarlo Cornejo (2015, p. 80) questiona "como a homossexualidade de uma criança se transfigura em seu assassinato?", e ainda aponta, de maneira bastante impactante, que "o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual".⁷⁸

O documento *Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes*⁷⁹ (UNICEF, 2022, p. 45) pontua que

Ainda na infância, meninos são repreendidos e, muitas vezes, sofrem agressões por familiares e conhecidos, por apresentarem comportamentos considerados como não sendo "de menino", como "gestos afeminados". Assim, meninos aprendem que, por serem meninos, devem ser violentos, enquanto as meninas são violentadas por serem meninas.

Parte significativa de tais violências ocorridas nos últimos anos no cenário brasileiro podem ter sido incentivadas por falas do então ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que em diversas ocasiões emitiu opiniões preconceituosas em relação a meninos e homens gays, a exemplo destas: "*Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele*", proferida durante uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em novembro de 2010.⁸⁰ Em outra ocasião, em junho de 2011, ao ser entrevistado para a revista Playboy, quando ainda era deputado federal, o referido ex-presidente manifestou que: "*Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo*".⁸¹

Cabe referir que os dados divulgados pelo dossiê de 2022 *Mortes e Violências*

⁷⁸ O título deste artigo faz referência a um texto clássico de Eve Kosofsky Sedgwick, *How to Bring Your Kids Up Gay: The War on Effeminate Boys* (em tradução livre: *Como tornar seus filhos gays: a guerra contra meninos afeminados*), publicado originalmente em 1991.

⁷⁹ Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/media/19281/file/comunidade_escolar_prevencao_resposta_violencia.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁸⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2611201025.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁸¹ Disponível em: http://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 18 de abr. 2024.

*contra LGBTI+ no Brasil*⁸², organizado pelos grupos Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), apresentam que os homens cis e gays foram os que mais morreram da comunidade LGBTI+ no país naquele ano. De acordo com as estatísticas do material – cujos dados são coletados pelas reportagens de casos divulgados pela mídia, cabendo salientar que os números tendem a ser ainda maiores que essas estatísticas – dos 273 casos ocorridos em 2022, homens gays representam 35,16% do total, com 96 mortes, sendo a maioria por homicídio (86 vítimas).

Relacionando ainda os meninos considerados afeminados e a mídia, há diversos casos de crianças que acabam virando alvo de preconceito *online* por suas exposições virtuais ou mesmo televisivas. Como exemplo, cito o menino Hytalo, de 12 anos na época, participante do *reality show* Masterchef Junior, que em 2015 sofreu discursos de ódio na internet com questionamentos acerca de sua sexualidade por apresentar comportamento próximo ao feminino.⁸³ Outro caso é o Desmond Napoles, um garoto estadunidense que desde 2015, quando tinha 8 anos de idade, montava-se de *drag queen* performando em apresentações com apoio da família – que foi acusada de sexualizar a criança (Rosa; Felipe, 2018).

Evidentemente não cabe somente à infância essas situações de preconceito, basta nos lembrarmos do episódio com o dançarino, influenciador e *tiktoker* com quase oito milhões de seguidores Juliano Floss, de 17 anos, que relatou diversas falas de sujeitos que “aguardam” o momento dele se revelar gay. Tais discursos, com o julgamento do adolescente apresentar trejeitos afeminados, baseiam-se no simples fato dele publicar vídeos em suas redes sociais dançando sem medo de se expor.⁸⁴

Destaco que todas essas situações foram e são causadas pelo fato desses meninos não corresponderem às expectativas que a sociedade impõe sobre seus corpos, ditando como devem se comportar, vestir, o que devem consumir e preferir, etc. Nesse sentido, como argumenta Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017, p. 163), "uma criança não pode governar seu próprio corpo, mas é ensinada a governar os corpos de gayzinhos afeminados, dos viadinhos e das bichinhas". Os meninos considerados afeminados são alimentados com

⁸² Disponível em:

<http://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁸³ Disponível em: <http://br.blastingnews.com/tv-famosos/2015/10/pedofilia-e-homofobia-marca-a-estreia-do-masterchef-junior-00619703.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

⁸⁴ Disponível em: <http://jornaldebrasil.com.br/entretenimento/katia-flavia/juliano-floss-vivi>. Acesso em: 26 jun. 2022.

"piadas maldosas, pela prática de desmerecimento e desvalorização de seus trejeitos, gostos, práticas e encantos, os meninos afeminados são ensinados que são errados, são abjetos, estranhos e que tudo que produzem não condiz com o que deveria ser feito" (Takara, 2017, p. 238-239).

Nesse contexto, Maria Homem e Contardo Calligaris (2019, p. 115-116) debatem que

"Seu viadinho" é um enunciado clássico de assédio. "Você não é homem suficiente, é 'mulherzinha'." Portanto, o feminino é objeto de recalque tanto na mulher quanto no homem. O homem não pode ser nada próximo de um lugar do feminino. Isso é evidente na clínica. Posso dizer que 100% dos *gays* que atendemos sofreram *bullying* na infância ou na adolescência. E replicam esse enunciado entre eles? "E aí, gata?"; "Fala *bichinha!*"; "Tudo bem, *viado?*"; "Ai, a louca". É uma forma de elaborar essa opressão, digamos, e de simbolizar isso. É como se o feminino fosse interdito. Ponto final. Em qualquer instância, em qualquer corpo, em qualquer lugar. Só que aí estamos, de novo, desconstruindo tanto a eventual fragilidade quanto a eventual potência. São atributos do humano, de qualquer gênero. Não uma característica *a priori* das fêmeas e dos machos. É isso que deve ser quebrado, fissurado em nossa mente. (grifo dos autores)

E não são raros os casos em que violências envolvendo tais controles acontecem no âmbito escolar, como foi evidenciado na dissertação "*Tia, não aguento mais sofrer tanta humilhação: narrativas tensionadoras de gênero nos anos iniciais*", escrita por Claudia Jorge de Freitas no âmbito do Mestrado Profissional de Ensino em Educação Básica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2019. No estudo, a autora investigou cenas e narrativas de um menino negro de 9 anos, aluno do 3º ano do Ensino Fundamental, que afirmava já estar cansado de ser chamado de "bichinha" e "viadinho" pelos colegas de escola, observando que "a escola é lugar de contradições, já que nela são vividas práticas que silenciam, mas, que também dialogam com as diferenças, e conseqüentemente, abrindo espaços para as disputas, as lutas, as resistências e aos pontos de fuga" (Freitas, 2019, p. 7).⁸⁵

A partir de uma escala criada nos Estados Unidos para avaliar atitudes de antiafeminação em homens *gays*, a "Negative Attitudes Toward Effeminacy Scale" (Taywaditep, 2002), dois pesquisadores brasileiros adaptaram tal instrumento para o cenário do Brasil, elaborando a "Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação" (Ramos; Cerqueira-Santos, 2019).

⁸⁵ Outros dois estudos nesse aspecto que viraram livro posteriormente são: *O viadinho da escola* (Fonseca, 2018) e "*Nesta escola não há lugar para bichinhas*": diversidade sexual e homofobia (Siqueira, 2020).

Quadro 2 - Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação (ANA).

Número	Itens
15	O jeito afeminado de alguns homens gays é prejudicial à imagem pública de pessoas gays em geral.
13	Homens gays femininos estão destruindo a respeitabilidade dos gays em geral.
14	É vergonhoso ser visto em público com um homem gay “afetado”.
17	A comunidade gay seria um lugar muito mais confortável se alguns de seus membros tentassem diminuir seu comportamento extravagante.
16	Eu me sentiria nervoso se estivesse em um grupo de homens gays “afeminados”.
12	Quando estou em público, tento manter distância de caras gays que aparentam ser “bichas”.
4	Me incomodo ao ver homens gays agindo como uma mulher.
9	Quando conheço um homem gay, eu perco o tesão imediatamente se ele agir de forma afeminada.
5	O comportamento afeminado de um homem gay provavelmente atrapalharia o desenvolvimento de um relacionamento confortável entre eu e ele.
1	Se eu publicasse um anúncio pessoal procurando um encontro, eu incluiria “não curto afeminados” nos requisitos.
2	Eu não quero ser associado ao estereótipo de homens gays afeminados.
7	Em geral, eu tento evitar homens gays que são visivelmente femininos.

Fonte: Ramos; Cerqueira-Santos (2019, p. 6).

Tal escala⁸⁶, conforme apontado por Mozer de Miranda Ramos e Elder Cerqueira-Santos (2019), possibilita avanços no estudo da homofobia, da heteronormatividade e do machismo. Os autores ainda salientam que diversos fatores influenciam as vivências das masculinidades afeminadas, como classe, raça, escolaridade, geração, o que pode acabar se configurando como alguns privilégios – como ser um sujeito adulto branco, classe média/alta, com graduação, entre outros.

O discurso de marginalização da afeminação ainda se irradia de forma estrutural na sociedade, no entanto os privilégios citados são capazes de possibilitar a vivência, mesmo em risco (de transgredir as normas sexuais e de gênero e sofrer

⁸⁶ É possível observar pela numeração que cinco itens foram retirados da Escala ANA, em virtude de uma avaliação dos autores para a adaptação e sucesso da aplicação do instrumento.

punições por isso, sejam elas físicas, afetivas ou relacionais) da afeminação em uma medida maior do que daqueles que não detêm tais privilégios (Ramos; Cerqueira-Santos, 2019, p. 9).

A partir desse estudo, os autores ainda evidenciaram algumas reflexões acerca das atitudes negativas sobre afeminação: (i) a necessidade de mais pesquisas sobre a temática a fim de operar como referencial teórico e dar visibilidade à problemática; (ii) a importância da inclusão da afeminação como variável em investigações sobre condições sociais e de saúde das populações de gays e bissexuais; (iii) a urgência do aperfeiçoamento do uso da afeminação como uma variável nas investigações brasileiras; e (iv) a relevância de operar com a ANA no objetivo de ampliar as pesquisas acerca de homofobia inserindo a antiafeminação como parte do cenário (Ramos; Cerqueira-Santos, 2019).

A afeminação nas infâncias de meninos também poderia ser interpretada por muitos sujeitos adultos como um sinônimo de fracasso. Nesse sentido, Jack Halberstam (2020, p. 21) atenta para o seguinte:

Que tipos de recompensas o fracasso pode nos oferecer? Talvez o mais óbvio é que o fracasso permite-nos escapar às normas punitivas que disciplinam o comportamento e administram o desenvolvimento humano com o objetivo de nos resgatar de uma infância indisciplinada, conduzindo-nos a uma fase adulta controlada e previsível. O fracasso preserva um pouco da extraordinária anarquia da infância e perturba os limites supostamente imaculados entre adultos e crianças, ganhadores e perdedores. E ainda que, indubitavelmente, o fracasso venha acompanhado de uma horda de emoções negativas, tais como decepção, desilusão e desespero, ele também proporciona a oportunidade de usar essas emoções negativas para espetar e fazer furos na positividade tóxica da vida contemporânea.

Penso que relacionar casos de meninos considerados afeminados com sujeitos fracassados perante os *scripts* de gênero investidos a seus corpos nos remete à própria reescrita desses roteiros que pretendem normalizar e normatizar nossas vivências. A transgressão das normas, nesse sentido, evidentemente causa certo desconforto, uma vez que coloca sob suspeita a “naturalidade” do nascer menino. Afinal, antes mesmo do nascimento da criança, já se instaura uma rede de expectativas generificadas acerca daquele ser que, com base em sua identidade sexual, ideais de masculinidades e feminilidades vão sendo moldadas.

Acerca dos meninos que performam feminilidades desde cedo, surgiu nos anos 70 uma expressão pejorativa que os definiria: “poc”. O termo era usado como uma onomatopeia ao barulho do salto alto que alguns gays considerados afeminados costumavam utilizar, principalmente em boates; uma outra referência vem de uma

expressão abreviada de "bichinha pão com ovo", para se referir de maneira depreciativa a meninos gays afeminados e pobres. Nos últimos anos, o termo “poc” vem ganhando ressignificados, em que a comunidade LGBTQI+ se apropria para aproximar aos estudos de processos identitários e ativismos (Pereira; Prado, 2021).

A ideia de fracasso associado a uma masculinidade “frágil” ainda retoma uma situação ocorrida em 2018 no concurso da Polícia Militar do Paraná, em que tinha como um dos critérios da avaliação psicológica do perfil dos candidatos, a “masculinidade” (em uma perspectiva cisheteronormativa). O critério 31 apresentava como definição "Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor". O caso teve repercussão na época, com manifestações da Aliança Nacional LGBTI+ e do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Após uma semana de polêmica, o edital foi retificado e o critério passou a ter o nome de “enfrentamento”, retirando da sua definição apenas a última oração da frase.⁸⁷

Em sua dissertação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) intitulada *“Adolescente sempre é vítima, mas, às vezes...”: Representações sociais sobre abuso sexual e sobre gênero para Conselheiros Tutelares de municípios do ES* (2017), Anne Caroline Salomão Mazine verificou as representações sociais de conselheiros tutelares sobre abuso sexual e sobre gênero, assim como de que maneira esses profissionais compreendem e trabalham com os casos de abuso sexual contra adolescentes. Um dos seus entrevistados, um conselheiro tutelar homem de 37 anos e que atua no cargo há sete, afirmou que, em um dos casos que atendeu, ao ser encaminhado por uma escola, o adolescente vítima teria sido abusado devido a seu comportamento “afeminado” e por apresentar “um lado mais delicado, um lado mais educado”, fazendo com que o abusador acreditasse que o menino estava se insinuando para ele.

Para tal profissional, o fato da vítima ser do gênero masculino e apresentar traços convencionados com o feminino em certa medida justificaria ou se constituiria como elemento facilitador de abuso sexual. Ou seja, o controle e a segurança desses sujeitos estariam condicionados, uma vez que "o direito da existência plena de um garoto dentro de casa só pode ser assegurado causa sua cis heterossexualidade seja comprovada. Do contrário, essa existência estará sob vigilância constante" (Oliveira, 2017, p. 172).

⁸⁷ Disponível em:

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Nesse contexto, observo como há uma carência no entendimento acerca da sexualidade infantil, pois esta não deve ser compreendida comparada com a adulta, ao passo que envolve elementos diferentes em sua constituição. Michel Foucault, em *Sobre a Sexualidade* (2021), destaca quatro pontos relevantes para refletirmos acerca dela: (i) é uma atividade cuja natureza sexual não implica o caráter genital; (ii) trata-se de uma atividade que, no geral, não diz respeito a terceiros, mas ao corpo da própria criança; (iii) é uma atividade que se localiza em diversas zonas do corpo; e (iv) são atividades ligadas a intensas atividades interpretativas.

Nesse contexto, insiro no debate Andrea Braga Moruzzi (2012, p. vi), que em sua tese, refletindo acerca da pedagogização do sexo da criança, observou, a partir dos estudos foucaultianos, como a infância seria tal como a sexualidade, um dispositivo do poder, pois "a partir do momento em que a criança se torna um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade, produz-se sobre ela um conjunto heterogêneo de regimes de verdades e práticas de modo a se instalar sobre a mesma um modo de ser e ter uma infância". Assim, entende-se a criança no centro dos grupos estratégicos de intervenção, produção e transformação da sexualidade (Foucault, 2014).

Considero relevante pontuar ainda que há um pensamento equivocado de que meninos que são abusados sexualmente se reconheceriam como sujeitos gays na idade adulta. Mesmo que nossa pesquisa tenha apontado uma leve predominância nesse aspecto, cabe salientar que o fato de ter sido abusado em nada configura a preferência sexual da vítima, assim como não indica que este se tornará igualmente um agressor sexual ou mesmo que ele, na ocasião de ter sido abusado por uma mulher, não poderia ou deveria se considerar uma vítima.

Em pesquisa realizada por Camila Bahia Lessa e Andréa Soutto Mayor (2021), as autoras analisaram comentários *online* em reportagens que noticiaram casos reais de violência/abuso sexual contra meninos cometidos por mulheres, evidenciando um alto índice acerca do não reconhecimento dessas práticas sexuais entre meninos e mulheres adultas como abuso (81,5%). Os comentários apontam para uma impossibilidade de vitimização e positividade em relação à experiência, o que acaba se configurando como um "processo de (re)vitimização socialmente infligida aos meninos sexualmente violentados, acarretando possíveis danos psicológicos secundários e reforçando estigmas e a subnotificação dessa violência" (Lessa; Mayor, 2021, p. 332).

Em contrapartida, estudos mostram que há vários fatores associados com a experiência da violência sexual quando criança que se manifestam logo após o abuso e/ou

anos mais tarde, como consequências físicas (lesão corporal, mutilações, fissura e dilaceração anal e infecções sexualmente transmissíveis), emocionais (ansiedade, culpa, medo, raiva e tristeza), cognitivas (baixa autoestima, confusão quanto à identidade de gênero e orientação sexual, dificuldade de aprendizagem, paranoia e pensamentos obsessivos), comportamentais (agressividade, baixo rendimento escolar, comportamento autodestrutivo, fugas de casa, conduta suicida, problemas interpessoais, uso de substâncias e problemas sexuais – hipersexualidade, coerção sexual, disfunção sexual e sexo desprotegido) e psicopatologias (transtorno de estresse pós-traumático, de humor, alimentares e de personalidade) (Hohendorff; Habigzang; Koller, 2014).

Cabe salientar que alguns estudos recentes têm abordado a relação entre violência/abuso sexual na infância e casos de suicídio de crianças, a maioria sendo da área da Saúde, em especial da Psicologia, que destacam o papel fundamental do atendimento psicológico como fator que ajuda a intervir tentativas de automutilação após a ocorrência. Nesse contexto, Laura Santos da Silva e Willian Roger Dullius (2023, p. 11) se atentam para o fato de que

A educação permanente dos profissionais de saúde para um acolhimento humanizado, com fluxos e protocolos no sistema promovem contribuir para a resolutividade do contexto existente, bem como, minimizar o sofrimento do paciente e familiares. Os gestores e profissionais de saúde necessitam promover ações preventivas na sociedade com base nos dados estatísticos disponíveis contribuindo para uma assistência em saúde com qualidade e embasamento científico.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), cerca de mil jovens entre 10 e 19 anos tiram suas próprias vidas no Brasil a cada ano, destacando que entre 2012 e 2021 quase 10 mil casos de óbito por lesões autoprovocadas nessa faixa etária foram registradas no país. Pelo levantamento, os meninos representam 68,32% desse total, sendo 15,71% na faixa etária de 10 a 14 anos de idade.⁸⁸

Em pesquisa *online* realizada por mim e Jane Felipe em 2020, em que participaram 170 homens das cinco regiões do Brasil, 74 destes afirmaram terem sido abusados sexualmente em suas infâncias. Destes, 54% se autodeclararam como sujeitos gays, o que nos levou a refletir sobre a possibilidade da violência/abuso sexual ter acontecido ou mesmo ter sido motivada pelo fato da orientação sexual desses sujeitos. Tenho a ciência de

⁸⁸ Disponível em:

<http://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/setembro-amarelo-a-cada-ano-mil-jovens-brasileiros-tiram-a-propria-vida-alerta-sociedade-de-pediatria>. Acesso em: 19 nov. 2023.

que não há relação direta entre o comportamento infantil e a identidade sexual adulta, contudo muitos homens gays foram meninos considerados afeminados quando crianças e, nesse sentido, mobilizo-me a pensar na relação entre esses dois aspectos, na medida em que é possível perceber que esses meninos, por apresentarem trejeitos, são tratados por vezes com preconceito.

Além disso, muitos sujeitos se sentem autorizados a manipularem esses corpos no discurso de que esses meninos estariam se insinuando e os provocando, o que acaba sexualizando seus corpos ainda infantis e sem definição de orientação sexual, ao passo de que performance de gênero não indica preferência sexual.

Nesse contexto, caberia aqui lembrar que, em maio de 2014, um caso na Argentina virou polêmica em todo o mundo quando juízes, julgando um caso ocorrido quatro anos antes, reduziram pela metade a pena de um abusador sexual alegando que a vítima, um menino de 6 anos na época, seria homossexual por ser afeminado e já ter sido abusado antes pelo próprio pai. O caso do abuso ocorreu dentro do banheiro de um clube de futebol e foi cometido por um dirigente da equipe esportiva.⁸⁹

A performance considerada afeminada dos meninos é interpretada por muitos como um desejo de ser do gênero feminino, tido pela maioria da sociedade como um sujeito de papel passivo, principalmente nas relações interpessoais e em especial no que tange a relação sexual. Dessa maneira, suspeito que muitos abusadores, além de se sentirem autorizados à prática da violência/abuso sexual, por uma cultura do assédio e do estupro, constroem uma ideia de que tais meninos estariam procurando e aptos a manterem relações sexuais apenas por performarem trejeitos convencionados ao universo feminino – o que não justifica em nada as ocorrências de situações de violência/abuso sexual.

Nesse contexto, pontuo a ação da pedofilização sobre os corpos de meninos, ao passo de que abusadores compreendem tais sujeitos como potenciais fontes de prazeres sexuais, somado ao fato de que estes não teriam voz ou condições para negar ou mesmo resistir a qualquer esforço investido para atos de cunho sexual com um adulto. Contudo, um dos principais perigos relacionados a essas situações de abuso é quando os meninos se veem como sujeitos desejados e que podem obter alguma maneira de recompensa ao se relacionarem com algum adulto, estabelecendo uma relação de poder intergeracional. Tal situação, em alguns casos, poderia se configurar também como uma espécie de fetiche,

⁸⁹ Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/mundo/juizes-livram-estuprador-alegando-que-vitima-de-6-anos-era-gay>. Acesso em: 14 out. 2021.

sendo chamado o homem de *sugar daddy* (e o menino de *sugar baby*), que geralmente dá presentes ou dinheiro aos meninos mais novos que acabam atuando como acompanhantes ou como parceiros casuais para relações sexuais.

O objetivo de realizar esta pesquisa com foco nos homens vítimas de violência/abuso sexual que em suas infâncias eram considerados meninos afeminados seria para verificar como estes corpos infantis foram, de alguma maneira, erotizados e, por isso, vulnerabilizados para essa ocorrência. Desta maneira, opero com o conceito de pedofilização (Felipe, 2003) na próxima seção para problematizar como há em nossa sociedade algumas práticas que tendem a estimular o consumo e, por consequência, o abuso dos corpos infantis, tanto de meninas quanto de meninos, atuando como um preâmbulo para o assédio, a cultura do esturpro e a violência/abuso sexual.

3.3 Pedofilização e vulnerabilização dos corpos de meninos

A pedofilização, um dos conceitos centrais desta tese, refere-se à prática social contemporânea de erotização de corpos infantis e foi cunhado pela professora Jane Felipe, pesquisadora e coordenadora do eixo temático *Infâncias, gênero e sexualidade*, integrante do GEERGE (Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero) e coordenadora do GEIN (Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias), ambos vinculados à Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).⁹⁰

Tal termo começou a ser pensado em seus artigos *Entre tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação* (Felipe, 1999), publicado como capítulo de livro, e *Construindo identidades sexuais na Educação Infantil* (Felipe, 1999), publicado em uma revista – apesar de, nesses textos, a autora ainda não ter utilizado a palavra “pedofilização”, mas já problematizado a questão da erotização infantil.

Felipe (2003, p. 216) indica que opera com conceito de pedofilização para

(...) pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados

⁹⁰ Cabe destacar que o GEERGE, assim como o GEIN, a linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero* e o eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*, teve sua produção teórica evidenciada no artigo *Pedofilização e scripts de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa?* (Rosa; Felipe; Sá-Silva, 2022). Além disso, a teorização de Jane Felipe já foi evidenciada em pesquisa documental sobre infância, educação infantil e educação sexual (Sá-Silva; Silva, 2018).

de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados.

No Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS ela coordenou, ao longo de dez anos, três projetos de pesquisa “guarda-chuva” em sequência envolvendo a temática, sendo eles: *Infância, Sexualidade e Gênero: discutindo a 'pedofilização' da sociedade e o consumo dos corpos infantis*, entre 2002 e 2004; *'Pedofilização' como prática social contemporânea: uma análise cultural a partir dos Estudos de Gênero*, entre 2005 e 2008; e *Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização da contemporaneidade*, entre 2009 e 2012.

Durante esse período, já operando com o conceito nomeado, diversos artigos em periódicos e capítulos de livros de sua autoria também foram publicados, a saber: *Erotização de corpos infantis* (Felipe, 2003); *Afinal, quem é mesmo pedófilo?* (Felipe, 2006); *Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia* (Felipe, 2006); *Infâncias, sexualidades e pedofilização: o corpo feito espetáculo* (Felipe, 2010); *Pedofilização como prática social contemporânea nos sites para crianças* (Felipe, 2012); *"Vinde a mim as criancinhas": pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas* (Felipe, 2012).

Além disso, a referida autora também publicou alguns outros textos escritos em parceria com orientandos/as de mestrado e doutorado, como: *Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo* (Felipe; Guizzo, 2003); *Entre smartphones e tablets: pedofilia, pedofilização e erotização infantil na internet* (Prestes; Felipe, 2015); e *O que precisamos saber sobre pedofilia e pedofilização: aspectos médicos, jurídicos e culturais* (Izidro; Felipe, 2018); *Pedofilização, violência sexual e o fascínio masculino sobre os corpos infanto-juvenis* (Serpa; Felipe, 2023) – além de trabalhos apresentados e publicados em anais de eventos científicos por orientados/as e produções acadêmicas de outros/as pesquisadores/as.

Cabe destacar também que a pesquisadora orientou três produções de conclusão de cursos que focaram no conceito de pedofiliação: a monografia de especialização *Discutindo pedofilia e pedofilização* (Martins, 2008), a dissertação *Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil* (Nunes, 2009) e a tese *Onde estão as meninas? Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero* (Serpa, 2016).

Em 2012, Felipe ainda foi a responsável pelo trabalho encomendado do GT 23 –

Gênero, Sexualidade e Educação na 35ª Reunião Anual da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), ocorrida em Porto de Galinhas/PE. A produção teve o título de *Pesquisas sobre violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes e as práticas de pedofilização na contemporaneidade: uma questão de gênero?*.

Ao longo dos anos, tal conceito tem se desdobrado em três principais aspectos: (i) a contradição existente entre as leis que visam proteger as crianças e a lógica do consumo que as visibiliza como sendo corpos desejáveis eroticamente; (ii) a exploração do universo considerado “infantil” com certo potencial erótico e a infância operada como fetiche para a prática da sedução; e (iii) a preparação para o assédio e a violência sexual em forma de abuso e exploração ignorando a pedofilia como crime.

Cabe ainda salientar que as produções envolvendo a pedofilização até aqui têm abordado a questão da erotização dos corpos infantis mais direcionada aos casos de meninas, problematizando aspectos acerca da constituição de suas feminilidades. Entretanto, nesta tese, intento pensar na pedofilização como uma prática cultural e social possível também em relação aos corpos de meninos, com especial enfoque nos processos de erotização de meninos considerados afeminados.

Sendo assim, nesta pesquisa procuro pensar sobre os desdobramentos do conceito propostos por Felipe pensando nas especificidades dos sujeitos em debate que, por apresentarem comportamento e trejeitos convencionados socialmente com as feminilidades, têm seus corpos vulnerabilizados e tratados como uma dissidência já na infância. Tal compreensão encontra na cultura do assédio e do estupro meios para que esses meninos considerados afeminados sofram maus-tratos pela fuga à cisheteronormatividade e, muitas vezes, sejam abusados e culpabilizados por isso.

Refletindo sobre as infâncias, Oliveira (2017, p. 180) pontua em sua tese que a sexualização dos corpos infantis “é potencializada quando se tratam de gays afeminados, viados e bichas, reduzindo ainda mais um período que já é naturalmente curto”. Ou seja, a “sexualização precoce de seus corpos, presente nos xingamentos e apelidos e nos discursos que procuram destacar o perigo que representam para as outras crianças, impede que suas infâncias sejam vividas plenamente” (Oliveira, 2017, p. 248).

Nesse contexto, cabe pontuar o lançamento do *Guia de Orientação sobre Prevenção à Sexualização Precoce na Primeira Infância* (Brasil, 2022), ocorrido durante a *Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência* em fevereiro de 2022 promovida pelos Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Educação,

da Cidadania e da Saúde, apresentando-se com o objetivo de combater a sexualização precoce das crianças, pois, de acordo com a Secretária Nacional de Atenção à Primeira Infância no texto de apresentação do documento, “a inocência que é peculiar à infância precisa ser preservada”.⁹¹

Apesar de uma proposta à primeira vista relevante, problematizo que em momento algum é mencionada no material a importância de uma educação para a sexualidade promovida pela escola desde a Educação Infantil, por exemplo, e nem a relevância desse debate na formação docente. Desta maneira, o guia foca mais em conceituar os direitos das crianças e adolescentes sob um ponto de vista da família e do Estado, mas que nesse movimento deixa de lado as instituições de ensino e seu papel fundamental na rede de proteção.⁹²

Outro problema que fica evidenciado é o aspecto de que os textos dos capítulos do documento focam na psicologia do desenvolvimento e não se debruçam a debater as temáticas a partir de teóricos da Educação que trabalham com esses temas, como Guacira Lopes Louro. Além disso, há uma argumentação rasa e repetitiva em diversos pontos, como a concepção da sexualidade como algo puramente biológico e a relação desses assuntos com a espiritualidade dos sujeitos.

É preciso também nos atentarmos para o fato de que em diversos sites pornográficos há as categorias de vídeos "novinhos", "afeminados", "twinks"⁹³ (termo usado para designar homens com aparência bastante jovem, magros e sem pelos) e “daddy” (remetendo a “sugar daddy” – sujeito que se envolve com outro bastante mais novo). Tais questões tendem a corroborar para a pedofilização desses corpos, erotizando-os e também podendo fomentar uma cultura de consumo sobre corpos de meninos.

Neste contexto, reflito aqui como mesmo que esses sites apresentem seus termos de

⁹¹ Cabe aqui lembrar que o mesmo *Programa Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce a Gravidez na Adolescência* propunha, dentre outros, a abstinência sexual como maneira de prevenção à gravidez na adolescência, ignorando a conscientização do uso e da oferta de métodos contraceptivos por meio de uma educação para a sexualidade. Tal investida do Governo Federal resultou em uma nota da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), disponível em:

http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22302c-DocCient_-_Abstinencia_sexual_na_Adolesc.pdf.

Acesso em: 26 dez. 2023.

⁹² Tal material tem relação com o curso *Prevenção à Sexualização Precoce de Crianças e Adolescentes*, promovido pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), com carga horária de 45 horas, 100% online, sem tutoria, com última turma no primeiro semestre de 2023. Disponível em: <http://endica.mdh.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2024.

⁹³ De acordo com o relatório *Pornhub's Year in Review Insights*, que divulga os termos mais pesquisados de 2023 no site pornográfico Pornhub, "twink" está em 1º lugar entre os mais procurados pela categoria PornhubGay e ocupa o 3º lugar no que diz respeito às categorias mais vistas no mesmo segmento. Disponível em: <http://www.pornhub.com/insights/2023-year-in-review#pornhub-gay>. Acesso em: 24 dez. 2023.

uso⁹⁴, sinalizando também que não devem ser acessados por crianças ou mesmo que elas não devem ser expostas nos vídeos, ainda assim ocorrem casos que parecem escapar das próprias regras. Como destaca Rafael Araújo Saldanha (2017), muitos desses elementos são observados como constitutivos do que Michel Foucault (2015) tratou por dispositivos de repressão, a ‘pedagogização do sexo da criança’ e a ‘psiquiatrização do prazer perverso’. Afinal: como garantir que crianças não acessem ou possam ser expostas na rede? Ou ainda: como afastar ou proibir usuários que possam sentir atração por crianças?

Nesse sentido, em março de 2021, uma música do MC Marley com participação da MC Carol fomentou o imaginário acerca do desenvolvimento das genitálias dos meninos. Com o título "Novinho do Pirocão"⁹⁵, a letra narra o episódio de um garoto que foi ficar com uma garota e, quando esta duvidou do seu potencial, ele então baixou seu calção e ela canta:

*Ai, meu Deus que pau enorme
Ele é novinho e já tem pirocão
Tu tem quinze anos e já tem pirocão*

O refrão da música acabou virando *trend* em redes sociais como o *TikTok* em que garotos filmavam a si próprios dançando de bermuda e sem cueca, querendo destacar o tamanho de seus pênis. Tal prática é entendida como um desafio, com uma crescente de vídeos semelhantes em busca de visualizações e *likes*.

Ao investigar as identidades de gênero e a adultização por meio de videoclipes dos MC'S mirins compartilhados no *YouTube*, Rita de Cássia de Medeiros Rodriguez (2019, p. 207) observa a importância de voltarmos nosso olhar sobre a erotização para os meninos, uma vez que esse processo tende a envolver, entre outros, "os borramentos, ultrapassagens, entrecruzamentos e/ou indeterminações de fronteiras entre o mundo dos adultos e mundo das crianças". Desta maneira, a autora reitera que “investigar a erotização requer que se trate também sobre outros temas que se interconectam: corpo, identidade, gênero e sexualidade”.

⁹⁴ Exemplo de termo de uso do que é ilegal ou proibido para o usuário fazer no site Cam4: "Fornecer material que constitui pornografia infantil ou que envolve ilustrações de nudez ou sexualidade por uma Performer que não aparenta ter idade legal (i.e., alguém que parece ter menos do que 18 anos, independentemente da sua idade atual) ou por um Broadcaster que é mostrado como parecendo uma pessoa com menos de 18 anos devido ao comportamento, roupa, cenário ou adereços". Disponível em: <http://pt.cam4.com/termsofuse>. Acesso em: 15 set. 2023.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.letras.mus.br/mc-marley/novinho-do-pirocao-part-carol-de-niteroi>. Acesso em: 14 out. 2021.

Percebo que as redes sociais têm incentivado cada vez mais, tanto as meninas quanto os meninos, a exporem os seus corpos desde cedo de maneira erotizada, muitas vezes em troca de seguidores/as, *likes* e comentários – o famoso “biscoito” – e outras vezes para seguirem a moda das *trends* do *TikTok* ou do *Instagram*, por exemplo, que mesclam um trecho de uma música com alguma pose ou dança sensual.

Tem se tornado bastante comum nas referidas redes sociais observar meninos sem camisa em posições a fim de mostrarem seus corpos enfatizando principalmente o padrão de beleza do corpo magro e com algum músculo, geralmente, e dançando como se estivessem seduzindo não somente seus/suas seguidores/as, uma vez que há a possibilidade de visualizar tais produções sem seguir os perfis, sem perceber que, por trás dessa prática, poderiam estar fomentando *views* de sujeitos a fim de consumirem e abusarem de corpos como esses, compreendidos como se tivessem a intenção de expor e de dispor para o abuso/consumo.

Nesse sentido, é de suma importância não compreender abusador e pedófilo como sinônimos, assim como as práticas de abuso sexual infantil e pedofilia⁹⁶. Rafaella Vieira Lins Parca (2021, p. 61) aponta dois principais motivos:

a) Estigmatizar o pedófilo (que pode nunca abusar de uma criança) desestimula que ele procure apoio psicológico (se ele procurar apoio, pode então ser um risco menor às crianças); b) Estigmatizar o abusador de “pedófilo”, “monstro” etc, faz com que as pessoas fechem os olhos para os reais abusadores que estão à sua volta (não há “perfil do abusador”, pedófilo ou não, é uma pessoa comum, normalmente agradável, que não desperta suspeita).

Imagens como as citadas anteriormente e produzidas nas redes sociais – sejam em formato de fotos ou vídeos – podem ser utilizadas por abusadores e/ou pedófilos, por exemplo, em redes de pornografia infantil⁹⁷, configurando-se como crime, como previsto no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. De acordo com os *Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos*, em 2022 a Central de Denúncias recebeu e processou 111.929 denúncias anônimas de

⁹⁶ Para uma melhor compreensão da pedofilia, indico a leitura de duas teses: *O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos* (Lowenkron, 2012), *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil* (Rodrigues, 2014) e *A Discussão da Pedofilia no Campo da Educação* (Sá-Silva; Santos; Silva, 2018).

⁹⁷ O termo “pornografia infantil”, por mais comum que seja seu uso, tem sido trocado por “uso de imagens e vídeos de abuso e exploração sexual infantil” ou mesmo “material de abuso sexual infantil”, a fim de pontuar que este tipo de prática que pode envolver o armazenamento, a distribuição ou a produção de cenas de cunho sexual com crianças não deve receber a mesma compreensão do que se entende por pornografia no geral, que é uma indústria produzida e consumida por sujeitos adultos e com base legal.

Pornografia Infantil envolvendo 40.572 páginas (URLs) distintas (das quais 18.218 foram removidas) hospedadas em 3.160 domínios diferentes, de 142 diferentes TLDs e conectados à Internet através de 4.256 números IPs distintos, atribuídos para 58 países em 6 continentes - dentre os sites com mais páginas denunciadas em 2022 estão conhecidas redes sociais, como *Twitter*, *Telegram*, *TikTok* e *Instagram*.⁹⁸

Relacionado a isso, destaco que preocupação com a aparência é uma realidade cada vez mais presente na vida dos meninos, pois muitos já na pré-adolescência começam a se importar com o corpo, querem iniciar na academia e utilizam suas redes sociais para mostrar o físico, seja para ganhar curtidas dos/as seguidores/as ou em busca de popularidade *online*. Dentro desse cenário, pode ocorrer a vigorexia, uma dismorfia muscular que faz com que o sujeito deseje músculos e altere sua rotina para que os consiga, seja por meio de atividades físicas e/ou suplementos; contudo, tal aspecto geralmente é acompanhado por uma distorção de imagem, o que causa um transtorno compulsivo obsessivo pela estética do corpo.⁹⁹

Este debate é relevante quando discuto a questão da pedofilização dos corpos masculinos, tendo em vista que a preocupação dos meninos e seu investimento em um corpo com músculos tem começado cada vez mais cedo e vem acompanhado da exposição no mundo virtual, ficando de fácil acesso a sujeitos possivelmente abusadores e pedófilos. Sem uma maturidade para refletir sobre as consequências de suas publicações, os meninos acabam ficando vulneráveis e suas imagens podem ser vinculadas a redes de exploração com cunho sexual e que por vezes estes nem imaginam tais situações às quais se submetem.

Dessa maneira, penso que seria preciso problematizar a cultura *fitness* que acaba impondo aos sujeitos um padrão corporal que tende a se associar com transtornos alimentares e abalo de saúde mental. Cabe destacar que a *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE) de 2019 salientou que 22,2% dos adolescentes de 13 a 17 anos estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos em relação ao próprio corpo. Associado ainda a isso, o estudo *O Silêncio dos Homens*, do mesmo ano, apontou que 73% dos adolescentes participantes de 14 a 17 anos afirmaram ter aprendido quando menino que tinha que ser forte fisicamente.

⁹⁸ Disponível em: <http://indicadores.safernet.org.br>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁹⁹ Acerca do tema, indico a leitura da reportagem *Vigorexia: a ditadura do corpo perfeito atinge meninos na adolescência*, por Carolina Delboni publicada em coluna no site do Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/emails/carolina-delboni/vigorexia-a-ditadura-do-corpo-perfeito-atinge-meninos-na-adolescencia>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Um exemplo nesse contexto é o caso do filho do jogador de futebol Cristiano Ronaldo, que ficou exposto em foto publicada pela celebridade em fevereiro de 2024 com os dois sem camisa mostrando os músculos - o menino de 13 anos já apresentava um abdômen “definido”, certamente resultado de malhação ou até mesmo de suplemento alimentar. Tal imagem chamou a atenção das pessoas pela pouca idade do menino e seu corpo atlético, levantando questionamentos do quanto ele estaria desde cedo preocupado com sua aparência e o que isso poderia estar afetando no seu desenvolvimento natural.¹⁰⁰

Acerca de imagens *online*, em 2019 um caso chamou a atenção na rede social Facebook, quando mulheres assediaram um menino de 12 anos publicando comentários em sua foto de perfil.

Figura 7 - Imagens de assédio de mulheres contra menino.



Fonte: Página do Facebook “Direita Consciente” (2019).

No post da rede social *Facebook* onde as imagens acima foram retiradas, há cerca de 40 comentários que alternam entre risadas ao fato e homens afirmando que não tiveram essa “sorte” ou que o menino em questão nem estaria ainda interessado em relações sexuais. Contudo, chamo a atenção para os comentários das mulheres destacados nas imagens em uma prática de pedofilização do menino, vendo-o como objeto sexual pela sua aparência que já seria “atraente” a elas, mesmo ele sendo uma criança, utilizando expressões como *“O meu Deus eu sou tão pedofila”* e *“Nossa senhora do musilon”*, fazendo referência ao mucilon, produto recomendado para uma alimentação balanceada e

¹⁰⁰ Disponível em: <http://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2024/02/22/cristiano-ronaldo-posa-com-o-filho-que-impressiona-pela-forma-fisica-meu-parceiro.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

crescimento saudável da criança.¹⁰¹

A associação de um menino menor de idade com o produto mucilon também é evidenciada por meio de músicas, como é o caso da canção do cantor Enzo Melo¹⁰², um jovem de 15 anos, cuja letra evidencia essa relação:

*Hoje em dia tá uma fuleragem
As coroas quer os menor de idade
Provou do Mucilon, aí você já sabe
Provou do mel do Enzinho, viu que é bom de verdade*

A música, lançada em julho de 2023, também fez sucesso nas redes sociais, corroborando na utilização do termo “Maria Mucilon” para indicar mulheres que gostam de ficar com meninos novos, o que antigamente se chamava de “papa-anjo”. No entanto, tais expressões geram apenas comentários bem-humorados, não levando em consideração o fato de haver uma violência/abuso sexual contra os garotos; penso que se fosse o contrário, um homem falando com gosto de “pegar” meninas novinhas, o entendimento e a repercussão seria diferente.

Tal debate tem a ver com a “cultura do estupro”, que como aponta Ana Paula Araújo (2020, p. 309)

começou a ser usado nos anos 1970 e define um conjunto de comportamentos e ideais que desvalorizam a mulher e, em última instância, levam a sociedade a naturalizar a violência sexual. Começa quando ensinamos às crianças que os meninos precisam ser fortes, até mesmo agressivos, enquanto as meninas precisam ser delicadas. Toda atitude considerada como fraqueza é chamada de “coisa de mulherzinha”, e o feminino vira ofensa.

Dessa maneira, pela aproximação que os meninos considerados afeminados acabam construindo ao universo convencionado feminino, sua vulnerabilização a casos de violência/abuso sexual tendem a aumentar, pois, ainda de acordo com a autora, “esse conceito de superioridade e a desqualificação do outro, que passa a ser visto como objeto, também constroem pensamentos que levam ao estupro de crianças” (Araújo, 2020, p. 309).

Cíntia Liara Engel (2017, p. 25) pontua que a cultura do estupro não seria algo recente para a discussão dos estudos de gênero e para a política das mulheres.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.facebook.com/110444720650941/posts/141843070844439>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹⁰² Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=i0oX6GOVT4Q>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Existem anos de produção de dados e teorias explicativas para dar conta desse fenômeno. Ainda assim, a persistência dos casos e a falta de um debate público ampliado, que gere consequências políticas, fazem com que ainda seja fundamental produzir, discutir e pautar o debate público nesse tema. Em termos gerais, parece fundamental dismantelar imaginários e práticas.

Um caso exemplo disso aconteceu em 2016 em Alabama, nos Estados Unidos, quando o pai e sua namorada foram acusados de estuprar o filho dele, um garoto autista de 11 anos de idade. De acordo com a Corte no julgamento, ambos os réus "achavam que o menino era gay", e a violência seria uma espécie de "lição". Conforme notícia publicada no site do Alagoas Alerta, o pai da criança teria visto o menino brincando com outro garoto e interpretado tal situação como uma referência à homossexualidade. A mãe do menino começou a desconfiar quando este fez perguntas sobre sexo e questionou porque seu pai fez isso com ele.¹⁰³

Apesar de não envolver relação sexual, a prática do infantilismo ou autonepiofilia também pode ser problematizada a partir do conceito de pedofilização, tendo em vista que envolve desejo e excitação do sujeito em ser tratado como um bebê ou criança, vestindo fraldas e outros acessórios, como chupeta, mamadeira, etc. Embora não deva ser confundido com pedofilia, essa prática poderia também fomentar o prazer do pedófilo, incentivando o uso de imagens como fotos e vídeos para prazer sexual. Cabe referir que tal prática não deve ser confundida com a dita "Síndrome de Peter Pan", que envolveriam adultos que despertam nos sujeitos alguns comportamentos infantis e inseguros que acabam os impedindo de amadurecerem normalmente.

Importante também salientar que os meninos têm sido apontado como vítimas em crescente potencial de sextorsão¹⁰⁴, de acordo com o relatório *#BehindTheScreens: The Annual Report 2022*¹⁰⁵ da Internet Watch Foundation (IWF), uma organização de proteção infantil que há 26 anos recebe denúncias para identificar e remover imagens e vídeos de abuso sexual *online*. O documento, que constatou que nos seis primeiros meses de 2023 as denúncias que envolvem sextorsão já foram maiores do que todo o ano de 2022, com um aumento de 257%, destacou que os meninos entre 14 e 17 anos de idade têm sido os alvos

¹⁰³ Disponível em:

<http://alagoasalerta.com.br/noticias/mundo/garoto-autista-e-estuprado-por-pai-porque-achava-que-ele-era-gay>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹⁰⁴ Sextorsão é a prática de extorsão sexualmente coagida, em que abusadores se utilizam de imagens ou vídeos de conteúdo sexual para extorquir dinheiro ou mais imagens das vítimas, chantageando-as com ameaças de compartilhamento do material na internet principalmente para família e amigos próximos.

¹⁰⁵ Disponível em:

http://annualreport2022.iwf.org.uk/wp-content/uploads/2023/04/IWF-Annual-Report-2022_FINAL.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

mais frequentes do crime. Entretanto, do material analisado pela IWF, dentre as imagens que foram autogeradas pelos meninos representando 58% do total, mostravam em sua maioria alguma atividade sexual sem penetração, tendo como idade mais frequente observada a de 11 a 13 anos (60%).

3.4 Violência/abuso sexual contra os meninos: masculinidades e silenciamentos

Como já mencionado no capítulo anterior, em 2020 foi realizada uma pesquisa que operou como uma impulsionadora desta tese. A seguir, pontuo os principais resultados de nosso estudo (Rosa; Felipe, 2020; 2023), iniciando pelo perfil dos 170 participantes: idade entre 18 e 67 anos; 54,1% brancos; maior parte moradora de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul; 22,4% com Especialização; maior graduação em Pedagogia; maioria era docente, estudante ou psicólogo; 44 eram católicos e 43 não possuíam religião; 48,8% solteiros; 52,4% heterossexuais; e 43,5% (74 homens) afirmaram terem sido abusados sexualmente em suas infâncias.

Já o perfil dos homens abusados, com as mesmas informações: idade entre 20 e 60 anos; 54% negros; maior parte moradora de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul; 23% com Mestrado; maior graduação em Pedagogia; maioria era docente, estudante ou psicólogo; 17 eram católicos e 13 não possuíam religião; 54% solteiros; e 51% homossexuais.

Destes 74 homens, 52,7% foram vítimas de abuso sexual entre 5 e 8 anos de idade; principais responsáveis pela violência foram primos, vizinhos, amigos da família, tios e amigos/colegas; 43,2% dos/as abusadores/as tinham entre 14 e 18 anos de idade; abuso ocorreu na casa da vítima para 50% dos homens; na época do abuso maioria não entendeu o que aconteceu e sentiu medo associado à vergonha, tristeza e isolamento; já na idade adulta, grande parte apresenta dificuldade em se relacionar afetiva e sexualmente com outra pessoa, problemas com a própria sexualidade, além de sentimento de culpa e insegurança; 55% afirmaram ter relatado o abuso para família ou amigos/as; para 75,7% dessas vítimas o abuso se repetiu; apenas 13,5% tiveram algum tipo de educação para a sexualidade pela família e 18,9% pela escola.

Diante desses resultados, é possível perceber como há uma grande subnotificação dos casos, que acaba acarretando no silenciamento dessas violências, tanto por parte das vítimas quanto por estatísticas oficiais divulgadas pelo governo. Nesse sentido, considero importante problematizar a necessidade de uma ruptura em pensamentos equivocados diante dessa temática, a fim de que garanta a visibilidade desses crimes.

Pesquisa realizada pelo Datafolha encomendada pelo Instituto Liberta, publicada como reportagem no site do Jornal Folha de S. Paulo¹⁰⁶ (Balogh; Caseff, 2022), mostra dados relativos à violência sexual contra meninos e homens: 21% dos homens entrevistados dizem ter sido vítimas de agressão ou violência sexual quando menores de idade; 12% dos homens declararam ter recebido proposta de "recompensa" de um adulto em troca de ato sexual quando menores; 10% afirmaram que um adulto mostrou de propósito o órgão genital a eles; 8% foram tocados ou acariciados intimamente, sem consentimento, na infância e/ou adolescência; e 6% disseram ter sido vítimas de violência sexual mais grave, como estupro, antes dos 18 anos.

Renata Lagrotta Franco, em sua tese *Abusadores sexuais de crianças: análise do perfil criminal e da repetição de abusos*, produzida no âmbito do doutorado em Psicologia pela PUC de Campinas-SP em 2022, aponta, baseada em seus estudos, três diferenciais interessantes para o recorte da minha pesquisa: abusadores de meninos possuem maior quantidade de vítimas; abusadores sexuais com interesse por vítimas do gênero masculino são mais propensos a repetir os abusos; e abusadores que atuam *online* tendem a escolher como vítimas os meninos.

Ao entrevistar 218 sujeitos sentenciados por crimes sexuais violentos e analisar seus prontuários jurídicos, Danilo Antonio Baltieri (2005, p. 63-64) percebeu que não há diferenças significativas entre agressores de meninos e de meninas. No entanto,

Os agressores de meninos negaram mais frequentemente o fato criminoso, envolveram menos vítimas relacionadas, receberam penas mais curtas do que os agressores de meninas e eram menos frequentemente casados. Apenas cerca de 29% dos agressores de crianças do sexo masculino admitiram o fato, em comparação com cerca de 55% dos agressores de meninas. Outra diferença encontrada foi em relação à raça entre os agressores de meninos e meninas. Cerca de 89% dos agressores de meninos são brancos, comparado com cerca de 61% dos agressores de meninas.

Ademais, o estudo também mostrou como os abusadores de meninos receberem pena um pouco mais curta, envolveram menos vítimas relacionadas e preencheram mais critérios de pedofilia. Nesse contexto, além do caso ocorrido na Argentina de redução pena comentado anteriormente, destaco um acontecido na Índia em 2021, quando o Supremo Tribunal do país reduziu pena de um homem que abusou sexualmente de um menino de 10 anos ao forçar a criança a praticar sexo oral nele. O crime, ocorrido em 2016, teria sido

¹⁰⁶ Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/foalha-social-mais/2022/08/2-em-cada-10-homens-se-dizem-vitimas-de-agressao-ou-violencia-sexual-quando-menores.shtml>. Acesso em: 04 set. 2022.

inicialmente julgado em 2018, com a condenação de 10 anos de prisão por agressão sexual com penetração agravada. Contudo, o réu recorreu à sentença e em novembro do ano passado o juiz reduziu sua pena para 7 anos afirmando que o crime teria sido menos grave do que a maneira como fora julgado anteriormente.¹⁰⁷

Conforme reportagem publicada pelo site Exame em 19 de dezembro de 2016, no Afeganistão há uma "tradição" que consiste em policiais afegãos sequestrarem meninos de suas famílias para serem seus escravos sexuais. A prática, conhecida como "bacha bazi" e que consiste em manter a criança como um parceiro sexual, acaba sendo uma maneira de estupro socialmente tolerada, tendo em vista que não tem sido considerada como pedofilia ou homossexualidade, aspectos contrários ao Islã.¹⁰⁸

Mais recentemente, dentro do contexto da guerra estabelecida entre Rússia e Ucrânia iniciada no final de fevereiro de 2022, uma reportagem publicada pela BB News Brasil em 20 de março teve como manchete "*Fui violentado por vários homens ao mesmo tempo: o drama dos homens estuprados durante guerras*", destacando como estupros de homens têm acontecido em todos os confrontos armados no mundo ao longo da história. No texto, um pesquisador da ONU (Organização das Nações Unidas) afirma que tanto homens quanto mulheres são vítimas de crimes sexuais nesse cenário, e que o assunto ainda é um tabu e visto com relutância, o que acaba contribuindo ao passo de que o negligenciamento dos casos tende a permitir que a brutalidade prossiga.¹⁰⁹

Nesse cenário ainda, cabe destacar que em 2021 completou 20 anos o caso do garoto Lucas Terra, que foi violentado sexualmente e depois assassinado em Salvador por um pastor da Igreja Universal quando tinha 14 anos de idade. Mesmo duas décadas após o crime, que teve documentário e livro inspirado no caso, somente um dos três suspeitos envolvidos foi condenado, os outros dois estão em liberdade aguardando data de julgamento em júri popular.¹¹⁰

Ainda sobre a Igreja, interessante lembrar do caso publicado pela revista *Isto É* de 2005 em que foram divulgados trechos de diários de alguns padres abusadores que descreviam suas experiências e estratégias de aproximação às vítimas.

¹⁰⁷ Disponível em:

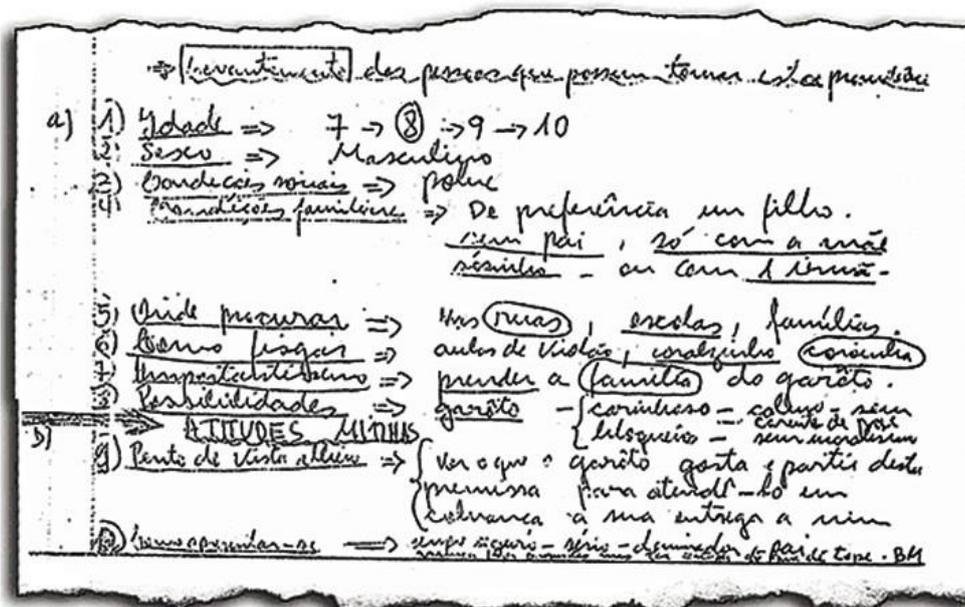
<http://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1880354/tribunal-reduz-sentenca-de-abuso-sexual-infantil-na-india>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://exame.com/mundo/afeganistao-o-desespero-das-familias-de-meninos-escravos-sexuais>. Acesso: 10 abr. 2022.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-60495306>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹¹⁰ O documentário foi lançado em 2009 e o livro *Lucas Terra - Traído pela obediência* em 2016, escrito pelo pai e publicado de maneira independente, que ganhou uma continuação em 2019, mesmo ano em que o autor José Carlos Terra faleceu.

Figura 8 - Trecho de diário de um padre abusador.



Fonte: Revista Isto É (2005).

Para uma melhor compreensão, redijo abaixo as anotações no material:

Levantamento das pessoas que posso tomar esta procedência.

- 1) Idade > 7 > 8 > 9 > 10
 - 2) Sexo > masculino
 - 3) Condições sociais > pobre
 - 4) Condições familiares > de preferência um filho, sem pai, só com a mãe sozinha - ou com 1 irmã.
 - 5) Onde procurar > nas ruas, escolas e famílias.
 - 6) Como fisgar > aulas de violão, coralzinho, coroinha.
 - 7) Importantíssimo > prender a família do garoto.
 - 8) Possibilidades > garoto - carinhoso - calmo - carente de pai, sem bloqueios - sem moralismos.
- ATITUDES MINHAS
- 9) Ponto de vista alheio > Ver o que o garoto gosta e partir desta premissa para atendê-lo em cobrança a sua entrega a mim.
 - 10) Como apresentar-se > sempre seguro - sério - dominador - pai, nunca fazer perguntas, mas ter certeza.

Desta maneira, destaco como é visível os detalhes pensados pelos abusadores para o aliciamento dos meninos, como um verdadeiro manual para a prática do crime sexual. Tais materiais também evidenciam um perfil com maior investimento, destacando classe social e configuração familiar da vítima. Nesse contexto, considero importante estarmos atentos também a outras instituições que de igual maneira possam atuar com os meninos enquanto estes estão longe de suas famílias, como agências de modelo, escolas de futebol, escoteiros, grupos de igreja e produtoras musicais.

Como salienta Christiane Sanderson (2008), os efeitos da violência/abuso sexual

nas crianças causam diversos sinais e sintomas nas meninas e nos meninos, podendo ser agrupados em efeitos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais. Tendo isso em vista, cabe à família e docentes se instrumentalizarem a fim de estarem conscientes desses indícios, pois “as crianças mais mostram do que contam para os adultos que alguma coisa as está perturbando” (Sanderson, 2008, p. 2003).

Nesse contexto, percebo o quanto é importante que profissionais da área da Educação ouçam as crianças, creditando e problematizando o que elas nos dizem. Rosângela Francischini e Natália Fernandes (2016, p. 68) salientam que:

Ouvir o que as crianças têm a dizer sobre suas experiências, consultá-las a respeito das questões que afetam seu dia a dia, na família, na escola e nos demais contextos de socialização, possibilita, ao pesquisador, e àqueles implicados em programas de intervenção junto a essa população, ter acesso a um universo de significações próprio, o qual pode subsidiar, inclusive, as propostas de intervenção a elas dirigidas.

Sendo assim, além de ouvir o que os meninos têm a dizer, seria preciso acolhê-los de outras maneiras também, conversando e orientando sobre o que fazer em casos de violência/abuso sexual, desfazendo pensamentos equivocados que são naturalizados nas próprias crianças. Assim como romper com alguns mitos que vão se criando justamente pelo fato de que pouco se debate sobre a temática ao tomá-la como polêmica.

Com base nesse contexto envolvendo pensamentos equivocados sobre a violência, Blace A. Nalavany e Neil Abell (2004) elaboraram uma escala de percepção de abuso sexual de homens (SAMPS – Sexual Abuse of Males Perceptions Scale), que avaliaria as percepções individuais de um sujeito acerca de mitos sobre o abuso sexual contra meninos e homens. A escala conta com 20 itens divididos em três segmentos: a atribuição de culpa; a identidade de gênero e perpetração sexual implícita; e a negação de consciência e impacto.

Quadro 3 - Escala de Percepção de Abuso Sexual de Homens (SAMPS).

Segmento	Nº	Itens
Atribuição de culpa	1	Se ele aceitar “presentes”, como doces, brinquedos ou dinheiro do pessoa que abusou sexualmente dele, então ele realmente queria acontecer.
	2	Se ele teve uma ereção ou ejaculação durante o abuso, então ele era um participante mais disposto do que se ele não experimentar essa reação.
	3	Se seu abuso não incluiu força física, então ele deveria ter parou.

	4	Quanto mais velho ele é quando o abuso sexual começa, mais ele deve ser capaz de impedir que isso aconteça.
	5	Se ele não deixou os outros saberem sobre seu abuso sexual contínuo, ele deve ter querido que continuasse.
	6	Se ele concordou passivamente com o abuso, então ele queria acontecer.
	7	Se a força física foi usada para abusar sexualmente dele, ele deveria ter conseguido impedir que isso acontecesse.
	8	Se ele não quisesse ser abusado sexualmente, ele poderia ter parado isto.
Identidade de gênero e perpetração sexual implícita	9	Se a pessoa que abusou sexualmente dele é do sexo masculino, então a pessoa sexualmente homem abusado deve ser gay.
	10	Se um homem abusou sexualmente dele, é provável que um homem abusado sexualmente tornar-se gay.
	11	Se ele foi abusado sexualmente, ele deve ter sido fraco ou um maricas.
	12	Homens que foram abusados sexualmente muitas vezes se tornam estupradores.
	13	Se ele foi abusado sexualmente e foi deixado sozinho com jovens crianças, é provável que ele as abuse sexualmente.
	14	Se um homem abusou sexualmente dele, é provável que o abusado sexualmente homem já era gay.
	15	Homens que foram abusados sexualmente são mais propensos a serem menos masculino do que os homens que não foram abusados sexualmente.
Negação de consciência e impacto	16	Se ele sentir excitação sexual, tiver uma ereção ou ejacula durante um episódio sexual com um homem, então ele deve queria que isso acontecesse, e não é abuso.
	17	Se ele ficou sexualmente excitado durante o abuso, então realmente foi não prejudicial.
	18	Se o adulto que abusou sexualmente dele é uma mulher, então ele mais provavelmente queria que isso acontecesse.
	19	Se a pessoa que abusou dele foi uma mulher, então realmente foi educação sexual, não abuso sexual.
	20	Se ele experimentou excitação sexual e ereção ou ejaculação durante um episódio sexual com um homem, então a experiência não pode ser considerado “abuso sexual”.

Fonte: Nalavany; Abell (2004, p. 6).

É um exemplo de item do primeiro segmento a afirmação de que se a violência sexual não envolveu força física, o menino deveria ter impedido sua ocorrência; do segundo segmento, a assertiva de que se a pessoa que violentou sexualmente o menino é um homem, então esse menino deve ser gay; e do terceiro segmento, a indicação de que se o menino ficou sexualmente excitado durante a violência sexual, então essa violência não foi prejudicial.

Nalavany e Abell (2004, p. 377) ainda destacam que:

O SAMPS poderia ajudar meninos e homens (e membros da família) a identificar os mitos que estão contribuindo para a raiva, confusão, constrangimento e vergonha. Por fim, a invalidação desses mitos pode levar à libertação pessoal e social de conceituações defeituosas das experiências de abuso sexual infantil (tradução nossa).¹¹¹

O trabalho de desmistificar essas questões acerca da violência/abuso sexual contra meninos é algo que se esbarra em uma cultura machista estrutural, que afeta as vítimas e também mascara os/as agressores/as, além de ser preconceituosa e dificultar no processo de superação da experiência muitas vezes traumática. Ademais, esses pensamentos equivocados atrapalham também nos encaminhamentos a serem dados quando se sabem de casos, pois a maior parte deles continuam sendo subnotificados.

Em pesquisa documental em prontuários de 35 meninos vítimas de abuso sexual atendidos em instituição pública de saúde do Rio de Janeiro, observou-se que as instituições mais envolvidas no processo de notificação eram o Conselho Tutelar, com 45,7% dos casos, seguido da escola, com 28,6% dos casos, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com 20% dos casos, e por último as instituições da saúde, como hospitais, postos de saúde e consultórios médicos, com 14,2% do casos (Conceição *et al.*, 2020).

Em 2004 o Ministério da Educação (MEC) publicou a segunda edição do *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*¹¹², destinado a educadores a fim de que possam identificar e notificar sinais de violência em crianças. Em 2013 foi publicada a terceira edição do documento, que é concebido como um instrumento de proteção à infância e à adolescência para o

¹¹¹ The SAMPS could help boys and men (and family members) identify the myths that are contributing to anger, confusion, embarrassment, and shame. Ultimately, invalidation of these myths can lead to personal and social liberation from flawed conceptualizations of the experiences of childhood sexual abuse.

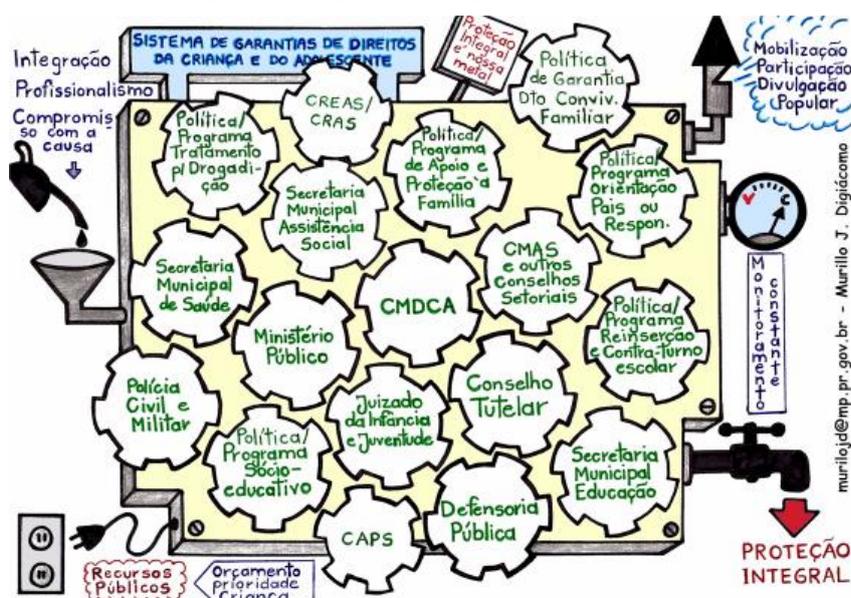
¹¹² Disponível em: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

enfrentamento da violência sexual e que compreende essa como um crime contra a vida e a dignidade sexual.

Nesse mesmo contexto, destaco o projeto *Crescer Sem Violência*¹¹³, uma parceria da Childhood Brasil com a UNICEF no Brasil e o Canal Futura, que produz desde 2009 diversos informativos sobre o tema e formações em todo o país, com campanhas e materiais pedagógicos. Além disso, foram produzidas três séries audiovisuais: “*Que Exploração É Essa?*” (2010), “*Que Abuso É Esse?*” (2015) e “*Que Corpo É Esse?*” (2018 e 2020). Na primeira e na segunda série há um episódio que aborda em especial os meninos como vítimas: o episódio 5 “*No posto de gasolina*”¹¹⁴ da primeira e o episódio 7 “*Lobos em Pele de Cordeiro*”¹¹⁵ da segunda, apresentando uma linguagem acessível e educativa.

Desta maneira, destaco a importância da escola como parte central de uma rede de proteção às infâncias e que deve dialogar com o *Sistema de Garantia e Direitos da Criança e Adolescente* (SGDCA), instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) por meio da Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006, em um movimento de integração, profissionalismo e comprometimento com a causa, a fim de que haja mobilização e participação compondo um monitoramento constante de casos de violência, resultando, assim, em uma proteção integral, como demonstra a imagem:

Figura 9 - Representação gráfica do SGDCA.



¹¹³ Disponível em: <http://old.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia>. Acesso em: 20 ago. 2023.

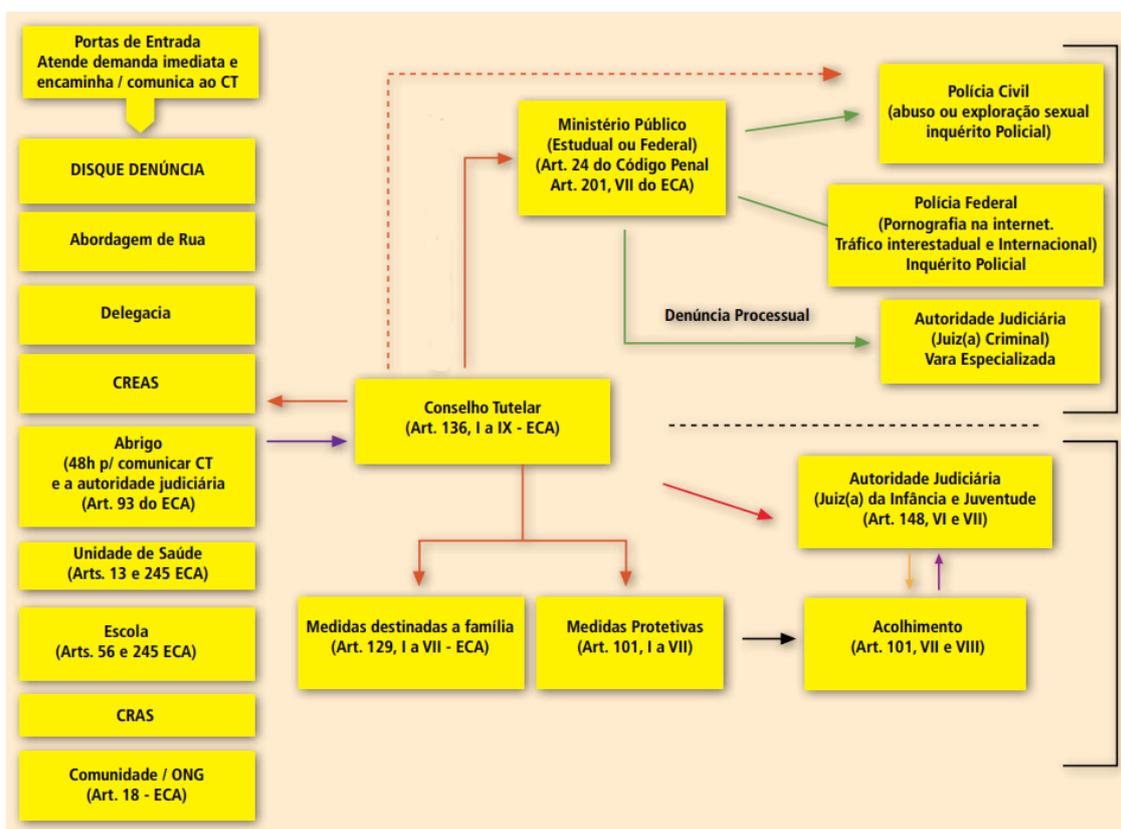
¹¹⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wGJXINh1gVo>. Acesso em: 20 ago. 2023.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=aZK6qRvh95g>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Fonte: MPPR, 2014.

Essa representação gráfica¹¹⁶ retrata o SGDCA entendendo cada entidade, órgão, programa e serviço como uma engrenagem destinada a crianças e adolescentes - e também a suas famílias - no intuito de combater e enfrentar de maneira articulada a violência contra esses sujeitos por meio de três eixos: a promoção, a defesa e o controle. Dessa maneira, evidencia a necessidade de um trabalho em rede a fim de ofertar uma proteção integral, destacando também a importância da efetivação de políticas públicas, como demonstra a figura abaixo apresentada pela cartilha educativa da *Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*¹¹⁷:

Figura 10 - A rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.



Fonte: Brasil (2024, p. 15).

¹¹⁶ Disponível em: <http://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Representacao-grafica-do-Sistema-de-Garantias>. Acesso em: 10 set. 2023.

¹¹⁷ Brasil. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes** – Cartilha Educativa. 2024. Disponível em: http://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1306/1/SNDCA_campanha_sa.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

Sendo assim, considero relevante destacar que a garantia de direitos de crianças e adolescentes “é responsabilidade de múltiplos organismos, governamentais e não-governamentais, em nível federal, estadual e municipal, com diferentes funções, objetivos e instrumentos de ação” (Faleiros; Faleiros, 2008, p. 80). E nesse contexto, entendo que há diversas dificuldades para a atuação efetiva das redes de proteção, com fatores que limitam o trabalho a ser realizado, como por exemplo: a falta de recursos materiais e humanos nos diferentes segmentos; a grande demanda de trabalho; a falta de conhecimento dos profissionais em relação às violências; a comunicação insuficiente ou ausente; a rotatividade de profissionais; as divergências políticas e vaidades pessoais; e os conflitos de papéis entre as entidades (Njaine *et al.*, 2007; Faraj; Siqueira; Arpini, 2016). Contudo, tais dificuldades não podem fomentar ou mesmo justificar uma baixa no número de denúncias e notificações de casos de violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes.

4 DEFININDO PASSOS: DAS ABORDAGENS AOS SUJEITOS E CENÁRIOS

Neste capítulo, apresento a metodologia da tese, detalhando o caminho investigativo percorrido a fim de responder ao meu problema de pesquisa. Tais estratégias foram pensadas a partir de uma abordagem ética e sensível para a culminância em uma escuta cuidadosa dos participantes.

Para isso, dois principais instrumentos foram elaborados e utilizados para a produção de informações a serem analisadas: primeiramente, um questionário mais abrangente, em que foram convidados a participar homens de todo o Brasil a fim de construir um panorama acerca de homens vítimas de violência/abuso sexual e identificar possíveis participantes da próxima etapa. Após isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete homens que foram abusados sexualmente em suas infâncias e eram meninos considerados afeminados, a fim de investigar como seus corpos foram, ou não, vulnerabilizados por meio da pedofilização.

Desta maneira, esta pesquisa se caracteriza, quanto à natureza, como aplicada; em relação à abordagem do problema, qualitativa; do ponto de vista da realização dos objetivos, exploratória e descritiva; e acerca dos procedimentos técnicos, uma investigação bibliográfica e de levantamento.

4.1 O questionário *online* como ferramenta para (re)conhecer vítimas

Para conseguir atingir um número satisfatório de homens participantes iniciais e de diferentes locais, contemplando uma diversidade de sujeitos e suas distintas realidades, foi criado e aplicado um questionário *online* hospedado no Google Formulários. Este foi dividido em duas partes: uma para traçar o perfil do entrevistado e outra solicitando informações sobre a violência/abuso sexual vivido na infância – somente os homens que se declararam vítimas responderam a essa segunda parte.

No início do questionário foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – parte fundamental em pesquisa com seres humanos devido às questões éticas¹¹⁸ – para os participantes aceitarem, explicando os objetivos da pesquisa e pontuando a importância da participação do sujeito que recebeu o *link* para responder, assim como de que maneira das informações assinaladas ali seriam operadas na pesquisa

¹¹⁸ Acerca deste tópico, indico a leitura de *Ética e pesquisa em educação: questões e proposições às ciências humanas e sociais* (Santos; Karnopp, 2017) e *O que significa ética em ciências humanas e sociais* (Cunha Filho; Malcher, 2023).

(Apêndice A), com destaque para a atuação anônima dos participantes, em conformidade com as recomendações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)¹¹⁹.

As informações básicas coletadas de todos os participantes foram: gênero, orientação sexual, idade, raça, deficiência, religião, escolaridade, profissão, renda mensal, estado civil, cidade e estado onde nasceu e cidade e estado onde mora. Ao final dessa primeira parte, foi perguntado se o participante considera que foi abusado sexualmente na sua infância – com breve explicação sobre o que se configura como violência/abuso sexual e alguns exemplos – o que definiu quem encerrou sua participação na pesquisa nesse ponto ou seguiu para a parte específica das questões (Apêndice B).¹²⁰

Nessa segunda parte, para aqueles que responderam de maneira positiva à questão anterior, foram elencadas algumas perguntas sobre a primeira violência/abuso sexual sofrido, com detalhes como idade da vítima, responsável e sua faixa etária, local e situação, consequências na infância e vida adulta, se houve relato da situação (quando e para quem) e como foi recebido, se houve repetição do abuso e educação para a sexualidade por parte da família ou escola.

Este questionário foi compartilhado com integrantes do GT 23 da ANPEd¹²¹ e com coordenadores/as de grupos de pesquisas de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que trabalham com as temáticas de gênero e sexualidade relacionadas à Educação, a fim de que possam enviar aos seus integrantes e, estes, repassarem para outros homens de seu círculo de relacionamentos, além de divulgado em redes sociais. Dessa maneira, pude garantir a participação de homens das cinco regiões do Brasil.

Tal técnica de distribuição do questionário recebe o nome de “bola de neve” (*snowball*) por trabalhar com a rede de contatos dos participantes, em que um inicial responde o questionário e o repassa para outro homem, que repete esse mesmo processo, aumentando assim o número de participantes - o questionário recebeu respostas durante aproximadamente três semanas.

O método da “bola de neve” se caracteriza por ser uma maneira de produção de

¹¹⁹ Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

¹²⁰ O recorte de faixa etária dessa infância será de zero a 14 anos, justificado pela questão do estabelecimento da Lei 12.015/2009 que prevê o tipo penal de estupro de vulnerável até essa idade.

¹²¹ O Grupo de Trabalho 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), iniciado em 2004 como um Grupo de Estudos, é um importante grupo de pesquisadores/as da área com relevância nacional, articulando grupos de pesquisas e movimentos ativistas, tendo como atual coordenadora a professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho da UFPB (2022-2024). Para conhecer mais do GT, indico o livro *Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: subversões, resistências e reexistências* (Dal'Igna; Pocahy, 2021).

informações não probabilística, utilizando cadeias de referência, em que "não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados" (Vinuto, 2014, p. 203). Tal ideia é reiterada por H. Russel Bernard (2005), que também salienta que esta técnica tende a ser um método de amostragem de rede bastante apropriado para analisar populações mais difíceis de serem acessadas para estudo ou que não haja uma real precisão sobre sua quantidade. Nesse sentido, pensando acerca dos homens vítimas de violência/abuso sexual, considero esse instrumento adequado para a realização da primeira parte desta pesquisa.

Ainda nesse contexto, destaco aqui a ciência de que a amostragem em “bola de neve” acaba se definindo como um processo constante de produção de informações, que ao mesmo tempo que se aproveita das redes sociais dos participantes primários e secundários, fornecendo à pesquisa um potencial retorno e alcance, cabe refletir sobre a finalização desse trabalho tendo em vista que a distribuição do questionário seria, em algum momento, saturada, quando perceber que o número de contribuições vai diminuindo, por exemplo, a fim de não se estabelecer uma busca exaustiva por um número sempre cada vez maior de entrevistados.

4.2 A entrevista semiestruturada como produção de informações

Após o aceite na segunda etapa da pesquisa por meio de um novo TCLE (Apêndice C), realizei entrevistas semiestruturadas individuais por meio de videochamada com sete homens para investigar de que maneira seus corpos na infância foram ou não interpelados pela pedofilização e como isso poderia estar relacionado com a ocorrência da violência/abuso sexual.

A entrevista semiestruturada se baseia em algumas questões principais pré-elencadas (Apêndice D), formando um roteiro que, a partir dele, poderiam emergir novas perguntas de acordo com as devolutivas dos entrevistados. De acordo com Marlucey Alves Paraíso (2014, p. 43), “precisamos estar sempre abertas a modificar, (re)fazer, (re)organizar, (re)ver, (re)escrever tudo aquilo que vamos significando ao longo da nossa investigação”.

Tais enunciados têm a intenção de problematizar como o participante compreende a questão das feminilidades na infância e as relações desse aspecto com sua trajetória estudantil, identificando situações de agressão física e verbal motivada por seu comportamento. Além disso, também será instigado a reconhecer estratégias de manipulação e sedução do/a abusador/a sobre seu corpo, refletindo sobre o possível

sentimento de culpa e a conexão ou não entre a violência/abuso e a afeminação.

Desta maneira, operei com a entrevista semiestruturada em um movimento de modificar um pouco a linha objetiva seguida no questionário *online*, concordando com o que Dagmar Estermann Meyer (2014, p. 59) sugere como uma dica metodológica:

Abrir mão da preocupação de localizar relações de causa e efeito, origens e processos de evolução, evitando perguntas como: “o que é mesmo?”, “por quê?”, “quando?”, “onde?”. Privilegiar, em vez delas, perguntas do tipo: “como?”, “em que contextos?”, “em quais condições as coisas se tornam isto que elas são neste momento?”.

Cabe ressaltar que momento antes do início dessa segunda parte da pesquisa houve uma conversa com o participante retomando os objetivos do estudo, a fim de garantir sua compreensão acerca da pesquisa. Saliento também que aos participantes dessa etapa, por entender que possam vir a se sentirem desconfortáveis ao narrarem a experiência da violência/abuso sexual, indiquei, caso houvesse interesse, o plantão psicológico do grupo *Memórias Masculinas*.

Como destaca Eduardo José Manzini (2004, p. 6) acerca das possibilidades de realizar intervenções a partir de uma sequência de questões planejada com atenção:

Um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semi-estruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado.

As falas dos participantes foram registradas por meio de videochamada, sendo posteriormente transcritas para análise, realizando uma leitura atenta dos diálogos sob a luz dos referenciais teóricos que esta pesquisa toma como aporte, compreendendo as narrativas produzidas pelos homens como (auto)biografias que se constituem como fragmentos para explorar experiências de vida tendo como base diversos pontos de vista dos sujeitos participantes (Caetano, 2016; Oliveira, 2017).

Concordando com Rosa Maria Hessel Silveira (2007, p. 137), a entrevista se configura como uma “arena de significados”:

(...) um jogo interlocutivo em que um/a entrevistador/a “quer saber algo”, propondo ao entrevistado/a uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas... Para esse preenchimento, os/as entrevistados/as saberão ou tentarão se reinventar como personagens, mas não personagens sem autor, e sim,

personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que os atravessaram e ressoam em suas vozes.

A autora ainda destaca que nessa arena de significados há outra personagem: o sujeito pesquisador, que reconstruirá posteriormente a entrevista ao ouvir/visualizar e, conseqüentemente, trará outros sentidos para sua investigação. Além disso, o papel de entrevistador não se fundamenta em extrair verdades do outro, mas produzi-las com seu interlocutor, que (re)cria suas verdades, sempre atravessadas pelo contexto e pela memória, entendendo que por vezes as lembranças são bloqueadas ou incompletas.

Nesse contexto, ao relatar suas experiências com entrevistas narrativas, Sandra dos Santos Andrade (2014, p. 194) destaca a relevância de se compreender as falas, as atitudes e os gestos do entrevistado, ou seja, o modo de dizer sobre si e o outro:

(...) não basta fazer a pergunta boa, desdobrar um dito ou aproveitar as palavras soltas; é preciso ouvir o silêncio e suportá-lo, fazê-lo narrar tanto quanto a palavra. É preciso mais, é preciso estar preparada para o inesperado, pois nos tornamos, algumas vezes, a confidente de um caso sofrido, a possibilidade de um desabafo, a ouvinte que se oferece sem julgamentos ou críticas, o que autoriza o falante a dizer mais de si.

Além disso, a proposta de escuta dos homens que foram vítimas de violência/abuso sexual na infância se configura como um procedimento metodológico que dialoga com o que Ruann Moutinho Ruani, Dilton Ribeiro Couto Junior e Ivan Amaro (2020, p. 205) apostam ao considerar a conversa como metodologia de pesquisa, ao passo que busca "ressignificar o papel dos sujeitos participantes das pesquisas, entendendo-os como coautores no processo de construção do conhecimento". Ou seja, essa escuta destaca a importância das informações dos participantes para a compreensão do fenômeno da violência/abuso sexual e reitera a relevância de momentos e espaços seguros para esse debate, reconhecendo com seriedade essas vivências por vezes silenciadas.

5 AS HISTÓRIAS IMPORTAM: RESULTADOS E DISCUSSÃO

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

O questionário *online* para a produção de material empírico desta pesquisa foi disponibilizado para recebimento de respostas a partir de 14 de março de 2023, ficando aberto durante 24 dias e recebendo um total de 155 respostas, que serão apresentadas e discutidas neste capítulo. Destaco que o *link* ao formulário¹²² foi enviado por e-mail para grupos de pesquisas de universidades e divulgado ao longo do período mencionado por meio de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, com o cuidado de explicitar que era destinado para qualquer homem adulto, vítima ou não de violência/abuso sexual.

Muitos homens responderam à pesquisa parabenizando pela investigação do tema, destacando a relevância do debate, e alguns ainda afirmaram, por mensagem na rede social ao qual foram convidados, que tinham sido vítimas e confirmaram que iriam participar do estudo e indicar a conhecidos. Ao mesmo tempo, outros homens não responderam ao convite, utilizando sua total liberdade ao não aceitar.

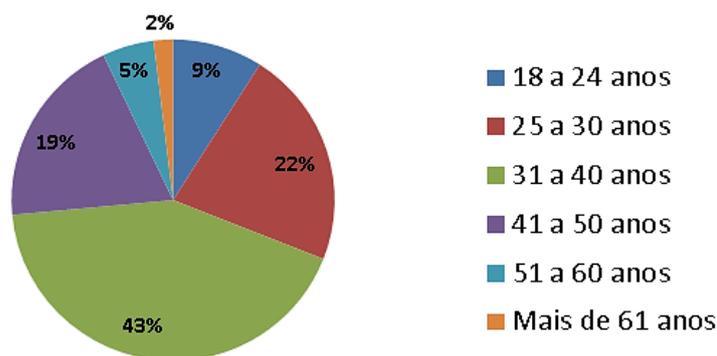
No início do questionário foi apresentado o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), em que contextualizei a pesquisa, os objetivos, as questões éticas e disponibilizei o contato por e-mail dos responsáveis pela investigação. O questionário (Apêndice B) foi configurado de modo que não coletasse endereço de e-mail do respondente e não enviasse aos participantes uma cópia das respostas, assim como não permitisse a edição delas e limitando a uma única participação por pessoa, sem mostrar resumo dos resultados.

5.1 Um primeiro olhar: o perfil geral dos participantes

No período em que o questionário ficou aberto a respostas, um total de 155 homens participou da pesquisa, sendo autodeclarados 61,3% homossexuais, 27,1% heterossexuais e 10,3% bissexuais. Em relação à idade, o gráfico a seguir apresenta as faixas etárias dos respondentes:

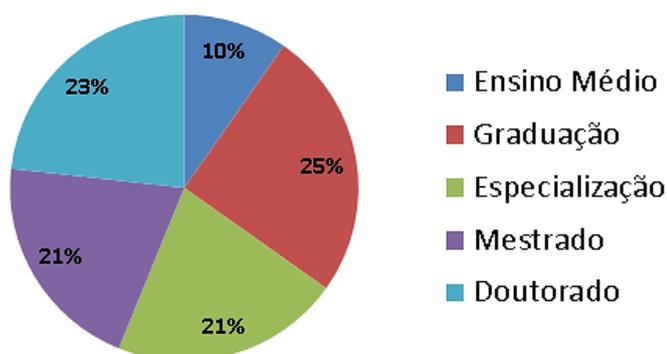
¹²² Disponível em:

http://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc6xinsBVUFJaQOCTsDX4XWwCv8-OokFmwu9GZ_P18OGouU1kg/viewform. Acesso em: 3 abr. 2023.

Gráfico 8 - Faixa etária dos participantes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na categoria cor ou raça, 65,8% se declararam brancos e 31,6% negros. Na questão sobre deficiências, 5,2% mencionaram ter alguma. Sobre religião, 49,7% afirmaram não possuir, 22,6% eram católicos e 9% evangélicos. Quanto ao estado civil, 60,6% eram solteiros, 18,1% casados e 16,1% em união estável. Já em relação à escolaridade, há uma diversidade de níveis dos participantes a partir do Ensino Médio, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Escolaridade (em andamento ou concluída) dos participantes.

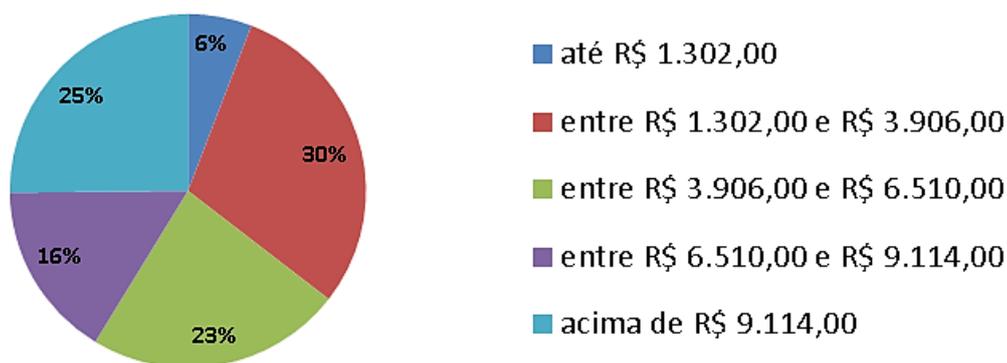
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Para quem possui graduação, completa ou em andamento, os principais cursos dos respondentes eram: Psicologia, Letras, Biologia ou Ciências Biológicas, Educação Física, Pedagogia, Jornalismo, Engenharia, Geografia e Direito. Em relação à profissão, as mais citadas foram: professor, psicólogo, empresário, assistente social, assistente administrativo, funcionário/servidor público, pesquisador, advogado e estudante. É importante considerar o fato de que o questionário foi divulgado, a princípio, entre pares de grupos de pesquisas, o que talvez explique o número significativo de respondentes que possuíam Ensino

Superior e/ou Mestrado ou Doutorado.

Outra questão que resultou em uma variedade de respostas foi a da renda mensal, organizada de acordo com o valor do salário mínimo na época da pesquisa – R\$ 1.302,00, como apresento no gráfico abaixo:

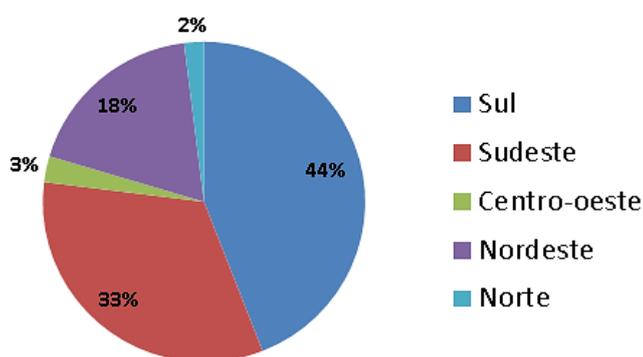
Gráfico 10 - Renda mensal dos participantes.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por último, em relação ao local onde os participantes nasceram e residiram na infância, apresentou-se o seguinte cenário de estados do Brasil mais citados: Rio Grande do Sul (50), São Paulo (20), Rio de Janeiro (20), Santa Catarina (9), Bahia (9), Paraná (8), Minas Gerais (6), Maranhão (6) e Ceará (5). Cabe destacar que houve participantes respondentes do questionário das cinco regiões do país, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 11 - Estados onde nasceram e residiram os participantes.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dessa maneira, as regiões com mais participantes no questionário *online* foram a Sul e a Sudeste, que juntas totalizaram 77% das respostas. Participaram homens de 19 estados mais o Distrito Federal, configurando uma diversidade de cenário de produção de

informações com base na cultura local de cada região do Brasil.

5.2 Evidenciando casos: o perfil dos participantes vítimas

Ao serem perguntados se consideram que foram abusados sexualmente em suas infâncias (entre 0 e 14 anos de idade), em questão apresentada após as perguntas para traçar o perfil dos respondentes e texto explicativo sobre violência/abuso sexual, 48,4% dos participantes da pesquisa declararam que sim. O perfil desses 75 homens se configura da seguinte maneira: 53 homossexuais, 12 heterossexuais, 9 bissexuais e 1 demissexual. Fazendo um recorte de orientação sexual e a questão do abuso, observei que 56% dos homens homossexuais participantes da pesquisa foram abusados, enquanto 29% dos heterossexuais também sofreram tal violência.

Acerca da idade desses homens, 34 tinham entre 31 a 40, 17 entre 25 a 30, 13 entre 41 a 50, 6 entre 51 a 60, 3 entre 18 a 24 e 2 mais de 61 anos de idade. Em relação à cor ou raça, 44 são brancos, 30 são negros e 1 amarelo. Realizando um novo recorte cruzando as informações entre homens abusados e sua cor ou raça, notei que dos 102 brancos participantes da pesquisa, 43% foram abusados, enquanto dos 49 negros participantes, 61% foram.

Nesse sentido, com os cruzamentos de dados realizados, pontuo como é necessário refletir sobre essas duas categorias que vulnerabilizam mais os homens, sendo a primeira a cor ou raça e a segunda a orientação sexual. Assim, meninos negros e que vão se identificar como homossexuais em algum período de suas vidas – seja na adolescência ou na vida adulta – tendem a ser o maior número de vítimas quando o recorte é o gênero.

Dos homens abusados, 4 têm alguma deficiência (dos 6 que participaram da pesquisa), o que também pode indicar uma recorrência associada a algum tipo de limitação em relação às condições de autoproteção ou mesmo comunicação da vítima. Quanto à religião, 38 homens não possuíam, 18 eram católicos, 7 evangélicos, 4 espíritas, 3 de umbanda ou candomblé e 5 outras. Sobre o estado civil, 47 eram solteiros, 12 casados, 11 em união estável, 4 divorciados e 1 viúvo.

Em relação à escolaridade, apontando cursos em andamento ou concluídos, 19 homens mencionaram doutorado, 17 mestrado, 16 graduação, 16 especialização e 7 ensino médio, sendo os cursos de graduação mais citados: Psicologia, Letras, Pedagogia, Biologia/Ciências Biológicas, Teatro e Jornalismo. Sobre profissões, as mais citadas foram: professor, psicólogo, empresário, assistente social e advogado.

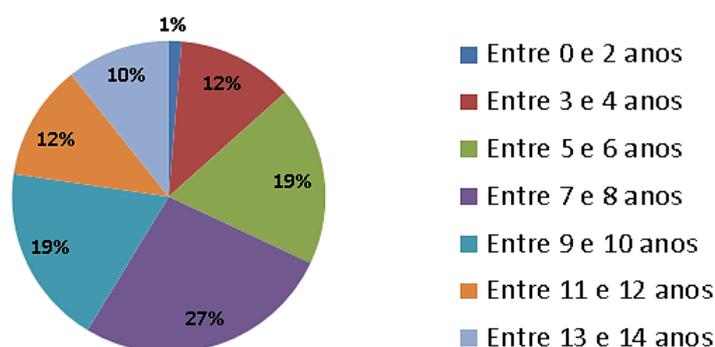
Em relação à renda mensal atual desses homens vítimas, 22 recebiam acima de R\$

9.114,00, 22 entre R\$ 1.302,00 e R\$ 3.906,00, 21 entre R\$ 3.906,00 e R\$ 6.510,00, 7 entre R\$ 6.510,00 e R\$ 9.114,00 e 3 até R\$ 1.302,00. Os estados do país onde a maioria dos homens nasceu e passou a infância foram: Rio Grande do Sul (19), Rio de Janeiro (9), São Paulo (8), Santa Catarina (5), Bahia (5), Maranhão (4) e Ceará (4).

5.3 Tornando visível o invisível: questões específicas da violência/abuso sexual

Aos homens que declararam ter sido abusados sexualmente na infância, foram realizados alguns questionamentos específicos para compreender o contexto dessas ocorrências. Sobre a idade que a vítima tinha quando ocorreu a primeira violência/abuso sexual, apresenta-se o seguinte gráfico com as respostas por faixa etária:

Gráfico 12 - Idade em que ocorreu a primeira violência/abuso sexual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sendo assim, a faixa etária entre 5 e 10 anos compreende 65% do total de vítimas que foram abusadas. Para 92% das vítimas, o agressor era do gênero masculino. Dos 6 homens que foram abusados por mulheres, 3 são heterossexuais e 3 homossexuais, tendo sido abusados: 1 por uma empregada doméstica, 1 por uma prima, 1 por uma colega de escola e 3 por babás. O caso de cuidadoras de crianças pequenas manipularem ou mesmo erotizarem seus corpos infantis já foi evidenciado por Alexandre Toaldo Bello em sua dissertação *Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?*, quando o pesquisador observou que "numa situação de troca de fraldas, atendentes de creche, ao examinarem as dimensões do pênis de um bebê, começaram a conversar e definir se ele satisfaria, ou não, suas futuras namoradas" (2006, p. 14).

A questão de uma mulher abusando de um menino ainda é pouco problematizada, tendo em vista a imagem criada pela sociedade da figura feminina como um ser que cuida e protege as crianças. Relevo que talvez justamente por esse entendimento da mulher como

um sujeito de confiança é que algumas poderiam se aproveitar dessa compreensão para cometer os abusos, e como aponta o estudo de Sara Caroline Leles Próton da Rocha (2019, p. 22), elas se utilizam de "manipulação, dessensibilização da realidade, sedução, recompensas e ameaça" para violentarem corpos de meninos.

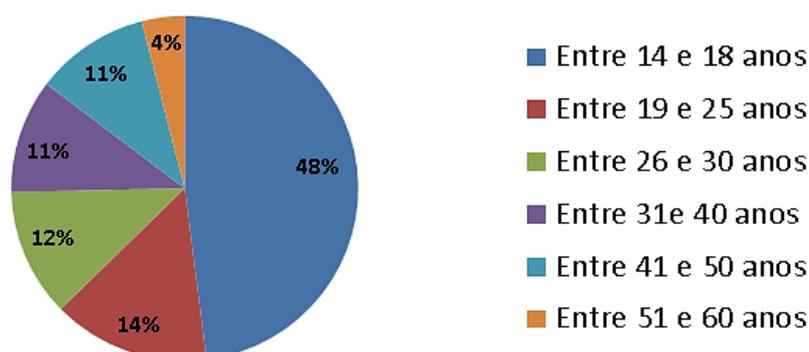
Faz-se igualmente importante tensionar os dados que apontam para o alto índice de homens abusadores, cerca de 92%, tendo em vista que tanto meninas quanto meninos crescem considerando que os homens são sujeitos superiores, associando tal concepção diretamente à questão de serem mais fortes fisicamente, uma ideia que é equivocada e reforçada por parte da sociedade. Nesse sentido, “esse conceito de superioridade e a desqualificação do outro, que passa a ser visto como objeto, também constroem pensamentos que levam ao estupro de crianças” (Araújo, 2020, p. 309).

Ao serem perguntados sobre quem foi o/a responsável por essa violência, variadas respostas foram apontadas, sendo as mais citadas: amigos da família (15), primos/as (15), vizinhos (11) e tios (11). Penso que estes são sujeitos que, em muitos casos, ficam responsáveis pelo cuidado das crianças quando os pais precisam se ausentar, sendo pessoas de confiança pelo parentesco ou proximidade com a família.

Nessa perspectiva, saliento que o vínculo de proximidade entre agressores/as e vítimas poderia influenciar nas consequências, tornando-as mais severas, além de envolver questões de afeto e confiança que são interpelados diretamente por manifestações de sofrimento (Hohendorff; Habigzang; Koller, 2014). Não raras vezes a vítima percebe que se denunciar o/a agressor/a, isso poderá acarretar conflitos familiares intensos, gerando um clima insustentável, levando-se em conta também que, em muitos casos, há uma dependência financeira em jogo.

Acerca da idade aproximada dos/as agressores/ras, temos o seguinte cenário:

Gráfico 13 - Idade aproximada dos/as agressores/as.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dessa maneira, merece atenção a realidade de cerca da metade dos homens abusados sexualmente na infância terem tido como agressores/as sujeitos entre 14 e 18 anos de idade. O que preocupa é tanto a proximidade de faixa etária entre agressor/a e vítima, quanto a questão de que esses/as abusadores/as são adolescentes, ainda em idade escolar e que tendem a morar com suas famílias, evidenciando a falta de uma educação para a sexualidade que os informe sobre os direitos das crianças e consentimento, por exemplo, justamente no momento da vida de descobertas. Assim, ainda pondero que essa realidade impacta tanto na vulnerabilização dos meninos a serem vítimas de violência/abuso sexual quanto a se tornarem possíveis abusadores (Rosa; Felipe, 2020).

Ao investigarem adolescentes que cometeram violência/abuso sexual, Florença Ávila de Oliveira Costa, Liana Fortunato Costa e Maria Inês Gandolfo Conceição (2014, p. 102) identificaram que há muitas contradições que constituem suas subjetividades, tais como: "curiosidade e repressão da sexualidade; experimentação do ato sexual e arrependimento; relação submissa à mãe dominadora; desejo e culpa". Além disso, outros aspectos marcam essa experiência na vida do adolescente abusador, como empobrecimento reflexivo, estigmatização social, isolamento e a não percepção do sofrimento da vítima.

Ainda nesse contexto, em estudo realizado com adolescentes estudantes do Ensino Médio para compreender sua concepção sobre a violência/abuso sexual e a lei que a tipifica o "estupro de vulnerável", Simoni Furtado da Costa *et al.* (2020, p. 10) evidenciaram que "há uma desconexão entre o que preconiza a Lei e aqueles a quem a Lei visa a proteger"; além disso, as autoras observaram que "isso era o previsível, pois o biopoder instituído pelo Estado, a partir de seus próprios interesses, visa a regular, reprimir e controlar, e não a atender as necessidades e desejos da população".

Os resultados a pesquisa ainda indicam que

Há um grande desconhecimento dos adolescentes acerca dessa legislação e, quando esclarecidos a respeito, questionam o poder do Estado de intervir em decisões que são inerentes à autonomia do indivíduo e de sua família. Esses achados reforçam a necessidade de medidas político-educativas para ampliar e qualificar a educação em sexualidade de forma abrangente a esse público, no sentido de capacitá-lo ao exercício da sexualidade com liberdade, autonomia e segurança (Costa *et al.*, 2020, p. 20-11).

Em relação ao local onde ocorreu a violência/abuso sexual, para 37,3% dos homens foi na casa do/a agressor/a, para 36% foi na casa onde a vítima morava e para 10,7% na rua. Esse cenário nos mostra uma questão que diferencia um pouco quando as vítimas são

meninas, em que o local do abuso é cerca de 70 a 80% em suas residências, como aponta o *Relatório do Disque 100* de 2019 (Brasil, 2020). Tal fato poderia estar relacionado aos modos como os meninos são criados, a partir de determinados *scripts* de gênero (Felipe, 2016; 2019) associados, geralmente, com mais liberdade de estarem em espaços fora de suas casas, o que acabaria os vulnerabilizando para a ocorrência de diversas violências, entre elas a sexual - o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Bueno; Lima, 2023) evidencia que o perfil das vítimas de mortes violentas intencionais direciona para os homens em 91,4% dos casos registrados no país em 2022, estando em locais públicos a maioria dessas violências.

Quando questionados em que circunstâncias ocorreram as violências/abusos sexuais, a maioria apontou para situações relacionadas a brincadeiras e quando estava sendo cuidada de outras pessoas que não os pais - vale destacar que muitas dessas “brincadeiras” ocorrem também na escola¹²³. Seguem alguns relatos de outras ocasiões:

Me convidou para entrar dizendo que tinha umas coisas pra mostrar sobre o esporte que eu praticava na época (vôlei). Dentro da casa começou a falar sobre o esporte e querer ver se meu corpo ia desenvolver mais. Me pediu pra tirar a camisa e o short. Começou a me pegar, dizendo que praticando minha musculatura ia melhorar. Ele tirou a bermuda e a camiseta também dizendo que ficaria como eu pra eu relaxar.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 13 e 14 anos por um conhecido da família na casa do agressor.

Meu pai quando criança me obrigava a assistir filmes pornográficos de cunho heterossexual, a estudar sobre o abuso sexual infantil percebi que esse tipo de situação é qualificado também como abuso.

Homem homossexual, negro, abusado entre os 7 e 8 anos pelo pai em sua casa.

Quando ficamos sozinhos em casa, durante a tarde, me mostrou como se masturbava e que deveria fazer também.

Homem heterossexual e branco, abusado entre os 7 e 8 anos por um primo na casa onde morava.

Cabe aqui problematizar o entendimento que se tem acerca do que se configura como uma violência/abuso sexual, pois percebo que ainda há uma imagem construída a partir de uma relação entre um adulto e uma criança, quando essa questão vai para além desse aspecto. Por vezes, esses jogos sexuais praticados por adolescentes não são considerados violência/abuso, tendo em vista a proximidade entre as idades de agressor/a e

¹²³ Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/cidades/brincadeiras-sexuais-entre-estudantes-atormentam-pais-na-volta-as-aulas-em-mg-1.2810500>. Acesso em: 17 jan. 2024.

vítima, assim como a relação entre ambos, geralmente primos ou vizinhos, como esta mesma pesquisa apontou.

Além disso, a educação para a sexualidade que a família deveria oferecer desde a infância também é por vezes interpretada de maneira equivocada, como se os pais fossem responsáveis por ensinar aos filhos a serem homens (cisheterossexuais), mostrando filmes pornográficos ou mesmo os levando a lugares para iniciarem sua vida sexual. Tais práticas acabam interferindo diretamente no desenvolvimento afetivo-sexual da criança, que se vê pressionada a se relacionar sexualmente com alguém desde cedo (sempre do gênero considerado oposto ao seu) e cria uma ilusão de que ações de tais filmes devem ser reproduzidas a fim de garantir prazer e construir uma boa imagem perante a sociedade, além de estimular uma prática de erotização/sexualização que estaria relacionada com a pedofilização de corpos de meninos (Felipe, 2003).

Para 49,3% dos homens vítimas, mesmo que isso não indique qualquer tipo de consentimento ao abuso, estes se lembram de terem ficado excitados no momento do abuso. Tal memória pode ser associada ao sentimento de culpa, o que poderia tanto afetar o desenvolvimento infantil da vítima quanto fazer com que ela não se compreenda como tal, tendo em vista uma possível percepção de que teria supostamente consentido por ter sentido algum prazer durante a violência/abuso sexual vivida.

Ao serem perguntados de que maneira tal experiência lhes afetaram na época, os sentimentos mais citados foram medo, culpa, vergonha e incompreensão, como demonstram os relatos a seguir:

Insegurança, irritabilidade, explosão e sentimento de abandono são características que identifiquei como resultado da experiência. Além disso, a culpa que eu carregava me fez ter um episódio depressivo muito forte durante a adolescência, com duas tentativas de suicídio. Também tive uma necessidade muito forte de me provar como homem.

Homem heterossexual e branco, abusado entre os 7 e 8 anos por um primo na casa onde morava.

Eu vivia com medo. Em casa, medo de apanhar se minha mãe descobrisse, de ser expulso de casa. Na escola, medo de ser apontado, humilhado, desprezado. Mesmo eles não sabendo do meu primo, na escola eu já começava a me interessar por outros meninos, acho que isso ficou evidente, mesmo não me relacionando com ninguém... Em casa eu me pegava aos livros e me isolava dizendo que estava estudando. Na escola eu dificilmente saía pro recreio, não participava de esportes, sempre sentava nas últimas cadeiras buscando me isolar por medo de ser identificado como gay.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 7 e 8 anos por um primo na casa do agressor.

Foi confuso. Demorei a processar o que estava acontecendo e por ser criança e na condição como ocorreu minha criação (um pouco agressiva) fiquei com medo de fazer

qualquer coisa. Depois da primeira vez, sofri ameaças dele pra não contar e era coagido para mais episódios de abuso. A situação se estendeu por cerca de 2 anos.

Homem bissexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por um tio na casa do avô.

Como é possível observar pelos relatos, a experiência do abuso pode levar a criança e o adolescente a sentimentos extremos, talvez nunca antes vividos, como depressão, isolamento e coação. O fato de muitas vezes os meninos não entenderem exatamente o que aconteceu, somado ao pedido de segredo pelo/a abusador/a e à sensação de percepção de que foi algo errado e de culpa pelo ocorrido, acaba colocando a vítima em uma posição que a deixa incapaz de comunicar a violência sofrida, acarretando em problemas psicológicos e sociais que podem perdurar por toda a vida.

Sobre o entendimento da criança abusada acerca da violência sofrida e a relação disso com o/a agressor/a sexual, Luci Pfeiffer e Edila Pizzato Salvagni (2005, p. 199) pontuam que

Quando o agressor percebe que a criança começa a entender como abuso ou, ao menos, como anormal seus atos, tenta inverter os papéis, impondo a ela a culpa de ter aceitado seus carinhos. Usa da imaturidade e insegurança de sua vítima, colocando em dúvida a importância que tem para sua família, diminuindo ainda mais seu amor próprio, ao demonstrar que qualquer queixa da parte dela não teria valor ou crédito. Passa, então, à exigência do silêncio, através de todos os tipos de ameaças à vítima e às pessoas de quem ela mais gosta ou depende. O abuso é progressivo; quanto mais medo, aversão ou resistência pela vítima, maior o prazer do agressor, maior a violência.

Nesse cenário, como aponta Antonio Augusto Pinto Jr. (2005), os efeitos da vitimização sexual de meninos podem ocorrer a curto e a longo prazos, com destaque para fatores associados na infância e adolescência à confusão sobre a identidade sexual, tentativas inapropriadas para reafirmar uma masculinidade hegemônica, reprodução da experiência de vitimização com outro sujeito, sexualização traumática e sentimentos de traição, de estigmatização e de impotência.

Sendo assim, os sentidos da violência/abuso sexual podem variar entre as vítimas de acordo com inúmeros fatores, como a presença de ameaça e/ou violência, a diferença de idade e relação com o/a agressor/a e o modo como a experiência é ou não compreendida (Carvalho, 2020). Para 60% dos homens vítimas, tal experiência vivida na infância ainda os afeta nos dias de hoje, como podemos perceber pelos relatos apresentados:

Acredito que afetou todas as áreas da minha vida. No âmbito psicológico me causou transtornos, ansiedade, depressão, pensamentos ruins constantemente. No âmbito social

me vejo hoje aos 26 sem nenhum vínculo afetivo. Na vida sexual vivo como um pedaço de carne buscando validação por qualquer homem em qualquer app de relacionamento.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 9 e 10 anos por um primo na rua.

Acredito que, embora eu não tivesse me dado conta na época por ser uma criança, eu sofro de baixa autoestima e insegurança até hoje. Não consigo a minha vida sexual, embora agitada, satisfeita ou plena. É como se eu sentisse sempre que falta alguma coisa.

Homem homossexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por uma babá na casa onde morava.

Eu perdi tudo, perdi contato com família, amigos, perdi a capacidade de amar alguém, perdi uma namorada de 9 anos, nunca tive vontade de ter filhos, tenho um déficit de atenção muito forte e vivo sonhando com a hora de morrer como se a morte fosse um alívio pra mim.

Homem heterossexual e branco, abusado entre os 13 e 14 anos por um primo na casa onde morava.

Não só afeta, como vem afetando durante toda a vida - com um hiato percebido no momento em que os hormônios falavam mais alto do que a razão, na adolescência. Até hoje, o sentimento de incapacidade diante de uma ideia de "ser homem" me acompanha e me faz falhar tanto em relacionamentos possíveis quanto em relacionamentos prováveis: o medo de nunca ser homem diante de uma mulher é um terror que não cessa.

Homem heterossexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por um conhecido da família na casa do agressor.

Sou uma pessoa completamente noiada com outras crianças, sempre achando que estas podem estar sofrendo abuso, portanto, sou extremamente paranoico e super protetor. Também sexualmente falando, tenho lembranças do acontecido quando criança e costumo ficar excitado ao pensar, involuntariamente.

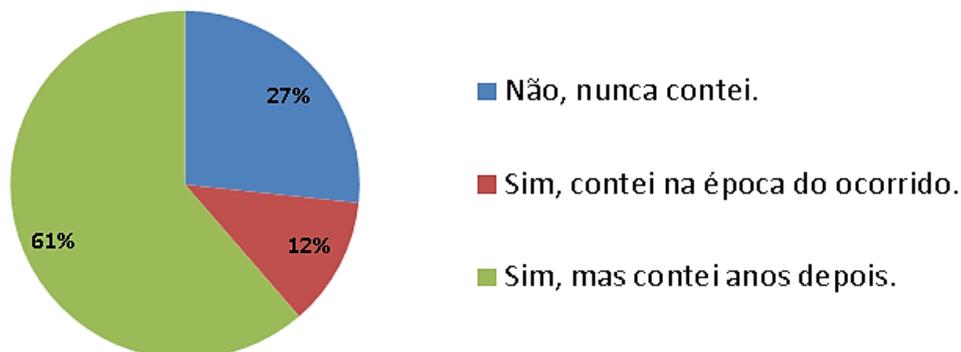
Homem homossexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por um tio na casa onde morava.

Independente da orientação sexual do homem adulto que foi vítima de violência/abuso sexual na infância, percebo pelos relatos que acaba se tornando comum algumas questões afetadas por essa experiência, como a baixa estima e a insegurança nos relacionamentos afetivo-sexuais. Isso se soma à ideia de uma masculinidade que não pode ser violada, do homem como um sujeito ativo e dominador, que quando é posto em uma posição passiva e de dominado (violado), é entendido como um ser que fracassou e que está fadado a uma vida infeliz - o que também dificulta a busca por qualquer tipo de ajuda.

Em relação a apresentar na idade adulta episódios de dor pélvica crônica, disfunção erétil e/ou ejaculação precoce, 49,3% dos homens vítimas afirmaram que sim. Como observou Amanda Diogo Pap (2019, p. 51), analisando o perfil de homens pacientes da Divisão de Clínica Urológica do Hospital das Clínicas de São Paulo, a violência/abuso sexual pode ser um "fator de risco para o desenvolvimento de doenças que afetem a sexualidade masculina na vida adulta".

Quando questionados se contaram para alguém sobre o abuso sofrido, apresentou-se o seguinte resultado para as opções apresentadas:

Gráfico 14 - Relato sobre o abuso para alguém.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dessa maneira, observo como apenas 9 dos 75 homens vítimas contaram para alguém na época do abuso, o que indicaria um grupo de crianças que poderia não ter adultos de referência ou mesmo espaços seguros para relatarem a violência sofrida, pois muitas vezes elas são abusadas justamente por alguém que seria um sujeito a quem poderiam confiar. Assim, é preciso refletir sobre como o diálogo entre adultos da família e da escola estão sendo estabelecidos de modo que não conseguem oferecer esse canal importante para o acolhimento de vítimas, deixando as crianças em situação de desamparo, principalmente com medo de alguma punição ou mesmo de não serem acreditadas, o que fomentaria ainda mais uma noção distorcida da realidade e continuidade nos processos de aliciamento (Sanderson, 2016).

Outra questão que preocupa é o fato de 20 dos 75 homens nunca terem relatado a violência/abuso sexual sofrido, apontando como principais fatores para isso o medo e a vergonha associados à ocorrência. Seguem relatos de motivos de homens vítimas nunca terem contado para alguém:

Por medo, vergonha em ser mais reprimido e perseguido, o que seria o bullying da época, e por não ter o entendimento, maturidade e desconhecer sobre assédio e violência.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 13 e 14 anos por um vizinho na rua.

Eu acredito que, na época, por não compreender que aquilo era errado, e posteriormente quando surgiu outra denúncia e os fatos vieram à tona, não contei por vergonha talvez. Hoje penso que seriam dois tabus envolvidos, a violência sexual e a homossexualidade.

Homem homossexual e branco, abusado entre os 13 e 14 anos por um padre na casa do agressor.

Porque fiquei assustado e em perigo, não quis contar para não preocupar minha mãe, e também porque fiquei com vergonha por ser uma experiência do campo da sexualidade. Além disso, de alguma forma, isso também foi visto por mim como sendo algo ocorrido por eu ter sido afeminado na infância e na adolescência, assunto que nunca foi debatido de forma séria e acolhedora em minha casa.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 13 e 14 anos por um desconhecido em um *shopping center*.

Nesse contexto, o medo e a vergonha poderiam estar diretamente relacionados ao pensamento de que, ao serem reconhecidos por outras pessoas como meninos ou homens abusados sexualmente, esses sujeitos possam ser culpabilizados pela violência sofrida e ainda rotulados como homossexuais – aspecto que muitos fogem de ser associados principalmente na infância e adolescência – ou que tal fato possa promover ainda mais violências. Entretanto, cabe investigar também o silêncio dos homens vítimas e sua representação, uma vez que não são ensinados/estimulados a falarem sobre suas vulnerabilidades e é esperado que relatem sobre o ocorrido e, quando não o fazem, estabelecem uma relação tão interessante quanto, como uma estratégia que possa vir a estar associada intrinsecamente com noções de poder (Foucault, 2014).

No caso dos homens que contaram para alguém sobre o abuso, mesmo anos depois, observei que a maioria dessas pessoas ouvintes dos relatos foi a mãe, um/a amigo/a e psicólogo/a ou terapeuta, como narram os relatos que seguem:

Contei primeiro à minha psicóloga e depois à minha família, depois de muitas sessões. Minha psicóloga ficou triste pelo ocorrido e deu o amparo necessário, minha mãe ficou muito triste pois lembrou de como fiquei travado depois do abuso.

Homem homossexual e branco, abusado entre os 5 e 6 anos por um primo na casa do agressor.

Para minha avó. Ela fez algumas perguntas, mas não duvidou de mim hora nenhuma. Ela contou pra minha mãe, que acabou com o casamento. O abusador era irmão do pastor-presidente de uma grande igreja que existe no bairro, conhecidíssima. Claro que a família do abusador não nos deu apoio.

Homem homossexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por um padrasto na casa onde morava.

Depois de muitos anos, já adulto, especialmente sob o uso de álcool, fiz o exercício de contar pra algumas pessoas. Sóbrio também já falei. Todas as vezes é libertador, mesmo que eu ainda tenha um sentimento de constrangido. Por vezes penso que superei, hoje já não dói, mas quando falo, ainda me afeta.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 7 e 8 anos por um primo na casa do agressor.

Sendo as mães umas das figuras para quais grande parte dos homens vítimas narraram a violência/abuso sexual sofrido, cabe mencionar o estudo de Angela de Araujo

Barros Bonfante, Linéia Polli e Jean Von Hohendorff (2023) quando analisam as reações de mães de meninos vítimas diante da revelação. Os autores afirmam que, ao mesmo tempo em que muitas mães confiaram nos filhos e os acolheram, outras entraram em estado de paralisia e entristecimento, não dando encaminhamento de cuidados para protegerem os meninos e demonstrando como diversas vezes não há conhecimento suficiente sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Cabe aqui uma ponderação importante acerca da diferença entre revelação e denúncia, uma vez que a primeira indicaria apenas o ato da descoberta do fato, enquanto a segunda estaria relacionada com “o ato de delatar, acusar, procurar Órgãos competentes de cuidado e proteção da criança e do adolescente, no sentido de registrar a queixa crime contra alguém, para a intervenção do Estado” (Pires Filho, 2011). Ou seja, mesmo que a revelação da criança vítima seja bastante importante, a ação do adulto ouvinte desse relato de denunciar se configura como ainda mais relevante, tendo em vista as consequências que poderia instaurar ao/à agressor/a perante a ocorrência com base nas leis vigentes.

Para 74,7% dos homens vítimas, a violência/abuso sexual aconteceu mais de uma vez, indicando que duraram anos e a maioria com reincidência do/a mesmo/a agressor/a.

4 ou mais vezes. Era um vizinho que sempre me pegava quando eu ia ou voltava sozinho do jardim escolar.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 3 e 4 anos por um vizinho na rua.

Por aproximadamente 10 anos com ambos, um se tornou meu cunhado, o outro era meu avô paterno.

Homem bissexual e branco, abusado entre os 3 e 4 anos por um vizinho na casa onde morava.

Sempre foi o mesmo. Nunca contei ao certo, talvez mais de 10 vezes.

Homem homossexual e branco, abusado entre os 9 e 10 anos por padrasto na casa onde morava.

Considero importante problematizar como esses meninos abusados repetidas vezes permaneceram expostos a seus/suas agressores/as sexuais durante anos, sem família ou escola atuarem como rede protetiva que são - ou deveriam ser. Acerca da repetição da situação de violência/abuso, realizei um cruzamento de informações desse aspecto com a orientação sexual das vítimas, observando que para os 53 homossexuais abusados, a violência se repetiu para 40; já para os 12 heterossexuais abusados, para 9 a experiência se repetiu – em ambos os casos, a reincidência foi de 75%.

Quando perguntados se perceberam que alguém que convivia com eles na época do abuso desconfiou do ocorrido, apenas 17,3% afirmaram que sim. Questionados quem

seriam essas pessoas, registraram alguns relatos como os abaixo:

Meu pai desconfiou e confirmou, me deu uma surra porque eu permiti ser abusado - mesmo eu tendo na época aproximadamente 6 anos.

Homem bissexual e branco, abusado entre os 3 e 4 anos por um vizinho na casa onde morava.

Uma vez um tio desse meu primo viu a gente, mas ele não disse nada. Ele morava de favor na casa desse primo. E por isso ficou.

Homem homossexual e negro, abusado entre os 7 e 8 anos por primo na casa do agressor.

Eu acho que uma professora. No entanto, eu e minha colega, segundo ela, estávamos ficando. Um namoro sem compromisso. Acredito que a professora imaginava que poderia ser um namorinho entre um aluno e uma aluna.

Homem heterossexual e branco, abusado entre os 11 e 12 anos por uma colega de sala de aula na escola.

Tais relatos mostram que, além da maioria dos meninos vítimas não compreender a situação vivenciada, eles não conseguem se sentir seguros para contar sobre a violência/abuso sofrido. Outro ponto importante diz respeito a uma parcela de adultos que acaba, de alguma maneira, desconfiando da ocorrência, no entanto optam por negligenciar esse fato. A questão é ainda mais crítica quando tal atitude parte dos genitores dos meninos, mostrando como o fato de serem pais e mães não garante a responsabilidade e os conhecimentos básicos que são necessários para a criação e a garantia de um desenvolvimento saudável das crianças (Rosa; Felipe, 2023).

Sobre as famílias terem dado qualquer tipo de educação para a sexualidade para que os filhos se protegessem de alguma maneira de possíveis abusos sexuais, somente 12% dos homens afirmaram que sim. Já quando perguntados nesse mesmo aspecto, porém com relação ao suporte da escola em que estudaram no Ensino Fundamental, o índice de uma educação para a sexualidade na infância reduziu para 10,7%. Acerca desse ponto, cabe destacar que, quando família ou escola conversavam sobre sexualidade, o índice desses homens na infância ou na idade adulta relatarem o ocorrido e/ou buscaram ajuda foi maior.

Dessa maneira, diante do alto índice de ocorrência de violência/abuso sexual evidenciado com os resultados dessa pesquisa, torna-se visível a diferença que uma educação para a sexualidade ofertada pela família e pela escola - duas instituições as quais as crianças e os adolescentes estão mais vinculados - atua sobre a proteção e a garantia aos direitos desses sujeitos. O conhecimento sobre corpo, gênero e sexualidade, entre outros, auxilia tanto meninas quanto meninos a reconhecerem atos abusivos e, quando debatidos nesses âmbitos, cria um espaço seguro para possíveis violências serem relatadas a fim de

estabelecer os devidos encaminhamentos.¹²⁴

Considero importante também levar em conta o aspecto histórico da infância vivida por esses homens, tendo em vista que as violências/abusos sexuais aconteceram em décadas passadas, em que muitas leis que temos hoje no Brasil ainda poderiam nem estar sendo pensadas. Sendo assim, alguns casos ocorreram antes mesmo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o que não justifica, mas indica que as informações acerca dos direitos das crianças não era algo tão debatido e defendido juridicamente quanto é hoje, com muitos avanços nesse campo.

Ao final do questionário, antes da submissão das respostas, foi apresentado um desdobramento da pesquisa com um texto explicativo e o seguinte questionamento: “Você entende que foi considerado um "menino afeminado" em sua infância?”, em que 51 homens afirmaram que sim – representando 68% do total de vítimas. A estes, estava relacionada uma última pergunta: “Você aceitaria participar da segunda parte desta pesquisa agendando uma entrevista *online* com o pesquisador responsável?”, tendo 39 participantes (76,5%) deixado os seus e-mails para contato.

¹²⁴ Desenvolvo de maneira sistemática esse aspecto, com base na pesquisa realizada nesta tese, no capítulo de livro *Violência/abuso sexual contra meninos: tópicos para compreender, proteger e acolher na Educação* (Rosa, 2024).

6 ENTRE MEMÓRIAS E VIOLÊNCIAS: RELATANDO A SI MESMOS

*Uma lembrança
uma borracha má
que vinha me pegar
tentando me apagar
Uma criança
massinha de moldar
forçada a se encaixar
(CTRL+N, 2021)¹²⁵*

Como destaca o documento *Orientações para entrevistar vítimas de violência sexual* (2023, p. 2)¹²⁶, produzido pela associação portuguesa *Quebrar o Silêncio*, o ato de "entrevistar uma vítima de violência sexual é uma oportunidade de partilhar uma história contada na primeira pessoa e ter um testemunho com o potencial de informar e sensibilizar o público para a gravidade e complexidade da violência sexual". Nesse sentido, opero com o instrumento da entrevista semiestruturada a fim de ouvir e problematizar os casos de violência/abuso sexual contra meninos, denunciando sua dinâmica e apontando como a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, em especial a escola e a família, muitas vezes é falha e não educa, protege ou ao menos acolhe essas vítimas.

Além disso, acredito que este tipo de pesquisa, produzida a partir do campo da Educação, possibilita pensar mais profundamente sobre a temática, algo que talvez muitos homens - vítimas ou não – possam nunca ter feito. Ao mesmo tempo, outra oportunidade que esta investigação poderia incitar, por meio do caminho metodológico escolhido, seria o próprio ato de conseguir nomear a violência/abuso sexual sofrido, reconhecendo e relatando a posição de vítima, mesmo que isso possa trazer memórias dolorosas e que estariam adormecidas ou silenciadas.

6.1 Construção dos instrumentos de pesquisa e o perfil dos entrevistados

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2023, conforme disponibilidade dos entrevistados, por meio da ferramenta *Google Meet*¹²⁷. A seleção dos homens para esta segunda etapa da pesquisa - entre 39 sujeitos que foram abusados sexualmente na infância, que eram considerados meninos

¹²⁵ Trecho da letra da música "Ainda dá tempo" da dupla musical CTRL+N feat Tchelo Gomez. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mAgvWktO2Vw>. Acesso em: 09 jul. 2023.

¹²⁶ Disponível em: http://www.guiaoes.com/static/guia_ocs_02.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

¹²⁷ O *Google Meet* é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google, sendo um dos dois serviços que substituem a versão anterior do *Google Hangouts* e o *Google Chat*. Disponível em: <http://meet.google.com>. Acesso em: 08 jul. 2023.

afeminados e que se disponibilizaram a continuar a sua participação neste estudo ao final do questionário *online* - aconteceu com base no critério da diversidade: em primeiro lugar de orientação sexual; em segundo de raça; e em terceiro de localização (estados do país diferentes). Assim, busquei garantir, de alguma maneira, um cenário de realidades distintas, verificando as convergências e divergências que se apresentavam; contudo, fiz isso com o cuidado na transformação dos dados brutos em informações para a tese, a fim de que não fossem extrapolados, uma vez que os resultados da pesquisa se baseiam na população/amostra participante e não representa uma totalidade dos casos.

Os nomes escolhidos para representar cada um dos sete homens entrevistados teve origem nos personagens de alguns dos livros literários do acervo apresentado na seção 2.4 desta tese, sendo eles: Gustavo, de *O menino do capuz vermelho* (Pirillo, 2009); Davi, de *Tia Rafaela* (Castro, 2010); Antônio, de *Antônio* (Ferreira, 2012); Piccolo, de *Coisas de Menino* (Braios, 2016); João, de *O ato do tio* (Estanislau, 2020); Rafael, de *Três Porcos* (Labes, 2020); e Arthur, de *Amarás* (Cavalcante Junior, 2023).

Abaixo, no Quadro 4, apresento algumas informações acerca do perfil dos entrevistados com base em suas respostas no questionário *online*:

Quadro 4 - Perfil dos homens entrevistados - parte I.

Nome	Idade	Estado	Orientação sexual	Cor/Raça	Religião	Profissão
Gustavo	31 a 40	SC	Heterossexual	Branco	Sem religião	Editor e Escritor
Davi	31 a 40	RS	Homossexual	Preto	Sem religião	Professor
Antônio	31 a 40	MG	Homossexual	Pardo	Católico	Assistente administrativo
Piccolo	31 a 40	CE	Homossexual	Branco	Sem religião	Artista e professor
João	31 a 40	PR	Homossexual	Pardo	Sem religião	Professor
Rafael	31 a 40	ES	Homossexual	Branco	Sem religião	Professor e pedagogo
Arthur	51 a 60	SP	Homossexual	Pardo	Umbanda	Artista

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ao entrar em contato com esses homens por e-mail em julho de 2023¹²⁸, apresentei um novo TCLE (Apêndice C), tendo em vista que seria outro instrumento de produção de

¹²⁸ Dois dos sete homens inicialmente selecionados e que haviam aceitado o convite para participar não retornaram os e-mails para o agendamento da entrevista; assim, eu tive que trocar por outros dois novos em setembro de 2023.

informações e que eles precisariam estar cientes das condições de participação. As entrevistas foram gravadas em vídeo e áudio - no formato mp3 - com a autorização prévia dos participantes, no objetivo de salvar o registro para a posterior transcrição das falas a fim de análise e discussão apresentadas neste capítulo da tese.¹²⁹

Para a transcrição das sete entrevistas, optei por um padrão de realizá-la de maneira literal com coloquialidade, respeitando o uso das abreviações, dos cacoetes verbais, das pausas e das repetições presentes nas falas dos entrevistados. Como destaca Graham Gibbs (2009, p. 31), "a fala contínua muito raramente vem na forma de sentenças bem construídas. As pessoas interrompem uma linha de pensamento no meio da frase e muitas vezes a retomam sem seguir as regras gramaticais usadas na escrita". Tal opção se justifica também pela intenção de não perder a sensação de como os participantes da pesquisa estavam se expressando, mesmo que apresentassem, por diversas vezes, um número grande de repetições como "assim", "daí", "então", "né" e "tipo".

Ao planejar e construir o roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice D) a ser aplicada com os homens, considerei não apenas o meu problema de pesquisa, mas também o documento citado no início deste capítulo. Desta maneira, refletindo acerca do que o material destaca, considero importante pensar que

Perante um evento traumático, é comum que a vítima possa ter um bloqueio que pode levar a uma memória fragmentada, confusa ou até inacessível do que aconteceu. Deste modo, é natural que as informações compartilhadas possam parecer desorganizadas, pouco coerentes ou até contraditórias. A vítima pode também manifestar dificuldades em se concentrar ou, em algumas situações, sofrer de ataques de pânico desencadeados pela natureza da entrevista (Quebrar o Silêncio, 2023, p. 9).

Saliento que, mesmo antes de realizar as sete entrevistas, eu entendo que cada entrevistado tem um perfil diferente, é um sujeito único e, sendo assim, poderia ter uma reação diversa para cada pergunta que seria realizada. A ideia de uma entrevista semiestruturada auxilia nesse sentido, pois de acordo com as devolutivas, eu poderia disparar novas questões a fim de compreender melhor as falas dos homens participantes, uma vez que não haveria como prever ou antecipar qualquer tipo de retorno.

Ao mesmo tempo, entendo que há limitações metodológicas para esta etapa da pesquisa, tendo em vista que "o 'eu' não pode fazer um relato definitivo ou adequado de si

¹²⁹ Para a gravação, utilizei o comando Windows + G, que permite gravar a imagem e o áudio do computador; e para a transcrição utilizei o Reshape, uma plataforma *online* para transcrição de áudio e geração de legendas.

mesmo porque não pode retornar à cena de interpelação que o instaurou e não pode narrar todas as dimensões retóricas da estrutura de interpelação na qual ele relata a si mesmo” (Butler, 2019, p. 90). Nesse contexto, aceitei o desafio de produzir informações a partir dos relatos de meus entrevistados e firmei o compromisso ético de manter uma interpretação de tais fatos o mais adequada possível, baseando-me nas palavras dos sujeitos e não entendendo suas falas dentro de um senso comum de vítimas, o que poderia minimizar as singularidades de cada caso.

Para o momento da entrevista, solicitei aos homens que estivessem em um ambiente confortável e silencioso, se possível sem a presença de outras pessoas, além de deixar ao seu alcance elementos que talvez fossem úteis ao longo da conversa, como água ou lenços. Além de indicar aspectos para o entrevistado a fim de garantir a qualidade da entrevista, eu mesmo me preparei para esta etapa da pesquisa, também estando em um local adequado, sem possibilidades de ocorrências de interrupções e com tempo para a condução das questões, que estaria pautada em uma maneira calma e acolhedora de falar com os entrevistados.

Outro ponto de atenção para a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada foi a questão da revitimização, processo pelo qual a vítima pode se sentir novamente violentada ao ter que lembrar e contar detalhes do abuso sofrido ou mesmo ser questionada sobre suas atitudes. Nesse sentido, procurei verificar ao longo do diálogo o quanto o entrevistado estava se sentindo confortável em narrar suas memórias da violência para seguir com as questões, evitando fazê-lo falar algo que visivelmente poderia deixá-lo com mal-estar.

Diante deste cenário, considero importante destacar que o movimento proposto aqui para a pesquisa desta tese, com entrevistas para ouvir atentamente homens vítimas de violência/abuso sexual, não se configura nem como uma escuta especializada e nem como um depoimento especial, práticas comuns de serem realizadas nessas situações. A escuta ocorre “perante órgão da rede de proteção” e o depoimento “perante a autoridade policial ou judiciária”, conforme o que assinala a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) vítima ou testemunha de violência.¹³⁰ Contudo, acredito que meu estudo também tem o potencial de dar pistas para como podemos encontrar e elaborar estratégias de educação, proteção e acolhimento de

¹³⁰ Para maior compreensão acerca dessas questões, sugiro leitura de: BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Guia de Escuta Especializada**: conceitos e procedimentos éticos e protocolares. São Paulo, Brasília: Childhood Brasil: SNDCA, 2023.

crianças e adolescentes.

Tendo em vista as respostas já produzidas no questionário *online*, apresento no quadro a seguir um perfil destes sete sujeitos contextualizando as situações de violência/abuso sexual sofridas por eles na infância:

Quadro 5 - Perfil dos homens entrevistados - parte II.

Nome	Idade da violência/abuso sexual	Responsável	Idade agressor	Local	Circunstâncias ¹³¹
Gustavo	9 a 10 anos	Filho de amigo da família	14 a 18 anos	Casa do agressor	Eu ficava aos cuidados domésticos da mãe do agressor enquanto a minha mãe trabalhava.
Davi	3 a 4 anos	Primo, amigo da família e pedreiro	14 a 18 anos	Casa do agressor	Uma visita, pois minha mãe foi a outra cidade resolver a venda de uma casa e não tinha passagem para me levar, fiquei na casa de uma tia avó, ela e a família saíram para fazer compras. Meu primo apareceu com uma camisinha no pênis quando eu fui ao banheiro fazer cocô e me introduziu perguntando se era bom e se tinha gostado.
Antônio	3 a 4 anos	Vizinho	19 a 25 anos	Rua	No mato próximo da minha casa.
Piccolo	5 a 6 anos	Vizinho	14 a 18 anos	Rua	Numa brincadeira de esconde-esconde.
João	5 a 6 anos	Amigo da família	26 a 30 anos	Casa do agressor	No quarto, onde o agressor pegou a minha mão colocando-a em seu pênis ereto e, na sequência, me fazendo 'engolir' e segurando minha cabeça para me manter naquele ato.
Rafael	3 a 4 anos	Vizinho	14 a 18 anos	Casa onde morava	O menino me levou para o quarto e pediu para eu chupar o piru dele. Eu era muito pequeno. Achei que aquilo era uma linguíça e mordi. Ele foi parar no hospital.
Arthur	13 a 14 anos	Amigo da família	41 a 50 anos	Casa do agressor	Me convidou para entrar dizendo que tinha umas coisas pra mostrar sobre o esporte que eu praticava na época (vôlei). Dentro da casa começou a falar sobre o esporte e querer ver se

¹³¹ Os textos desta coluna (e dos próximos dois quadros) apresentam exatamente o que os entrevistados responderam no questionário *online*, sem qualquer edição para além de ortografia.

					meu corpo ia desenvolver mais. Me pediu pra tirar a camisa e o short. Começou a me pegar, dizendo que praticando minha musculatura ia melhorar. Ele tirou a bermuda e a camiseta também dizendo que ficaria como eu pra eu relaxar.
--	--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Diante das informações apresentadas no Quadro 5, é possível observar que todos os agressores foram homens próximos do convívio social das vítimas nas suas infâncias, acontecendo a violência na metade dos casos na própria casa do violentador e na maioria das vezes em situação de ficarem aos cuidados de outras pessoas, não muito mais velhas que elas. Cabe referir que a maioria dos participantes possui uma renda mensal entre R\$ 3.906,00 e R\$ 6.510,00 (entre três e cinco salários mínimos de referência a 2023 - R\$ 1.302,00), mas na infância, época em que os abusos aconteceram, era de classe baixa, condição que é evidenciada nas entrevistas.

Todos os sete homens entrevistados sinalizaram que a violência/abuso sexual afetou suas infâncias de alguma maneira e apontaram para a ocorrência da repetição desses casos, evidenciando a condição de vulnerabilidade de muitos meninos, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 6 - Perfil dos homens entrevistados - parte III.

Nome	Como afetou na infância	Como afeta na vida adulta	Repetição
Gustavo	Me fez querer mais.	Não só afeta, como vem afetando durante toda a vida - com um hiato percebido no momento em que os hormônios falavam mais alto do que a razão, na adolescência. Até hoje, o sentimento de incapacidade diante de uma ideia de "ser homem" me acompanha e me faz falhar tanto em relacionamentos possíveis quanto em relacionamentos prováveis: o medo de nunca ser homem diante de uma mulher é um terror que não cessa.	Meu primeiro abusador abusou de mim de duas a quatro vezes. O segundo, também de duas a quatro. Não sei precisar.
Davi	Eu bloqueei. Não podia mais o ver. Principalmente, depois que fui criando consciência	Meu emocional, espinhas carnais em momento de ansiedade, irritação ou	Três vezes.

	do que tinha acontecido.	estresse. Perdi a confiança nas pessoas próximas e não consigo me relacionar. Além de me colocar em risco, agindo lasciva e impulsivamente, caso beba. A bebida me alivia muito dessas memórias, que mesmo com terapia não vão, só amenizam. Emocionalmente instável.	
Antônio	Sempre lembro e não consigo me sentir envolvido e feliz com outro homem, mesmo gostando de homens.	Não consigo me relacionar direito com outros homens e sempre me sinto machucado como se a experiência voltasse sempre na minha cabeça.	4 ou mais vezes. Era um vizinho que sempre me pegava quando eu ia ou voltava sozinho do jardim escolar.
Piccolo	Após o ocorrido, eu desisti de brincar. Fui pra casa e lembro de ter ficado sozinho e muito deprimido.	Acho que é algo sobre o qual preciso falar mais e procurar mais tratamento.	Ocorreram outras vezes: um homem casado me abordou de moto e me levou até sua casa; outra vez, três policiais abusaram de mim e um amigo, na época tínhamos 13/14.
João	Repulsa, medo de alguém saber, ter ciência que era algo impróprio.	Não afeta.	Sim.
Rafael	Muito. Eu fiquei atormentado e com medo. Saiu muito sangue quando eu mordi o piru do agressor.	Não afeta.	Sim. Um padre e outro vizinho.
Arthur	Saí me sentindo culpado por ter permitido.	Sempre desconfiado com as pessoas que se aproximam.	A mesma pessoa. Por ser militar e conhecido na cidade, sentia medo de contar pra alguém e de negar sexo pra ele.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com base no Quadro 6, fica visível o fato de que a violência/abuso sexual impacta diretamente nas infâncias das vítimas de variadas maneiras, como os sentimentos de culpa, medo, confusão e insegurança; assim como afeta na vida adulta, influenciando diretamente na autoestima dos homens, nos relacionamentos interpessoais e na confiança com outras pessoas, além do desencadeamento de vícios que podem amenizar esse sofrimento ou trauma, como a bebida.

As informações produzidas pelo questionário permitem entender a situação vivenciada pelos entrevistados e, nesse sentido, considero ainda importante observar como esses homens vítimas externalizaram ou não a violência/abuso sexual sofrido, seja na época ou anos depois; assim como ter o conhecimento se alguém desconfiou do ocorrido e

se a escola ou a família ofereceram algum tipo de educação para a sexualidade quando eram crianças, como é apresentado pelo quadro abaixo:

Quadro 7 - Perfil dos homens entrevistados - parte IV.

Nome	Contou para alguém	Alguém desconfiou	Educação para a sexualidade
Gustavo	Sim, mas contei anos depois. A primeira pessoa a quem contei foi uma ex-namorada, que sempre relatava um abuso sofrido. Um dia, disse apenas "eu também fui abusado". Anos depois, quando vivia com essa mesma ex-namorada uma experiência de abertura de um relacionamento até então monogâmico, pude compartilhar, narrar, dizer em voz alta, ainda que por Whatsapp, minhas experiências de abuso para uma amiga que também havia sofrido abuso.	Não, ninguém desconfiou.	Nem pela escola e nem pela família.
Davi	Sim, mas contei anos depois. Numa terceira situação, contei aos meus avós e tia (pessoas com quem morava) e foram apáticos. Isso após a tentativa de um pedreiro, esfregando-se no meu corpo, por detrás, enquanto lavava a louça. Não fizeram nada.	Não, ninguém desconfiou.	Pela escola e pela família.
Antônio	Sim, mas contei anos depois. Minha mãe me bateu.	Sim, teve uma ou mais pessoas que desconfiaram. Minha avó, mas ela não fez nada.	Somente pela escola.
Piccolo	Sim, mas contei anos depois. Para um amigo que havia relatado ter sido abusado na infância.	Não, ninguém desconfiou.	Somente pela escola.
João	Não, nunca contei. Acho que superei e camuflei o episódio.	Não, ninguém desconfiou.	Nem pela escola e nem pela família.
Rafael	Sim, contei na época do ocorrido. Mãe. Ela foi conversar com a família do agressor.	Não, ninguém desconfiou.	Nem pela escola e nem pela família.
Arthur	Sim, mas contei anos depois. Para meu companheiro. Foi solidário.	Não, ninguém desconfiou.	Nem pela escola e nem pela família.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Além das questões resgatadas do questionário *online* e sintetizadas nos quadros anteriores, é importante destacar que metade desses homens recordam terem ficado excitados no momento da violência/abuso sexual e cinco deles afirmaram que na idade adulta apresentam ou já apresentaram episódios de dor pélvica crônica, disfunção erétil e/ou ejaculação precoce - problemas de saúde que poderiam estar relacionados com a experiência vivida na infância.

Da mesma maneira que procurei levar em consideração as ponderações indicadas pela associação *Quebrar o Silêncio* ao elaborar o roteiro da entrevista semiestruturada, o mesmo aconteceu para descrever as informações produzidas, com base no documento *Orientações para a escrita de notícias e textos relacionados com violência sexual* (2023)¹³², que pontua: usar expressões e conceitos adequados; usar uma linguagem não culpabilizadora ou responsabilizadora da vítima; não usar termos como "admite", "confessa" ou "revela" em relação à vítima; reforçar a dimensão traumática deste tipo de violência e crime; e evitar semear a descrença nos eventos ou no discurso da vítima.

Eu sempre iniciava as entrevistas agradecendo a disponibilidade do entrevistado na participação da segunda etapa da minha pesquisa; confirmando com ele o recebimento, a leitura e a concordância do conteúdo do TCLE; reiterando que a videochamada estava sendo gravada para uma melhor qualidade na posterior transcrição; e que a qualquer momento que ele se sentisse desconfortável, era para me sinalizar que poderíamos fazer uma pausa ou mesmo interromper a entrevista.

Ao final, eu agradecia novamente o entrevistado; destacava a importância das informações produzidas naquele momento sobre o tema sensível da violência/abuso sexual contra meninos; afirmava que enviaria a minha tese para leitura após defendida, caso houvesse interesse; e encaminhava por e-mail o *link* do site *Memórias Masculinas*, um grupo de profissionais de múltiplas áreas que oferece um espaço de escuta para que homens vítimas de violência/abuso sexual, caso ele quisesse entrar em contato.

Com a realização das sete entrevistas no decorrer de dois meses - agosto e setembro de 2023 - que duraram cada uma em média 40 a 45 minutos, totalizei cerca de 4 horas e 50 minutos de produção de informações gravadas em áudio e vídeo, que transcritas constituíram um documento de registro de 82 páginas.

¹³² Disponível em: http://guiaocs.com/static/guia_ocs_01.pdf. Acesso em: 09 jul. 2023.

Nos subcapítulos que seguem, apresento os eixos de análises a partir das respostas dos sete homens entrevistados, inserindo excertos de suas falas e referenciais teóricos que operam na problematização desses elementos e que auxiliam a responder ao meu problema de pesquisa nesta tese acerca da violência/abuso sexual contra meninos e da pedofilização dos seus corpos infantis.

6.2 “Eu acho que teria me ajudado muito”: famílias que não educam, não protegem e nem acolhem

Um primeiro ponto de destaque que emergiu nas entrevistas foi em relação à ausência de uma educação para a sexualidade promovida no âmbito familiar ainda na infância. Foi unânime para os sete entrevistados que não havia nenhum tipo de conversa que abordasse abertamente as questões relacionadas com gênero e sexualidade por parte de suas mães e seus pais. Contudo, é importante referir que o ato de não falar acerca desses temas nos lares das crianças e adolescentes também acaba se configurando como um modo de educar, no sentido de mostrar que tal pauta não se faz relevante nesse ambiente, porém vulnerabiliza esses sujeitos, uma vez que eles não recebem qualquer tipo de informação para que possam minimamente se conhecer e se proteger em casos de violências.

Ao serem perguntados como esses temas circulavam em suas casas, os entrevistados relataram:

Não, nunca foi. [...] tinha isso de ter todo um pudor extra, me parece, das coisas do corpo, com minha mãe, meu irmão, pai, tudo era muito trancoso e escondido, e não se falava absolutamente sobre gênero, sobre sexualidade, sobre nada disso.

Gustavo, 21/08/2023

[...] não havia, durante a minha infância, não havia nenhum tipo de diálogo sobre isso, não.

Rafael, 26/09/2023

[...] era velado, era... não se discutia nada. E eu era o que na realidade estava sempre alguém mandando eu calar a boca. E isso... não só pelos meus pais, como pelos meus irmãos mais velhos. Isso fez... isso depois de adulto eu vou fazer uma análise sobre isso e isso me prejudicou muito durante a vida, mas depois eu te falo sobre isso. Mas não se falava sobre gênero, sexualidade, nada disso. E eu sempre que tentava entrar nesse assunto, era sempre taxado “Fica quieto, você não sabe o que você tá falando”, tinham umas coisas assim, de meio que colocar as coisas pra debaixo do tapete, não se conversava.

Arthur, 17/08/2023

Para esse entrevistado do último excerto, além de não haver essa conversa em sua casa na infância, qualquer tentativa para tal era interrompida, como se o assunto não fosse adequado de se conversar em família. Para outro participante da pesquisa, as temáticas até apareciam, mas não no sentido de uma educação com finalidades de informar e proteger, por exemplo:

Circulava, mas de maneira pejorativa. Eu sou de família evangélica, então eu lembro que, assim, desde criança eu tinha que me policiar para não demonstrar uma homossexualidade. Então, tipo, eu lembro que com oito anos eu já tinha que tipo estabilizar o pé firme, porque a minha mãe achava que eu estava rebolando para um andar um pouco mais afeminado. Então, isso sempre foi um encontro que perdurou ali por um bom tempo na minha vida.

João, 20/09/2023

É possível perceber aqui a influência da religião no âmbito familiar e como tal perfil acaba por podar algumas oportunidades de se discutir gênero e sexualidade, inibindo também qualquer performance que desviasse daquilo que era esperado pelos pais. Tal questão de já na infância apresentar traços que fugissem dos *scripts* de gênero esperados ao meninos era algo que se aproximava de uma frustração e intolerância, como os relatos a seguir também mostram:

A igreja ela sempre foi impeditiva, sempre foi, inclusive com meus pais, talvez por não compreenderem, né, talvez... então como eu falei no início da entrevista, né, se eu finjo que não sou e minha mãe finge que não sabe é porque ela é evangélica e eu acho que talvez se ela souber da minha boca ela trataria como um desgosto, não sei que reação que ela teria não sei como ficaria a nossa situação, ainda mais que o meu pai falecido, minha vó também, e agora é só eu e ela, então ainda mesmo tendo uma independência financeira é como se eu magoasse ela, então eu acho que tipo... isso tudo está envolto religioso, porque ela é de uma igreja pentecostal, protestante aquela coisa toda, então eu acho que se não fosse essa questão da igreja e também se ela tivesse mais estudo para compreender né cientificamente essa questão de sexualidade, de gênero, eu acho que talvez a gente pudesse ter uma relação mais aberta.

João, 20/09/2023

[...] não tivemos esse tipo de conversa, não. Qualquer sexualidade, assim, desviante, né, da norma, na minha família sempre foi tratado com preconceito por conta da questão muito religiosa, realmente, assim, da minha, da formação da minha família, né. [...] Eu acho que a questão religiosa sempre teve implícita, né. Eu falo assim, tanto pela questão da minha família frequentar a igreja nos domingos, né, uma coisa assim, mais com essa certa devoção, assim, né, praticante, mas também não de um modo absolutamente extremista, mas de certo modo isso sempre teve enraizado, assim, né, esses preconceitos com relação às sexualidades desviantes e outras práticas que fogem da norma.

Piccolo, 18/08/2023

Esses dois últimos entrevistados chegaram a utilizar a palavra preconceito para descrever como viam a questão religiosa relacionada com as temáticas de gênero e sexualidade nas suas famílias, sendo uma forte influenciadora para a não mobilização desses assuntos nos seus lares (Felipe, 2024). E conforme apresentado anteriormente, a maioria dos homens entrevistados não possui uma religião na idade adulta, talvez por justamente compreender o quanto, em alguns casos, elas comprometem na educação dos sujeitos, inviabilizando temas importantes de serem debatidos no sentido da constituição de uma formação integral.

Além disso, outro aspecto relatado em uma entrevista foi a questão de uma mãe que não dispunha de tempo para o filho:

Não tinha muito essa conversa porque a minha mãe, ela trabalhava, então ela trabalhava pra fazer o sustento de casa. E quando ela chegava em casa ela literalmente apagava e dormia. Então eu não tinha nem esse tipo de conversa nem outro suporte, por exemplo, de estudo, de escola, de deveres escolares, por exemplo, que é o básico, eu não tive. Então eu contava com a ajuda de vizinhos ou eu mesmo estudava por conta própria, não tinha esse diálogo, não.

Antônio, 16/08/2023

Tal situação acaba sendo comum em muitas famílias, tendo em vista a oitava jornada de trabalho a que grande parte das mulheres é submetida com cuidados diversos: de si, afinal vivemos em uma sociedade que exige delas uma constante preocupação com o embelezamento; tarefas domésticas; de sua relação afetiva-sexual; excelência profissional (para aquelas que também trabalham fora de casa); nos estudos; em relação aos filhos; em relação aos mais velhos da família; e em relação aos netos (Rosa; Felipe, 2019). Cabe ainda mencionar que no Brasil cerca de 14,7% das famílias são monoparentais com filhos e chefia feminina (DIEESE, 2023).

Nesse contexto, em pesquisa investigando a violência/abuso sexual em processos judiciais encaminhados à 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude de Porto Alegre-RS no período de 2003 a 2007, Ana Maria Franchi Pincolini e Cláudio Simon Hutz (2014) observaram que, entre os abusadores adolescentes, o predomínio de vítimas era do gênero masculino, tendo como principais agressores os vizinhos. Os contextos em que a maioria de tais situações ocorreram estavam no âmbito do cuidado, uma vez que

não é comum que adolescentes do sexo masculino brinquem com meninas menores sem nenhuma supervisão de um adulto. Também não é frequente que

sejam solicitados a tomar conta de crianças do sexo feminino. Interações entre crianças menores do sexo masculino e adolescentes do sexo masculino são mais frequentes, seja na escola, em brincadeiras com vizinhos ou na prática de esportes, como o futebol, por exemplo (Pincolini; Hutz, 2014, p. 309).

Assim, os autores salientam que diversos fatores favorecem a ocorrência de violência/abuso sexual cometido por garotos adolescentes contra meninos, como a dificuldade de assumir papéis de poder e de responsabilidade em relação a crianças pequenas que se opõem de alguma maneira a variadas características da adolescência, como a impulsividade e os questionamentos em relação à própria identidade. Além disso, somam-se ainda a motivação do abuso por curiosidade e fantasia sexual e oportunidades de experimentação da sexualidade.

Esse mesmo último entrevistado ainda afirmou que, diante das violências sofridas na escola, não costumava comentar em casa para a mãe:

[...] eu achava que se eu contasse ia criar represálias, eu achava que ia ser, ou um castigo corporal, ou um castigo de ficar sentado em um canto alguma coisa do tipo, então isso nunca foi levado para dentro de casa, nunca foi, se os professores não resolvessem ali pra mim, eu não faria mais nada, ficava por aquilo mesmo.

Antônio, 16/08/2023

Como é possível perceber, a falta de um diálogo franco e constante pode resultar não somente em uma ausência em relação a uma educação para a sexualidade, mas principalmente na privação de um ambiente seguro para que as crianças relatem situações que tenham vivenciado, em especial quando se tratar de violação de direitos. Nesse contexto, observo como mães e pais necessitam de conhecimentos técnicos e emocionais - assim como políticas públicas para a construção dessa atenção e olhar - para não apenas criarem, mas educarem seus filhos:

O fato das pessoas terem a capacidade biológica de procriar não significa que automaticamente tenham competência técnica e emocional para educar uma criança, pois é preciso compreender como ela se desenvolve, uma vez que cabe ao adulto ajudá-la a construir uma autoestima adequada, estabelecendo uma relação de confiança e segurança. Além disso, é preciso que a família seja capaz de exercer uma competência afetiva – prover afeto, proteção e disponibilidade – assim como a capacidade de ouvir e acolher a criança em suas angústias e necessidades (Rosa; Felipe, 2023, p. 32).

Sem uma educação para a sexualidade e se sentindo constantemente vigiados, os meninos podem desenvolver uma espécie de “modo de sobrevivência” (Moraes, 2019) em seus lares, com uma liberdade que os restringem de se expressar como querem. Além

disso, as responsabilidades colocadas sobre eles desde cedo também impactavam na rotina e na compreensão dos fluxos do cotidiano, o que por muitas vezes acabava os colocando em situação de vulnerabilidade, sem um olhar adulto de proteção.

Eu estudava de manhã, saía da escola, antes de chegar em casa essa pessoa me perseguia, esse indivíduo me agatava, me pegava em algum lugar, eu não me lembro assim dos locais, e me levava para esse local e aí depois que eu chegava em casa, e sempre que eu chegava em casa não tinha ninguém em casa, eu sempre chegava em casa sozinho, minha mãe deixava comida pronta e eu tava tinha que esquentar comida comer sozinho e ficar na frente da televisão, sozinho o dia inteiro..

Antônio, 16/08/2023

Cabe ressaltar que essa realidade narrada pelo entrevistado é muito comum para as meninas desde novas, assumindo responsabilidades domésticas e cuidando dos irmãos mais novos, por exemplo. Entretanto, ainda assim, é possível perceber um olhar adulto que ensina e as acompanha. Já no caso dos meninos, eles são entendidos como sujeitos que podem “se virar”, autoprotoger-se em qualquer espaço, como empreendedores de si, mesmo sendo crianças. Contudo, como Bianca Salazar Guizzo (2011, p. 149) destaca:

Mesmo que existam alguns borramentos entre as fronteiras de gênero, ou seja, meninos/homens praticando e exercendo ações e funções tradicionalmente atreladas ao feminino (como: embelezar-se) e vice-versa, as cobranças e as sanções sobre os meninos/homens que não cumprem com “funções/papéis” que histórica, cultural e socialmente foram sendo definidas como próprias para eles são bem maiores.

E essa “criação mais solta”, muitas vezes brincando e passando tempo mais na rua e na vizinhança do que dentro da própria casa, acaba colocando os meninos em uma posição de desproteção, além do sentimento de abandono e solidão - como narrado pelo último excerto do entrevistado - tornando-os alvos fáceis para abusadores. Estudos apontam que as espacialidades que mais aparecem no conjunto das declarações de vítimas, infratores e testemunhas de violência/abuso sexual contra meninos são, para além da casa, os “espaços de lazer/brincadeira/rua/terreno baldio, escola e instituição de internamento socioeducativo” (Rossi, 2017, p. 284).

Outros entrevistados também apontaram que não entendiam o âmbito familiar como um local seguro para contar sobre as violências sofridas:

[...] eu botei a culpa toda em cima de mim, né? Era um peso que eu tinha. Imagina, tipo, pegar e falar isso pra bisavó e ficar aquela vergonha na família. Tu entende? Ou eu falar

isso pra mãe, o que aconteceu, e ela sempre teve atitudes, tipo, extremas de brigar, de gritar, essas coisas. Seria tão vergonhoso quando eu, já disse que eu sou sensível, eu sempre fui sensível. E daí eu escondi tudo. Bloqueei pra poder viver, sei lá, o que aconteceu.

Davi, 17/08/2023

Eu não vejo muita possibilidade de ter contado isso em casa. Porque eu sou o único filho homem dos meus pais, eu sou o mais novo, né. Então a expectativa sobre a minha correspondência ao que eles esperavam dentro dos padrões hegemônicos, né, de comportamento de gênero e de sexualidade, acabou sendo uma cobrança também, né? Então acho que isso impossibilitou não só contar sobre esse fato, né, mas também sobre me sentir mais à vontade pra ser quem eu sou dentro do meu próprio ambiente familiar, entendeu?

Piccolo, 18/08/2023

Observo que os sentimentos de culpa, vergonha, preocupação e desconforto com a situação também são razões pelas quais os meninos acabam decidindo por não relatarem em casa acerca das violências/abusos sofridos. E nesse cenário, acredito que tais maneiras de enxergar esse contexto estejam muito relacionadas a como as crianças entendem o funcionamento de suas famílias, com poucos exemplos ou mesmo sem momentos de conversa com perguntas a respeito do dia-a-dia deles ou algo do tipo.

Outro entrevistado, ao narrar sobre a violência/abuso sexual que passou, associa a questão da religiosidade dos pais com uma sensação de que não deveria narrar essa vivência seja para quem fosse:

Às vezes me incomodava no sentido quando queriam que eu engolisse inteiro, imagina eu uma criança engolindo um pau grande ou mesmo pra uma criança daquela idade seria grande e assim, por conta dessa questão da sexualidade, questão familiar, religiosa, que eu sabia que isso eu não podia contar pra ninguém porque assim, era uma coisa que eu gostava mesmo com quatro anos eu ficava excitado, eu lembro disso perfeitamente, mas eu não entendia que isso era um assédio, pedofilia, algo mais grave.

João, 20/09/2023

É ainda possível observar como a questão de contar para a família acerca da violência/abuso sexual sofrido não é uma prática comum, ainda mais entre os meninos. Dos sete homens entrevistados, apenas um relatou na época do ocorrido para a mãe; outros cinco relataram somente anos mais tarde, e um nunca havia falado sobre essa experiência com outra pessoa antes.

Carlos Alberto Silvestre Inácio (2015, p. 51) destaca que:

As consequências da revelação de um abuso sexual atingem não apenas a vítima

direta da agressão. Suas repercussões são mais amplas e desestruturam o grupo familiar como um todo. Faz-se necessário mensurar esses impactos, de forma mais precisa, para cada membro familiar. Quanto maior a chance de um membro contribuir para a recuperação da vítima e reestruturação da família, maior deve ser a dedicação a esse componente do núcleo familiar.

Ao investigar os estilos parentais em meninos vítimas de violência/abuso sexual, Camila Vaz Abeche (2016, p. 53) observou que esse grupo "desenvolveu percepções negativas com relação ao estilo parental, principalmente frente à figura do genitor, visto que esta relação de afeto foi rompida, desencadeando uma relação conflituosa". A autora ainda relaciona que seria possível pensar que estes sujeitos pais "tenham se utilizado de padrões autoritários, com comportamentos agressivos, regras rígidas e até mesmo o uso da força física na educação dos filhos", sendo que tal estilo de educação pode se assemelhar a estratégias utilizadas pelos abusadores.

Um dos entrevistados sinaliza que a falta da presença do pai em casa pode ter influenciado na questão das violências sofridas por ele:

[...] o fato de eu não ter uma figura masculina, um pai, pra me remeter, para eles verem dentro da minha casa, isso justificava as violências, eles se sentiam legitimados pra fazer esse tipo de violência.

Antônio, 16/08/2023

Conforme reportagem da *GloboNews*, de janeiro a agosto de 2023, mais de 110 mil certidões de nascimento não apresentavam o nome do pai, representando 6,8% dos nascimentos no Brasil nesse período.¹³³ Por outro lado, de acordo com o relatório *Situação da Paternidade no Brasil 2019: Tempo de Agir*, produzido pelo Promundo-Brasil (2018)¹³⁴, já é possível visualizar movimento recente de homens que querem participar mais do cuidado de seus filhos e suas filhas, tendo em vista uma revisão de seu papel na sociedade e importantes debates acerca de equidade de gênero e paternidades (Zanette, 2024).

Outro entrevistado ainda via no pai uma figura que, além de não educar ou proteger, impedia-o quando menino a realizar determinadas atividades ou escolhas:

Eu não entendo até hoje. Era uma pressão para que eu não fizesse nada, para ele me

¹³³ Disponível em:

<http://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/13/brasil-registrou-mais-de-100-mil-criancas-sem-o-nome-do-pai-so-neste-ano-sao-quase-500-por-dia.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2023.

¹³⁴ Disponível em: http://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_paternidade_promundo_06-3-1.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

dominar, porque eu tinha visto uma traição dele. E eu só vim entender isso depois de um pouco mais maduro. Ele não me deixou pintar, eu fazia curso de pintura, ele me tirou. Enfim, todas as atividades que eu gostava, eu era taxado, e minha mãe, ela concordava. Ela não vinha nessa pressão, mas concordava. Então, acabavam sendo os dois nessa pressão, nesses tormentos de uma manifestação artística da minha parte.

Arthur, 17/08/2023

Em contrapartida, Angela de Araujo Barros Bonfante (2019), em sua pesquisa relacionando as possíveis reações de mães de meninos vítimas de violência sexual frente à sua revelação, observou como a maioria delas reagiu com credibilidade e acolhimento, com busca de ajuda e encaminhamentos para atendimento especializado, além de relato de diversas emoções, como culpa, hostilidade, medo e raiva.

Além disso, para os homens entrevistados homossexuais, a própria questão de conversarem em casa sobre sua orientação sexual já era complicado:

Nunca meus pais queriam me ouvir, tanto que quando eu assumi, para você ter uma ideia, quando eu assumi a sexualidade, eu fui para a casa deles e falei assim, “olha, o negócio é...” por causa de um brinco, por causa de um brinco que eu coloquei a família toda, parentes e tudo mais, todo mundo falando, eles chegaram e falaram, “olha, você vai para um psicólogo porque isso não está certo”, não sei o que... Foi a única vez que eu consegui falar para eles “assim, não, sobre isso, quem precisa de psicólogo são vocês. Eu sei o que eu quero e agora vocês não vão me mudar para isso”.

Arthur, 17/08/2023

Quando eu tava com 17 anos, eu já tava trabalhando, eu trabalhava e estudava à noite, então eu me senti... que eu achava que eu estava no direito de contar isso pra minha mãe. Então eu falei assim “Ah, eu vou contar pra minha mãe”. E a minha mãe... tudo quanto é tipo de coisa, e foi uma experiência horrível, foi muito ruim, ela não aceitou bem e depois disso mudou completamente, começou a me destratar e me isolar das coisas todas a me esconder quando era possível, de familiar ou de outras pessoas que ela tinha conhecimento. Então foi muito ruim, então assim, foi a primeira vez que eu tive a possibilidade de contar e depois disso eu já não falei mais nada, bastei por completo.

Antônio, 16/08/2023

Infelizmente, ainda é uma realidade comum para muitos sujeitos LGBTs a questão da ausência de um acolhimento familiar quando afirmam terem uma orientação sexual diferente da esperada pela sociedade. Situações de pais que expulsam seus filhos de casa, que os violentam física, psicológica e verbalmente, além de romper totalmente com os laços afetivos, faz parte da experiência e do cotidiano de muitos sujeitos, que ao se verem nesse cenário, acabam sofrendo outras e ainda maiores agressões fora de casa, como na rua e em outros espaços que se apresentam tão violentos quanto, assim como muitas vezes têm de lidar com uma homofobia internalizada (Antunes, 2016).

Por fim, ao serem perguntados se acreditam que uma efetiva educação para a sexualidade na família durante as suas infâncias poderia ter mudado a situação da ocorrência de violência/abuso sexual na época, todos os entrevistados apontaram que sim. Um deles chegou a se emocionar durante a entrevista ao falar desse aspecto, tendo em vista que na época do acontecido ele não tinha a quem recorrer:

Sim, com certeza. Com certeza. Eu acho que eu carregaria menos culpa, porque fui tendo que ver tudo isso comigo sozinho, entende? [entrevistado pausa emocionado] Isso prejudicou muito, até minha carreira profissional, as coisas, já sabe, de... Nossa, é difícil. [entrevistado pausa emocionado] Eu acho que teria me ajudado muito!

Arthur, 17/08/2023

Apesar do foco deste eixo de análise ser o papel das famílias das vítimas, mais voltado para a sua educação, proteção e acolhimento - ou a falta desses aspectos -, considero ser igualmente importante problematizar as dos sujeitos que cometem a violência/abuso sexual, tendo em vista que estas famílias também falham/falharam em sua função de desenvolver neles um senso ético de cuidado e de responsabilidade para com outras crianças e adolescentes, tendo em vista que esta pesquisa evidenciou que cerca de metade dos abusadores possuíam entre 14 e 18 anos de idade. Nesse sentido, penso ser necessário tensionar a idealização de família que ainda perdura em nossa sociedade e que tende a romantizar posturas que colocam os meninos em situações de vulnerabilidade ao negligenciar seu direito a uma educação que aborde corpo, gênero e sexualidade, promovendo uma espécie de alienação a essas temáticas e indiretamente os autorizando a reproduzir atos que violam a integridade física, emocional e psicológica de outrem.

De modo geral, pude observar como muitas as famílias não apresentam uma preparação ou mesmo preocupação no investimento de uma educação para a sexualidade aos seus filhos, não os protegendo para que a violência/abuso sexual não ocorra ou criando um ambiente seguro e de confiança nos seus lares, e ainda nem acolhendo adequadamente com encaminhamentos quando estes conseguem relatar sobre quando foram vítimas. Como uma das consequências disso, há tanto o risco das crianças de serem vítimas desses casos, quanto a possibilidade de adolescentes, justamente pela carência de uma educação que ensine sobre consentimento, corpo, gênero e sexualidade, aliada ao consumo de pornografia, tornarem-se potenciais abusadores, ou mesmo em idade adulta reproduzir determinados comportamentos e violências que vivenciaram quando crianças. Contudo, observo como muitas famílias também não foram educadas para essa prática protetiva, ou

seja, vêm de gerações em que não se falavam sobre sexualidade abertamente de maneira a educar e carecem de formação e políticas públicas que as informem sobre o papel do cuidado por meio de conhecimentos específicos, por exemplo, a fim de romper com uma estrutura que controla e invisibiliza determinados temas na educação e no desenvolvimento dos sujeitos desde a mais tenra infância - algumas famílias são negligentes, mas também foram negligenciadas.

6.3 “Isso era como se fosse um assunto impróprio”: carência de uma Educação para a Sexualidade nas escolas

Pensar sobre o papel da escola enquanto parte de uma rede protetiva às crianças e aos adolescentes é também refletir sobre a educação que é trabalhada com esses sujeitos desde a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica¹³⁵ e que é um direito de todos, previsto pela Constituição Federal (Brasil, 1988)¹³⁶. Sendo assim, tendo em vista os altos índices de violações de direitos, faz-se importante ponderar o quanto as escolas têm conseguido investir em uma educação que protege e ensina a se proteger.

Para dois dos entrevistados, a escola era entendida como um espaço seguro, principalmente porque não viam em suas casas esse âmbito de proteção:

A escola foi a minha tábua de salvação, porque existia um cuidado muito grande de todos os profissionais escolares, além da educação formal, a questão de segurança, porque era periferia e eles sabiam que a maioria dos pais trabalhava, então os filhos não tinham muito contato com os pais ou com as mães, tinham muitas mães solteiras na periferia. [...] pra mim era ruim quando não tinha aula ou quando eu tava de férias. Eu era um dos primeiros a chegar na escola e eu só ia embora porque eles me mandavam, na hora do almoço: “Olha, você precisa ir embora, não pode ficar aqui”, mas eu ia contrariado embora pra casa. Porque também era um lugar de segurança.

Antônio, 16/08/2023

A escola sempre foi para mim um refúgio, entende? Tipo, ali era o meu local seguro. Eu via que as pessoas me olhavam e conseguiam me dar atenção, tendo dificuldade ou não. Às vezes dominava os assuntos ali, o que era apresentado, tinha facilidade. E me era dado voz para pegar e falar. E aquilo ali era um sentimento que, tipo, me fazia bem.

Davi, 17/08/2023

Por meio dos excertos apresentados é possível notar a importância que esses homens davam à escola, identificando-a como um espaço de atenção, cuidado e segurança.

¹³⁵ Cabe referir que a Educação Infantil se tornou oficialmente a primeira etapa da Educação Básica a partir da Lei nº 9.394 de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

¹³⁶ Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

Acredito que essa instituição, entendida aqui com uma atuação que deve ir além do ensino de componentes curriculares, mas que garanta uma formação integral do sujeitos, desenvolvendo competências afetivas, culturais, físicas, intelectuais e sociais, tem o dever de operar como um espaço democrático e seguro em que não haja assuntos que não possam ser debatidos, mesmo aqueles temas mais sensíveis (Felipe; Guizzo; Rosa, 2024). Tal movimento torna este ambiente um local de cuidado, que por vezes atua mais e melhor do que a própria família do estudante, seja este criança ou adolescente.

Uma importante fala do entrevistado do excerto anterior relata que ele começou a compreender a questão da violência/abuso sexual sofrido a partir de debates na escola sobre corpo e o cuidado com intimidade:

A professora, ela tava falando sobre a questão de... das genitálias, né? Do corpo humano e tudo mais. E daí, falando do que que acontecia, ela começou a, tipo, entrar numa temática que era sobre a questão de não deixar outras pessoas tocarem. Coisa que eu nunca tinha visto nem ouvido nos anos anteriores. E aquilo ali me despertou um gatilho. Foi a partir dali que eu comecei a sentir um peso, assim. Porque até então, quando o ato aconteceu, parece até que na minha cabeça eu bloqueei aquilo. Entendeu? Até essa aula ter acontecido, aquilo foi falado e daí veio tudo à tona de novo. Daí foi quando eu percebi. Mas era sobre isso, era sobre o corpo humano. [...] Começou a comentar sobre isso e da questão de pessoas próximas. Quem podia, quem poderia fazer uma limpeza caso acontecesse alguma coisa e a gente não conseguisse, por conta própria, fazer a higienização, quem teria direito, possibilidade de pegar e tocar, ia depender da forma, seriam os nossos pais. E daí, tipo, foi isso. Foi uma conscientização de fato.

Davi, 17/08/2023

Sobre essa realidade, tenho observado na mídia, principalmente nos últimos anos, muitos casos de crianças e adolescentes que passam a compreender que foram abusadas/os a partir de vivências escolares, como debates ou palestras sobre violência/abuso sexual.¹³⁷ Um exemplo disso foi o que aconteceu em maio de 2022 em Campo Limpo de Goiás-GO, em que, após um conjunto de palestras que fazia parte da ação *Conscientização contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* organizada pela prefeitura do município, cerca de dez alunos - uma criança e nove adolescentes - denunciaram abusos no ambiente familiar, sendo encaminhados para depoimento especial e resultando em sujeitos

¹³⁷ Nesse contexto, cabe referenciar o projeto "Eu Tenho Voz", idealizado e realizado pelo Instituto Paulista de Magistrados (Ipam), que leva para as escolas a peça teatral "Marcas da Infância", da Cia. Narrar Histórias Teatralizadas, retratando situações de violência baseadas em fatos reais. Desde seu início em 2016, as escolas participantes receberam cerca de 620 denúncias de violações de direitos, sendo 226 de violência/abuso sexual contra crianças e adolescente. Mais informações em: <http://www.eutenhovoiz.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2023.

presos e outros em investigação.¹³⁸

Dois entrevistados evidenciaram a compreensão acerca de terem sido vítimas de violência/abuso sexual a partir de outros dois disparadores: um ouvindo falar acerca do assunto e outro com o questionário aplicado para esta pesquisa:

Eu acho que eu me lembrei muito mais disso quando outras pessoas falavam sobre ter sido abusada, né. E que tipos de abuso. Ou vendo alguma questão, né, com relação ao abuso, assim, alguma matéria, alguma coisa assim, é que eu ia associando. Mas durante muito tempo, né, eu acho que eu considerei muito isso como uma coisa da infância, né.

Piccolo, 18/08/2023

[...] eu confesso pra você que ainda mesmo assim, ainda... eu não caracterizei, sabe, até responder teu questionário, só pra você ver que louco, até responder teu questionário eu não considerava abuso. Assim, eu justamente por ter ali aquela sensação de gostar, de se excitar e tal... então, a partir do momento que eu respondi teu questionário, isso foi abuso e eu me dei conta, fui me dar conta agora por 33 anos.

João, 20/09/2023

Nesse contexto, a associação *Quebrar o Silêncio*, já apresentada anteriormente, em seu guia *Princípios básicos para a prevenção da violência sexual contra crianças: conhecer, identificar e agir* (2023)¹³⁹, destaca que a prevenção da violência/abuso sexual contra crianças é um projeto contínuo, ou seja, que acompanha o sujeito desde o seu nascimento e ao longo do seu desenvolvimento.

A prevenção da violência sexual não se alcança numa conversa ou se esgota com uma intervenção pontual. É um investimento constante que exige ser trabalhado no dia-a-dia da criança, sendo enriquecido pelas experiências do cotidiano. A prevenção requer uma constante atualização e aprofundamento dos conteúdos e dos temas abordados, de acordo com o desenvolvimento das crianças e das suas necessidades de apoio (Quebrar o Silêncio, 2023, p. 6).

Assim, faz-se importante que a educação para a sexualidade nas escolas não aconteça por meio de ações pontuais, muitas vezes chamando profissionais da Saúde para conversar com estudantes, pois, mesmo que importantes e com resultados positivos, como observados por meio da referida reportagem, elas não conseguem atingir os objetivos dessa abordagem e informar o suficiente para proteger. É preciso saber que a prevenção não se

¹³⁸ Disponível em:

<http://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/05/22/alunos-denunciam-abuso-sexual-apos-assistirem-palestras-sobre-o-assunto-em-escolas-de-campo-limpo-de-goias.ghtml>. Acesso em 29 nov. 2023.

¹³⁹ Disponível em:

<http://www.quebrarosilencio.pt/wp-content/uploads/2023/11/guia-prevencao-da-vscc-web.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

alcança numa conversa e não é um dever das crianças, mas sim um direito delas, que deve ser promovido, sobretudo, pela escola.

Contudo, em contrapartida aos dois entrevistados que viam na escola um ambiente seguro, para os outros cinco a pauta envolvendo corpo, gênero e sexualidade não fazia parte do currículo escolar:

Na escola tinha digamos a aula de educação sexual, não lembro se era mais ou menos esse nome, mas que era dada pela... não era inspetora, uma espécie de coordenadora da escola. Ela era psicóloga que ficava na escola pra atender os alunos que tinham algum distúrbio ou algum problema de violência, e sempre na quarta série na minha época era quarta série hoje seria o terceiro ano, todas as turmas da quarta série tinham aula com ela, tinham 2 ou 3 aulas de sexualidade com ela, então eram coisas básicas, ela mostrava os aparelhos reprodutores, questão de desejo, questão do que pode gerar ou não prazer, esse tipo de coisa. Mas não abordava muito a questão de violência não, isso não era muito abordado por ela, não. Mas ela dava digamos assim um certo senso de direção pra gente. Então a gente teve isso e foi literalmente o ano escolar foi a tábua de salvação da minha educação, digamos, da minha capacidade de percepção de sexualidade e de gênero.

Antônio, 16/08/2023

Eu absolutamente não lembro de nada parecido. De nada. De nenhum tipo de debate sobre qualquer coisa. Só que, conforme no Fundamental 2, é que talvez essas coisas tenham aparecido, mas daí elas apareciam já com a voz da chacota e da agressão verbal, verbal, mas velada também.

Gustavo, 21/08/2023

Não tinha de forma alguma nem educação sexual, nada disso.

Arthur, 17/08/2023

Não, jamais, isso era como se fosse um assunto impróprio, quando surgia era de maneira pejorativa. Inclusive eu lembro várias vezes, alguns colegas de sala, zoando eu outros colegas relacionado à sexualidade, e a professora fazendo vista grossa, sabe, deixando falar, não interpelando para parar aquele tipo de agressividade verbal. Às vezes a professora até ria da brincadeira, da zoeira. [...] Era um sentido de vigilância, mas eu lembro que quando eu estava na quarta série, uma professora chamou a minha mãe na escola para falar que eu estava fazendo graça igual menina. E isso me deixou muito desestabilizado emocionalmente nessa época, porque assim, na minha sala tinha outros dois meninos que tinham características muito mais afeminadas que eu, e a mãe deles não foram chamadas. Então, eu fiquei um pouco possessivo, eu diria, dessa professora.

João, 20/09/2023

Essas questões não eram tratadas na escola, não se discutia gênero... gêneros e sexualidade.

Rafael, 26/09/2023

Nesse cenário, é importante mencionar que o relatório técnico da pesquisa

Educação, Valores e Direitos, produzida pela Ação Educativa e Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) em 2022, mostrou que a população brasileira é menos conservadora e mais progressista do que os movimentos ultraconservadores têm exibido nos últimos anos - como visto com a dita “ideologia de gênero” (Viana, 2019; Junqueira, 2022).

Os resultados desse levantamento realizado com mais de duas mil pessoas apontam para as seguintes opiniões: a escola deve oferecer informação sobre doenças sexualmente transmissíveis¹⁴⁰ e formas de prevenção dessas doenças (96,1%); os estudantes devem receber, na escola, informações sobre como evitar uma gravidez indesejada (92,5%); a educação sexual nas escolas ajuda as crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual (90,8%); as escolas precisam ensinar os meninos a dividirem com as meninas e mulheres as tarefas da casa (82%); a educação para a sexualidade deve ser abordada nas escolas (73%); e a escola está mais preparada que os pais para explicar temas como puberdade e sexualidade (70,7%).

Entretanto, como Fernando Seffner e Yara de Paula Picchetti (2016, p. 77) pontuam, os trabalhos com gênero e sexualidade na escola:

[...] não devem limitar-se a identificar o que são códigos do feminino e do masculino ou mesmo a descrever apenas as diferentes orientações sexuais que existem. De modo muito mais profundo, essas questões estão inseridas no campo dos direitos humanos, ou seja, elas dizem respeito à vida política no espaço público e à distribuição de poder e de oportunidades entre pessoas.

Retomando que enquanto para alguns entrevistados a escola foi um local de acolhimento e segurança, para outros era justamente nesta instituição que coisas ruins aconteciam:

Eu acho que um dos fatos da sexualidade que foi algo difícil e é caracterizado hoje em dia como bullying, mas nos anos 90 e início dos anos 2000 não tinha, e que me martirizava muito era a questão da educação física, porque aí não jogava bola e tal, e tinha professores que obrigavam a gente jogar futebol, então era catastrófico pra mim, tipo, torcia pra chover, ligava onde via a metrologia pra saber se ia chover, pra não ter educação física fora da sala, então faltava no dia que fosse educação física, porque tinha uma certa ojeriza dos meninos, considerados heterossexuais, sobre quem não jogava bola, e como a professora trabalhava um bimestre cada esporte, então quando era o bimestre de futebol eu tinha uma dificuldade, do vôlei até meio que, não gostava muito, mas acabava

¹⁴⁰ Apesar do documento falar em “doenças sexualmente transmissíveis”, o emprego correto do termo é “infecções sexualmente transmissíveis”, em consonância com a utilização internacional empregada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Brasil, 2015).

jogando, embora jogava muito mal, mas futebol, fazer gol contra era uma loucura.

João, 20/09/2023

Uma vez, teve uma palestra na escola e eu comentei com duas amigas que o palestrante era muito bonito, comentei com essas duas amigas. E elas eram amigas muito próximas minhas. Eu nunca tinha conversado com elas questões de sexualidade, na época eu era... sexta série, eu tinha 11 para 12 anos, mas resolvi fazer o comentário com elas. E elas contaram para a professora de língua portuguesa. E aí, quando terminou a aula, a professora de língua portuguesa pediu que eu ficasse na sala e meio que me repreendeu pela minha postura de ter elogiado um homem, né. E a frase que ela me disse, que inclusive virou o título de uma crônica, é a seguinte: "Você quer ser um transviado?"

Rafael, 26/09/2023

Com esses trechos das entrevistas fica evidente o despreparo de muitos/as docentes diante de algumas situações em sala de aula, como não perceber o desconforto diante de algumas atividades envolvendo corpo e perante atitudes preconceituosas, até mesmo acerca de repreender atos de alunos realizando um julgamento pessoal e que, além de invadir a privacidade, ainda de nada auxilia em algum tipo de reflexão, mas condena e relaciona um comentário com um posicionamento que seria inadequado e de censura, como se aquilo não fosse correto de se fazer porque resultaria em algo ruim.

Além disso, quando a religião ocupa o espaço da sala de aula, fica visível que "dadas as práticas excludentes e violentas inscritas na ordem do discurso religioso fundamentalista, direitos são violados e o princípio da laicidade é constantemente desconsiderado" (Xavier, 2023, p. 11). Assim, as experiências escolares de crianças e adolescentes ficam comprometidas não apenas cientificamente, mas também pelo aspecto social, pois as concepções de educação por meio do viés religioso descartam o debate de vários temas sensíveis, como gênero e sexualidade.¹⁴¹

Considero relevante mencionar a *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*, produzida pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2015, p. 13) que, por meio da participação de mais de mil estudantes:

[...] retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e

¹⁴¹ Cabe ainda referir que, de acordo com o Censo 2022, no Brasil há mais igrejas e templos religiosos do que escolas e hospitais somados - são 580 mil locais de devoção a variadas religiões contra 264 mil instituições de ensino e 247 mil unidades de saúde. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/02/02/censo-2022-brasil-tem-mais-igrejas-e-templos-do-que-escolas-e-hospitais-somados-veja-ranking-de-estados-mais-religiosos.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2024.

nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

Como o estudo aponta, a escola seria como o primeiro local onde as violências se iniciam no meio social das crianças e dos adolescentes, inclusive as pautadas nas questões de gênero e sexualidade - muitas vezes por ser ali o espaço em que as identidades sexuais dissidentes da norma enxergam possibilidade de existência (Nunes, 2022). Em consonância a esse contexto, Jamil Cabral Sierra e Maria Rita de Assis César (2016, p. 57) pontuam que "embora haja um conjunto de leis e decretos que garante o acesso nas escolas de crianças e adolescentes *queer*, as práticas cotidianas escolares teimam em sustentar que a escola permaneça como um lugar insuportável para essas crianças e adolescentes".¹⁴²

Nesse contexto, um entrevistado apresenta a seguinte consideração:

[...] a questão da homofobia, isso sempre teve, mas ela começou a ser mais intensa a partir do 5º ano, digamos assim, na 5ª série, que aí começou a ter aula de Educação Física, e antes não tinha aula de Educação Física, então eu comecei a me interessar mais por vôlei, por handebol, então isso começou a gerar mais, digamos assim, violências diárias.

Antônio, 16/08/2023

Novamente o componente de Educação Física aparece como algo que evidenciaria determinadas preferências por atividades e esportes que seriam alguns mais associados aos meninos e outros às meninas. No entanto, destaco que não deva ser apenas o/a professor/a dessa disciplina que pode trabalhar para desfazer tais *scripts*, mas que ele/a tem no currículo do componente uma gama de oportunidades de problematizar, por exemplo, a desigualdade de gênero no âmbito esportivo, algo que esteve muito em alta desde a Copa do Mundo Feminina de Futebol.¹⁴³

E mesmo enxergando a escola como um local de proteção e segurança, um dos entrevistados pontuou que não conseguia relatar os casos de violência/abuso sexual sofrido naquele espaço:

Eu não me sentia à vontade pra falar sobre isso com as professoras, eu não me senti à vontade. Eu achava até que era uma humilhação muito grande que eu já tinha passado e

¹⁴² Acerca da inserção de conhecimentos sobre a comunidade LGBTI+ na Educação, indico a leitura de Manual de educação LGBTI+ (Reis; Cazal, 2021).

¹⁴³ Disponível em: <http://www.politize.com.br/copa-do-mundo-feminina-e-desigualdade-de-genero>. Acesso em 29 nov. 2023.

se eu conversasse aquilo com elas seria pior, então eu não conversava nem com professores, que era digamos o meu refúgio, o meu ponto de segurança na infância, e muito menos dentro de casa, dentro de casa não existia diálogo pra quase nada.

Antônio, 16/08/2023

Aqui se faz importante problematizar a formação docente inicial e continuada da maioria dos/as professores/as, cujas licenciaturas não apresentam disciplinas que contemplam essas temáticas, o que resulta muitas vezes em profissionais com despreparo tanto para perceberem características que podem ser consequências de violências quanto saberem lidar quando alguma criança ou adolescente os procuram para relatar essas situações. Por outro lado, ainda acredito que há professores/as que poderiam também preferir não entender desses temas, como se pudessem se eximir das temáticas e, conseqüentemente, do seu compromisso para com elas.

É relevante salientar ainda que docentes não devem se sentir os/as únicos/as responsáveis em “dar conta” ou mesmo resolver as situações que lhes chegam, mas sim aptos para acolher, informar e encaminhar os casos de violação de direitos aos órgãos responsáveis, como Conselho Tutelar, Polícia Civil ou Ministério Público. Quando tais ações não são realizadas, essa omissão tende a se configurar como negligência, ou seja, outra maneira de violência de direitos, uma vez que é dever de todos proteger as crianças e os adolescentes. Vale destacar que a crença pessoal de docentes a respeito de violência/abuso sexual tende a influenciar em percepções e atitudes frente a casos, principalmente envolvendo crianças e adolescentes (Duarte; Patias; Hohendorff, 2022), o que implica mais ainda no investimento de formação inicial e continuada de professores/as.

Como destaca Tatiana Savoia Landini (2011, p. 102), prevenir a violência/abuso sexual implica realizar uma discussão com as crianças e os adolescentes:

Afirmar que é preciso dizer “não” a violência sexual, que é preciso contar aos pais caso sejam assediados e que não se deve conversar com estranhos é muito pouco. É preciso prepará-los para lidar com situações reais e, para tanto, é necessário que crianças e adolescentes sejam vistos como sujeitos ativos.

Nesse sentido, entendo a escola como uma das principais instituições que deve estar instrumentalizada para ter essa concepção de crianças e adolescentes e desenvolver essa preparação em uma proposta de respeito às diferenças (Furlani, 2011). Contudo, como aponta Jaime Eduardo Zanette (2018), há um pseudo silenciamento acerca das temáticas de gênero e sexualidade no currículo, desta maneira, surge a necessidade de uma rede (in)formativa de proteção a crianças, que forma e informa sobre esses temas. Além disso, o

autor observou que havia uma preocupação com que as intervenções pontuais que ocorressem no cotidiano escolar acerca desses temas não deixassem registros em documentos institucionais, como no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Refletindo acerca das dissidências a partir de crianças e infâncias (im)possíveis na escola, Dilton Ribeiro Couto Junior, Fernando Pocahy e Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald (2018, p. 71) ponderam que:

A escola não é unicamente uma instituição de sequestro, ela é também a possibilidade de devir outro. E por isso mesmo tamanha atenção e interesse nela, tamanha disputa em torno de quem pode ou não pensar os rumos da educação. Muitos de nós encontramos na escola também um refúgio, um território de experimentações... por isso, reforçamos, tanto empenho em controlar o que se passa na escola. Porque estar na escola é também a possibilidade de experimentações sem roteiros ou programas pré-definidos.

Diante disso, considero ainda importante que docentes tenham conhecimentos sobre a dinâmica da violência/abuso sexual, podendo ser por meio do modelo integrativo que Jean Von Hohendorff, Debra Nelson-Gardell, Luísa Fernanda Habigzang e Silvia Helena Koller (2017) sugerem, dividido em seis estágios: (i) preparação - aproximação do agressor com a vítima para a construção de um vínculo; (ii) episódios - quando a violência/abuso sexual inicia de variadas maneiras; (iii) silenciamento - incompreensão da vítima e ameaças e chantagens dos agressores; (iv) narrativa - revelação da violência que pode acontecer de maneira intencional ou não; (v) repressão - falta de credibilidade da vítima em movimento de culpabilizar e estigmatizá-la; (vi) superação - confiança e apoio oferecidos à vítima e que visam garantir a sua proteção.

Para um entrevistado, em especial, fica evidente que uma educação para a sexualidade na escola fez diferença na sua vida:

Eu tive na escola, na escola pública, um momento, né, no ensino fundamental ali, em que a gente da escola, né, a minha turma, né, mas eu lembro que eram outras turmas também na escola, a gente teve um momento de citar muito sobre doenças sexualmente transmissíveis, né, que hoje se chama infecções sexualmente transmissíveis, e eu lembro que o fato de eu ter lidado com esse assunto na escola me fez entender muito sobre proteção sexual, sobre usar preservativos nas minhas experiências sexuais, sobre entender questões relacionadas ao universo das infecções transmitidas sexualmente, né.

Piccolo, 18/08/2023

Contudo, ainda são poucos os momentos em sala de aula em que o debate é aberto a essas temáticas. Pesquisando acerca de disciplinas obrigatórias específicas sobre gênero e sexualidade na Educação no currículo de cursos de Pedagogia em universidades públicas

da região sul do Brasil, Angélica Silvana Pereira (2021) observou que entre os 65 cursos verificados de 25 instituições de categorias administrativas federal, estadual e municipal, apenas 14 ofertavam essas disciplinas, sendo que a maioria incorporou as temáticas aos seus currículos somente após 2015, adequando às orientações da Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de cursos de licenciatura e formação continuada docente, em que estabeleceu a obrigatoriedade de temas como direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, entre outros.

Outro ponto que este entrevistado apresenta em sua fala é sobre o conhecimento na escola sobre as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e, nesse sentido, dados recentes do Ministério da Saúde (Brasil, 2024)¹⁴⁴ apontaram que os meninos até os 14 anos são os que menos se vacinaram contra o HPV (sigla em inglês para *Papilomavírus Humano*). De acordo com as informações divulgadas, entre 2014 e 2023, apenas 45,3% deles receberam a primeira dose e 27,7% a segunda, que é oferecida gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde) - importante destacar que tal vacina auxilia na imunização contra o vírus que previne câncer de pênis, ânus, boca e orofaringe.¹⁴⁵ Além disso, a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) divulgou que de 2012 a 2022 o Brasil teve cerca de 21 mil casos de câncer de pênis, 6 mil amputações e 4 mil mortes devido à doença, que poderia ser prevenida com ações simples como higiene adequada e vacinação contra o HPV.¹⁴⁶

Ainda sobre a temática, vale ressaltar que, de acordo com o *Boletim Epidemiológico de HIV e Aids*, publicado em dezembro de 2023 pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, no país, de 1980 até junho de 2023, foram registrados 743.596 casos de Aids em homens, o que se refere a 66,2% das ocorrências. Já acerca de crianças expostas ao HIV, de 2015 até junho de 2023 foram notificados 67.850 casos, sendo 49,6% meninos.¹⁴⁷

Portanto, fica visível que a educação para a sexualidade a partir das instituições de

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-41-2024-cgici-dpni-svsa-ms>. Acesso em: 05 abr. 2024.

¹⁴⁵ Cabe referir que desde agosto de 2023, por meio da Nota Técnica Nº 63/2023 do Ministério da Saúde, as vítimas de violência/abuso sexual passaram a ser grupo prioritário para a vacinação contra o HPV, sendo esta incluída de maneira imediata ao protocolo de atendimento especializado realizado pelo SUS. Disponível em: <http://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/vitimas-de-violencia-sexual-serao-vacinadas-contr-o-hpv>. Acesso em: 29 jan. 2024.

¹⁴⁶ Disponível em: <http://portaldaurologia.org.br/novidades/releases/brasil-registrou-media-superior-a-600-amputacoes-de-penises-ultimos-10-anos>. Acesso em: 6 fev. 2024.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ensino é uma temática ainda limitada de ser debatida na Educação, e quando feita, caracteriza-se em algo pontual, como o trabalho de um/a docente específica/a que oferece algum tipo de informação às crianças e adolescentes, geralmente sem um aspecto de continuidade e acompanhamento, ou quando se convida um profissional da Saúde para realizar esse tipo de intervenção. Nesse sentido, a atuação da escola se descola da função protetiva e de rede, caracterizando-se como algo frágil, mesmo diante da existência de documentos normativos e orientações técnicas para a efetivação dessa abordagem com alunos/as, que se faz necessária desde a Educação Infantil de modo regular e sistemático (Unesco, 2014; 2019).¹⁴⁸

6.4 “Você é muito afeminado, você não vai jogar bola com eles”: violências investidas contra meninos considerados afeminados

A educação dos meninos, como já problematizada anteriormente, apresenta-se com regulações culturais a partir dos modos como eles devem ser e se fazer sujeitos homens, pautados sempre na não aproximação com características convencionadas com o feminino. Ou seja, ser um menino é não ser uma menina - sem demonstrar fragilidade, passividade e vulnerabilidade entre outros. Entretanto, tais investimentos resultam em uma realidade em que os meninos não sabem reconhecer e expressar seus sentimentos, assim como relatar situações que possam os colocar nessa posição que devem evitar e fugir.

Como um primeiro ponto acerca da característica de afeminação dos entrevistados quando meninos é a questão deles terem conhecimento sobre esse aspecto de suas identidades infantis por meio dos discursos alheios, ou seja, outros sujeitos, em geral homens, indicando que havia em suas performances características convencionadas ao feminino.¹⁴⁹ Tal apontamento era geralmente embasado em seus modos de andar e falar, preferências de brincadeiras e brinquedos, entre outros.

[...] eu nunca senti como uma coisa minha mesmo, assim. Era uma coisa que vinha de agentes externos que sempre falavam, não era uma coisa que eu percebia de mim mesmo, não era. E sempre era no sentido de desqualificação, pelas coisas... primeiro pelas coisas que eu gostava, digamos, de estudar, de gostar de jogar vôlei, de gostar de jogar

¹⁴⁸ Acerca do trabalho sobre a temática na escola voltada mais especificamente aos meninos, indico a leitura: *Propostas pedagógicas para discutir o corpo masculino* (Duarte; Sá-Silva, 2023).

¹⁴⁹ Tal fato envolvendo a descoberta da possível identidade gay na infância pelo apontamento de outras pessoas mais velhas é retratado na peça teatral *"Criança Viada ou de como me disseram que eu era gay"*, com texto e atuação de Vinicius Bustani e que estreou nos palcos em 2028. Disponível em: <http://dunaeditora.com.br/projeto/crianca-viada-ou-de-como-me-disseram-que-eu-era-gay>. Acesso em: 24 jan. 2024.

handebol, e também por assumir papéis de criação. Então, por exemplo, como eu era o neto mais velho da família, então sempre tinha algum primo mais novo que eu tinha que cuidar, então muitas vezes, várias vezes, era comum no meu cotidiano, quando eu chegava em casa tinha alguém que eu tinha que cuidar, eu tinha cuidar de manhã, a tarde inteira ou o dia todo, fazer comida, dar comida, trocar fralda, levar no médico, essas coisas todas, então isso também algumas vezes foi utilizado como, digamos adjetivação para falar que eu era afeminado e que eu era inferior, assim.

Antônio, 16/08/2023

Eu não via. Eu achava, inclusive, que eu era bem machinho, mas os outros viam esses traços e me falavam, né? Eu achava que o grande problema era a minha voz e teve um momento que eu tentei até engrossar a voz quando eu iniciei o Ensino Médio para tentar parecer mais homem, né? Mas não resolveu. Mas eram as pessoas que me diziam, eu não via isso. Hoje... hoje eu consigo perceber, mas na época eu não percebia, as pessoas que me diziam.

Rafael, 26/09/2023

Esses mesmos discursos eram sempre acompanhados de apelidos que geravam diversos constrangimentos, já constituindo formas de violências, pois carregavam em si um tom pejorativo e de crítica ao modo como os meninos performavam suas masculinidades, apontadas como erradas e/ou inadequadas. O primeiro excerto de entrevista evidencia que a relação com os afazeres domésticos e as ações de cuidado faziam os sujeitos mais velhos relacionarem os meninos diretamente com uma posição feminina, o que motivava uma inferiorização da criança apenas por ter de assumir essas funções socialmente estabelecidas e pautadas nos *scripts* de gênero.

Assim, a adjetivação “afeminado” não vem da própria criança, ou seja, a atribuição seria um fator externo. Mozer de Miranda Ramos e Elder Cerqueira-Santos (2020, p. 166) salientam que

para muitos sujeitos afeminados, a homossexualidade não se apresentou inicialmente como uma descoberta afetivo/sexual, mas como uma sentença. Algo que foi anterior ao conhecimento de si ou mesmo do significado de algumas palavras, como “viado” e “bicha”, empregadas para estigmatizar e ofender sujeitos. A afeminação é o principal marcador utilizado no Brasil para identificar a homossexualidade, criando uma patrulha implacável (intensificada e legitimada na infância e adolescência por diversas instituições, como a família e a escola) a gestos, tom de voz, aparência, sensibilidade, forma de andar e a diversos outros elementos tidos como expressões de gênero.

Além disso, essas violências acabam por ser um tanto misóginas, entendendo a afeminação enquanto aproximação com o feminino como meio de desqualificar o menino, como relatam alguns entrevistados:

Tudo começava com os apelidos. Eram muitos apelidos. De todos que você puder imaginar, né. E aí as pessoas falavam junto com esses apelidos alguns traços femininos né que eu tinha para me desqualificar junto com o apelido.

Rafael, 26/09/2023

[...] de ficar falando que tinha a voz de taquara rachada, de pessoa, tipo, me ver e começar a debochar. De fazer comentários, aqueles comentários idiotas, né? “Ai, não sei o que, morde a fronha. Ah, bichinha”. Empurrar. Tanto que, tipo, essa... Essa questão, assim, do... No sétimo e oitavo ano, tava bem puxado. Só foi cessar mesmo no dia que eu tive que ser agressivo pra daí a pessoa poder, tipo, parar, entendeu?

Davi, 17/08/2023

Com base no excerto do entrevistado anterior, noto como ele observou que teve que tomar uma atitude intimidadora a fim de que as violências parassem, o que me faz refletir tanto acerca da decisão e do esforço empregado para que os deboches cessassem quanto o ciclo da violência, em que um ato gera outros de mesmo ou maior impacto. Cabe destacar que fica evidenciado o quanto a masculinidade pretendida hegemônica precisa ser ratificada pela violência, assim como o fato de que nem sempre os sujeitos conseguem reagir quando são vítimas de alguma agressão, seja verbal ou física, ainda mais se tratando de crianças e adolescentes.

Interessante também pensar sob o ponto de vista da cultura e dos processos de subjetivação, como nos provoca Valeska Zanello (2018), refletindo acerca da relação entre saúde mental e gênero a partir do dispositivo da eficácia, que versa sobre a virilidade sexual e laborativa, ou seja, como as masculinidades estão pautadas no homem que é ativo sexualmente e provedor/trabalhador. Meninos considerados afeminados não são encarados como “eficazes”, pois são compreendidos em uma posição passiva e que estão fadados a cargos de submissão e de pouco reconhecimento profissional.

Dessa maneira, fica visível o fato de que ser um menino considerado afeminado era compreendido como uma indicação de uma orientação sexual do sujeito, e não como uma simples expressão de gênero na infância, como algo não intencional.

A gente simplesmente é o que é. Os outros que começam a suspeitar e a dizer isso ou aquilo, eu comecei a cogitar que era gay de tipo, de ter experiência, de ter um olhar, de desejo. E olha lá, que antes, pra mim, na minha cabeça, era só admiração. Eu achava um guri bonito. “Nossa, um guri bonito”. E tchau. Não olhava da mesma forma como os gurus da minha idade estavam olhando para gurias.

Davi, 17/08/2023

Bom, eu era o diferente. Desde que eu me lembro, eu era o diferente. Aquilo que eu te falei, eu não gostava de certas brincadeiras de esportes, eu não gostava de certo esporte

que me colocavam para fazer, falava que não queria, que queria outra coisa. Então, isso para mim teve uma... Como se diz? Ficou muito na minha memória essa questão de... Como eu não entendia o que estava acontecendo comigo, mas queria expressar o meu querer... E, sempre que eu expressava o meu querer, eu era criticado ou mandado calar a boca ou ficar quieto, porque eu não entendia de nada.

Arthur, 17/08/2023

Esses dois trechos, que evidenciam uma incompreensão quando criança acerca do desejo afetivo-sexual para com outros sujeitos, mostra como há um investimento de um olhar adultizado desde cedo sobre os meninos, que devem a todo momento demonstrar uma cisheteronormatividade, no sentido de indicar uma atração por meninas e estarem no âmbito do que os outros esperam deles, mesmo que não entendam as situações pelas quais são obrigados a passar.

Jane Felipe (2019, p. 243) pontua que as crianças que ousam romper com os padrões de gênero rígidos que são estabelecidos pela cultura inquietam os sujeitos; contudo, a autora destaca que:

É preciso entender que crianças pequenas brincam de qualquer coisa, experimentam outros *scripts*, não havendo uma “essência” ou uma “natureza” que as faça brincar de boneca ou casinha pelo simples fato de serem meninas. Do mesmo modo, meninos não nascem propensos a brincar de determinadas coisas por serem do sexo masculino.

Nesse contexto ainda da expressão, como já destaca Guacira Lopes Louro (2016b, p. 19), “os sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e sexualidade talvez não “escolham” essa travessia, eles podem se ver movidos para tal por muitas razões, podem atribuir a esse deslocamento distintos significados”. Sendo assim, considero importante pensar que crianças podem apenas querer vivenciar experiências com diferentes brinquedos ou modos de atuar em seus cotidianos, e não que isso indique algo sobre suas identidades de gênero ou sexuais.

Entretanto, justamente por desviar das regras e da direção planejada e esperada pela sociedade em relação às suas performances, essas crianças acabam por chamar ainda mais a atenção. Louro (2016b, p. 18), problematizando sobre sujeitos que cruzam as fronteiras, também relativiza que eles “desencaminham-se, desgarram-se, inventam alternativas. Ficam à deriva - no entanto, torna-se impossível ignorá-los. Paradoxalmente, ao se afastarem, fazem-se ainda mais presentes”. E observo que, por muitas vezes, é dessa presença marcante que surgem inúmeras das violências investidas aos meninos considerados afeminados.

Diversos entrevistados relataram situações de regulação ou mesmo de exclusão devido aos modos de performarem suas masculinidades na infância:

[...] muitas das vezes eu não poderia ficar com os meninos ou ir para lugares em que eles estivessem brincando porque as próprias crianças também não me aceitavam ali e os pais deles também não me deixavam. Eles falavam “Você não vai, você é muito afeminado, você não vai jogar bola com eles”, isso era muito comum.

Antônio, 16/08/2023

Existiam momentos em que eu tava muito mais próximo de meninas, então que eu tinha brincadeiras mais ditas de meninas, né, como pular elástico, como brincar de escolinha, né, e aos olhos das outras pessoas isso acabava me colocando nesse lugar de uma criança afeminada e etc. [...] Eu era muito chamado de afeminado, de viado, de bicha, né, ou então muita gente chegava para mim para reclamar do meu jeito, né, ou mesmo dizia assim, “ah, você é tão bonito, você devia se ajeitar, não ficar falando assim, não ficar dançando”.

Piccolo, 18/08/2023

Eu percebia nesse sentido porque eram gostos diferentes, brincadeiras diferentes. Eu não conseguia... Eu até me esforcei, vii, a gostar de algumas coisas, mas eu realmente falava, não, tem alguma coisa... Por que o meu irmão gosta disso e eu não gosto? Tipo, jogar futebol na rua. Eu não falava nada, não quero. Então, eu sentia isso. Eu não tinha uma consciência clara, mas eu sentia que alguma coisa eu era diferente. Até por causa... O que as pessoas falavam era que isso, “vai brincar com teu irmão, teu irmão está lá brincando de brincadeira de menino”, entende? Então, tinha isso dentro dos meus pais. Enquanto eu queria ficar dentro de casa, as camas eram beliches, então eu fazia, cobria tudo de lençol e brincava de teatro com a minha irmã caçula. Então, era isso. Eu sabia que alguma coisa era diferente.

Arthur, 17/08/2023

Era aquele velado que já vai silenciando a pessoa, né. Tipo, “ai menino, não fica desse jeito”. Eu sempre tive trejeito e acho que, tipo, isso daí é uma coisa idiota, né, pra qualquer pessoa. A gente é simplesmente o que é e ponto. Mas se me vissem parado, com a mão na cadeira, aí já faziam aquela fala. “Menino não para assim”. Ou então, tipo, “ai, tá bufando, revirando o olho”, que já era chatinho, continua. Mas daí, “ai, não é assim que menino age”. Dessas formas, assim, de tentar podar.

Davi, 17/08/2023

E eu sofri muito preconceito, muito, muito mesmo, porque eu não tenho a chamada passabilidade. Eu sei que isso é um termo para os estudiosos de gêneros e sexualidades questionável, mas eu vou usá-lo para que você entenda né. Eu não tinha, eu não tenho essa chamada passabilidade. Então, aquela frase “de longe percebe que é, imagina de perto”. Então, para quem não tem essa passabilidade, o preconceito, ele acaba sendo muito maior. Então, eu sofri muito na minha infância, na minha adolescência, várias situações, várias mesmo.

Rafael, 26/09/2023

Esse último entrevistado se utiliza do conceito de passabilidade para abordar como ele facilmente era identificado como um menino afeminado por apresentar traços convencionados do feminino, ou seja, na infância ele não performava nada além do que era natural para si na época, sem expressar algo apenas para o olhar do outro e se encaixar em alguma expectativa. Daniella Vieira Magnus e Jane Felipe (2023, p. 112) nomeiam esse processo como Pedagogias da Cispassabilidade, “que funcionam com o objetivo de escolarizar, disciplinar, adequar e produzir corpos e/ou performances ‘cispassáveis’ (inteligíveis) na sociedade”. As autoras ainda destacam que essas pedagogias se fazem presentes no cotidiano dos sujeitos e estão diretamente relacionadas com a produção de aprendizagens com base em padrões que são estabelecidos socialmente.

Alguns entrevistados compreendem que criaram espécies de estratégias para tanto suportarem as violências quanto se protegerem delas:

Eu me considerava uma criança afeminada. E tanto assim, ou eu me ligava às meninas, ou eu me ligava a outros meninos que não viam problema em mim. E, a partir disso, eu crio uma estratégia, até inconsciente, eu suponho, de me relacionar com meninos que tinham questões em que se poderia pôr em cheque a sua masculinidade e eles me acolhiam por eu ser o cara diferente.

Gustavo, 21/08/2023

Eu tinha ali por volta de 10 anos, 11 anos, né [...] eu encontrei um grupo de meninos que também eram afeminados e que também passavam por esse mesmo tipo de experiência, né [...] Mas quando a gente se encontrava, a gente tinha muito esse lugar, né, de se reconhecer, assim, com referências mais femininas, né, mais de mulheres e preferência por personagens femininas de filmes, né, de animes, cantoras, etc., mas a gente se protegia muito também por estar sempre junto.

Piccolo, 18/08/2023

Nesse sentido, as “alianças” criadas auxiliavam na visibilidade desses sujeitos, configurando-se como uma maneira de resistência e de denúncia. Judith Butler (2018, p. 103) salienta que

Para aqueles considerados “inelegíveis”, a luta para formar alianças é fundamental, e envolve uma proposição plural e performativa de elegibilidade onde ela não existia antes. Esse tipo de performatividade plural não busca simplesmente estabelecer o lugar daqueles previamente descontados e ativamente precários em uma esfera de aparecimento existente. Em vez disso, ela busca produzir uma fenda na esfera de aparecimento, expondo a contradição por meio da qual a sua reivindicação de universalidade é proposta e anulada.

Além disso, muitos entrevistados relataram uma espécie de autopolicimento de

trejeitos que eram considerados afeminados na infância, o que já se configura como uma violência ao fazer com que o menino disfarce quem ele é, muito na tentativa de minimizar os constrangimentos e mesmo as agressões físicas, psicológicas e verbais aos quais eram constantemente submetidos, principalmente na escola - entendido aqui nos recortes como um cenário violento - gerando sentimentos de culpa e insegurança, como demonstram os trechos a seguir:

Eu acho que eu não entendia, assim, às vezes eu acho que eu considerava isso, né, e por isso tentava assumir uma postura mais masculina, mas outras vezes eu acho que eu não me importava, né.

Piccolo, 18/08/2023

Eu me policiava ao máximo, por exemplo, pra não rebolar, pra não andar de um jeito que parecesse que eu tava rebolando, então eu lembro de pisar o pé firme no chão pra não ter um andar igual o das meninas.

João, 20/09/2023

Eu tentava me policiar, eu tentava não me desmunhecar, eu tentava falar grosso. Eu lembro quando eu entrei numa escola agrotécnica federal, que agora se chama Instituto Federal, mas na época era escola agrotécnica, eu tentava engrossar a voz e aquela coisa toda, sabe? [...] pra tentar corresponder ao estereótipo de homem, ao estereótipo masculino, heteronormativo, que a sociedade me impunha.

Rafael, 26/09/2023

Observo que essa ideia de uma autovigilância de performances masculinas infantis está muito relacionada a como os meninos são ensinados a se comportarem na sociedade. De um lado estão os discursos cisheteronormativos, que impõem modos de ser menino, e de outro estão as percepções sobre si na infância e o fato de se começar a entender que, ao não corresponder a essas expectativas, diversos tipos de violências podem ser investidas. Assim, modos de andar, falar, sentar, preferências por amizades, brincadeiras e brinquedos acabam sendo aspectos limitadores de uma infância livre e plural, determinando posturas adequadas e inadequadas que circunscrevem e prejudicam o repertório de descobertas e experiências das crianças.

Considero que é relevante sempre sinalizar essas referências de meninos considerados afeminados não necessariamente pré-dispõem uma homossexualidade - inclusive na pesquisa realizada para esta tese há participantes homens heterossexuais e bissexuais que eram considerados afeminados na infância. E como argumenta Samilo Takara (2017, p. 231), mesmo a sexualidade esteja no centro das representações desses meninos, ela “é um modo de desejar que não está a critérios de escolha, mas que faz parte

do emaranhado discursivo, político, econômico, estético e ético que constituem as subjetividades".

Tendo tudo isso em vista, percebo como aos meninos considerados afeminados são investidas diversas maneiras de violências, desde verbal, com apelidos e xingamentos; física, com agressões; psicológica, com falas que afetam seu emocional; e até sexual, com a compreensão do corpo do menino com traços convencionados ao feminino como disponível ou que deseja experiências que na realidade são do universo adulto. Assim, seria preciso um maior entendimento acerca de como as crianças podem se expressar e buscar por experiências que são inatas ao período de descobertas que vivenciam na infância, e que não se relacionam diretamente com questões de orientação sexual, que se manifestam mais tarde, na adolescência.

6.5 “Tinha um olhar pra mim mais sexualizado”: pedofilização que vulnerabiliza os corpos de meninos

A erotização dos meninos é um assunto de rara discussão, assim como tantos outros que acabam os deixando fora de importantes pautas e movimentos políticos e sociais. Considero que, ao abordar a temática de violência/abuso sexual contra esses sujeitos, pensar a pedofilização destes corpos infantis é um exercício bastante necessário, ainda mais quando falamos de meninos que performam aspectos de feminilidades e desestabilizam a norma culturalmente estabelecida.

Jane Felipe (2006, p. 220) explica uma relação direta da pedofilização com a cultura do consumo, pontuando que "as crianças têm sido descobertas como consumidoras exigentes, ao mesmo tempo em que se transformam em objetos a serem consumidos, desejados, admirados". Tal conexão é visível quando falamos em meninos considerados afeminados, pois aos olhos dos abusadores os corpos infantis lhes parecem tanto disponíveis quanto desejantes a experiências de cunho sexual.

Ao serem questionados se na infância, de alguma maneira, os entrevistados sentiram seus corpos sendo adultizados ou erotizados:

[...] os apelidos eram muito desse tipo, de erotização sim, e que existiam um agravante quando eu lembro dessa questão da erotização, porque eu sempre fui a criança mais alta da escola, eu sempre fui o menino mais alto da escola, então o fato dos meninos, sei lá de 6 ou 7 anos tinham uma certa altura, eu já tinha altura bem maior, eu sempre mais alto, então eles sempre fizeram essa erotização no sentido de corpo feminino possível de abuso e de descarte, isso acontecia demais, esse discurso era muito frequente.

Antônio, 16/08/2023

Eu acho que uma infância na rua, né, assim como eu tive, acaba que essas experiências de sexualização, elas são muito mais postas, né. Porque a gente encontra pessoas de diferentes idades, encontrava, né, pessoas de diferentes idades e etc. Não tô falando, assim, de necessariamente ainda voltado pra uma questão de abuso, né, ou de violência, ou mesmo de sexualização, né. Mas, assim, de falar sobre, né, de conhecimento sobre corpo, né, sobre coisas desse tipo. Eu acho que isso fica muito mais à mostra, assim, né, porque é muito mais em conjunto, né, assim. Muita gente junta, criança no caso, e aí acabava que muitos assuntos surgiam, né. Muitos mitos, muitas coisas, assim, que gente mais velha já sabia, gente mais nova não sabia, né. Então isso acontecia, assim, desde a infância, né, eu percebo, eu lembro, assim.

Piccolo, 18/08/2023

[...] Eu sentia que tinham me acariciado diferente. Entendeu? Diferente do que era com meu irmão, sabe? Percebia isso. Era uma atenção redobrada para cima de mim. Em relação às amigas mais velhas, assim, eu sentia uma certa defesa. Até do meu irmão caçula, que sempre foi briguento, sempre foi mais... Ah, tinha a masculinidade mais forte. Ele me defendia de algumas coisas na rua. Ele era o meu irmão mais novo. Então, eu percebi que alguns amigos mais velhos também tinham esse entendimento de que [entrevistado fala seu nome] é mais sensível a alguma coisa assim. Então, por várias vezes meu irmão me defendeu de ir para cima de alguém que fizesse bullying comigo. Então, ele não tinha consciência de que eu seria gay, alguma coisa assim, sabe? Ele, na cabeça dele, era uma coisa que eu era um artista. Ele me via como um artista.

Arthur, 17/08/2023

Como os trechos apontam, o processo de erotização envolve apelidos em relação ao corpo dos meninos, sempre associado a uma atenção/vigilância redobrada, principalmente no âmbito externo ao familiar, ou seja, a própria questão de muitos serem criados com mais liberdade, de brincarem na rua sem a supervisão de adultos, tudo vulnerabiliza ainda mais para a exposição e a ocorrência de olhares e falas no sentido de sexualização.

Cabe pontuar que são poucos os estudos sobre a erotização dos meninos, quase inexistentes, ao menos no Brasil, pois a maioria das produções científicas sobre violência/abuso sexual masculino têm focado mais nas consequências do que nas dinâmicas e processos das ocorrências. Assim, a compreensão e a problematização acerca da sexualização dos meninos acaba ficando de lado e constituindo essa lacuna nas pesquisas sobre o tema.

Desta maneira, por meio das entrevistas, observei uma visível relação entre a afeminação nos meninos com a pedofilização de seus corpos e a ocorrência de violência/abuso sexual, tendo em vista as relações de poder estabelecidas, pois como destaca Denis G. Ferreira (2023, p. 25)

A lógica da violência de gênero é sempre a mesma: uma pessoa tem mais poder do que a outra. Seja uma diferença de força física, de autoridade (eu mando e você obedece), de maturidade ou desenvolvimento cognitivo. Os autores de agressão se aproveitam dessa posição de poder para cometer o crime.

E partindo dos casos analisados, somados às leituras e estatísticas das pesquisas investigadas, saliento como há uma visível relação de poder que pode se estabelecer em três dimensões nesse contexto e que embasam essas ocorrências: (i) a relação do adulto sobre a criança; (ii) a relação do homem sobre o menino; e (iii) a relação da cisheterossexualidade sobre a afeminação masculina infantil. Importante ainda refletir que nas relações de poder “a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 2015, p. 112). Estratégias essas que, baseadas nas relações de poder mencionadas, são utilizadas pelos abusadores para acionar e estabelecer ameaças, chantagens, controle, desqualificação, dominação, exploração, inferiorização, intimidação, posse e subordinação, entre outras.

Os excertos das entrevistas a seguir mostram essa questão:

Eu acho que os meus abusos têm a ver diretamente com isso. A maneira como eles ocorreram, eu acho que sim.

Gustavo, 21/08/2023

[...] foi justamente por isso que eles aconteceram. [...] Pela forma como as pessoas me viam como afeminado, e pela forma como a situação foi conduzida também, porque se fosse com um menino machinho, como diz o outro, isso não ia acontecer.

Rafael, 26/09/2023

Assim, fica evidente a relação entre a violência/abuso sexual com a questão da pedofilização, pois os próprios homens, refletindo sobre situações pelas quais passaram na infância, percebem que a questão de serem considerados afeminados e sentirem olhares e comentários sobre seus trejeitos impulsionava determinados sujeitos a, nessa relação de poder, manipularem seus corpos como se houvesse um consentimento ou mesmo desejo por essa experiência. Como afirma Deborah Britzman (2016, p. 92), "a sexualidade não é o problema: ela é o lugar ao qual os problemas se afixam".

Dois dos entrevistados destacaram perceber que sua afeminação quando menino pode ter despertado ou mesmo incitado o abusador a cometer a violência/abuso sexual, tendo em vista a questão da fragilidade que se apresentavam:

Eu acredito que por já ter as tendências ali, mais femininas, ser afeminado, isso daí já, pra mente, sei lá, doentia da pessoa, isso é uma porta de entrada. Acho que se torna mais fácil, ou é o que chama a atenção deles. [...] Digo da fragilidade, de achar que é mais fácil de ser manipulado, de aí não ter tanta voz pra pegar e gritar ou falar alguma coisa pra um familiar. De se aproveitar mesmo de uma fragilidade.

Davi, 17/08/2023

Eu acho que o fato de eu ter sido escolhido pra passar por essa situação provocada por ele pode ter a ver com os sentidos, né, que já eram atribuídos à minha pessoa. De ser uma criança considerada frágil, afeminada e etc, acho que eu não posso julgar por ele, né, eu não sei também se fizeram esse tipo de situação com ele, ele somente replicou, né, enfim, não tenho esse conhecimento, mas eu acredito que pelo fato do meu comportamento na época ser muito associado à afeminação, isso pode ter feito com que ele achasse que eu fosse uma pessoa, talvez até tranquila, né, pra fazer aquele tipo de situação. Eu não sei, por exemplo, se ele fez isso com outras pessoas, com crianças mais ou menos afeminadas do que eu.

Piccolo, 18/08/2023

Essas falas, em especial, reiteram a imagem que os abusadores constroem acerca do menino considerado afeminado como uma criança mais frágil e tranquila, de fácil manipulação pelo seu comportamento associado ao feminino. Desta maneira, evidencia-se que há muito mais abusadores - sujeitos que abusam por meio da relação de poder e da cultura do estupro - do que pedófilos - sujeitos que possuem um transtorno de preferência sexual por crianças e adolescentes. De acordo com estudo de Danilo Antônio Baltieri (2005), por volta de 20% dos abusadores de crianças apresentam o quadro psiquiátrico de pedofilia; já com vítimas adolescentes, esse percentual baixa para 3,5%.

Nana Queiroz (2021, p. 89) chama a atenção ao fato de que ninguém nasce com um perfil abusador, “a maioria dos nossos meninos vai crescer com uma sexualidade saudável se for acompanhada por diálogo aberto, bons exemplos, orientações claras e um respeito radical à sua maturidade sexual”. A autora ainda salienta que é preciso ficar alerta às interferências externas nessa educação para a sexualidade promovida pela mídia, por exemplo, que podem trazer informações que acabam incitando a falsas aprendizagens sobre corpo, gênero e sexualidade.

Um dos entrevistados relata uma situação em que ouviu comentarem sobre sua bunda quando era criança, e tal observação feita como se o menino não estivesse por perto:

A criança sendo criança, às vezes um dia caloroso, quente demais, o guri vai ficar só de cueca, certo? Normal. Isso daí era condicional. Aí ver pessoas vindo brincar, “ah, nossa, olha pra bunda dele, que bundão”, “ah, se fosse uma guria, ia ter um corpo lindo”, comentários do tipo. Porque há a crença que a criança é surda, né, a gente ouve tudo. Tá brincando, mas ouve. Ou então, tipo, sempre pegar e ficar fazendo valorização da bunda.

Nossa, essa coisa, “tem uma bunda grande”, é genético, mas falavam, erotizado.

Davi, 17/08/2023

Essa fala traz para o debate diversos pontos importantes: primeiro, o entendimento da criança como um sujeito de segundo plano, em que se pode falar dela em sua presença sem levar em consideração isso; segundo, o fato de um olhar adultizado sobre o corpo infantil, que enxerga no menino algo com um potencial erótico e isso é exaltado; e terceiro, a questão de que há vivências na infância que marcam e reverberam na vida adulta, gerando desconforto e também outras consequências - como no caso da violência/abuso sexual que tem como fatores associados questões relacionadas à saúde mental, sexual e reprodutiva (Ferreira *et al.*, 2023).

Esse mesmo entrevistado afirma que, ao perceber a sexualização para seu corpo, ele desenvolve uma espécie de dismorfia e engorda a fim de não provocar desejos em outros sujeitos, assim como um vício:

A questão de eu não ter uma segurança com o meu corpo, independente de ter engordado agora. Se eu estivesse mais magro, se eu estivesse com o corpo que eu tinha antes, a dismorfia. Eu sempre botei problema. Ou se eu me sentisse muito sexualizado, eu fazia coisas pra não ser sexualizado. Aí tava bonitinho de corpo, tava com tudo no lugar. Comigo é um desgraçado que aquilo me dava ansiedade, engordava, engordava, engordava, que daí já sai do padrão daquilo que eles, né, olham mais. E a ansiedade a fu... e eu não consigo me relacionar, não consigo mesmo. Isso daí é uma coisa pra além. Eu tenho vergonha, eu tenho as coisas que me trago e preciso de muito afeto pra ter segurança, pra poder me soltar. O que pra muita gente é uma coisa idiota que conseguem ser desinibidos e pra mim não. E daí nessa, pra eu poder me desinibir, eu faço uso abusivo de álcool. Eu faço pra poder me soltar.

Davi, 17/08/2023

A questão com o corpo apresentada pelo entrevistado é outro ponto de atenção quando pensamos na infância dos meninos, pois normalmente, no calor do verão, são incentivados a ficarem sem camisa a fim de diminuir a temperatura e estarem mais à vontade, não apenas em casa, mas também na rua - e nesse contexto, os corpos são expostos e podem ser entendidos como dispostos para alguns sujeitos. A própria aceitação do seu corpo já afeta os meninos logo cedo, com uma preocupação de se apresentarem magros e com músculos ainda na adolescência, iniciando atividades físicas na academia e com a ingestão de suplementos, muitas vezes postando fotos sem camisa nas redes sociais.

Em relação a isso, outro ponto importante de reflexão acerca da pedofilização dos corpos de meninos remete ao que já mencionei de maneira breve no subcapítulo 3.3 a respeito do termo *twink* e seu viés pornográfico. Como explicado anteriormente, utiliza-se

esta expressão em inglês para designar um adolescente ou adulto com um corpo muito similar ao de uma criança ou de um pré-adolescente, geralmente magro e sem pelos. Configurando-se tanto como uma categoria de sites adultos com imagens e vídeos sexuais quanto um aspecto explicitado no perfil de usuários de aplicativos de relacionamentos entre homossexuais falando de si ou como uma preferência, um *twink* seria uma espécie de “lolito”, culturalmente concebido associando o menino ao universo adulto por meio da sua fetichização e sexualização, ou seja, transformando-o em um objeto sexual. No contexto dos famosos há sempre celebridades e sujeitos apontados como *twinks*, como na atualidade o cantor Troye Sivan e o ator Timothee Chalamet.¹⁵⁰

Além disso, o fato do entrevistado relatar um vício como um fator associado à experiência de ter sido vítima de violência/abuso sexual é uma consequência a longo prazo que pode ser percebida em diversos casos, pois é uma vivência potencialmente traumática. Christian Haag Kristensen (1996) já alertava para esses impactos, que atingem diretamente na autoestima e no comportamento do homem, pois estão relacionados a uma compulsividade que por vezes também pode se manifestar no âmbito da sexualidade.

Outro entrevistado destacou que um dos principais fatores associados com o fato de ter sido vítima é a baixa autoestima:

A principal coisa é a baixa autoestima. Eu tenho uma baixa autoestima gigantesca. Então eu já faço até terapia há alguns anos, eu tomava medicação, antidepressivo, mas daí já tem um ano e pouco que a minha psiquiatra já está retirando os remédios, então eu tomo só dois medicamentos, mas bem leves, eu já cheguei a tomar medicação grande por outros problemas familiares que eu tive de perdas, de alguns familiares muito próximos a mim, só que eu vejo que não... que as perdas em si justificarem eu adoecer, justificarem eu ter adoecido. Entretanto a minha baixa autoestima ela me regula muito, contribuiu muito pra tudo, tudo na minha vida, então assim, 24 horas de minha vida a minha baixa autoestima é gritante.

Antônio, 16/08/2023

Tal consequência também é bastante comum entre os homens vítimas, associado ainda com uma autoimagem pobre que tem aspecto cognitivo na vida dos sujeitos (Hohendorff; Habigzang; Koller, 2014), com um impacto ligado ainda a questões físicas, emocionais e comportamentais. Nesse contexto ainda, alguns entrevistados relataram a presença de sentimentos associados à culpa pela ocorrência da violência/abuso sexual

¹⁵⁰ Reportagem de Juan Sanguino para o site do EL PAÍS publicada em setembro de 2021 explora o termo e resgata sua origem, fazendo relação com atores de Hollywood. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-11/primeiro-tadzio-depois-dicaprio-agora-chalamet-a-obsessao-de-hollywood-pela-figura-do-lolito.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

devido a serem meninos considerados afeminados:

Tinha um olhar para mim mais sexualizado, mas eu me colocava como culpado daquilo. Porque o pensamento que passava na minha cabeça era que eu poderia evitar isso, esses pensamentos e tudo mais. Até por causa da pressão da família, dos pais. Então, eu falava, não, isso não pode, tem que ser igual como estão falando. Então, mas na minha mente ainda já tinha uma sexualidade ali apontando um gosto diferente. [...] Eu achava que eu tinha seduzido. Eu tinha esse entendimento. Porque, como eu não conseguia falar de mim, falar das minhas coisas e tudo mais, a única que eu conseguia falar era com a minha irmã caçula. [...] Mas, eu achava isso, que eu tinha seduzido, que eu tinha... De alguma forma, o meu jeito de ser tinha despertado aquela vontade nele, sabe? Eu pensava dessa maneira. Tanto que... Aí a gente... Passei a me dar tapa na cara, entendeu? A falar comigo no espelho do banheiro.

Arthur, 17/08/2023

[...] um misto de repulsa com ódio. De repulsa pelo meu próprio corpo, digamos assim, e também ódio pela sensação de vulnerabilidade e não consegui revidar na certa medida daquilo ali, então isso... eram esses dois sentimentos que eram muito fortes, assim.

Antônio, 16/08/2023

A impressão de terem alguma culpa na experiência da violência/abuso sexual corrobora para um silenciamento de si quando os meninos são vítimas; porém, não há culpa e nem corresponsabilidade por parte deles nessas ocorrências, o responsável é sempre e tão somente o/a abusador/a - que muitas vezes pratica o ato contra o menino considerado afeminado em um pensamento de “corrigir a sua sexualidade”. Mesmo que em alguns casos os meninos possam sentir algum prazer espontâneo ou mesmo ficarem excitados, tais reações são naturais perante os estímulos, mesmos que forçados, sem qualquer tipo de consentimento, podendo até mesmo resultar em ejaculação ou orgasmo, mas que tendem a confundir a interpretação da vítima acerca da ocorrência.

Para alguns entrevistados, a sedução de seus abusadores eram bastante visíveis, como demonstram os relatos abaixo:

O primeiro abusador, ele se valia de jogos, de jogos à pilha, de jogos de tabuleiro, uma coisa entre meninos, uma coisa tipo “vamos subir no morro e tacar pedra num ônibus”, “vamos roubar no jogo de carta”, isso e aquilo, mas era bem parecido, os dois eram bem parecidos, apesar que um era um moleque e o outro é um cara muito mais velho, mas também tinha um discurso, “vamos fazer algo entre amigos”, vamos né, vamos “tá quente, a gente pode ir tomar banho de rio”, em Blumenau é cheio disso, de riacho pra tomar banho e tal, de ribeirão, e era muito parecido, olhando agora, era muito parecido, “isso é uma coisa entre homens”, apesar de eu ser uma criança, “isso é uma coisa entre homens, nós vamos fazer isso juntos”.

Gustavo, 21/08/2023

Era muito na questão da alimentação, isso era muito claro. Tipo... “Olha, vamos lá na minha casa que vou te dar um sorvete”, então assim... não era nem sorvete, naquela época e devido à situação da classe social era chup-chup, não sei como é que chamam no Sul, tem nomes diferentes, mas aqui em Minas chama chup-chup, então assim... “Ah, vamos lá e eu vou te dar um chup-chup, ou então eu vou te dar um pedaço de doce”. Isso era... então assim, eu acreditava e ia.

Antônio, 16/08/2023

Observo que a sedução não era sempre ou apenas direta pelo aspecto da sexualidade, mas por meio de um convite para brincadeira ou mesmo para algo de necessidade, como a alimentação, aproveitando-se da vulnerabilidade de meninos de uma classe social mais baixa. Em um movimento de chamar a atenção da criança e despertar nela o interesse por algo, o/a abusador/a investe para esse interesse se transformar em desejo, conquistando a sua confiança, e finalmente o desejo resulta em ação - e tudo isso se soma ao fato de ser, na maioria das vezes, alguém que o menino já conhece, da família ou vizinhança, o que influencia ainda mais no alcance dessa estratégia.

Outro entrevistado ainda entende que seus abusadores viam nele a possibilidade de realizarem uma espécie de desejo:

Então, eu acho que se eu desse corda, eu acho que a gente poderia acabar ficando sexualmente falando, então eu acho assim, que eles tinham esse desejo, talvez têm até hoje, embora a gente não conversa sobre isso, pouco se vê aliás, mas eu acho que eles tinham esse desejo e tinham em mim uma alternativa pra se realizar esse desejo.

João, 20/09/2023

Considero que se faz necessário debater nesse cenário tanto a iniciação sexual quanto o impacto da pornografia nos sujeitos, tendo em vista que ambas as situações se relacionam diretamente com o investimento (ou não) de uma educação para a sexualidade. Como apontam os resultados da *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (IBGE, 2019), dentre os meninos de 13 a 15 anos de idade, cerca de 30% já tiveram relação sexual alguma vez. Além disso, os resultados também destacam que a média de idade da primeira relação sexual tem reduzido, com um valor atual de 13,4 anos para eles.

Refletindo sobre esses dados da pesquisa, é importante referir que menores de 14 anos não têm relação sexual, mas experiências de violência/abuso sexual, mesmo com algum tipo de consentimento de sua parte. De acordo com a Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009, em seu Art. 217-A, considera-se estupro de vulnerável o ato de “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Desta maneira, problematizo quantos meninos passam por vivências de abuso entendendo como sua

iniciação sexual, seja com uma mulher ou com outro homem.

Nesse cenário, considero importante debater brevemente também a presença dos meninos nos dados do casamento infantil em nosso país, que ocupa o 4º lugar no *ranking* mundial. De acordo com a ONU, é considerado casamento infantil aquele que envolve uma das partes com menos de 18 anos de idade; no Brasil, de acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002¹⁵¹, que institui o Código Civil, em seu Artigo 1517, “O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil”. Sobre o cenário, a pesquisa *Estatísticas do Registro Civil de 2021* (IBGE)¹⁵² apresenta que no referido ano foram registrados 134 casamentos com uma das partes com menos de 15 anos de idade, sendo 14 meninos (10%) e 120 meninas (90%).

Conforme os estudos *Tirando o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil* (2019) da Plan International Brasil¹⁵³ e *Perfil do Casamento Infantil e Uniões Precoces* (2019) da Unicef¹⁵⁴, o casamento infantil pode ser considerado como uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, envolvendo principalmente adultização e sexualização destes sujeitos, e tende a resultar em diversas consequências também para os meninos - bastante invisibilizados nessa problemática - tais como: abandono escolar, conflitos familiares, insegurança financeira, trabalho infantil e paternidade precoce.¹⁵⁵

Acerca do outro aspecto, ao investigar se e como a pornografia e as representações sexualmente explícitas que são acessadas *online* operam como um mecanismo de pedagogia dos corpos, do gênero e da sexualidade, Gabriela Bercht (2023, p. 7) observou que "as representações pornográficas são utilizadas como um artefato que informa e ensina maneiras de portar-se sexualmente". Além disso, a autora pontua que "reconhecer as características irrealistas das representações pornográficas não impede os e as jovens de sentirem-se influenciados pelos conteúdos assistidos" (Bercht, 2023, p. 300).

Nesse contexto, Samilo Takara (2021, p. 22), pensando nas pedagogias pornográficas e as sexualidades educadas por artefatos da mídia, reitera que

¹⁵¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

¹⁵² Disponível em: <http://static.poder360.com.br/2023/02/levantamento-ibge-nascimento-2021.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

¹⁵³ Disponível em:

<http://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://news.un.org/pt/story/2019/10/1690631>. Acesso em: 10 jan. 2024.

¹⁵⁵ Acerca do trabalho infantil, os meninos representam 65% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos nessa situação no Brasil. Disponível em: <http://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas>. Acesso em: 24 jan. 2024.

[...] em vez de dizer a quem deve o papel de discutir sexualidade (família ou escola), uma problemática que se inscreve há tempos em diferentes perspectivas e que no contemporâneo tem centralizado as questões acerca das sexualidades e das identidades de gênero: todas as pessoas precisam ser educadas a problematizar as pedagogias culturais sobre sexo e sexualidade que são disseminadas para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Diante disso, é possível pensar que a partir da pornografia há uma contribuição de um olhar voltado para a contituição de ideais de performances sexuais e para a erotização e sexualização de si e do outro, que somado às relações de poder e à falta de uma educação para a sexualidade anteriormente já abordadas aqui, configuram um panorama de vulnerabilização de crianças a serem vítimas, potencialização de adolescentes a se tornarem possíveis abusadores e incitação de sujeitos abusados a reproduzirem essas práticas violentas, uma vez que cometer violência/abuso sexual na adolescência "é um fator de risco para continuar sendo um abusador sexual de crianças quando adulto" (Pincolini; Hutz, 2014).

Nesse sentido, trago aqui um último excerto de um entrevistado que reconhece uma condição de preferência sexual quando adulto:

[...] e aí uma coisa que me deixou... me marcou, eu não sei nem como eu cheguei a isso, hoje eu não consigo lembrar, como eu me dei conta disso, é a efebofilia, porque eu tenho um tesão terrível por adolescentes. Embora eu não seja um predador sexual, ou tenha relação com elas, ou fale com essas pessoas, mas eu tenho, eu estremeço quando eu vejo, sei lá, jovens colegiais, porque isso me remete direto para o Ensino Médio, isso me remete direto ao porquê de eu não ter feito nada, se assim se pode dizer, fazer algo. Porque pra mim essas coisas estão relacionadas.

Gustavo, 21/08/2023

É importante salientar que tal aspecto não indica que este é ou será um sujeito abusador, pois tal pensamento é equivocado de se estabelecer – assemelha-se com o entendimento de que todo pedófilo abusa sexualmente de crianças. Contudo, é interessante observar como pode estar relacionado com o fato dele ter sido vítima, ou seja, como ter passado pela experiência impacta na sexualidade e no modo como compreende o seu desejo, seja ele afetivo ou sexual.

Com o apresentado aqui, considero que a pedofilização dos corpos de meninos está bastante associada ao modo como os meninos performam suas identidades na infância, em especial aqueles que reescrevem os *scripts* de gênero de maneira a demonstrar algo que, ao olhar adulto, aproxima-se do campo das feminilidades. As entrevistas realizadas mostraram

que os meninos considerados afeminados se apresentaram mais vulneráveis à ocorrência de violência/abuso sexual justamente por terem seus corpos erotizados pelos seus abusadores, que na relação de poder com essas crianças, atuam de maneira a inseri-las em um jogo de sedução e que depois instaura nos meninos os sentimentos de culpa - principalmente quando são considerados afeminados, em que há um movimento semelhante ao que ocorre com as meninas e mulheres que são abusadas e culpabilizadas por causa do uso de um decote ou de uma saia curta - e insegurança que, muitas vezes, perduram ainda na vida adulta com diversos fatores associados.

7 É RARO, MAS ACONTECE MUITO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das crianças abusadas física e/ou psicologicamente foi ensinada pelos adultos responsáveis que amor pode coexistir com abuso. E, em casos extremos, que o abuso é uma expressão de amor. [...] Então, assim como nos apegamos à ideia de que aqueles que nos machucaram quando éramos crianças nos amavam, tentamos racionalizar o fato de sermos machucados por outros adultos, insistindo que eles nos amam (hooks, 2020, p. 44-45).

Ingressei no doutorado no segundo semestre de 2020 e àquela época os índices de violência/abuso sexual contra crianças já eram alarmantes. O fato de estarmos em isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 gerava ainda mais preocupação. Além disso, no governo do país, estavam um presidente que afirmava que "*O filho começa a ficar meio assim, meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele!*" e uma ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que gritava "*Menino veste azul e menina veste rosa!*".

Finalizo esta tese no primeiro semestre de 2024, ano em que os documentos ainda apontam para uma crescente nos índices de estupro de vulnerável no Brasil, mas meses depois do Decreto 11.533/2023 que instituiu a *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do novo governo, com o objetivo de articular ações e políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.¹⁵⁶

Contextualizado o cenário da produção desta tese, para as considerações finais retomo aqui o meu problema de pesquisa: *de que maneira os scripts de gênero, em especial os que se referem às masculinidades, promovidos sobretudo pela família e pela escola, interpelam os meninos considerados afeminados em um movimento de pedofiliação destes corpos, tornando-os vulneráveis para a violência/abuso sexual?* Considero que trilhei um caminho investigativo que me deu condições de respondê-lo, após: levantamento de Estado da Arte, evidenciando o que já foi pesquisado e as lacunas; análise de estatísticas sobre a violência/abuso sexual contra meninos; reconhecimento de grupos de apoio, livros literários e alguns filmes que envolvem a temática; investigação e

¹⁵⁶ Cabe mencionar que em maio de 2024, mês de defesa desta tese e do Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18/05), o Rio Grande do Sul passa por um estado de calamidade pública em seu território por consequências derivadas de eventos climáticos – reconhecido pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo Nº 36/2024 - com diversos mortos, desaparecidos, feridos e pessoas em abrigos. Tal realidade, em especial a dos locais de acolhimento, incidiu sobre um número crescente de casos de violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista que muitos desses sujeitos foram separados de suas famílias e/ou estão sob cuidados de outras pessoas.

leitura de referenciais sobre a constituição das masculinidades na infância, assim como questões acerca da afeminação de meninos e exploração do conceito de pedofilização de seus corpos; além de questionário e entrevistas realizadas com homens que foram vítimas na infância.

Nesse sentido, o percurso metodológico para resultar na produção de informações por meio das entrevistas realizadas passou por um processo de afinamento: 155 homens participaram do questionário *online*; 75 afirmaram que foram abusados sexualmente na infância; 51 apontaram terem sido considerados meninos afeminados; 39 se disponibilizaram a participar da entrevista; e 7 foram entrevistados por videochamada. Assim, pontuo a importância da participação desses sujeitos e a escuta deles para a compreensão do fenômeno da violência/abuso sexual contra os meninos, uma vez que cada vivência trouxe elementos que me deram condições de explorar o tema e tensionar as dinâmicas envolvidas - vale destacar ainda que muitos participantes não se entendiam como vítimas até participarem da pesquisa e compreenderem melhor sobre o tema por meio dos instrumentos utilizados.

As questões principais que considero importantes para o capítulo final desta tese foram aparecendo ao longo do percurso da pesquisa: meninos considerados afeminados, que performam masculinidades dissidentes, possuem maior vulnerabilização para serem vítimas de violência do que aqueles que atendem aos *scripts* de gênero de uma masculinidade que se pretende hegemônica; a falta de formação e de políticas públicas faz com que muitas famílias e escolas não tenham a preocupação e o compromisso de educar, proteger e também acolher os meninos vítimas. Além disso, a carência de uma educação para a sexualidade que fale sobre corpo, gênero e sexualidade é uma realidade que tem levado os meninos a aprenderem sobre tais temas por meio de pornografia, e sua falta tanto vulnerabiliza as crianças e adolescentes para serem possíveis vítimas quanto, pela escassez de conhecimento sobre essas temáticas, poderia de alguma maneira potencializar esses sujeitos a serem prováveis abusadores, ou mesmo faz com que eles reproduzam violências vividas com outros.

Sendo assim, torna-se importante repensar acerca da situação cultural e socialmente comum, que leva as famílias a deixarem os meninos aos cuidados de outros adultos ou mesmo de adolescentes, sejam eles familiares ou amigos, vizinhos, etc., bem como não estarem atentos aos locais e instituições que seus filhos frequentam, a saber: escolas de futebol, escoteiros, grupos de igreja, agências de modelo ou produtoras musicais -

instituições estas as principais que estampam manchetes de notícias envolvendo casos de violência/abuso sexual contra meninos.

Considero ainda relevante reforçar a importância da arte, em especial a literatura e o cinema, como maneira de dar visibilidade às questões de violência/abuso sexual contra os meninos. Por meio da escrita literária, por exemplo, homens vítimas podem elaborar melhor sua experiência de modo a resistir e denunciar essa violação de direitos, como uma espécie de “cura” por meio das palavras, além de sensibilizar leitores para essa temática. O mesmo acontece com os filmes, que além de representarem casos fictícios e reais, podem auxiliar no reconhecimento de situações de violência/abuso quanto incentivar na denúncia de agressores/as sexuais.

Além disso, confirmando minha hipótese elencada no início desta pesquisa, observei que se movimentar no campo das representações femininas pode conduzir os corpos de meninos à vulnerabilidade, ou seja, a aproximação ou mesmo sua a feminização perante os *scripts* de gênero convencionados acabam colocando esses sujeitos em exposição e produzindo alguns efeitos que são decorrentes de uma cultura machista e que entende a criança como um sujeito à disposição, carente de contato e desejante por experiências - tal compreensão leva aos processos de adultização e pedofilização de seus corpos.

Destaco que com esta tese não é minha intenção demonizar as famílias ou culpabilizar as escolas, mas sim, problematizar o papel dessas duas instituições - por vezes fortemente influenciadas pela religião - sob a perspectiva da educação e da proteção das crianças e dos adolescentes, tendo em vista que essas três instituições tendem a trabalhar juntas no período que tais violências acontecem. Considero a necessidade tanto de políticas públicas quanto de formação docente, sob responsabilidade também das Secretarias de Educação, na perspectiva dos direitos humanos, que abordem as temáticas de gênero e sexualidade, pois acredito que tal ação reverbera tanto na educação quanto na família.

Como possíveis contribuições teóricas desta investigação, penso que a aplicação do conceito de pedofilização para pensar nos meninos considerados afeminados e sua vulnerabilização no contexto da violência/abuso sexual na infância se faz destaque frente às poucas produções teóricas sobre o tema, ainda mais partindo do campo da Educação. Como observado, as violências investidas a esses sujeitos desde a infância tendem a violar os seus direitos, situação que, somada à vivência em uma sociedade machista, misógina e preconceituosa com a diversidade de gênero e sexualidade, resulta em repetidas agressões

e traumas, com diversos fatores associados que impactam tanto já na infância quanto na juventude e vida adulta.

Acredito também que, a partir dos resultados desta tese, algumas implicações práticas podem ser elaboradas e instauradas, tendo em vista as informações produzidas pelos entrevistados que evidenciaram uma realidade ainda velada de relações de poder contra os meninos que são vítimas de violência/abuso sexual. Nesse contexto, e entendendo que essa invisibilização também é produzida, urge mais do que capacitação a fim de preparar profissionais das mais diversas áreas, como Educação, Saúde e Direito, mas políticas públicas que realmente garantam a informação e a proteção desses sujeitos em situações de violência.

Além disso, como toda investigação, reconheço que houve algumas limitações nesta pesquisa de Doutorado, como o panorama de homens participantes que se restringiu a um grupo com acesso às redes sociais e que soube expressar as violências vividas na infância, tendo condições emocionais e intelectuais de externalizar e refletir sobre elas - cabe destacar que a maioria era de classe baixa quando criança e por meio dos estudos teve oportunidades de ascender economicamente na vida. Outro aspecto importante de mencionar é que neste estudo não foi meu foco abordar a questão de crianças transgênero, mas considero de extrema relevância lançar um olhar sobre esses sujeitos, pois a partir do momento em que expressam suas identidades de gênero, também poderiam estar mais vulneráveis à ocorrência de violência/abuso sexual; sendo assim, valeria este empenho em pesquisas, pois creio que seria bastante pertinente compreender melhor sobre essas dinâmicas, uma vez que ainda são poucas as investigações acerca da temática.

Por fim, aponto como sugestões possíveis para futuras pesquisas o papel da escola diante da violência/abuso sexual contra meninos e da pedofilização de seus corpos, levando em conta de que maneira seus gestores e docentes compreendem tais questões e se consideram estar preparados/as para lidar com essas demandas. As informações produzidas nesta tese acerca do contexto das ocorrências e no quanto é preciso romper com alguns estigmas me levam a pensar no quanto a escola é um local fundamental para a proteção e informação das crianças e adolescentes, havendo, portanto, a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada de seu corpo docente.

Destaco que somente por meio das leituras realizadas ao longo desta investigação e discutidas em nosso grupo de pesquisa, somadas com as reflexões suscitadas a partir das falas de meus entrevistados, foi possível tecer e tensionar os quatro eixos de análise e essas considerações finais que aqui apresento como fechamento de minha tese. Ressalto que o

entendimento das relações de poder que um sujeito adulto – e por vezes apenas um pouco mais velho – exerce sobre uma criança se intensifica e tende a resultar em violências quando esta é entendida como um ser mais frágil, que rompe com as expectativas e que contrasta as normas sociais estabelecidas sobre os gêneros, como é o caso de um menino que é considerado afeminado.

E tão importante quanto ficar atento a possíveis sinais que os meninos podem apresentar relacionados à violência/abuso sexual, considero a necessidade de criar ambientes e momentos seguros para que eles se sintam, em alguma medida, confortáveis para narrar essas experiências e buscarem ajuda, sem medo ou vergonha de demonstrarem suas fragilidades e vulnerabilidades. Nesse sentido, tanto família quanto escola - seja esta pública ou particular - devem, enquanto parte de uma rede protetiva às infâncias, instrumentalizar-se com formação e informação para que possam oferecer esse espaço de escuta ativa, afastada de julgamentos ou punições, efetivando a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Portanto, no contexto de destaque acerca da importância de uma educação para a sexualidade a fim de esses sujeitos aprenderem a se proteger de possíveis violências/abusos, considero que é preciso ainda pontuar que, mesmo que ensinemos meninas e meninos sobre corpo, gênero e sexualidade, continua sendo obrigação nossa como adultos a sua proteção e acolhimento - até mesmo para que a violência não seja encarada como algo natural por falta desses cuidados adequados -, ou seja, de maneira alguma a criança deve ficar como a única responsável por seu cuidado ou ainda ser culpabilizada por qualquer situação que ocorra com ela. Falar sobre tais questões é apenas parte de nossa tarefa frente à temática da violência/abuso sexual, fazendo-se necessário assumir o compromisso triplo de educar, proteger e acolher com todo nosso esforço e zelo para que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam efetivamente garantidos e colocados em prática.

REFERÊNCIAS

ABECHE, Camila Vaz. **Personalidade, estilos parentais e cognição em meninos vítimas de abuso sexual**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

AÇÃO EDUCATIVA; CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Educação, Valores e Direitos**. 2022. Disponível em: <http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Pesquisa-Educa%C3%A7%C3%A3o-Valores-e-Direitos-Relat%C3%B3rio-V01230922.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Acontece, ANTRA, ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 175-196.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Homofobia internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. 432 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. Rio de Janeiro, Globo Livros, 2020.

ASSUNÇÃO, Admilson Mário de. **Narrativas silenciadas**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska; ROMERO, Ana Carolina. Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero? **Revista Bioética**, v. 23, n. 3, p. 623-633, set./dez. 2015.

BALISCEI, João Paulo. **Não se nasce azul ou rosa, torna-se**: cultura visual, gênero e infâncias. Salvador: Devires, 2021a.

BALISCEI, João Paulo. **Provoque**: cultura visual, masculinidades e ensino de Artes Visuais. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BALISCEI, João Paulo. “Quem tornou masculino o corpo infantil do menino?”: Infância, Arte e Educação. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 139-157, maio/ago. 2021b.

BALISCEI, João Paulo; CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Faça como homem: cultura visual e o projeto de masculinização dos meninos. **Revista Textura**, Canoas, v. 23, n. 54, p. 367-391, abr./jun. 2021.

BALOGH, Giovanna; CASEFF, Gabriela. 2 em cada 10 homens se dizem vítimas de agressão ou violência sexual quando menores. **Folha de S. Paulo**, 27 ago. 2022. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/08/2-em-cada-10-homens-se-dizem-vitimas-de-agressao-ou-violencia-sexual-quando-menores.shtml>. Acesso em: 04 set. 2022.

BALTIERI, Danilo Antonio. **Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais**. 2005. 161 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História da virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 189-220.

BAYDOUN, Mahmoud. **Não sou nem curto afeminados**: reflexões viadas sobre a efeminofobia nos apps de pegação. Salvador: Devires, 2020.

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos**: homens por vir? 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERCHT, Gabriela. **Apre(e)ndendo o sexo**: internet, sexualidade e culturas juvenis. 2023. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BERNARD, H Russell. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BIDDULPH, Steve. **Criando meninos**. Curitiba: Fundamento, 2014.

BONFANTE, Angela de Araujo Barros. **Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual frente a revelação**. 2019. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2019.

BONFANTE, Angela de Araujo Barros; POLLI, Linéia; HOHENDORFF, Jean Von Hohendorff. Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual diante da revelação.

Psicologia em Estudo, Maringá, v. 28, p. 1-16, 2023.

BRAOIOS, Alexandre. **Coisas de menino**. Torres: Illuminare, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema de Garantia e Direitos da Criança e Adolescente**. Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia de Orientação sobre Prevenção à Sexualização Precoce na Primeira Infância**. Fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/GUIASNAPI3.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância. **Guia de Orientação Sobre Prevenção à Sexualização Precoce na Primeira Infância**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/GUIASNAPI3.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019**. Disponível em: http://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. v. 49, n. 27, jun. 2018. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021**. v. 54, n. 8, maio 2023 / fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atenca

o_integral_pessoas_infeccoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Maria da Penha vai à escola**: abordagem técnica das situações de violência sexual. Brasília: TJDF, 2021.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 83-111.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Incertezas na medição da evolução das Mortes Violentas Intencionais no Brasil: desafios metodológicos e dilemas de políticas públicas. *In*: FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo, 2023. p. 24-37.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. 1. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (orgs.). **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. 2015. 168 f. Doutorado (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

CAVALCANTE JUNIOR, Francisco Silva. **Amarás**. Curitiba: CRV, 2023.

CAVALCANTE JUNIOR, Francisco Silva. **Amargoso**. Fortaleza: Radiadora, 2022.

CASTRO, Davi. **Tia Rafaela**. São Paulo: Panda Books, 2010.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo *et al.* Abuso sexual infantil masculino: Sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 101-121, jan./abr. 2020.

CONNELL, Raewyn W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 187-206, jul./dez. 1995.

CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. *In*: MISKOLCI,

Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 73-82.

COSTA, Adriane Andrade. **Contato sexual entre meninos**: "jogos sexuais" ou violência sexual? 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; COSTA, Liana Fortunato; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. O adolescente que cometeu abuso sexual extrafamiliar: motivação e sofrimento. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 94-104, abr. 2014.

COSTA, Simoni Furtado da *et al.* Contradições acerca da violência sexual na percepção de adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o “estupro de vulnerável”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, p. 1-13, 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p. 55-74, maio/out. 2018.

CUNHA FILHO, Marcio; MALCHER, Nazareth (orgs.). **O que significa ética em ciências humanas e sociais**. Brasília, 2023.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; POCAHY, Fernando Altair (orgs.). **Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação**: subversões, resistências e reexistências. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

DAROSCI, Manuela. **Além do Silêncio**: uma análise sobre violência sexual com homens a partir dos Boletins de Ocorrência de Santa Catarina. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher. Março, 2023. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DOBSON, James. **Educando meninos**. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

DUARTE, Marcos Felipe Silva; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **Propostas pedagógicas para discutir o corpo masculino**. São Luís: UEMA, 2023.

DUARTE, Thaina; PATIAS, Naiana; HOHENDORFF, Jean Von. Crenças de Professores sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 27, n. 4, p. 635-648, out./dez. 2022.

ENGEL, Cíntia Liara. **As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

ESTANISLAU, Hugo. **O ato do tio**. Vitória: Pedregulho, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 727-741, jun. 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, a. 15, 2021. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, a. 17, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

FELIPE, Jane. Construindo identidades sexuais na Educação Infantil. **Revista Pátio**, Porto Alegre, n. 7, p. 56-58, nov. 98/jan. 99.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação. *In*: SILVA, Luiz Heron (org.). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 167-179.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 54-66.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e pânico moral: infâncias em risco em tempos de terra plana. *In*: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo da (orgs.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: CirKula, 2024. (no prelo)

FELIPE, Jane. Infâncias, sexualidades e pedofilização: o corpo feito espetáculo. *In*: GONÇALVES, Jadson; RIBEIRO, Joyce; CORDEIRO, Sebastião (orgs.). **Pesquisa em educação: territórios múltiplos, saberes provisórios**. Belém: Açai, 2010. p. 93-102.

FELIPE, Jane. Pedofilização como prática social contemporânea nos sites para crianças. **Revista Direitos Humanos**, n. 8, p. 31-34, jan. 2012.

FELIPE, Jane. Pesquisas sobre violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes e as práticas de pedofilização na contemporaneidade: uma questão de gênero? Trabalho encomendado apresentado. **35ª Reunião anual da ANPED**, GT 23, Porto de Galinhas-PE, 2012.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 41-54, 2006.

FELIPE, Jane. *Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente*. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FELIPE, Jane. "Vinde a mim as criancinhas": pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antonio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (orgs.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012. p. 87-95.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 119-129, set./dez. 2003.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo da (orgs.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: CirKula, 2024.

FELIPPE, Letícia Silveira. **Violência sexual em meninos: gênero e masculinidade**. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, Ângelo. **De que falamos quando falamos de violência sexual contra crianças**: Guia de prevenção com orientações para mães, pais e pessoas cuidadoras. Lisboa: Pergaminho, 2022.

FERNANDES, Fábio. Quem tem medo do menino afeminado? Uma fábula de horror e medo. In: COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro (orgs.). **Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero**. Salvador: Devires, 2018. p. 120-125.

FERREIRA, Denis G. Violência sexual: os meninos e homens também sofrem com isso? In: INSTITUTO PDH. **Papo de Homem. Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres**. 2023. p. 24-26. Disponível em: <http://drive.google.com/file/d/164YADv-S8g2y97wxWhJamUMwxZ-qDpng/view>. Acesso em: 4 nov. 2023.

FERREIRA, Denis Gonçalves. **Violência e revitimação sexual contra meninos, homens e HSH brasileiros: prevalência, fatores associados e subnotificação**. 2022. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2022.

FERREIRA, Gonçalves Ferreira *et al.* Violência sexual contra homens no Brasil: Subnotificação, prevalência e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, n. 23, p. 1-17, 2023.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **Antônio**. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2012.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da. **O viadinho da escola**. Curitiba: Appris, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FOUCAULT, Michel. Uma entrevista de Michel Foucault por Stephen Riggins. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos & Escritos**, v. IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 192-206.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCISCHINI, Rosângela; FERNANDES, Natália. Os desafios da pesquisa ética com crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 1, p. 61-69, mar. 2016.

FRANCO, Renata Lagrotta. **Abusadores sexuais de crianças**: análise do perfil criminal e da repetição de abusos. 2022. 172 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2022.

FREITAS, Claudia Jorge de. **“Tia, não aguento mais sofrer tanta humilhação”**: narrativas tensionadoras de gênero nos Anos Iniciais. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Educação Básica) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FUNDAÇÃO José Luis Egydio Setubal; Instituto Galo da Manhã; Vital Strategies Brasil. **Atitudes e percepções sobre a infância e violência contra crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Vital Strategies, 2023.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAGNON, John; SIMON, William. **Sexual Conduct**: The Sexual Sources of Human Sexuality. Chicago: Aldine, 1973.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Artmed: Porto Alegre, 2009. (coleção Pesquisa Qualitativa)

GUIZZO, Bianca Salazar. **'Aquele negrão me chamou de leitão'**: representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUSMÃO, Fábio; BRAGA, Giampaolo Morgado. **Pedofilia na Igreja**: um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2023.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HATLEY-BREWER, Elizabeth. **Como criar meninos felizes e confiantes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- HOHENDORFF, Jean Von. **Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual**. 2012. 107 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. 2016. 128 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção**. Curitiba: Juruá, 2014.
- HOHENDORFF, Jean Von; NELSON-GARDELL, Debra; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. An integrative conceptual model for enhanced understanding of the dynamics of sexual violence against children. *In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena (orgs.). Vulnerable children and youth in Brazil*. Springer, 2017. p. 77-88.
- HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papirus 7 Mares, 2019. (Coleção Papirus Debates)
- hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- INÁCIO, Carlos Alberto Silvestre. **Abuso sexual de meninos: relatos maternos**. Violência, culpa e lembrança. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.
- IZIDRO, Lúcio; FELIPE, Jane. O que precisamos saber sobre pedofilia e pedofilização: aspectos médicos, jurídicos e culturais. *In: SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SANTOS, Marcos Eduardo Miranda; SILVA, Yuri Jorge Almeida da (orgs.). A Discussão da Pedofilia no Campo da Educação*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 23-40.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “Ideologia de Gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais". *Pedagogia do Armário e Currículo em Ação*. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, n. 2, p. 221-239, ago./dez. 2015.
- KRISTENSEN, Christian Haag. **Abuso sexual em meninos**. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- LABES, Marcelo. **Três porcos**. Florianópolis: Caiaponte Edições, 2020.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção educação e saúde; v. 4)

LEGUIÇA, Michele Lopes. “**Atira no coração dela**”: corpos e *scripts* de gênero na educação infantil. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LESSA, Camila Bahia. **Meninos sexualmente abusados por mulheres**: perspectivas de profissionais da Saúde em formação. 2023. 85 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. (Re)violências socialmente infligidas a meninos sexualmente abusados por mulheres. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 332–362, 2021.

LIMA, Danillo Mota. ‘**Nada contra, apenas não curto**’: Educações e construções do corpo afeminado no/pelo Scruff. 90 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016a. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016b.

LOWENKRON, Laura. **O Monstro Contemporâneo**: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Ícaro. **Criança Viada**. Maringá: Viseu, 2021.

MAGNUS, Daniella Vieira; FELIPE, Jane Felipe. Pedagogias da cispassabilidade, scripts de gênero e existências trans. **Revista Textura**, Canoas, v. 25, n. 64, p. 102-128, out./dez. 2023.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiro. *In*: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 01-10. 1 CD.

MARTINS, Bianca Teixeira. **Discutindo pedofilia e pedofilização**. 2008. Monografia (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**.

Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 49-63.

MORAES, Jéssica Tairâne de. "**Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo**": violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MORAES, Jéssica Tairâne de; FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero e as performances das crianças que reverberam no contexto da Educação Infantil. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. e132192, 2024.

MORUZZI, Andrea Braga. **A pedagogização do sexo da criança**: do corpo ao dispositivo da infância. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MOZINE, Anne Caroline Salomão. "**Adolescente sempre é vítima, mas, às vezes...**": Representações sociais sobre abuso sexual e sobre gênero para Conselheiros Tutelares de municípios do ES. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

NAVALANY, Blace A.; ABELL, Neil. An Initial Validation of a Measure of Personal and Social Perceptions of the Sexual Abuse of Males. **Research on Social Work Practice**, v. 14, n. 5, p. 368-378, set. 2004.

NJAINE, Kathie *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11 (Sup), p. 1313-1322, 2007.

NONATO, Murillo. **Vivências afeminadas**: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Salvador: Devires, 2020.

NUNES, Hariagi Borba. **Tem sapata, viado e bixa!** Narrativas feministas decoloniais no recreio escolar. Salvador: Devires, 2022.

NUNES, Maria do Rosário. **Pedofilização e mercado**: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, André Assis Breder de. **Meninos traídos**: abuso sexual e constituição da masculinidade. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays, afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Mery Pureza Candido de. **Abuso sexual de meninos**: estudo das consequências psicosssexuais na adolescência. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PACHECO, Fabrício. **Silêncio em si maior**. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

PAP, Amanda Diogo. **A relação da experiência de abuso sexual na infância e queixas de dor pélvica crônica e disfunção sexual masculina**. 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

PARCA, Rafaella Vieira Lins. Ferramentas de combate ao abuso sexual infantil. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fórum Nacional para Proteção de Crianças e Adolescentes. **Por uma infância protegida: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Atuação Global, 2021. p. 49-62.

PdH. Instituto PapodeHomem. **O Silêncio dos Homens**. Vol. 1, 2019. Disponível em: http://drive.google.com/file/d/1XGdf0zss_Wwsy8Y7jsM7LTtdjuDUE7FF/view. Acesso em: 12 jul. 2021.

PEREIRA, Anamaria Ladeira; PEREIRA, Camila Santos; POCAHY, Fernando. Trânsitos dissidentes em tempos de ódio: modos de pensar-praticar o presente. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 120-146, 2021.

PEREIRA, Angélica Silvana. **Gênero e sexualidade nos currículos de Cursos de Pedagogia de universidades públicas da região sul**. 2021. Relatório de Pós-doutorado em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PEREIRA, Cleber Sales; PRADO, Guilherme Augusto Souza. (Re)existências POC: modos de subjetivação e ativismo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p. 01-22, jan./dez. 2021.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197-204, 2005.

PINCOLINI, Ana Maria Franchi; HUTZ, Cláudio Simon. Abusadores Sexuais Adultos e Adolescentes no Sul do Brasil: Pesquisa em Denúncias e Sentenças Judiciais. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 301-311, 2014.

PINTO JR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. 2003. 235 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**. 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos**

que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

PIRILLO, Marília. **O menino do capuz vermelho**. São Paulo: Prumo, 2009.

PRADO, Sonia Fortes do. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório**. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? *In*: PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 68-73.

PRESTES, Liliane Madruga; FELIPE, Jane. Entre smarphones e tablets: pedofilia, pedofilização e erotização infantil na internet. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 20, n. 2, p. 4-20, 2015.

QUEBRAR O SILÊNCIO. **Princípios básicos para a prevenção da violência sexual contra crianças: conhecer, identificar e agir**. Guia para profissionais. Lisboa, novembro de 2023. Disponível em: <http://www.quebrarosilencio.pt/wp-content/uploads/2023/11/guia-prevencao-da-vscc-web.pdf>. Acesso em 30 nov. 2023.

QUEIROZ, Nana. **Os meninos são a cura do machismo: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulharemos**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

QUEIROZ, Thuani Coutinho Gomes de. **“Homem não fala sobre vida sexual!”: Iniciações, violências e outros apontamentos masculinos sobre sexo e sexualidade**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

RAMOS, Mozer de Miranda; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Afeminação, hipermasculinidade e hierarquia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 72, v. 1, p. 159-172, abr. 2020.

RAMOS, Mozer de Miranda; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação (ANA): adaptação e evidências de validade no Brasil. **Psico**, Porto Alegre, v. 50, n. 2, e31342, p. 1-11, 2019.

REICHERT, Michael C. **Como educar meninos: o poder da conexão para criar grandes homens**. São Paulo: nVersos, 2019.

REIS, Sirlene Caramello dos. **Estudo sobre o efeito mediador de sintomas de ansiedade e depressão quanto à gravidade do comportamento sexual compulsivo e hipersexual nos homens que referiram história de abuso sexual na infância/adolescência**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (orgs.). **Manual de educação LGBTI+** [livro eletrônico].

Curitiba: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 2)

RIBEIRO, Ícaro Machado. **Criança viada**. 2018. 136 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RIBEIRO, Marcelo. **Sem medo de falar**: relato de uma vítima de pedofilia. São Paulo: Paralela, 2014.

ROCHA, Sara Caroline Leles Próton. **Abuso sexual de meninos**: um crime também praticado por mulheres. Âmbito Jurídico. São Paulo: 2019.

RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em Dissidências**: narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires, 2018.

RODRIGUES, Herbert. **A pedofilia e suas narrativas**: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. 2014. 332 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUEZ, Rita de Cássia de Medeiros. **Identidades de Gênero e Adultização**: um estudo sobre erotização das infâncias e trabalho infantil a partir de videocliques dos MC'S mirins compartilhados no YouTube. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Educação, infâncias e arte drag**: a literatura para crianças tensionando os *scripts* de gênero. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da. Violência/abuso sexual contra meninos: tópicos para compreender, proteger e acolher na Educação. *In*: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo da (orgs.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: CirKula, 2024. (no prelo)

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Cultura Digital e Infâncias: articulações entre crianças, drag queens e Educação. **Textura**, Canoas. v. 20, n. 44, p. 190-209, set./dez. 2018.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Performatividade de gênero no olhar das crianças: uma *drag queen* como mediadora de leitura literária. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. e100183, 2021.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Representações da violência/abuso sexual contra meninos em obras de literatura: entre a denúncia e a resistência. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, a. 19, v. 2, p. 269-286, jul./dez. 2022.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma família que não educa e nem protege? *Scripts* de gênero e violência/abuso sexual contra meninos. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 6, n. 20, jan./maio. 2023.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 25, n. 2, p.

144-167, jul./dez. 2020.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma Diva Dentro de Mim: descobertas femininas sobre *scripts* de gênero no processo de montagem *drag queen*. In: RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas; VILAÇA, Teresa; BRÍCIO, Vilma Nonato; MENDES, Sandra Karina Barbosa (orgs.). **Gênero, Sexualidade e Educação: problemas contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2019. p. 61-75.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pedofilização e *scripts* de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa? **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 10, n. 1, p. 64-82, jan./jun. 2022.

ROSSI, Rodrigo. O Espaço Furtivo das Crianças e Adolescentes do Sexo Masculino nas Experiências de Violência Sexual. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 273-297, jan./ jul. 2017.

RUANI, Ruann Moutinho; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; AMARO, Ivan. A conversa online como procedimento metodológico na pesquisa com masculinidades dissidentes na cibercultura: notas teórico-metodológicas. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 8, n. 2, p. 205-218, mar. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SANTOS, Marcos Eduardo Miranda; SILVA, Yuri Jorge Almeida da (orgs.). **A Discussão da Pedofilia no Campo da Educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SILVA, Raimundo José Pereira da. Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma abordagem teórica a partir dos Estudos Culturais em Educação. In: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (org.). **Ensino de Ciências e Educação para a Diversidade**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 152-171.

SAID, Amanda Pinheiro. **Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SAID. Amanda Pinheiro. **Polivitimização de meninos abusados sexualmente: vítimas, familiares e profissionais**. 2021. 300 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SALDANHA, Rafael Araújo. **Você só precisa clicar: sexo virtual e masculinidades refletidas pelas webcams**. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books, 2008.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SANTOS, Giorgia Fabiana Vieira dos; FELIPE, Jane. Redes de proteção à infância:

ampliando a noção de cuidado na Educação Infantil. *In*: FELIPE, Jane; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). **Para Pensar a Educação Infantil: políticas, narrativas e cotidiano**. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 19-39.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOPP, Lodenir Becker (orgs.). **Ética e pesquisa em educação**: questões e proposições às ciências humanas e sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to bring your kids up gay: The War on Effeminate boys. *In*: SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendências**. Durham: Duke University, 1993. p. 154-164.

SEFFNER, Fernando. A produção da diversidade e da diferença no campo de gênero e da sexualidade: enfrentamentos ao regime da heteronormatividade. *In*: KIRCHOF, Edgar Roberto; WORTMANN, Maria Lúcia; COSTA, Marisa Vorraber (orgs.). **Estudos Culturais & Educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas: ULBRA, 2015. p. 193-210.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, jan./abr. 2016.

SERPA, Monise Gomes. **Onde estão as meninas?** Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016.

SERPA, Monise Gomes; FELIPE, Jane. Pedofilização, violência sexual e o fascínio masculino sobre os corpos infanto-juvenis. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 28, n. 1, p. 116-140, jan./jun. 2023.

SIERRA, Jamil Cabral Sierra. CÉSAR, Maria Rita de Assis. A criança queer no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2016.

SILVA, Franklin de Lima. "**Menino abusado**": a compreensão crítica do abuso doméstico contra meninos. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, João Paulo de Lorena. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo**: a invenção de modos de vida transviados. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. Monstros que assustam, atraem e fascinam: um mapa das linhas de constituição das infâncias *queer*. **Revista Educação**

Em Questão, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-23, out./dez. 2021.

SILVA, Joaquim Manoel da. **O primeiro estupro: a morte de minha alma – fragmentos**. Lisboa: Chiado Books, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A poética e a política do currículo como representação. *In: 21ª Reunião Anual da ANPEd*, Currículo, set. 1998, Caxambu (MG). Disponível em: <http://bit.ly/2y9aUOg>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA, Laura Santos da; DULLIUS, Willian Roger. Casos de abusos sexuais e tentativa de suicídio na infância e adolescência: um estudo epidemiológico. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 8, p. 1-13, ago. 2023.

SILVA JUNIOR, Alcidesio Oliveira da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (orgs.). **Eles por eles: pesquisas sobre masculinidades no Brasil**. Curitiba: CRV, 2022.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. *In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 117-138.

SIQUEIRA, Marcos da Cruz Alves. **“Nesta escola não há lugar para bichinhas”**: diversidade sexual e homofobia. Curitiba: Appris, 2020.

SOSTISSO, Débora Francez. **“Como criar meninos e meninas?”**: o governo das condutas maternas e paternas para a constituição da infância. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Daniel Cerdeira de. Violência por Parceiro Íntimo Entre Homens que se Relacionam com Homens. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e264982, 1-15, 2023.

SOUZA, Isaque. **Gay demais para ser levado a sério**. 2020. 90 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo) – Universidade Paulista, São Paulo, 2020.

SOUZA, Isaque. **Gay demais para ser levado a sério**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

SOUZA, Samuel da Silva. **Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

SOUZA, Samuel da Silva; XAVIER FILHA, Constantina. A violência sexual contra meninos e as discussões de gênero para o campo da educação escolar. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 346-361, maio/ago. 2021.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da Educação (1987-2015)**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

SPERANZA, Marina. **Educar meninos não é frescura**: reflexões sobre gênero para famílias e educadores. São Paulo: UICLAP, 2024.

TAKARA, Samilo. Histórias de meninos afeminados: resistência e política nas leituras de artefatos culturais. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 2, n. 9, p. 226-244, jan./jun. 2017.

TAKARA, Samilo. Pedagogias pornográficas: sexualidades educadas por artefatos da mídia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, ago. 2021.

TAYWADITEP, Kittiwut Jod. Marginalization among the marginalized: Gay men's anti-effeminacy attitudes. **Journal of Homosexuality**, v. 42, n. 1, p. 1-28, 2002.

TEMER, Luciana. Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias? *In*: FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo, 2023. p. 204-213.

TEMER, Luciana. Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver. *In*: FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo, 2022. p. 248-253.

TEWKSBUY, Richard. Effects on Sexual Assaults on Men: Physical, Mental and Sexual Consequences. **International Journal of Men's Health**, v. 6, n. 1, p. 22-35, maio 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário brasileiro**. Brasília: UNESCO, 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientação técnica internacional de educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Brasília: UNESCO, 2010.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências. Brasília: UNESCO, 2019.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília: UNICEF, 2022.

UNESCO; CETIC. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Kids Online Brasil 2023**: principais resultados. São Paulo, out. 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2023_principais_resultados.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Eles são apenas diferentes: a produção discursiva de masculinidades contemporâneas na obra *Criando Meninos*. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 605-618, set./dez. 2013.

VIANA, Igor. **O Espetáculo do Gênero**: uma cruzada no século XXI. Rio de Janeiro: Metanóia, 2019.

VIANA, Marcos Alan; FERRARINI, Norma da Luz. A lacuna moral na educação de meninos: o impacto das novas configurações de masculinidade na subjetividade infantil. **Revista PsicoFAE – Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 13-30, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, jul./dez. 2001.

XAVIER, Antonio Jeferson Barreto. "**Ali é o satanás que está manifestado**", "**vira homem, tenta ficar com uma menina**": masculinidades, docência e pertencimento religioso na cidade sol. 2023. 2017 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ZAGO, Luiz Felipe. **Masculinidades disponíveis.com**: sobre como dizer-se homem gay na internet. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; GOMES, Tatiana. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 23, n. 1/2, p. 265-280, 2010.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ZANETTE, Jaime Eduardo. "**E pai pra quê?**": quando as crianças abrem o verbo acerca das paternidades. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): questionário



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que está vinculada ao projeto intitulado "Ignorar para acobertar ou informar para proteger? *Scripts* de gênero e sexualidade na prevenção das violências contra crianças", coordenado pela Professora Dra. Jane Felipe, do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, no eixo temático Infâncias, Gênero e Sexualidade.

O objetivo desta pesquisa é problematizar a ocorrência de violência/abuso sexual contra os meninos e, para tanto, elaboramos um questionário destinado a homens adultos - qualquer um pode responder, independente de ter sido vítima de abuso ou não - com algumas questões sobre informações pessoais e perguntas sobre a ocorrência ou não de violência/abuso sexual na sua infância.

Destacamos que não é necessário inserir nome, telefone ou e-mail, pois todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais e, acima de tudo, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado. Cabe ainda ressaltar que você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Salientamos que você tem total liberdade para decidir participar ou não e também para desistir da pesquisa em qualquer etapa. Entretanto, sua participação, por meio das respostas que dará ao questionário, poderá gerar importantes conhecimentos e dados de pesquisa, possibilitando futuros trabalhos que nos auxiliem a pensar alternativas para a educação e proteção de meninos em relação à ocorrência de violência/abuso sexual.

Ao preencher totalmente o questionário, você estará dando seu consentimento de maneira livre e esclarecida para posterior análise e divulgação dos dados. Serão solicitadas algumas informações básicas (idade, escolaridade, profissão, etc.) e perguntas objetivas e dissertativas sobre se você viveu alguma violência/abuso sexual na infância e algumas informações sobre a situação vivida. Tais questões mais específicas podem causar algum desconforto pelas memórias de abuso sofridos; contudo, indicaremos ao final da pesquisa uma alternativa para atendimento/plantão psicológico online especializado.

Em caso de dúvidas, você poderá obter mais informações com os/as professores/as responsáveis pela pesquisa:

Prof. Me. Cristiano Rosa – E-mail: cristiano1105@hotmail.com

Profa. Dra. Jane Felipe – E-mail: [janefelipe.souza@gmail.com](mailto:jenefelipe.souza@gmail.com)

Desde já, agradecemos a sua colaboração!

Apêndice B – Questionário *online*

Informações de perfil

As questões a seguir têm o objetivo de traçar um perfil dos respondentes deste questionário.

- Gênero:
Homem cis - se identifica com o gênero masculino, tendo sido designado um menino desde o seu nascimento
Outro:

- Orientação sexual:
Heterossexual
Homossexual
Bissexual
Outro:

- Idade:
18 a 24 anos
25 a 30 anos
31 a 40 anos
41 a 50 anos
51 a 60 anos
Mais de 61 anos

- Cor ou raça:
Branco
Amarelo
Indígena
Pardo
Preto

- Deficiência:
Não
Sim

- Religião:
Católico
Evangélico
Espírita
Umbandista ou candomblecista
Sem religião
Outro:

- Estado civil
Solteiro
União estável
Casado
Divorciado

Viúvo

- Escolaridade (em andamento ou concluída)
 - Ensino Fundamental
 - Ensino Médio
 - Graduação
 - Especialização
 - Mestrado
 - Doutorado
- Se você possui graduação incompleta ou completa, qual o curso?
- Profissão
- Renda mensal
 - até R\$ 1.302,00
 - entre R\$ 1.302,00 e R\$ 3.906,00
 - entre R\$ 3.906,00 e R\$ 6.510,00
 - entre R\$ 6.510,00 e R\$ 9.114,00
 - acima de R\$ 9.114,00
- Cidade e estado onde nasceu
- Cidade e estado onde mora

Sobre violência/abuso sexual

A violência/abuso sexual configura-se como qualquer iniciativa, comportamento ou contato sexual praticado por um adulto a uma criança, independentemente do nível de violência da situação ou da criança ter consciência ou não do que está acontecendo.

De acordo com o site da associação portuguesa "Quebrar o Silêncio", é importante destacar que "o abusador também pode ser uma criança mais velha (exemplo: irmão, primo ou amigo) ou fisicamente mais forte do que a vítima, cuja ação resulta igualmente em consequências traumáticas para a criança agredida. Mesmo num caso onde a criança se exponha ao adulto e peça contato sexual, o adulto é o responsável pelo controle dessa situação e o único responsável se houver qualquer tipo de contato sexual. Em qualquer dos casos, podemos dizer que a violência/abuso sexual está relacionada com o abuso de confiança e de poder de um adulto ou mesmo de uma outra criança para com a vítima".

Cabe ainda referir que a violência/abuso sexual pode acontecer de variadas maneiras: com contato físico, sem contato físico e não presencial. Para exemplificar, seguem algumas situações que podem ser consideradas: alguém te incentivar ou te falar coisas eróticas/sexuais, masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém, mostrar conteúdo pornográfico, incentivar comportamentos sexuais não adequados à idade, solicitar ou enviar imagens sem roupa, beijar e abraçar de maneira sexual, mostrar os genitais, apalpar por cima da roupa ou tocar nos seus órgãos genitais, forçar a ter relações sexuais - seja por cima ou por baixo da roupa, com ou sem penetração de órgão genital, dedos ou objetos.

- Você considera que foi abusado sexualmente em sua infância (entre 0 e 14 anos de

idade)?

Informações específicas de perfil

Nesta parte do questionário, há perguntas específicas sobre a experiência com a violência/abuso sexual sofrido em sua infância.

- Que idade você tinha quando sofreu o primeiro abuso sexual?
Entre 0 e 2 anos
Entre 3 e 4 anos
Entre 5 e 6 anos
Entre 7 e 8 anos
Entre 9 e 10 anos
Entre 11 e 12 anos
Entre 13 e 14 anos

- Qual era o gênero de seu/sua agressor/a?
Homem
Mulher

- Quem foi o/a responsável por essa violência?

- Seu/sua agressor/a tinha que idade aproximadamente?
Entre 14 e 18 anos
Entre 19 e 25 anos
Entre 26 e 30 anos
Entre 31 e 40 anos
Entre 41 e 50 anos
Entre 50 e 60 anos
Mais de 60 anos

- Em que local ocorreu a violência/abuso sexual?
Casa onde você morava
Casa do/a agressor/a
Escola
Rua
Outro:

- Em que circunstâncias ocorreu a situação?

- Mesmo que isso não indique qualquer tipo de consentimento ao abuso, você se lembra de ter ficado excitado no momento do abuso?
Sim
Não

- De que maneira tal experiência lhe afetou na época?

- Tal experiência vivida na infância afeta você nos dias de hoje?
Sim
Não

- Caso você tenha respondido SIM na pergunta anterior, de que maneira o abuso sofrido tem afetado você atualmente?
- Você percebe que na idade adulta apresenta ou já apresentou episódios de dor pélvica crônica, disfunção erétil e/ou ejaculação precoce?
Sim.
Não.
- Você contou para alguém sobre o abuso sofrido?
Não, nunca contei.
Sim, contei na época do ocorrido.
Sim, mas contei anos depois.
- Caso você tenha respondido SIM na pergunta anterior, para quem você contou e como essa pessoa reagiu?
- Caso você tenha respondido NÃO na pergunta, por que não contou?
- A violência/abuso aconteceu mais de uma vez?
Sim.
Não.
- Caso você tenha respondido SIM na questão anterior, quantas vezes mais os abusos ocorreram? Quem foram os/as responsáveis?
- Você percebeu que alguém que convivia com você na época do abuso desconfiou do ocorrido?
Sim, teve uma ou mais pessoas que desconfiaram.
Não, ninguém desconfiou.
- Caso você tenha respondido SIM na pergunta anterior, quem foi que desconfiou? E essa(s) pessoa(s) foi/foram falar com você?
- Quando criança, sua família ofereceu qualquer tipo de educação para a sexualidade para que você se protegesse de alguma maneira de possíveis abusos sexuais?
Sim.
Não.
- E na/s escola/s em que você estudou no Ensino Fundamental, alguma vez houve qualquer tipo de educação para a sexualidade nesse sentido?
Sim.
Não.

Desdobramento da pesquisa

Nesta pesquisa, propomos um desdobramento acerca da expressão de gênero da vítima em sua infância. Sendo assim, operamos com a noção de "meninos afeminados", entendendo estes como crianças designadas e que se identificam com o gênero masculino e que

possuem comportamentos e preferências que seriam convencionadas ao feminino - tais características mais observadas por outras pessoas do que por si mesmas na época. Cabe destacar que tais aspectos não se relacionam diretamente com suas orientações sexuais, tendo em vista que um menino considerado "afeminado" poderia se compreender, enquanto adulto, com qualquer identidade de gênero ou sexual, ou seja, pode se identificar como sendo heterossexual, homossexual ou outro.

- Você entende que foi considerado um "menino afeminado" em sua infância?

Convite para parte 2 da pesquisa

Esta pesquisa possui uma segunda parte, tendo em vista esse desdobramento comentado, a fim e compreender as relações entre a violência/abuso sexual e a expressão de gênero na vítima.

- Você aceitaria participar da segunda parte desta pesquisa agendando uma entrevista *online* com os pesquisadores?

Aceite em entrevista

Caso você aceite de livre escolha participar da segunda parte desta pesquisa.

- Deixe aqui seu e-mail para contato a fim de explicarmos / agendarmos a entrevista *online*:

Agradecimento

Obrigado pela sua participação nesta pesquisa!

Quando concluída, a tese estará disponível no Lume, o Repositório Digital da UFRGS, no endereço <http://www.lume.ufrgs.br>

Caso você queira ou precise de um atendimento/plantão psicológico especializado, indicamos a associação *Memórias Masculinas* - <http://memoriasmasculinas.org/site>

Para finalizar sua participação neste questionário, clique abaixo em ENVIAR.

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): entrevista



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que está vinculada ao projeto intitulado "Ignorar para acobertar ou informar para proteger? *Scripts* de gênero e sexualidade na prevenção das violências contra crianças", coordenado pela Professora Dra. Jane Felipe, do curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*.

O objetivo desta pesquisa é problematizar a ocorrência de violência/abuso sexual contra os meninos e, para tanto, elaboramos uma entrevista semiestruturada destinada a homens adultos participantes anteriormente de um questionário *online* aplicado entre março e abril de 2023 com algumas questões sobre sua infância no âmbito familiar e escolar, e acerca das respostas informadas no questionário tratando da ocorrência de violência/abuso sexual na sua infância.

Destacamos que a entrevista será realizada e gravada por meio do *Google Meet* e nenhuma resposta apresentada nela será divulgada associando ao seu nome ou seu e-mail, pois todas as informações produzidas nesta investigação são estritamente confidenciais. Cabe ainda ressaltar que você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento.

Salientamos que você tem total liberdade para decidir participar ou não e também para desistir da pesquisa em qualquer etapa. Entretanto, sua participação, por meio das respostas que dará na entrevista, poderá gerar importantes conhecimentos e informações de pesquisa, possibilitando futuros trabalhos que nos auxiliem a pensar alternativas para a educação, a proteção e o acolhimento de meninos em relação à ocorrência de violência/abuso sexual.

Ao participar da entrevista você estará dando seu consentimento de maneira livre e esclarecida para posterior análise e divulgação dos dados sob um pseudônimo. As questões que serão levantadas podem trazer algum risco de desconforto por se tratar de narrativas sobre episódios de violência/abuso sexual; contudo, indicaremos ao final da entrevista uma alternativa para atendimento/plantão psicológico *online* especializado.

Em caso de dúvidas, você poderá obter mais informações com os/as professores/as responsáveis pela pesquisa:

Prof. Me. Cristiano Rosa – E-mail: cristiano1105@hotmail.com

Profa. Dra. Jane Felipe – E-mail: janelife.souza@gmail.com

Desde já, agradecemos a sua colaboração!

Apêndice D – Roteiro da entrevista semiestruturada

Questões norteadoras da entrevista semiestruturada:

- Como foi a sua infância no âmbito familiar, no que se refere às questões de gênero e sexualidade?
- Nessa mesma perspectiva, como foi a sua trajetória estudantil na Educação Infantil e no Ensino Fundamental? Comente sobre relações com colegas, docentes, etc.
- No questionário *online* você afirma entender que na infância foi considerado um “menino afeminado”. Poderia comentar o que isso significa para você? Como percebeu ou descobriu essa característica?
- Você acredita que ser um “menino considerado afeminado” fez você viver algumas experiências diferentes dos outros meninos na família, na vizinhança ou na escola? Comente.
- Você considera que na infância teve seu corpo sendo erotizado alguma vez? Comente.
- Que estratégias de manipulação e/ou sedução você entende hoje que seu/sua abusador/a utilizou com você na época para a violência/abuso sexual?
- Você percebe hoje alguma relação possível entre ter sido um menino considerado afeminado e a experiência da violência/abuso sexual? Que impacto essa vivência na infância ainda reverbera na idade adulta?